UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

TIAGO MAIKÁ MÜLLER SCHWADE

A formação da propriedade capitalista no Amazonas

Versão corrigida

São Paulo

2019

TIAGO MAIKÁ MÜLLER SCHWADE

A formação da propriedade capitalista no Amazonas

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Área de Concentração: Território, Agricultura e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S398f	<p>Schwade, Tiago Maiká Müller</p> <p>A formação da propriedade capitalista no Amazonas / Tiago Maiká Müller Schwade ; orientador Ariovaldo Umbelino de Oliveira. - São Paulo, 2019.</p> <p>305 f.</p> <p>Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.</p> <p>1. Território. 2. Terra Devoluta. 3. Grilagem. 4. Conflito Social. 5. Amazonas. I. Oliveira, Ariovaldo Umbelino de, orient. II. Título.</p>
-------	---

fflch

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA TESE

Termo de Ciência e Concordância do orientador

Nome do (a) aluno (a): Tiago Maiká Müller Schwade

Data da defesa: 01/02/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 29/03/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

SCHWADE, Tiago Maiká Müller. **A formação da propriedade capitalista no Amazonas**. 2018. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Aprovado em: 1º de fevereiro de 2019.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Instituição: Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Função: Presidente
Resultado: Não Votante

Profa. Dra. Ivani Ferreira de Faria
Instituição: Universidade Federal do Amazonas
Função: Titular (Externa)
Resultado: Aprovado

Profa. Dra. Valeria de Marcos
Instituição: Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Função: Titular
Resultado: Aprovado

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves
Instituição: Universidade Estadual de Campinas
Função: Titular (Externo)
Resultado: Aprovado

Dedico aos posseiros que lutam por um pedacinho de terra para trabalhar e aos indígenas que buscam garantir seus direitos ao território.

AGRADECIMENTOS

Uma caminhada como esta não se faz sozinho. Esta pesquisa é resultado de um esforço coletivo em ambiente de muito companheirismo e solidariedade que recebi nos últimos anos. É também resultado de uma construção social longa e penosa, que só foi possível dentro de um ambiente de estado democrático.

Abro meus agradecimentos com minha esposa, meu grande amor, que injetou doses diárias de incentivo e carinho. Michéli é professora, mãe e doutoranda e ainda encontrou tempo e muita disposição para apoiar esta caminhada. Michéli foi uma incentivadora, entusiasta, crítica e revisora em todas as etapas deste trabalho. Obrigado, minha linda!

Ao meu filho, meu outro grande amor. José nasceu nesse turbulento momento de nossas vidas. É muito bom acordar com teu sorriso e é muito bom receber tuas visitas no escritório. Obrigado, meu filho!

Deixo um agradecimento especial ao professor doutor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, por suas orientações pacientes e precisas, pelas leituras atentas, pelo diálogo franco e respeitoso, pelo grande intelectual que é, por compartilhar com alegria seu conhecimento, pela contribuição à geografia e pela inspiração. Obrigado!

A minha mãe, Doroti. Ela se despediu cedo. Não tive a oportunidade de dividir com ela as alegrias e as angústias dos últimos oito anos. Esta tese possui quase quarenta mapas autorais, mas eu queria ter podido produzir a tempo aquele mapa do rio Purus, que ela me pediu, para poder contar suas histórias indigenistas, do contato com os povos até então esquecidos e desconhecidos. Não deu tempo. Mas a disposição dela em enfrentar os perigos e os poderosos me alimentam e me encorajam em cada passo.

Ao meu pai, Egydio. Homem persistente que não deixa de lutar por uma sociedade mais justa, nem quando esteve deitado na maca de um hospital. Meu pai é memória viva das transformações territoriais na Amazônia nos últimos 50 anos. É parte ativa dos movimentos que buscam justiça agrária, sempre trabalhando no chão, com índios e camponeses. Por isso, ele foi presença constante, contribuindo com memórias e documentos para esta pesquisa.

Aos meus sogros Milton e Marlúcia, por todo o apoio ao longo desta caminhada. Vocês foram muito importantes. Aos meus sobrinhos Beatriz, Cristina, Pedro, Caio, Wanakta, Aila e Alice, pela paciência com o tio ausente e distraído. Aos meus irmãos Ajuri, Adu, Mayá e Luiz, pela colaboração nos debates e reflexões. Aos meus cunhados Andréa, Helem, Ricardo, Ídri, Álvaro e Angel.

Aos meus amigos e colegas de doutorado, em especial, a Gustavo Cepolini, Tito Maule, Isabel Chiaradia e Ângelo Cavalcante, por todo o apoio e companheirismo. Agradeço também aos amigos Ivan Mendes, Gustavo Olesko, Fernanda, Sandra Costa, Léa Tosold, Elienai Gonçalves pela convivência fraterna e pelos debates.

À professora doutora Valeria de Marcos, pelo curso ministrado e pelas contribuições na qualificação deste trabalho. À professora Larissa Mies Bombardi, pelo curso ministrado. À professora Marta Inês Medeiros Marques, pelas contribuições na qualificação e na coordenação da Pós-Graduação.

Aos meus orientadores de outrora e amigos de sempre, professora doutora Ivani Ferreira de Faria e professor doutor José Aldemir de Oliveira, pelos quais carrego muita gratidão por terem me iniciado na pesquisa.

Aos meus amigos André de Oliveira Moraes, Vanessa Marruche, Paula Ceziane, Luciana Lima de Matos e Davi Grijó Cavalcante, pelas constantes contribuições nesta caminhada.

Aos meus amigos Wilmar D'Angelis, Juracilda Veiga, Gilberto Machel e, meu eterno amigo, José Amilcar, pelo acolhimento carinhoso em Campinas.

Aos Waimiri-Atroari, cuja história de resistência é uma lição de que as ditaduras e os golpes de estado são adversários da justiça e da vida. Aos Kaxixó, de Minas Gerais, que muito me ajudaram a refletir sobre os conflitos territoriais no Brasil.

Aos camponeses posseiros do Amazonas. Em especial, aos posseiros de Presidente Figueiredo, cujo convívio contínuo, ao longo da minha vida, despertou o interesse por essa investigação. Às comunidades Boa Esperança, Jardim Floresta, Nova Floresta, Castanhal, Boa União II, Canastra, Terra Santa e Abonari, pela colaboração na pesquisa.

A Daniel Pinheiro Viegas, Daniela Chaves, Isabela Sales, Luiz Antônio do Nascimento de Souza, Maria José dos Santos, Emmanuel de Almeida Farias Junior, Frederico Gerona Plá e Christian Ferreira Crevels, pelas colaborações com informações e documentos.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). O auxílio dado através das bolsas foi indispensável à realização desta pesquisa. Sou a primeira pessoa nascida no município de Presidente Figueiredo a apresentar um trabalho de doutoramento. As gerações anteriores não tiveram as mesmas oportunidades que eu tive. A FAPEAM foi instrumento dessa realização.

Infelizmente, o golpe de 2016 e os eventos que o sucedem em âmbito nacional e regional criaram barreiras à geração de pesquisadores que me sucedem. Torço para que as instituições de fomento à pesquisa retomem seus caminhos e voltem a apoiar as pesquisas nas diversas áreas

do conhecimento, levando oportunidades aos pesquisadores das periferias do Amazonas e do país, impulsionando as transformações sociais que o conhecimento nos permite realizar.

Por isso, não posso deixar de agradecer aos diversos movimentos que contribuíram para a criação dessas oportunidades. Agradeço a todas as pessoas que acreditaram no conhecimento como instrumento de emancipação social e dedicaram seu tempo e sua militância à transformação nas relações de poder, em busca de uma universidade para todos. Na impossibilidade de nominar todas essas pessoas, muitas delas assassinadas ou perseguidas nos campos e nas cidades, deixo meu simbólico agradecimento ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso político desde abril de 2018. Obrigado!

RESUMO

SCHWADE, Tiago Maiká Müller. **A formação da propriedade capitalista no Amazonas.** 2018. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Nesta tese, analisamos o processo de formação da propriedade capitalista no estado do Amazonas. Para tanto, buscamos responder aos seguintes questionamentos: como estão distribuídas as terras no Estado? Como tem se constituído histórica e juridicamente a propriedade? Quais os mecanismos utilizados na apropriação privada da terra? Quais os sujeitos que rivalizam e de qual maneira ocorrem as disputas pela posse do território? A pesquisa partiu de trabalhos de campo e de levantamentos documentais, buscando garantir um compromisso com a realidade, tendo em vista que optamos pelo método materialista e seguimos com análise fundamentada em conceitos e teorias. Verificamos que a apropriação privada da terra surgiu da disputa territorial ainda nos primórdios da colonização europeia da região, caracterizada pelo genocídio de povos indígenas, e se prolongou até a década de 1980, com essa mesma característica. A apropriação privada da terra é também predominantemente realizada fora dos limites legais e não tem por prioridade a ocupação ou produção capitalista. A grilagem e o rentismo estão entre as principais características dos grandes imóveis. Outra característica é justamente a alta concentração fundiária. Essa conjuntura tem gerado importantes conflitos agrários envolvendo grileiros de terras e empresários capitalista, de um lado, e camponeses posseiros e povos indígenas, do outro, redundando em um quadro crônico de violência.

Palavras-chave: Território. Terra Devoluta. Grilagem. Conflito Social. Amazonas.

ABSTRACT

SCHWADE, Tiago Maiká Müller. **A formação da propriedade capitalista no Amazonas.** 2018. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

In this thesis, we analyze the process of formation of capitalist property in the State of Amazonas. For this purpose, we seek to answer the following questions: how are the lands distributed in the State? How has the property been historically and legally constituted? What are the mechanisms used in private ownership of land? What are the subjects who compete and in what way do the disputes for the possession of the territory occur? The research was based on fieldwork and documentary surveys, seeking to guarantee a commitment to reality, considering that we opted for the materialistic method, and followed with an analysis based on concepts and theories. We verified that the private appropriation of land emerged from the territorial dispute still in the early days of European colonization of the region, characterized by the genocide of indigenous peoples, and lasted until the 1980s, with the same characteristic. The private appropriation of land is also predominantly made outside the legal limits, and capitalist occupation or production is not a priority. Public land fraud and rentism are among the main characteristics of large properties. Another characteristic is precisely the high concentration of land. This situation has generated important agrarian conflicts involving land grabbers and capitalist entrepreneurs, on the one hand, and squatter peasants and indigenous peoples, on the other, resulting in a chronic situation of violence.

Keywords: Territory. Unused public lands. Land grab. Social Conflict. State of Amazonas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Residência de camponês sendo destruída.	190
Figura 2 – Residência da liderança camponesa destruída.	191
Figura 3 – Transcurso dos casos de grilagem cancelados com base em decisões do TFR ...	219
Figura 4 – Transcurso do imóvel Pajeú de Flores.	233
Figura 5 – Fichas substitutas das folhas dos livros de registro de imóveis da Fazenda Lisboa e da Fazenda Paraná	254
Figura 6 – Transcurso dos imóveis relacionados ao grupo Falb	256
Figura 7 – Transcurso do imóvel São Miguel	258

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População residente em domicílios rurais no Amazonas (1950-2010)	22
Gráfico 2 – Situação jurídica do imóvel informada pelo declarante (2014).....	114
Gráfico 3 – Tipo de propriedade segundo Lei 8629/93	116
Gráfico 4 – Situação jurídica dos grandes imóveis	117
Gráfico 5 – Situação jurídica dos médios imóveis	118
Gráfico 6 – Situação jurídica dos pequenos imóveis.....	118
Gráfico 7 – Situação jurídica dos minifúndios	119
Gráfico 8 – Relação entre o número de imóveis e a área ocupada por categoria de imóvel .	120
Gráfico 9 – Relação entre o número de imóveis e o tamanho absoluto do imóvel	121
Gráfico 10 – Imóveis por categoria e classificação quanto à produção por área ocupada	122

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Faixa de fronteira.....	27
Mapa 2 – Margens de rodovias federalizadas pelo Decreto-Lei 1.164/71	40
Mapa 3 – Margens de rodovias federalizadas pelo Decreto-Lei 1.164/71 (editado pela Lei 5.917/73).....	41
Mapa 4 – Glebas federais arrecadadas.....	42
Mapa 5 – Localização do Distrito Agropecuário da Suframa	46
Mapa 6 – Zoneamento do Distrito Agropecuário da Suframa.....	48
Mapa 7 – Planície de inundação do rio Amazonas.....	53
Mapa 8 – Rede de drenagem no estado do Amazonas	54
Mapa 9 – Terrenos potencialmente de marinha.....	55
Mapa 10 – Domínio dos rios no estado do Amazonas	67
Mapa 11 – Terras indígenas.....	71
Mapa 12 – Terras quilombolas delimitadas e comunidades certificadas	78
Mapa 13 – Unidades de conservação federais	81
Mapa 14 – Unidades de conservação federais por tipo de ocupação permitida	85
Mapa 15 – UCs federais sobrepostas a terras indígenas e propriedade quilombola.....	88
Mapa 16 – Unidades de conservação estaduais quanto ao tipo de ocupação	94
Mapa 17 – Unidades de conservação estaduais sobrepostas a terras federais.....	95
Mapa 18 – Assentamentos federais	112
Mapa 19 – Módulos fiscais na Amazônia Legal	115
Mapa 20 – Síntese da situação jurídica da terra no Amazonas.....	124
Mapa 21 – Território tradicionalmente ocupado pelos Waimiri-Atroari.....	139
Mapa 22 – Terra indígena delimitada pelo decreto do ditador Médici (1971).....	140
Mapa 23 – Terra indígena delimitada pelo decreto do ditador Figueiredo (1981).....	141
Mapa 24 – Terra indígena homologada pelo decreto do Pres. Sarney (1989).....	142
Mapa 25 – Imóveis onde se repetem sobrenomes somando 12 mil hectares contínuos ou mais	154
Mapa 26 – Imóveis cujos titulares têm sobrenome “Paes” e “de Almeida”.....	155
Mapa 27 – Imóveis cujos titulares tem sobrenome “Morgado”	156
Mapa 28 – Imóveis cujos titulares têm sobrenomes “Piva” e relacionados	157
Mapa 29 – Imóveis cujos titulares têm sobrenome “Campos” e relacionados.....	158
Mapa 30 – Imóveis cujos titulares têm sobrenome “Lot Papa” e relacionados.....	159

Mapa 31 – Imóveis cujos titulares têm sobrenome “da Costa Lima” e relacionados.....	160
Mapa 32 – Imóveis sobrepostos à terra Waimiri-Atroari homologada em 1989	163
Mapa 33 – Imóveis alvos de ações de desapropriação para a formação do reservatório de Balbina.....	164
Mapa 34 – Imóveis titulados sob domínio da Precious Woods no Município de Presidente Figueiredo.....	170
Mapa 35 – Imóveis sob domínio da Agropecuária Jayoro	172
Mapa 36 – Imóveis da Grilagem Paulista ocupados por posseiros	176
Mapa 37 – Estrutura fundiária na comunidade Santo Antônio do Abonari	182
Mapa 38 – Eixos de ocupação da comunidade Terra Santa	188
Mapa 39 – Área com restrições de ocupação estabelecida pelo Decreto nº 1.127, de 22 de abril de 1968	196
Mapa 40 – Municípios que passaram pelo trabalho correicional de 2001	216

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Imóveis alienados com autorização do Senado.....	49
Quadro 2 – Áreas totais e sobreposições em unidades de conservação federais	87
Quadro 3 – Unidades de conservação estaduais por ocupação permitida.....	93
Quadro 4 – Unidades territoriais públicas inalienáveis.....	125
Quadro 5 – Estimativas e censo demográfico para o povo Waimiri-Atroari.....	128
Quadro 6 – População de Moura.....	130
Quadro 7 – Imóveis cancelados na comarca de Lábrea	217
Quadro 8 – Imóveis cancelados na comarca de Borba.....	225
Quadro 9 – Cancelamentos realizados na comarca de Canutama.....	229
Quadro 10 – Cancelamentos realizados na comarca de Manicoré.....	236
Quadro 11 – Cancelamentos realizados na comarca de Tapauá	239
Quadro 12 – Cancelamentos realizados na comarca de Carauari	244
Quadro 13 – Cancelamentos realizados na comarca de Humaitá	247
Quadro 14 – Cancelamentos realizados na comarca de Novo Aripuanã	251
Quadro 15 – Cancelamentos realizados na comarca de Boca do Acre	257
Quadro 16 – Cancelamentos realizados na comarca de Eirunepé.....	260
Quadro 17 – Cancelamentos realizados na comarca de Pauini	263

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I: UM PANORAMA DO AMAZONAS.....	22
1.1 FRONTEIRAS	23
1.2 MARGENS DE RODOVIAS FEDERAIS	37
1.3 DISTRITO AGROPECUÁRIO DA SUFRAMA	45
1.4 RIOS, TERRENOS MARGINAIS E ILHAS FLUVIAIS	51
1.5 TERRAS INDÍGENAS	69
1.6 PROPRIEDADES QUILOMBOLAS	77
1.7 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS	79
1.8 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS	89
1.9 A PROPRIEDADE PRIVADA	96
1.9.1 A propriedade privada na legislação estadual.....	102
1.9.2 A propriedade privada nas terras federais	111
1.9.3 Imóveis Cadastrados no INCRA (SNCR)	113
1.10 SÍNTESE DA SITUAÇÃO JURÍDICA DA TERRA	123
CAPÍTULO II: A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE NA REGIÃO DA BR-174 E RIO UATUMÃ	127
2.1 OS CONFLITOS PELO TERRITÓRIO WAIMIRI-ATROARI	129
2.2 O GENOCÍDIO DURANTE A DITADURA MILITAR	134
2.3 A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM TERRITORIAL	145
2.4 OS EFEITOS DESSA NOVA ORDEM TERRITORIAL	150
2.5 A GRILAGEM PAULISTA.....	152
2.6 A GRILAGEM PAULISTA E A OCUPAÇÃO CAMPONESA.....	175
2.6.1 As comunidades em disputa com a Precious Woods	177
2.6.2 A Comunidade Santo Antônio do Abonari	180
2.6.3 A Comunidade Terra Santa	185
2.7 A DISCUSSÃO LEGAL NA GRILAGEM PAULISTA.....	192
CAPÍTULO III: AS CORREIÇÕES NAS COMARCAS DO SUL DO AMAZONAS.....	208
3.1 PRESSUPOSTOS LEGAIS E O INÍCIO DOS TRABALHOS CORREICIONAIS....	208
3.2 CORREIÇÕES NA COMARCA DE LÁBREA	217

3.3	CORREIÇÃO NA COMARCA DE BORBA	225
3.4	CORREIÇÃO NA COMARCA DE CANUTAMA.....	229
3.5	CORREIÇÃO NA COMARCA DE MANICORÉ	235
3.6	CORREIÇÃO NA COMARCA DE BERURI	237
3.7	CORREIÇÃO NA COMARCA DE TAPAUÁ.....	239
3.8	CORREIÇÃO NA COMARCA DE JURUÁ.....	242
3.9	CORREIÇÃO NA COMARCA DE ITAMARATI	243
3.10	CORREIÇÃO NA COMARCA DE CARAUARI.....	243
3.11	CORREIÇÃO NA COMARCA DE HUMAITÁ.....	246
3.12	CORREIÇÃO NA COMARCA DE NOVO ARIPUANÃ	249
3.13	CORREIÇÃO NA COMARCA DE BOCA DO ACRE	256
3.14	CORREIÇÃO NA COMARCA DE EIRUNEPÉ	259
3.15	CORREIÇÃO NA COMARCA DE ENVIRA.....	261
3.16	CORREIÇÃO NA COMARCA DE IPIXUNA	262
3.17	CORREIÇÃO NA COMARCA DE APUÍ	262
3.18	CORREIÇÃO NA COMARCA DE PAUINI	263
3.19	ANÁLISE DOS DADOS SOBRE AS CORREIÇÕES	264
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	274
	REFERÊNCIAS	281

INTRODUÇÃO

O sociólogo Renan Freitas Pinto levantou o debate de como as ideias viajam no tempo e no espaço, conectando homens e épocas, tendo, em certos momentos especiais, a capacidade de se impor como sistema de pensamento predominante, a partir do qual se passa a agir e perceber o mundo das coisas e dos homens (PINTO, 2005). Em outros momentos ou situações especiais, perdem seu impulso original em situações desfavoráveis à sua propagação, quando são extraviadas ou eclipsadas. É em uma, ou melhor, em algumas dessas viagens que a propriedade da terra alcançou a Amazônia.

Essa compreensão não deve ser vista como devaneio ou idealismo. Ao contrário, buscamos, no percurso desta pesquisa, tratar dos processos sociais com o maior pragmatismo possível e vinculados a uma perspectiva materialista de ciência. A descrição dos processos deve se basear sempre em fatos e provas, nunca em possibilidades ou meras convicções do autor.

As transformações sociais no campo a partir do desenvolvimento capitalista já renderam profundos debates, especialmente entre as escolas marxistas. Isso não significa que o debate continue o mesmo ou que tenha se esgotado. Ao contrário, a sociedade está em movimento, o capitalismo se transformou, e sua fronteira, cada dia mais estreita, avançou por caminhos nunca antes trilhados.

Nossa proposta de análise parte do método dialético materialista. A primeira marca dessa corrente está na busca por compreender os processos e as relações a partir da realidade. Pode parecer trivial afirmar que as teorias devem estar sempre postas à prova, pois não se deve buscar adequar a realidade à teoria. No entanto, é sedutor e, muitas vezes, conveniente discutir a realidade dentro dos restritos limites das teorias consolidadas nos discursos acadêmicos. Como sustenta Oliveira, “a realidade é a única referência para se submeter à discussão nossas concepções teóricas” (2004, p. 29).

Contudo, é sempre importante que a pesquisa esteja vinculada a uma práxis. Isso, porém, é significativamente diferente da perspectiva materialista contemplativa que, por sua vez,

pretende que os homens sejam produtos das circunstâncias e da educação, e que, conseqüentemente, homens transformados sejam produtos de outras circunstâncias e de uma educação modificada, [mas que] esquece que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador precisa ser educado. (MARX; ENGELS, 1998, p. 100).

A pesquisa, portanto, tem sempre uma intencionalidade. A busca pela compreensão da realidade está vinculada à perspectiva de sua transformação, pois a pertinência das

problemáticas abordadas não é mero acidente de percurso. Nosso projeto, que visa analisar a formação da propriedade privada capitalista da terra no Amazonas, foi projetado dentro de um contexto de dúvidas, necessidades e angústias frente ao processo conflitivo e excludente envolvido no acesso à terra na Amazônia.

Não se trata de negar a teoria. Trata-se de lhe dar o devido valor no processo de compreensão da realidade. O debate realizado no âmbito das ciências se constitui em rico instrumento teórico para a compreensão da realidade agrária capitalista. Por isso, as teorias já estabelecidas são de onde partimos para a compreensão dessa complexa realidade, mas não necessariamente são nossa linha de chegada. Esperamos, com esta pesquisa, contribuir com o desenvolvimento do conhecimento e a compreensão da realidade social, portanto, contribuir também no campo teórico.

O marco teórico, a partir do qual iniciamos este trabalho, traz a compreensão de que o desenvolvimento do capitalismo ocorre de maneira desigual, combinada e contraditória. Desigual pois ela permite a acumulação de riqueza por certos grupos da sociedade, excluindo os demais. Isso ocorre de maneira articulada, de tal modo que as desigualdades entre classes e territórios somente podem ser entendidas dentro de um mesmo processo de concentração. Contraditoriamente, o desenvolvimento da sociedade capitalista não se limita ao desenvolvimento de relações capitalistas de produção. Ao mesmo tempo em que o capitalismo reproduz relações eminentemente capitalistas, ele produz e reproduz, contraditoriamente, relações não capitalistas de produção e concentração de riqueza. De modo especial, é possível identificar esses três elementos nas relações agrárias existentes no Brasil.

De um lado, ocorreu o desenvolvimento do assalariamento de trabalhadores no campo, em especial naqueles ramos onde peso e volume da matéria-prima influenciam fortemente nos custos produtivos. Nesses casos, são de domínio de um mesmo capitalista as extensas porções da terra e a indústria que processa a matéria prima. É o caso da produção de açúcar e álcool nas usinas de processamento da cana e também no caso da exploração madeireira. São atividades predominantemente realizadas em indústrias instaladas no interior de latifúndios.

Por outro lado, a sociedade capitalista está apoiada, em grande parte, em relações não capitalistas de produção. Os camponeses estão na base de relações de produção dentro da sociedade capitalista. Camponeses proprietários, rendeiros, posseiros etc. se reproduzem na base de modernas indústrias capitalistas sem que isso os transforme em operários assalariados. Portanto, a reprodução camponesa na sociedade capitalista responde, inclusive, ao interesse de grandes indústrias capitalistas, que subordinam a renda camponesa a diversos setores produtivos. Isso ocorre, por exemplo, na produção de guaraná, que é majoritariamente realizada

em bases camponesas, mas que, por sua vez, é destinada predominantemente à indústria de refrigerantes.

Outra contradição do processo de desenvolvimento capitalista está na ocupação da terra, processo fortemente reconhecido pela violência dos conflitos e pela grilagem¹. Primeiramente, é preciso verificar que a concentração fundiária, em geral, não ocorre com a introdução do assalariamento. São processos distintos e nem sempre conectados. Em segundo lugar, a concentração fundiária surge predominantemente da apropriação de terras públicas, mas a reserva privada da terra nem sempre tem intenções produtivas, por isso, a grilagem não garante que a terra passe a ter uso produtivo. Antes de mais nada, a concentração da terra por meio de sua apropriação possibilita aos seus detentores cobrar da sociedade renda por seu uso. Assim, o domínio da terra permite a extração de renda fundiária.

Nessa perspectiva, precisamos nos apoiar em opções teóricas que admitam a existência dessas outras formas de reprodução social. Para além do paradigma conceitual que admite apenas duas classes sociais no capitalismo (proprietários capitalistas e trabalhadores assalariados), existe a realidade concreta de uma sociedade que depende e reproduz outras relações de produção e apropriação de renda.

Para Marx, a sociedade moderna é constituída por três grandes classes sociais: os trabalhadores assalariados, os proprietários capitalistas e os proprietários da terra, “cujas respectivas fontes de rendimento são o salário, o lucro e a renda fundiária” (MARX, 1986, p. 317).

Oliveira (2008, p. 5) demonstrou que a “relação entre a propriedade privada capitalista da terra e a renda fundiária permite que seu proprietário, mesmo sem nada nela produzir possa se enriquecer”. Isso é ainda mais válido quando ocorre a apropriação ilegal de terra pública pois, via de regra, não é necessário o investimento monetário. “Ou seja, o grileiro apropria-se ilegalmente de uma terra pública e, a partir desta apropriação passa a se apropriar da renda fundiária que ela gera” (p. 5). Nesse sentido, o acesso à terra tem importante significado na construção da sociedade, e a expansão capitalista no campo brasileiro está marcada pela grilagem de terras (OLIVEIRA, 2008).

Kautsky afirmou que a produção capitalista não é a única forma de produção existente na sociedade moderna e que capitalistas e trabalhadores não são as únicas classes dessa sociedade. O autor afirma ainda que as outras classes existentes estão, em parte, se reproduzindo para atender necessidades do próprio capitalismo. Sua pesquisa, datada do final do século XIX,

¹ O termo grilagem, neste trabalho, será sempre utilizado como sinônimo da apropriação ilegal da terra.

demonstrou que os pequenos estabelecimentos agrícolas não estavam em fase de desaparecimento. Portanto, nada indicava que a classe camponesa iria desaparecer com o desenvolvimento capitalista e, por isso, ela precisava ser estudada em suas relações internas na sociedade capitalista (KAUTSKY, 1986). Resultados semelhantes vão aparecer em pesquisas nos séculos XX e XXI.

Na década de 1920, Chayanov advertiu que a unidade econômica camponesa de seu tempo quase sempre estava ligada ao mercado capitalista, que sofria muita influência do mercado financeiro e que coexistia com a indústria e com a agricultura capitalista (CHAYANOV, 1985).

Na década de 1980, Martins afirmou que os camponeses precisam ser entendidos dentro do capitalismo como uma classe social. Segundo ele, o “trabalhador da fábrica e o lavrador do campo vivem, em face do capital, processos sociais diferentes, porque se defrontam com o capital de modos diferentes. São por isso classes sociais entre si diferentes” (MARTINS, 1982, p. 13). “Enquanto a mercadoria do operário é a força de trabalho, a mercadoria do lavrador é o produto do trabalho” (p. 14).

Acrescenta-se aquilo que Oliveira vem insistentemente defendendo: os dados não possibilitam afirmar que os camponeses estejam desaparecendo com o avanço do capitalismo. Ao contrário, os camponeses se relacionam fortemente com o restante da sociedade e exercem função importante em grandes indústrias capitalistas que processam matérias-primas originadas na produção camponesa. E, ao invés de se proletarizarem, o que de fato vem ocorrendo é a luta para continuarem camponeses (OLIVEIRA, 2004).

Portanto, proprietários fundiários rentistas e camponeses se somam aos proletários e proprietários capitalistas na constituição da sociedade. São sujeitos presentes na dinâmica econômica e política da sociedade capitalista, especialmente no campo brasileiro. Por esse motivo, precisam ser entendidos em nossa pesquisa sobre a formação da propriedade capitalista no Amazonas.

Por outro lado, os conflitos pela posse da terra não se resumem às classes sociais existentes no capitalismo. Ao contrário, o avanço da fronteira capitalista presume conflitos com povos não capitalistas. São diferentes formas de organizações sociais e territoriais identificadas na literatura como povos indígenas, comunidades afrodescendentes ou sociedades territoriais, formando a complexa realidade social da Amazônia.

Existem mais de 60 povos indígenas e pelo menos 8 comunidades quilombolas no Amazonas. Esses povos e comunidades se relacionam de diferentes formas com a sociedade capitalista envolvente, desde aqueles amplamente emersos até aqueles que adotaram a estratégia

de isolamento para se proteger da violência dos processos territoriais capitalistas, recolhendo-se em seus territórios sem contato com a sociedade envolvente.

CAPÍTULO I: UM PANORAMA DO AMAZONAS

O estado do Amazonas é a maior unidade da federação brasileira. Sua superfície é de 155.914.907,40 hectares. Ele abriga uma população bastante heterogênea e dinâmica, com mais de 60 povos indígenas, comunidades quilombolas e população camponesa de diferentes origens e situações fundiárias. É falsa a ideia de que essa população do campo tenha perdido volume com o avassalador crescimento urbano no estado. Ao contrário, a população do campo quase dobrou nos últimos 60 anos (Gráfico 1).

Gráfico 1 – População residente em domicílios rurais no Amazonas (1950-2010)

Fonte: Censos Demográficos do IBGE.

Não se pode ignorar que a área urbana de Manaus concentra mais de 50% de toda a população do estado. Dos 3.483.985 habitantes registrados no censo de 2010, 1.792.881 habitavam a área urbana da capital. Ao excluirmos o Município de Manaus dos cálculos, a proporção entre população rural e urbana fica radicalmente diferente. Os municípios do interior do estado têm em média 43% de seus habitantes vivendo em domicílios rurais. Por isso, não podemos nos iludir com os dados relativos e esquecer de olhar para os números absolutos, que apontam para o crescimento ininterrupto da população rural no estado nos últimos 60 anos. Mesmo entre as décadas de 1970 e 1980, quando Manaus dobrou de tamanho, atraindo gente de todo o estado e diferentes regiões do país para indústria e comércio incentivados pela instalação da Zona Franca de Manaus, a população rural do Amazonas se manteve em crescimento.

Enquanto, em 1950, a população rural do estado era de 376.363 pessoas, em 2010, essa população era de 728.495. Se, por um lado, os números nos ajudam a verificar o crescimento da população agrária no Amazonas, por outro lado, esses números pouco nos ajudam a compreender quem é e em que tipo de imóvel vive essa diversificada população rural. No intuito de evidenciar esse cenário, passaremos a descrever as diferentes situações fundiárias e as formas de ocupação encontradas nos dados oficiais sobre ocupação de terras no estado.

1.1 FRONTEIRAS

A legislação determinou situações especiais em relação às terras situadas na faixa na fronteira do Brasil. Não apenas a legislação atual, mas o acúmulo histórico de legislações distingue fortemente o tratamento que deve ser dado às terras situadas na faixa de fronteira em relação às demais terras públicas e particulares. Se olharmos para o histórico da legislação de terras na faixa de fronteiras, podemos observar que ela passou por um processo relativamente coerente de transformação. A União foi trazendo para si a responsabilidade pelas terras devolutas na faixa de fronteiras ao mesmo tempo em que ampliava a abrangência da faixa e reduzia os limites para alienação.

Acompanhando os trabalhos realizados por Pinto Junior (2002), Pinto Junior e Farias (2007a; 2007b) e Oliveira (2008), e as fontes primárias a que tivemos acesso, buscamos traçar um panorama resumido da legislação de fronteiras:

- Em 1850, a Lei de Terras determinou que toda aquisição de terra pública devoluta deveria ocorrer por compra. A única exceção eram os imóveis situados na faixa de 10 léguas (66 km) ao longo da fronteira, que poderiam ser concedidos gratuitamente²;
- Em 1891, a Constituição Federal colocou aos cuidados da União toda a porção de território indispensável para a defesa das fronteiras³, e o Regulamento de Terras do

² Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, Art. 1º, parágrafo único: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Exceptuam-se as terras situadas nos limites do Imperio com paizes estrangeiros em uma zona de 10 leguas, as quaes poderão ser concedidas gratuitamente”.

³ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, Art. 64. “Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territorios, cabendo à União somente a porção de território que for indispensavel para a defesa das fronteiras, fortificações, construcções militares e estradas de ferro federaes”.

Amazonas, de 21 de maio de 1892, acrescentou que essas terras não poderiam ser adquiridas⁴;

- Em 1913, o Decreto 10.105 estabeleceu que a aquisição de terras públicas devolutas na faixa de 10 léguas (66 km) era um ato exclusivo do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio depois de ouvido o Ministério da Guerra. E a área máxima para alienação ficou fixada em 10.000,00 hectares⁵. Entretanto, o decreto foi suspenso, em 1915, até que se organizasse a Lei de Terras, submetida ao voto do Congresso Nacional⁶;
- Em 1934, a Constituição Federal determinou que nenhuma concessão de terra na faixa de 100 km poderia ser realizada sem o consentimento do Conselho Superior da Segurança Nacional. A Constituição determinou ainda que o limite para alienação de qualquer terra pública era de 10.000,00 hectares, salvo autorização do Senado⁷. Não alterou a responsabilidade da União sobre a faixa de 66 km a partir da fronteira e dos estados sobre a faixa entre 66 e 100 km, sempre sujeitos à aprovação do Conselho;
- Em 1937, a Constituição Federal ampliou a faixa de fronteira para 150 km, onde nenhuma concessão deveria ser realizada sem o consentimento do Conselho Superior da Segurança Nacional. Determinou que o limite para alienação de terras públicas permanecia em 10.000,00 hectares⁸. Não alterou a jurisdição federal sobre os

⁴ Regulamento de Terras do Amazonas, de 21 de maio de 1892, Art. 113: “Dentro da porção do território pertencente à União, na forma do Art. 64 da Constituição Federal, que for indispensável a defesa das fronteiras, fortificações, não poderão ser adquiridas as terras devolutas”.

⁵ Decreto 10.105, de 05 de março de 1913, “Art. 114. Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”.

Paragrapho unico. Exceptuam-se as terras situadas nos limites da Republica com paizes estrangeiros, em zona de 10 leguas, que poderão ser concedidas gratuitamente, sob condições prévias estabelecidas pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, depois de ouvido o Ministerio da Guerra.

Art. 115. Medidas, demarcadas e descriptas as terras devolutas, o commissario de terras procederá á sua distribuição em lotes, que serão numerados e cuja área maxima não poderá exceder de 100 kilometros quadrados.”.

⁶ Decreto 11.485, de 10 de fevereiro de 1915, artigo único.

⁷ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, “Art 130 - Nenhuma concessão de terras de superfície, superior a dez mil hectares poderá ser feita sem que, para cada caso, preceda autorização do Senado Federal.

[...]

Art 166 - Dentro de uma faixa de cem quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação e a abertura destas se efetuarão sem audiência do Conselho Superior da Segurança Nacional, estabelecendo este o predomínio de capitais e trabalhadores nacionais e determinando as ligações interiores necessárias à defesa das zonas servidas pelas estradas de penetração.”.

§ 3º - O Poder Executivo, tendo em vista as necessidades de ordem sanitária, aduaneira e da defesa nacional, regulamentará a utilização das terras públicas, em região de fronteira pela União e pelos Estados ficando subordinada à aprovação do Poder Legislativo a sua alienação.”.

⁸ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937:

“Art 155 - Nenhuma concessão de terras de área superior a dez mil hectares, poderá ser feita sem que, em cada caso, preceda autorização do Conselho Federal.

primeiros 66 km da faixa e nem a jurisdição dos demais, entre 66 e 150 km, sob responsabilidade dos estados, sempre sujeitos à aprovação no Conselho;

- Em 1939, o Decreto-Lei 1.164⁹ reforçou a obrigatoriedade de consulta ao Conselho Nacional de Segurança para a concessão de terras públicas na faixa de 150 km. O decreto reduziu significativamente a área máxima a ser concedida nessa faixa de fronteira, sendo fixada em 2.000,00 hectares¹⁰ e não houve alteração na jurisdição das terras devolutas na faixa até 66 km (União) e entre 66 e 150 km (estados). Esses pontos não foram alterados pela Constituição Federal de 1946, pela Lei 2.597/55, pela Emenda Constitucional nº 10 de 1964 ou pela Constituição Federal de 1967, permanecendo sem alterações até 1969;
- Em 1969, a Emenda Constitucional nº 1 determinou que as terras devolutas indispensáveis à segurança nacional pertenciam à União¹¹. Portanto, toda as terras devolutas na faixa de fronteiras, na extensão de 150 km, passaram a ser de jurisdição federal. A emenda constitucional não alterou o limite para alienação de imóveis, fixado em 2.000,00 hectares nem a necessidade de consulta ao Conselho de Segurança Nacional para concessão de terras;
- Em 1979, a Lei 6.634 reforçou que a faixa de 150 km era indispensável à segurança nacional¹², que sua alienação estava subordinada à prévia aprovação do Conselho de

Art 165 - Dentro de uma faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação poderá efetivar-se sem audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional, e a lei providenciará para que nas indústrias situadas no interior da referida faixa predominem os capitais e trabalhadores de origem nacional.”.

⁹ Não confundir este Decreto-Lei 1.164, de 18 de março de 1939, com o decreto-lei de mesmo número, de 1º de abril de 1964, que federalizou a faixa de 100 quilômetros ao longo das margens de rodovias federais na Amazônia Legal.

¹⁰ Decreto-Lei 1.164, de 18 de março de 1939, “Art. 1º As concessões de terras na faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo da fronteira do território nacional com os países estrangeiros não se farão sem prévia audiência do Conselho de Segurança Nacional.

[...]

Art. 11. Nenhuma concessão de terras na faixa da fronteira compreenderá mais de dois mil hectares.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo consideram-se uma só unidade as concessões feitas a indivíduos da mesma família (até o 4º grau, consangüíneos ou afins), ou a empresas que contem e administradores comuns.”.

¹¹ Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, “Art. 4º. Incluem-se entre os bens da União:

I - a porção de terras devolutas indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacionais;”.

¹² Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, “Art. 1º. - É considerada área indispensável à Segurança Nacional a faixa interna de 150 Km (cento e cinquenta quilômetros) de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional, que será designada como Faixa de Fronteira.

Art. 2º. - Salvo com o assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, será vedada, na Faixa de Fronteira, a prática dos atos referentes a:

I - alienação e concessão de terras públicas, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação destinados à exploração de serviços de radiodifusão de sons ou radiodifusão de sons e imagens;

[...]

Segurança Nacional e ampliou para 3.000,00 hectares o limite para concessão de terras na faixa de fronteira (salvo autorização do Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, por manifesto interesse para a economia regional). A lei não alterou a jurisdição federal sobre essas terras;

- Em 1988, a Constituição Federal determinou que são bens da União as terras indispensáveis à defesa das fronteiras e a faixa de até 150 km de largura ao longo das fronteiras terrestres¹³. A Constituição também proibiu a alienação ou concessão de imóveis com mais de 2.500,00 hectares a pessoa física ou jurídica.

Atualmente, a faixa de fronteiras atinge terras situadas em 19 municípios do estado. São eles: Canutama, Lábrea, Boca do Acre, Ipixuna, Guajará, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Jutai, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Japurá, São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos, Urucará e Nhamundá (Mapa 01). Tabatinga é o único município que está totalmente inserido na faixa de fronteira. Parte das terras de Pauini e Envira também estavam sob a faixa de fronteira, situação que foi alterada pela modificação dos limites entre os estados do Amazonas e do Acre, em 2008, quando houve a incorporação dessas terras pelo estado do Acre e por seus respectivos municípios.

Art. 8º. - A alienação e a concessão de terras públicas, na faixa de Fronteira, não poderão exceder de 3000 ha (três mil hectares), sendo consideradas como uma só unidade as alienações e concessões feitas a pessoas jurídicas que tenham administradores, ou detentores da maioria do capital comuns.

§ 1º. - O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional e mediante prévia autorização do Senado Federal, poderá autorizar a alienação e a concessão de terras públicas acima do limite estabelecido neste artigo, desde que haja manifesto interesse para a economia regional.”.

¹³ Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, “Art. 20. São bens da União: (EC no 46/2005)

I – os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;

[...]

Art. 188. A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.”.

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

No período entre 1850 e 1910, ocorreram grandes modificações no traçado da linha de fronteira, com importantes incorporações de terras pelo Brasil na área ocupada pelo estado do Amazonas. Ocorreu também a incorporação do Território Federal do Acre, reduzindo a abrangência da faixa sobre o Amazonas. Além disso, tratados foram assinados com os países vizinhos, e a fronteira foi quase toda demarcada, o que levou à consolidação de seu traçado. Isso tudo ocorreu dentro de um contexto de grande agitação social em que a Pan Amazônia se viu inserida no fluxo de mercadorias mundiais por meio da produção de borracha, com implantação de grandes imóveis destinados à extração do látex¹⁴ em seringais nativos. Por esse motivo, cabem algumas observações referentes a esse período.

A Lei de Terras, de 1850, e seu regulamento estabelecido pelo Decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854, não deixaram uma regra geral para concessões das terras públicas devolutas, no que concerne às dimensões permitidas. Existem, no entanto, regras estabelecidas nos artigos 12, 44, 77 e 85 do referido decreto¹⁵, para situações mais específicas. No artigo 85, por exemplo, o decreto determinou regras para “empresários” interessados em formar povoações em terras devolutas na faixa de fronteira. Os interessados deveriam dirigir suas propostas ao Governo Imperial, por intermédio do Diretor Geral das Terras Públicas, que poderia conceder terras de até 10 léguas quadradas (6.600,00 hectares) “ou o seu equivalente para cada Colônia de mil e

¹⁴ Matéria prima da borracha, extraída predominantemente da seringueira.

¹⁵ Decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854 (manda executar a Lei 601, de 18 de setembro de 1850).

“Art. 12. As medições serão feitas por territorios, que regularmente formarão quadrados de seis mil braças de lado, subdivididos em lotes, ou quadrados de quinhentas braças de lado, conforme a regra indicada no Art. 14 da Lei Nº 601 de 18 de Setembro de 1850, e segundo o modo pratico prescripto no Regulamento Especial, que for organizado pela Repartição Geral das Terras Publicas.

[...]

Art. 44. Se a medição requerida for de posses não situadas dentro de sesmarias, ou outras concessões, porém em terrenos, que se achassem devolutos, e tiverem sido adquiridas por ocupação primaria, ou havidas sem titulo legitimo do primeiro occupante, devem ser legitimadas, estando cultivadas, ou com principio de cultura, e morada habitual do respectivo possessor, ou de quem o represente, o Juiz Commissario fará estimar por arbitros os limites da posse, ou seja em terras de cultura, ou em campos de criação; e verificados esses limites, e calculada pelo Agrimensor a área nelles contida, fará medir para o possessor o terreno, que tiver sido cultivado, ou estiver occupado por animaes, sendo terras de criação, e outro tanto mais de terreno devoluto, que houver contiguo; com tanto que não prejudique a terceiro, e que em nenhum caso a extensão total da posse exceda a huma sesmaria para cultura, ou criação igual ás ultimas concedidas na mesma Comarca, ou na mais visinha.

[...]

Art. 77. As terras reservadas para fundação das Povoações serão divididas, conforme o Governo julgar conveniente, em lotes urbanos e ruraes, ou somente nos primeiros. Estes não serão maiores de 10 braças de frente e 50 de fundo. Os ruraes poderão ter maior extensão, segundo as circumstancias o exigirem, não excedendo porém cada lote de 400 braças de frente sobre outras tantas de fundo.

[...]

Art. 85. Os Emprezaes, que pretenderem fazer povoar quaesquer terras devolutas comprehendidas na zona de dez leguas nos limites do Imperio com Paizes estrangeiros, importando para ellas, á sua custa, colonos nacionaes ou estrangeiros, deverão dirigir suas propostas ao Governo Imperial, por intermedio do Director Geral das Terras Publicas, sob as bases: 1ª da concessão aos ditos Emprezaes de dez leguas em quadro ou o seu equivalente para cada Colonia de mil e seiscentas almas, sendo as terras de cultura, e quatrocentas sendo campos proprios para criação de animaes: 2ª de hum subsidio para ajuda da empreza, que será regulado segundo as difficuldades que ella offerecer.”.

seiscentas almas, sendo as terras de cultura, e quatrocentas sendo campos próprios para criação de animaes”.

Na vigência da Lei de Terras de 1850, ocorreu um processo avassalador na Amazônia, ligado ao extrativismo da borracha. A borracha chegou a responder por 25,7% de todas as exportações brasileiras, entre 1898 e 1910 (SILVA, 2007), e atraiu gente de outras regiões do Brasil e de vários países do mundo. A implantação de seringais esteve baseada na exploração latifundiária e marcada por conflitos com povos indígenas. A apropriação privada da terra alcançou a calha dos principais rios da região.

Entretanto, em 1850, quando foi aprovada a Lei de Terras, as fronteiras brasileiras eram outras. A linha de fronteira foi definida ou modificada até as primeiras décadas do século XX. Ocorreram vários tratados relativos às mudanças de traçado. Embora a faixa de fronteira tenha permanecido em 66 km ao longo de todo esse período, ela sofreu alterações decorrentes do reposicionamento da linha de fronteira. Essa variação atingiu diretamente o estado do Amazonas ao definir as fronteiras brasileiras com a Venezuela, a Colômbia e o Peru. Além disso, o caso do Acre, nos acordos firmados com a Bolívia e o Peru, tiveram importância maior ainda no debate jurídico sobre terras situadas no Amazonas.

Acordos para estabelecer as fronteiras estavam na pauta diplomática brasileira antes da Lei de Terras. Mas, a partir dela, criou-se um marco jurídico na ocupação dessa faixa de terras, e foi nesse período que a fronteira do país foi consolidada. Logo nos primeiros anos, podemos citar o Tratado de 1859, estabelecendo os limites entre o Brasil e a Venezuela¹⁶. Outro muito importante foi o Acordo de Ayacucho, definindo os limites com a Bolívia em 1867. No início do século XX, o Brasil firmou outros três tratados estabelecendo as fronteiras com os países vizinhos com grande importância no Amazonas, quais sejam: Tratado de Petrópolis, com a Bolívia, em 1903; Tratado de Bogotá, com a Colômbia, em 1907¹⁷; Tratado do Rio de Janeiro, com o Peru, de 1909. Do ponto de vista da questão da terra, os tratados com a Venezuela e com a Colômbia se limitaram a estabelecer a linha de fronteira. Já os tratados de Petrópolis e do Rio de Janeiro foram mais amplos, interferindo diretamente no regime jurídico das terras que foram incorporadas pelo Brasil.

¹⁶ A questão só foi encerrada em 1905, mas prevaleceu a demarcação realizada em decorrência do Tratado de 1859.

¹⁷ As discussões em torno da fronteira entre Brasil e Colômbia, no trecho de 320 km entre a foz do Apapori e a cidade de Tabatinga, se estenderam até 1928, em decorrência de esse trecho ter sido reivindicado pelo Equador e pelo Peru, em detrimento da Colômbia. Portanto, a discussão não estava em torno do que se entendia como território brasileiro, mas somente a quem pertencia as terras confinantes.

A priori, o Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903, aborda somente as terras do Território do Acre, anexadas pelo Brasil. Portanto, sua conexão com questões jurídicas da terra no Amazonas estaria somente no reposicionamento da faixa de fronteira, que reduziu sua abrangência naquela parte do Amazonas para se posicionar a montante, no Território do Acre, acompanhando a linha de fronteira estabelecida pelo tratado. Entretanto, o debate jurídico alcançou terras pertencentes ao estado do Amazonas, influenciando decisões tomadas pelo Tribunal de Justiça do estado, o que nos obriga a discutir o tema em mais detalhamento.

O Tratado de Petrópolis¹⁸, que fez a permuta de territórios entre Brasil e Bolívia, em seu Art. II estabeleceu que:

A transferência de territórios resultante da delimitação descrita no artigo precedente compreende todos os direitos que lhe são inerentes e a responsabilidade derivada da obrigação de manter e respeitar os direitos reais adquiridos com nacionais e estrangeiros, segundo os princípios do direito civil.

Portanto, o Art. II do tratado determina que o Brasil deve reconhecer os proprietários de imóveis adquiridos legitimamente antes da anexação do território e, portanto, na circunscrição do território anexado. O tratado, entretanto, não definiu aquilo que ambos entendiam como parte legítima de seus respectivos territórios e que, naquele momento, estavam sendo transferidas. O Art. 1º faz somente a descrição do novo limite estabelecido entre os dois países e em nenhuma outra parte do tratado se definiu exatamente os territórios que estavam sendo trocados ou a linha divisória que deixou de existir. Para identificar a linha divisória que até aquele momento era entendida como legítima por ambos os países, podemos recorrer ao tratado anterior.

O Tratado de Ayacucho, de 1867, estabeleceu como fronteira a linha reta entre o ponto da margem esquerda do rio Madeira, situado na paralela de 10º 20” S, até a cabeceira do rio Javari¹⁹. Essa linha passa majoritariamente dentro dos limites do atual estado do Acre. São 663 km dentro do território acreano até cruzar a linha que separa os dois estados, depois disso, a linha segue por 160 km na circunscrição dos municípios de Boca do Acre e Lábrea, no estado do Amazonas, até entrar no Estado de Rondônia, seguindo daí em diante por terras atualmente pertencentes à Bolívia até alcançar a margem do Rio Madeira.

¹⁸ O tratado foi aprovado pelo Decreto 1.179, de 18 de fevereiro de 1904 e, posteriormente, editado pelo Decreto 1.181, de 25 de fevereiro de 1904.

¹⁹ Deste rio [o Madeira] para oeste, seguirá a fronteira por uma paralela, tirada da sua margem esquerda na latitude sul de 10º 20’ a encontrar o rio Javari. Se o Javari tiver as suas nascentes ao norte daquela linha leste-oeste, seguirá a fronteira desde a mesma latitude por uma reta a buscar a origem principal do dito Javari.

A linha do Tratado de Ayacucho não se aprofunda mais que 4,6 km no estado do Amazonas²⁰. Considerando os atuais limites do estado do Amazonas, a área que estaria fora dos limites estabelecidos pelo Tratado de Ayacucho, ou seja, que foram reconhecidos pelo tratado como pertencentes à Bolívia e que atualmente estão situadas no estado do Amazonas, é de aproximadamente 39.000,00 hectares. São aproximadamente 24.700,00 hectares no município de Boca do Acre e 14.300,00 hectares no município de Lábrea. Portanto, sob esse ponto de vista, a discussão sobre a admissibilidade de títulos de propriedade emitidos pelo governo boliviano em terras amazonenses caberia quando os imóveis estivessem situados nesses dois municípios e, mais especificamente, na faixa de aproximadamente 39.000,00 hectares que se limita atualmente com o estado do Acre. Entretanto, a legislação que buscou regulamentar o Tratado de Petrópolis tornou evidente que seu alcance estava restrito ao Território do Acre.

Nesse sentido, o Decreto 2.543-A, de 05 de janeiro de 1912, que nasceu no contexto da crise da borracha na Amazônia e que, em seu Art. 10, buscou regulamentar a questão fundiária acordada no Tratado de Petrópolis, evidenciou que seu alcance se restringia à circunscrição do Território Federal do Acre²¹. O decreto também estabeleceu um limite de 1.000,00 hectares (10 quilômetros quadrados) por imóvel. Entretanto, foi bastante permissivo, possibilitando a regularização de imóveis com títulos expedidos no Brasil, Bolívia ou Território Independente do Acre e até mesmo sem título de propriedade que se achassem ocupados diretamente pelo posseiro ou por seu representante. Por esse motivo, Ligia Osório Silva afirmou que o decreto foi tão liberal quanto as legislações estaduais, que passaram a ser editadas após a Constituição de 1891 (SILVA, 2007). Além disso, o decreto anunciava uma revisão do regulamento de terras para todo o Brasil (até então representados pela Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, e pelo Decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854), e que garantiria a ocupação do Território Federal do Acre.

²⁰ Informação produzida com base no traçado do rio Javari conforme apresentado na base cartográfica do IBGE (do dia 06 de dezembro de 2016) e a coordenada descrita no Tratado de Ayacucho.

²¹ Decreto 2.543-A, de 05 de janeiro de 1912, “Art. 10. O Governo mandará proceder à discriminação e consequente reconhecimento das posses das terras do Território Federal do Acre, para a expedição dos respectivos títulos de propriedade.

§ 1º Na verificação deverão ser atendidos, tanto quanto possível:

a) os títulos expedidos pelos governos do Estado do Amazonas, da Bolívia e do ex-Estado Independente do Acre antes do tratado de Petrópolis;

b) as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem em efectiva exploração ou com princípios della e morada habitual do posseiro ou de quem o represente.

§ 2º A área máxima de cada lote será de dez quilômetros em quadra de terras.

§ 3º O Governo reverá as disposições da lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, e decreto n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854, expedindo novo regulamento de terras com as modificações da presente lei e as que mais convenientes parecerem á actual situação dos territorios federaes.”.

Por meio do Decreto 10.105, de 05 de março de 1913, o governo promoveu a anunciada revisão do regulamento de terras. Naquilo que diz respeito ao território boliviano anexado pelo Brasil, o decreto buscou seguir os acordos bilaterais firmados nos tratados. O Art. 3º do Decreto 10.105 estabeleceu que são admitidos como legítimos alguns títulos emitidos pela Bolívia, pelo estado do Amazonas ou pelo extinto Estado Independente do Acre, desde que tenham sido expedidos anteriormente à fundação de cada departamento, em virtude da Lei 5.188, de 7 de abril de 1904²². A Lei 5.188, por sua vez, teve o objetivo de decretar os limites²³ e organizar a gestão do Território do Acre. Nesse sentido, todos os departamentos presentes nessa lei de 1904 estavam circunscritos ao Acre, o que torna todos os demais regulamentos dele derivados sem repercussão sobre as terras situadas nos demais estados da federação. Em síntese, o Art. 3º do Decreto 10.105/13, ao fazer referência à Lei 5.188/04, restringe sua abrangência às terras pertencentes ao Acre.

Não foi muito diferente com o Tratado do Rio de Janeiro. O Peru também reivindicava parte dessa área do Acre. Com o Tratado do Rio de Janeiro, de 08 de setembro de 1909, o Brasil e o Peru chegaram a um acordo quanto ao traçado da fronteira. Semelhantemente ao Tratado de Petrópolis, o Tratado do Rio de Janeiro estabeleceu que o Brasil se obrigava a “manter e respeitar, segundo os princípios do Direito Civil, os direitos reais adquiridos por nacionais e estrangeiros sobre as terras que [...] fiquem reconhecidas como pertencentes ao Brasil”. Por esse motivo, o Decreto 10.320, de 07 de julho de 1913, deu nova redação ao Art. 3º do Decreto 10.105/13, acrescentando a admissão de títulos de imóveis expedidos pelo governo do Peru²⁴

²² Decreto nº 10.105, de 05 de março de 1913 (aprovou o “novo” regulamento de terras devolutas da União) “Art. 3º São reconhecidos como legítimos os títulos expedidos pelos governos da Bolívia, do Estado do Amazonas e do ex-Estado Independente do Acre, antes da fundação de cada departamento, em virtude da lei nº 5.188, de 7 de abril de 1904.

Paragrapho unico. Todos esses titulos serão archivados, para que sejam expedidos novos, em modelo uniforme aprovado pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, com as possiveis correções de quaesquer erros topographicos e com as indicações do registro cadastral”.

²³ Decreto nº 5.188, de 7 de Abril de 1904, Art. 1º: “O territorio do Acre tem por limites:

Ao norte, a linha geodesica Javary-Beni, desde a nascente do Javary até à nova fronteira com a Bolivia no rio Abunan; a léste e ao sul, os limites estabelecidos pelo tratado de 17 do novembro de 1903 entre o Brazil e a Bolivia; e a oeste, desde a nascente do Javary até 11 grãos de latitude austral, os limites que forem estipulados entre o Brazil e o Perú.

Ao sul da nascente do Javary, a jurisdição das autoridades creadas por este decreto irá até á linha que divide as vertentes do Ucayale das dos afluentes do Amazonas ao oriente do Javary, isto é, das do Juruá e Purús, linha que limita pelo occidente os territorios a que o Brazil tinha direito incontestavel antes do tratado de 27 de março de 1867, implicitamente cedidos então á Bolivia e recuperados agora pelo tratado de 17 de novembro de 1903, ficando, além disso, o Brazil, por força deste ultimo pacto, com direito á zona que a Bolivia reclamava ou podia reclamar do Perú, ao norte do paralelo de 11 grãos na bacia do Ucayale.”.

²⁴ Com a nova redação, o artigo terceiro do Decreto 10.105, de 05 de março de 1913, ficou assim: “Art. 3º São reconhecidos como legítimos os títulos expedidos pelos governos da Bolívia e do Peru, do Estado do Amazonas e do ex-Estado independente do Acre, antes da fundação de cada departamento, em virtude da lei nº 5.188, de 7 de abril de 1904.”.

entre aqueles que deveriam ser reconhecidos como válidos, quando adquiridos de acordo com as leis vigentes no país de origem. A área de abrangência desse decreto também se limitava ao Território do Acre, sob a circunscrição determinada pelo Decreto 9.831, de 23 de outubro de 1912²⁵, que basicamente seguia a mesma linha delimitada no Tratado de 1867 e que foi parcialmente demarcada entre 1895 e 1896.

Portanto, a legislação nacional que buscou regulamentar os tratados de Petrópolis e do Rio de Janeiro se restringiu à circunscrição do Território do Acre e não se aplica às terras que já eram reconhecidas como brasileiras pelos países vizinhos. Em outras palavras, não podem ser reconhecidos como legítimos os imóveis titulados pela Bolívia, pelo Peru ou pelo Estado Independente do Acre em terras pertencentes ao estado do Amazonas, visto que, sobre as terras brasileiras na circunscrição do estado do Amazonas, não havia contestação do domínio brasileiro. Ainda que se extrapolasse a legislação nacional para atender à integridade da área a montante da linha estabelecida em 1867, os tratados bilaterais alcançariam no máximo uma estreita faixa de aproximadamente 39.000,00 hectares na circunscrição de dois municípios do Amazonas (Boca do Acre e Lábrea), onde seriam admitidos imóveis titulados pelos governos estrangeiros.

É bem verdade que, até o Tratado de Ayacucho, em 1867, a Bolívia tinha como suas as terras situadas ao sul do paralelo entre a cabeceira do rio Javari até o rio Madeira. Entretanto, esse entendimento é anterior à descoberta da vulcanização do látex que potencializou seu uso industrial (SILVA, 2007). Esse processo de vulcanização promoveu o chamado *boom* da borracha, entre as décadas de 1860 e 1910, período em que a terra na Amazônia passou por um rápido processo de apropriação privada para a exploração dos seringais nativos. Esse processo culminou com conflitos diplomáticos entre o Brasil e a Bolívia, vinculado à ocupação das terras do Acre por brasileiros, que findou com o Tratado de Petrópolis. Portanto, até 1867, a posse ou apropriação privada da terra não havia sido promovida pela Bolívia ou qualquer outro estado nacional, não cabendo a discussão sobre a existência de títulos de propriedade privada antes do *boom* da borracha.

²⁵ Decreto 9.831, de 23 de outubro de 1912, “Art. 1º O Territorio do Acre é limitado: ao Norte pelo Estado do Amazonas; ao Sul pela Republica da Bolivia e pela Republica do Perú, e a Oeste pela Republica do Perú.

§ 1º O limite septentrional com o Estado do Amazonas é formado pela linha geodesica obliqua, traçada da nascente do rio Javary, em 7º-1'-17",5 de Latitude Sul e 74º-8'-27",07 de Longitude Occidental de Greenwich, a confluência dos rios Mamoré e Beni, onde começa o rio Madeira, em 10º-20' de latitude Sul, tal como foi calculada e em parte demarcada nos annos de 1895 e 1896; e desde a nascente do Javary acompanha essa mesma linha até a sua intersecção com o rio Abunan, onde começa o territorio boliviano nesse ponto, na fôrma do tratado de Petropolis de 17 de novembro de 1903.”.

Em 1915, o presidente da república suspendeu os decretos 10.105, de 5 de março de 1913, e 10.320, de 7 de julho do mesmo ano, até que se organizasse a lei de terras, que seria submetida ao Congresso Nacional²⁶. Dessa forma, os Tratados de Petrópolis e do Rio de Janeiro perderam provisoriamente sua regulamentação no Brasil.

Entretanto, a existência dessa legislação que estabeleceu um regime jurídico especial para as terras situadas no estado do Acre foi utilizada pela Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas, em 2001, como argumento para o não cumprimento dos seus deveres estabelecidos pela Lei 6.739, de 5 de dezembro de 1979, ou seja, cancelar administrativamente matrículas e registros de imóveis realizados irregularmente pelos cartórios do estado quando solicitada pelo INCRA²⁷. Na verdade, os pedidos realizados pelo INCRA, em 2001, demonstravam pouco domínio sobre a legislação pertinente, visto que o pedido sugere primeiramente a consulta ao IBGE, para apurar os indícios de que as terras já eram reconhecidamente brasileiras antes dos tratados firmados.

É o caso do imóvel São Domingos, com 150.000,00 hectares, situado no Município de Lábrea. O imóvel foi registrado na Comarca de Lábrea no dia 11 de novembro de 1976, com base em título definitivo expedido pelo Governo da Bolívia. É preciso mencionar que, ainda que se admitisse a possibilidade de convalidação de imóveis com títulos estrangeiros no município de Lábrea, essa convalidação estaria restrita à faixa de terras estimada em 14.300,00 hectares, que evidentemente não pode comportar tal imóvel por ser inferior a ele. O INCRA encaminhou o pedido de cancelamento da matrícula observando que “os dados constantes de seus limites e confrontações deixam indícios que a área de sua localização esteve sempre sob a jurisdição do Estado Brasileiro” (AMAZONAS, 2001e, p. 12). O pedido de cancelamento da matrícula e do registro foi indeferido pela Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas sob a argumentação de que “não se tem notícia inequívoca, nos livros examinados, de que a presente situação esteja revestida de qualquer irregularidade que se permita, de pronto, a anulação do referido registro por essa via administrativa” (LIMA, 2002, p. 44).

O mesmo ocorreu com o imóvel denominado Seringais Bom Comércio e La Paz, com 60.000,00 hectares, também localizado no município de Lábrea e com título que teria sido emitido pelo Governo da Bolívia. Para reconhecer os dois imóveis, seria necessário admitir a

²⁶ Ato estabelecido pelo Decreto 11.485, de 10 de fevereiro de 1915.

²⁷ Lei 6.739, de 5 de dezembro de 1979, “Art. 1º A requerimento de pessoa jurídica de direito público ao Corregedor-Geral da Justiça, são declarados inexistentes e cancelados a matrícula e o registro de imóvel rural vinculado a título nulo de pleno direito, ou feitos em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei nº 6.216, de 30 de junho de 1975.”.

existência de, no mínimo, 210.00,00 hectares de terras no município de Lábrea que tivessem sido adquiridas pelo Brasil por meio do Tratado de Petrópolis, algo totalmente irreal.

A Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas buscou fundamentar suas decisões no documento anexo à Exposição de Motivos nº 77, de 10 de outubro de 1978, que, por sua vez, tinha como objetivo orientar os trabalhos do INCRA sobre regularização fundiária em terras federais. Esse documento aponta “as hipóteses passíveis de convalidação de domínio sobre terra pública, por particulares, fundado, seja em título, seja em mera ocupação, nos termos da legislação sobre terras, editada de 18 de setembro de 1850 a 5 de setembro de 1946”. A Corregedoria cita especificamente o Capítulo II, Inciso 2, alínea “c”. Entretanto, o documento citado não deixa margem para essa interpretação:

2. Poder-se-ão ter como legítimos, quando revestidos das formalidades mínimas inerentes à sua eficácia, os seguintes títulos, dentre outros: [...]
- c) os expedidos pelos Governos da Bolívia, do Peru, do Estado do Amazonas e do ex-Estado Independente do Acre, em data anterior a 7 de abril de 1904 e concernentes a terras rurais acreanas, observados, sempre que possível, os requisitos de morada habitual e cultura efetiva. (ROL, 2007, p. 61-62).

Portanto, dentre as hipóteses passíveis de convalidação de domínio sobre terras públicas apontadas pela Exposição de Motivos nº 77, estão aquelas expedidas por governos estrangeiros, mas somente em “terras rurais acreanas”. Essa limitação territorial inviabiliza sua aplicação em terras amazonenses ou de qualquer outro estado da federação.

Além de tudo isso, cabe evidenciar que, em 1913, através dos decretos 10.105 e 10.320, foi determinado que todos os títulos emitidos pelos governos da Bolívia, do Peru, do Estado Independente do Acre e pelo Governo do estado do Amazonas sobre o Território do Acre deveriam ser arquivados pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio do Brasil, para que fossem substituídos por novos, com possíveis correções de erros cartográficos e com as indicações do registro cadastral (Art. 3º, Parágrafo único). Nesse sentido, o reconhecimento passa necessariamente por um rito processual, ou seja, é necessário apresentar o título original ao governo central brasileiro que o arquivava e o substitui por outro título padronizado.

Portanto, nenhum imóvel deveria ser registrado nos cartórios sob a apresentação de um título estrangeiro. O registro deve ser feito sob a apresentação do título padronizado, emitido pelo órgão federal competente, em substituição ao original, que deve ser arquivado. No exemplo dos imóveis São Domingos e Seringais Bom Comércio e La Paz, ainda que se entendesse como legítimos os títulos expedidos pelo governo boliviano no território amazonense, não era o título original que deveria ser registrado, mas seu substituto.

Outra questão legal que precisa ser evidenciada é que as posses e concessões públicas outorgadas pelos governos estrangeiros sem terras medidas ou demarcadas só poderiam ser legitimáveis ou reconhecidas quando comprovadas exploração efetiva e morada habitual²⁸.

Por fim, as fronteiras entre os Estados do Amazonas e Acre permaneceram em discussão até o início deste século XXI. Na verdade, essa discussão se prolongou até o ano de 2008²⁹. Entretanto, todas as modificações afastaram a divisa entre os dois estados para o norte, para além do que foi estabelecido no Tratado de Ayacucho, em 1867, quando o Acre ainda pertencia à Bolívia. Os registros de imóveis realizados nas comarcas do Amazonas, mas que se localizavam dentro da área que foi incorporada ao estado do Acre, foram remetidos aos cartórios acreanos correspondentes. Essas mudanças na linha de fronteira entre Amazonas e Acre estão alicerçadas em questões administrativas e políticas que em nada modificaram as questões jurídicas da terra no estado do Amazonas. E essa questão apenas reforça a tese de que não há amparo legal para o registro ou o reconhecimento de títulos de propriedades emitidos por governos estrangeiros na circunscrição do estado do Amazonas.

²⁸ Decreto 10.105, de 5 de março de 1913:

“Art. 4º São revalidáveis, sujeitas apenas a sellos de processo e emolumentos de registro, as concessões outorgadas pelos governos mencionados no artigo anterior, quando compreenderem terras não medidas nem demarcadas, mas que apresentem exploração efectiva, no todo ou em parte, com morada habitual do concessionário ou de quem o represente, ainda que taes concessões tenham sido feitas sob condições não cumpridas em sua plenitude. Paragrapho único. Serão também revalidáveis as áreas excedentes ás concedidas, que estiverem exploradas ou tenham principio de exploração na fôrma do presente artigo.

Art. 5º São legitimáveis:

a) as posses das terras fundadas em concessões, que não puderem ser revalidadas por não se acharem nas condições do artigo anterior;

b) as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primaria ou havidas do primeiro occupante, si se acharem em efectiva exploração ou com principio della e morada habitual do possessor ou seu successor universal ou singular ou dos seus propostos.

Art. 6º Serão consideradas inexploradas as terras onde se não encontrem indícios claros de cultura efectiva e morada habitual, deixando de ser havidos por principio de exploração os roçados provisórios, as pequenas derrubadas, a queima de matas e campos, os ranchos e outros quaesquer vestígios de transitoria passagem dos occupantes.

Art. 7º Serão para os efeitos de revalidação e legitimação equiparados ás terras exploradas os campos de criar, quando occupados por gado de qualquer especie e nelles existam ranchos, apartadores e outras accomodações necessarias á criação e á pastagem dos animaes pertencentes ao occupante e bem assim as terras de seringas ou castanhaes em exploração.

Paragrapho unico. Para os mesmo efeitos considera-se principio de exploração a abertura de estradas para seringas ou castanhaes, desde que, dentro do prazo de um anno, se lhes possa tornar efectiva a exploração industrial.

Art. 8º Considera-se morada habitual a residencia em casas, mesmo cobertas de palha; em ranchos, barracas ou barracões, comtanto que tenham o caracter de habitações permanentes e sejam occupadas effectivamente pelo concessionário, possessor ou seus representantes.

Art. 9º A legitimação das posses compreenderá as terras effectivamente possuidas, podendo, porém, o possessor requerer livremente a legitimação do todo ou de parte dellas.”

²⁹ Decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal, que julgou improcedente a Reclamação 1.421-5, de autoria do Estado do Amazonas, que pretendia reverter as modificações realizadas na fronteira entre os dois estados que, por sua vez, impôs perdas territoriais ao Amazonas, em função da existência de cidades acreanas fora dos limites de seu respectivo estado.

1.2 MARGENS DE RODOVIAS FEDERAIS

No dia 01 de abril de 1971, através do Decreto-Lei 1.164, o ditador Emílio Médici, incluiu entre os bens da União as terras situadas na faixa de 100 quilômetros nas margens de rodovias federais da Amazônia Legal³⁰. O decreto-lei incluiu a maior parte das rodovias federais situadas nesse perímetro, mesmo aquelas rodovias que existiam apenas nos planos do governo. Messias Junqueira afirmou que o decreto-lei “é em direito público territorial – a coisa mais importante que já se fez no Brasil desde a Lei 601, de 18 de setembro de 1850”. O autor afirmou ainda que o decreto-lei tinha por objetivo “harmonizar as peculiaridades regionais com os autos interesses do desbravamento, através da colonização racional” (JUNQUEIRA, 1973, p. 65).

Obviamente, o decreto-lei de federalização das margens das rodovias mudaram a Amazônia. Não se pode negar sua importância enquanto agente de transformação. Portanto, não há exageros na afirmação de Junqueira. Entretanto, é preciso entender esse decreto-lei dentro do processo em que esteve inserido, que envolveu a expansão das fronteiras da sociedade capitalista em detrimento dos territórios indígenas, por meio de práticas genocidas. É preciso ficar atento também a sua ressignificação nos processos sociais mais recentes.

No Amazonas, o decreto-lei de federalização atingiu as margens das seguintes rodovias: BR-230 ou Transamazônica no trecho entre as cidades de Itaituba (PA) e Humaitá, construída

³⁰ Decreto-Lei 1.164, de 1º de abril de 1971, “Art 1º São declaradas indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, definida no artigo 2º da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, as terras devolutas situadas na faixa de cem (100) quilômetros de largura, em cada lado do eixo das seguintes rodovias, já construídas, em construção ou projeto:

I - Transamazônica - Trecho Estreito Altamira - Itaituba - Humaitá, na extensão aproximada de 2.300 quilômetros.

II - BR-319 - Trecho Pôrto Velho - Abunã - Guajará-Mirim, na extensão aproximada de 270 Km.

III - BR-236 - Trecho Abunã - Rio Branco - Feijó - Cruzeiro do Sul - Japim, na extensão aproximada de 840 Km.

IV - BR-317 - Trecho Lábrea - Bôca do Acre - Rio Branco - Xapuri - Brasília - Assis Brasil, na extensão aproximada de 600 Km.

V - BR-406 - Trecho Lábrea - Humaitá, na extensão aproximada de 200 Km.

VI - BR-319 - Trecho Pôrto Velho - Humaitá - Manaus, na extensão aproximada de 650 Km.

VII - BR-174 - Trecho Manaus - Caracarai - Boa Vista - Fronteira com a Venezuela, na extensão aproximada de 800 Km.

VIII - BR-401 - Trecho Boa Vista - Fronteira com a Guiana, na extensão aproximada de 140 Km.

IX - BR-364 - Trecho Cuiabá - Vilhena - Pôrto Velho, na extensão aproximada de 1.000 Km.

X - BR-165 - Trecho Cuiabá - Cachimbo - Santarém, na extensão aproximada de 1.320 Km.

XI - BR-156 - Trecho Macapá - Oiapoque, na extensão aproximada de 680 Km.

XII - BR-080 - Trecho Rio Araguaia - Cachimbo - Jacareacanga - Manaus - Içana - até a fronteira com a Colômbia, na extensão aproximada de 3.200 Km.

XIII - BR-153 - Trecho Paralelo 13 (no Estado de Goiás) - Pôrto Franco, na extensão aproximada de 800 Km.

XIV - BR-010 - Trecho Carolina - Guamá (subtrecho da Belém - Brasília), na extensão de 600 Km.

XV - BR-070 - Trecho Rio Araguaia - Cuiabá, na extensão aproximada de 470 Km.

XVI - BR-307 - Trecho Cruzeiro do Sul - Benjamim Constant - Içana, na extensão aproximada de 885 Km.

XVII - Rodovia Perimetral Norte - Trecho Mitu - Içana - Caracarai - Macapá, na extensão aproximada de 2.450 Km.

XVIII - BR-158 - Trecho Barra do Garças - Xavantina - São Felix do Araguaia, na extensão aproximada de 650 Km.”.

na década de 1970; BR-317 nos trechos entre as cidades de Rio Branco (AC), Boca do Acre e Lábrea, tendo sido construído somente o primeiro trecho; BR-406 no trecho entre Lábrea e Humaitá, que foi construída, mas passou a fazer parte da Transamazônica; BR-319 nos trechos entre as cidades de Porto Velho (RO), Humaitá e Manaus, construída na década de 1970; BR-174 nos trechos entre Manaus e Caracarái (RR), trecho concluído ainda na década de 1970; BR-080 nos trechos entre as cidades de Jacareacanga (PA) e Manaus até a fronteira com a Colômbia (em São Gabriel da Cachoeira), que nunca foi construída; BR-307 entre Cruzeiro do Sul (AC), Benjamim Constant e o rio Içana (em São Gabriel da Cachoeira), que teve apenas um trecho construído no Município de São Gabriel da Cachoeira ainda na década de 1970; BR-210 ou Perimetral Norte entre Caracarái (RR) e o rio Içana (em São Gabriel da Cachoeira) até Mitu (na Colômbia), que não teve nenhum trecho construído no estado do Amazonas (Mapa 02).

Outras duas rodovias incluídas no Decreto-Lei 1.164/71 tiveram impacto direto sobre terras localizadas no estado, pois estão situadas em estados vizinhos e a menos de 100 quilômetros da Fronteira com o Amazonas. São elas: a BR-364 (inicialmente identificada como BR-319), entre Porto Velho (RO) e o Rio Abunã (RO); e a BR-236, nos trechos entre Abunã (RO), Rio Branco (AC), Feijó (AC), Cruzeiro do Sul (AC) e Japiim (AC).

Embora nós tenhamos buscado distinguir as rodovias quanto a sua efetiva instalação ou simples planejamento, a situação jurídica das terras situadas nas margens das rodovias construídas era a mesma das terras situadas nas margens das rodovias meramente projetadas. Independentemente da construção ou não das rodovias, as terras devolutas descritas no decreto-lei se tornaram federais. Portanto, em todas as situações, a responsabilidade sobre sua gestão era da União, e caberia às entidades federais a destinação dessas áreas. Por outro lado, a construção de rodovias implicava sempre em transformações territoriais importantes. Onde elas não foram efetivamente construídas, permaneceram preservados os territórios indígenas existentes; já nas rodovias instaladas, houve extermínio de povos indígenas e a expansão do domínio capitalista, com nova ocupação do território. Daí decorre a importância em destacar se a rodovia foi ou não implantada.

O decreto-lei abrangeu a maior parte do estado do Amazonas. Dos 61 municípios atualmente existentes no estado, 48 tiveram alguma área federalizada pelo decreto-lei original de 1971³¹. Em alguns casos, a totalidade da área do município foi alcançada pelo decreto-lei. Nessa situação estão todos os municípios da Microrregião de Manaus (Manaus, Careiro da

³¹ Com a redação dada pela Lei 5.917, de 10 de setembro de 1973, Parintins também teve parte de sua área federalizada em decorrência da inclusão do trecho da BR-163 Santarém-Alenquer-Fronteira com o Suriname.

Várzea, Iranduba, Manacapuru, Careiro e Autazes). O decreto-lei também abrange a totalidade da área dos municípios de Rio Preto da Eva, Autazes e Tabatinga.

O Decreto-Lei 1.243/72, a Lei 5.917/73 e o Decreto-Lei 1.868/81 modificaram alguns pontos do decreto-lei anterior. O principal deles foi a exclusão, em 1973, do trecho da BR-080 entre as cidades de Manaus e o rio Içana (na fronteira com a Colômbia) das áreas federalizadas. Outro ponto importante foi a inclusão, em 1972, dos trechos da BR-163 entre as cidades de Santarém (PA) e Alenquer (PA) até seu cruzamento com a Perimetral Norte, que atingiram terras na fronteira entre o Pará e o Amazonas (Mapa 03).

Em 24 de novembro de 1987, o Decreto-Lei 1.164/71 foi revogado pelo Decreto-Lei 2.375/87. Entretanto, as terras públicas devolutas somente passam ao domínio dos estados por pleito de restituição, ou seja, os estados podem arrecadar as terras públicas devolutas em seus domínios por meio de solicitação à União que, por sua vez, atestará que a terra não foi arrecadada³². Já as terras públicas não devolutas permaneceram sob o domínio da União (Mapa 04), assim como as terras situadas na faixa de fronteira, as situadas nos municípios de São Gabriel da Cachoeira e Humaitá e as áreas contidas na relação dos bens da União por imposição da legislação vigente.

³² Decreto-Lei 2.375, de 24 de novembro de 1987:

“Art. 6º Os Estados e Territórios poderão arrecadar terras públicas devolutas de seu domínio, observado, no que couber, o artigo 28 da Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976.

Parágrafo único. Em se tratando de terras públicas devolutas incorporadas ao patrimônio de Estado, ou Território, por força deste decreto-lei, a arrecadação instruir-se-á, necessariamente, com certidão expedida pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – Mirad, na qual se ateste não estar, a área arrecadada, em qualquer das situações previstas no § 2º do artigo 2º.”.

Mapa 2 – Margens de rodovias federalizadas pelo Decreto-Lei 1.164/71

Amazonas:
Áreas Federalizadas
pelo Decreto-Lei
1.164/71
(Redação Original)

Legenda

- Capital Estadual
- Cidade
- Rodovia Federal**
 - Planejada
 - Implantada
 - - - Planejada
- Área Federalizada

USP FAPEAM
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
Certificada PEA/ISO 9001:2008

Datum: SIRGAS 2000.
Fonte de dados:
Decreto-Lei 1.164 de 01/04/1971.
rodovias DENIT* (2016);
divisão política e cidades IBGE (2016);
Elaboração: Tiago Maiká Müller Schwade.
Resp.Téc.: Schwade,T.M.M.(CREA/AM:14415-D)
Elaborado em 14 de junho de 2018.
*A rodovia BR-080 não está na base geográfica do DENIT e foi inserida com base nos pontos descritos no Decreto-Lei 1.164/71.

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

Mapa 3 – Margens de rodovias federalizadas pelo Decreto-Lei 1.164/71 (editado pela Lei 5.917/73)

Amazonas:
Áreas Federalizadas
pelo Decreto-Lei
1.164/71 Editado*

Legenda

- Capital Estadual
- Cidade
- Rodovia Federal**
- Pavimentada
- Implantada
- Planejada
- Área Federalizada

Datum: SIRGAS 2000.
Fonte de dados:
Decreto-Lei 1.164 de 01/04/1971,
rodovias DENIT* (2016);
divisão política e cidades IBGE (2016);
Elaboração: Tiago Maiká Müller Schwade.
Resp.Téc.: Schwade, T.M.M.(CREA/AM:14415-D)
Elaborado em 14 de junho de 2018.
*Editado pelas leis 5.917/73 e 6.337/76 e
Decreto-Lei 1.868/81.
**A rodovia BR-080 não está na base geográfica do
DENIT e foi inserida apenas com base nos pontos
descritos na Lei 5.917/73.

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

Mapa 4 – Glebas federais arrecadadas

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

É significativo o volume de terras que foi arrecadado pela União antes da revogação do Decreto-Lei 1.164/71. São dezenas de grandes glebas nas margens das rodovias que permaneceram sob o domínio federal, porém nem todas estão destinadas. Entre as glebas que foram destinadas estão assentamentos rurais do INCRA e Unidades de Conservação federal. Existem também terras indígenas, mas que são asseguradas como bens da União pela Constituição independentemente de incidirem sobre terras federalizadas. Mas, entre as glebas arrecadadas, permanecem aquelas que não receberam destinação.

Apesar de revogado, o Decreto-Lei 1.164/71 possui especial importância na análise da formação da propriedade no Amazonas. Primeiramente, porque as terras arrecadadas pelo governo federal continuaram pertencendo à União e passaram, desde então, a serem destinadas por suas autarquias. Destacam-se as Unidades de Conservação e os Projetos de Assentamentos Rurais, especialmente no sul do estado, nas margens da rodovia Transamazônica (BR-230).

A segunda grande questão é que, durante a vigência do decreto-lei, toda a alienação de terra pública nas faixas federalizadas estava a cargo do Governo Federal. Ocorre que, em vários casos de grilagem, a terra foi alienada por prefeituras municipais, pelo governo do estado ou mesmo pelo tribunal de justiça do estado, em total desacordo com as determinações legais.

Logo nos dois primeiros meses de vigência do decreto-lei de federalização das margens das rodovias, o governador do estado do Amazonas descumpriu as determinações do decreto-lei e alienou 36.000,00 hectares de terras públicas federais na margem direita da BR-174, na forma de 12 imóveis de 3.000,00 hectares³³. Dez desses imóveis beneficiaram membros da família de Renato da Costa Lima, que havia sido Ministro da Agricultura entre os meses de julho de 1962 e janeiro de 1963. Foram os últimos imóveis titulados em um processo maior, que ficou conhecido como Grilagem Paulista e que privatizou centenas de imóveis com as mesmas dimensões.

Nenhum dos 12 imóveis foram efetivamente ocupados pelos titulares. Metade deles foi alvo de desapropriação para a formação do lago da hidrelétrica de Balbina, gerando ações judiciais que buscam indenizações milionárias. Os outros seis imóveis foram adquiridos por uma madeireira de origem suíça (a Precious Woods); entretanto, encontram-se ocupados há várias décadas por centenas de famílias de camponeses posseiros. O governo do estado não tinha jurisdição sobre os imóveis quando os alienou. Apesar da flagrante ilegalidade, os imóveis permanecem titulados e registrados, portanto, seus detentores gozam de todos os efeitos legais que o registro confere, até que sejam definitivamente cassados por ordem judicial transitada em

³³ Imóveis denominados Lote 100, Lote 99, Lote 69, Lote 68, Lote 63, Lote 64, Lote 41, Lote 40, Lote 33, Lote 34, Lote 22 e Lote 21, atualmente situados no município de Presidente Figueiredo.

julgado. Esses fatos são tratados com mais detalhes no capítulo sobre a formação da propriedade na região da BR-174 e do rio Uatumã.

Outro caso ocorreu no sul do estado do Amazonas. Em ação judicial, transcorrida na comarca de Lábrea, em 28 de novembro de 1974, o juiz local determinou a criação de um imóvel particular com 485.000,00 hectares a partir dos imóveis São Pedro I e São Pedro II que originalmente somavam 1.442,57 hectares. Entre as muitas ilegalidades cometidas no processo, cabe destacar que a “ação de usucapião”³⁴ ocorreu sobre terras públicas e particulares dentro do perímetro de 100 quilômetros às margens da rodovia BR-317.

A sentença foi anulada pelo Tribunal Federal de Recursos (TFR), em 30 de junho de 1978, porque o judiciário estadual não possui competência para julgar ações que envolvem interesses da União. A anulação foi averbada no registro do imóvel no cartório da comarca de Lábrea. Entretanto, em 12 de janeiro de 1996, os grileiros realizaram outro registro do mesmo imóvel no cartório de Pauini (município vizinho). Em 1998, essa segunda fraude foi descoberta pelo INCRA, o que, três anos mais tarde, levou ao seu cancelamento por decisão administrativa da Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas. Vários casos semelhantes foram denunciados pelo INCRA, alguns dos quais estão descritos no capítulo que trata das correições nas comarcas do sul do Amazonas.

Entre os casos envolvendo prefeituras, está o do Município de Manacapuru, no rio Solimões. Em 1972, a Prefeitura Municipal de Manacapuru expediu títulos de aforamento de terras públicas correspondentes a 27.000,00 hectares. Esses imóveis estão situados sobre a faixa de 100 quilômetros da margem oeste da BR-319. O caso foi debatido na Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica, que apurou que os imóveis foram utilizados em fraudes fiscais relativas aos incentivos gerenciados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) no âmbito do Fundos de Investimentos da Amazônia (FINAM). Além disso, a Comissão Parlamentar identificou a existência de conflitos pela posse da terra entre os grileiros e centenas de famílias de camponeses posseiros.

São numerosos os casos em que a federalização das terras foi ignorada no processo de privatização das terras públicas. Entretanto as fraudes vieram, invariavelmente, acompanhadas de outras irregularidades e de interesses rentistas.

³⁴ Além de ter sido uma ação ilegal em diversos aspectos, é curioso que tenha transcorrido sob a denominação de “Ação de Usucapião”, tendo em vista que esse dispositivo parte do princípio da existência de uma posse. Difícil imaginar que alguém tenha exercido a posse de quase meio milhão de hectares de floresta nativa.

1.3 DISTRITO AGROPECUÁRIO DA SUFRAMA

Em 1969, o governo do estado do Amazonas doou à Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) duas glebas de terras devolutas, que somam aproximadamente 598.334,00 hectares, ao longo das margens da BR-174, entre os quilômetros 30 e 99 (Mapa 05). Essa doação se fez através da Lei Estadual 878, de 25 de setembro de 1969³⁵, para a implantação de um Centro Agropecuário da Suframa que havia sido anunciado pelo ditador Castelo Branco no Decreto-Lei 288, de 28 de fevereiro de 1967³⁶.

Atualmente, essa área é conhecida como Distrito Agropecuário da Suframa (DAS) e ocupa terras no perímetro dos municípios de Manaus (40%) e Rio Preto da Eva (60%). Sua localização é privilegiada, tendo em vista a proximidade com a cidade de Manaus, que é o maior centro urbano e industrial da Amazônia e concentra mais de 50% da população do estado.

³⁵ Lei Estadual 878, de 25 de setembro de 1969:

“Art. 1º - Ficam doadas à Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa – as terras pertencentes ao Estado do Amazonas, localizadas às margens da Rodovia BR-17, com as seguintes características e delimitações: 1ª GLEBA, situada à margem esquerda da BR-174, ligando-se ao sul com terras devolutas, por uma linha re[ta] de 90º Oeste partindo do km 30, da Estrada BR-174 até a margem esquerda do rio Cuieiras; a Oeste pela margem esquerda do rio Cuieiras até suas nascentes; ao Norte com terras devolutas pela linha limítrofe da Zona Franca, configurada no art. 2º do Dec. 61.244/67, até a rodovia BR-174 e a Leste pela rodovia BR-174 até o km 30.

2ª GLEBA, situada à margem direita da BR174, limitando-se ao Sul com terras devolutas, por uma linha de rumo 90º Leste partindo do km. 30 da Rodovia BR-174, até a margem direita do rio Urubu; a Leste pela margem direita do rio Urubu até sua confluência com o rio Urubu; ao Norte com terras devolutas, no rumo Leste da linha limítrofe da Zona Franca, configurada no art. 2º do Dec. 61.244/67, até a Rodovia BR-174 e a Oeste pela margem direita da Rodovia BR-174 até o seu km. 30.

Parágrafo único – fica ressalvada, na presente doação, a faixa de CEM (100) metros para cada lado, a partir das margens da Estrada, à qual faz referência o Decreto Estadual n, 483, de 2 de março de 1966.”.

³⁶ Decreto-Lei 288, de 28 de fevereiro de 1967:

“Art 1º A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, os centros consumidores de seus produtos.”.

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

Portanto, a União possui terras no estado que não estão vinculadas a nenhuma das tradicionais instituições de gestão do território agrário. É a própria Suframa que administra a ocupação dessas terras, com poderes para alienação de imóveis em favor de pessoas físicas ou jurídicas. As regras para a alienação dessas terras estão dispostas nas “Diretrizes e Normas Técnicas para Ocupação do Distrito Agropecuário da Suframa” editadas no ano de 2006. Essas diretrizes e normas da Suframa permitem a alienação em favor de empresas e indivíduos que possuam um projeto de ocupação da área ou que já estejam ocupando de forma irregular a terra.

Segundo os dados oficiais da Suframa, em 2015, existiam 506 imóveis regularizados e 200 em fase de regularização no DAS. Entretanto, o mesmo documento afirma que existiam 1.534 famílias assentadas e somente 970 imóveis ocupados (SOUZA; FREITAS, 2015).

Atualmente, as diretrizes e normas do DAS recomendam a alienação de imóveis com até 1.000,00 hectares, mas possibilitam a alienação de imóveis com até 2.500,00 hectares em “caráter de absoluta excepcionalidade justificada em projeto” (SUFRAMA, 2006, p. 5). Entretanto, a prática histórica da Suframa não é essa. No zoneamento agrícola realizado em 1972, a Suframa disponibilizou a maior parte das terras à implantação de projetos agropecuários cuja área mínima era de 500,00 hectares (Mapa 06). O DAS foi dividido em cinco distintas zonas:

- Foram disponibilizados 65.024,00 hectares (11%) para a implantação de projetos de silvicultura que teriam que ocupar imóveis entre 3.000,00 e 15.000,00 hectares;
- Para a pecuária bovina foram disponibilizados 259.843,00 hectares (44%). Entretanto, os projetos destinados à criação de gado para abate deveriam ocupar imóveis com áreas entre 3.000,00 e 15.000,00 hectares, enquanto os projetos destinados à criação de gado leiteiro ocupariam imóveis com áreas entre 500,00 e 3.000,00 hectares;
- Foram disponibilizados 201.877,00 hectares (34%) a projetos destinados a agricultura, que deveriam ocupar imóveis com área entre 500,00 e 3.000,00 hectares;
- Somente 18.476,00 hectares (3%) foram disponibilizados aos projetos destinados a horticultura, onde os imóveis deveriam ter 100,00 hectares;
- Outros 44.114,00 hectares (7%) foram destinados a pesquisas, mas sem definição de limites de área.

Mapa 6 – Zoneamento do Distrito Agropecuário da Suframa

Fonte: Superintendência da Zona Franca de Manaus (1975 apud BARBOSA, 2017, p. 49).

Para garantir a apropriação privada de imóveis com áreas superiores a 3.000,00 hectares, a Suframa solicitou autorização ao Senado Federal³⁷. Nos anos de 1980 e 1983, o Senado Federal aprovou seis resoluções autorizando a Suframa a alienar imóveis acima desse teto. Cinco empresas foram beneficiadas com imóveis de 15.000,00 hectares, e uma, com imóvel de 10.000,00 hectares, totalizando 85.000,00 hectares (Quadro 01).

³⁷ Tendo em vista as exigências do Art. 164, parágrafo único, da Constituição de 1967 e reafirmado no Art. 171, parágrafo único, da Emenda Constitucional N1, de 1969: “Salvo para execução de planos de reforma agrária, não se fará, sem prévia aprovação do Senado Federal, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares”.

Quadro 1 – Imóveis alienados com autorização do Senado

Imóvel/Proprietário	Município	Resolução do Senado	Área (ha)	Módulos Fiscais
Reflorestadora Rio Branquinho LTDA	Manaus	25 de 1980	15.000,00	1.500,0
Matel Agropecuária S.A. – AGROMASSA	Manaus	142 de 1980	10.000,00	1.000,0
MONTEROSA S.A.	Rio Preto da Eva	143 de 1980	15.000,00	187,5
Agropecuária Dimona Comércio e Indústria S.A.	Manaus	144 de 1980	15.000,00	1.500,0
Agropecuária Porto Alegre S.A.	Rio Preto da Eva	142 de 1983	15.000,00	187,5
Agropecuária Esteio S.A.	Rio Preto da Eva	143 de 1983	15.000,00	187,5
Total			85.000,00	7.562,5

Fonte: Senado Federal (2018). Organização: Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

Levando-se em consideração que o módulo fiscal no município de Manaus é de 10,00 hectares e no município de Rio Preto da Eva é de 80,00 hectares, os imóveis alienados com autorização do Senado Federal têm entre 187,5 módulos fiscais e, impressionantes, 1.500,00 módulos fiscais. A legislação classifica os imóveis com mais de 15 módulos fiscais como grandes propriedades ou latifúndios.

A concentração fundiária é um ponto importante. Segundo a base de dados geográficos disponibilizados pela Suframa, existem pelo menos 34 imóveis privados com 3.000,00 hectares, que atingiram, desse modo, o teto permitido para alienação de terras públicas durante a vigência da Constituição de 1967. Os mesmos dados indicam a existência de pelo menos 75 imóveis privados com mais de 15 módulos fiscais, portanto, grandes propriedades.

Esses números, entretanto, precisam ser apreciados com cautela, tendo em vista que foram extraídos da base de dados geográficos da Suframa. A base de dados geográficos da Suframa é um emaranhado caótico de informações, acumuladas em dois arquivos “gpkg”, cujas camadas vetoriais foram originalmente produzidas em formato “dwg”³⁸. Os arquivos não agregam tabelas de atributos com a descrição dos polígonos e demais objetos representados. Mas o que mais compromete o processamento e a leitura dos arquivos são as várias sobreposições e outros problemas técnicos, mais ligados aos procedimentos utilizados na

³⁸ O “gpkg” (GeoPackage) é um formato de arquivos digitais de dados geográficos que permite amplas formas de processamento de informações em múltiplos programas de geoprocessamento. Já o “dwg” é um formato de arquivo mais utilizado em programas de desenho técnico (como o AutoCAD), mas com algumas importantes limitações na produção e no manuseio de informações geográficas.

produção das informações, do que propriamente das limitações da ferramenta. A base de dados da Suframa não permite assegurar a localização de cada um dos imóveis, o que compromete o tratamento estatístico das informações e a avaliação da situação jurídica dos imóveis. Por isso, os números apresentados no parágrafo anterior representam somente os imóveis com o valor da área grafada sobre a base de dados disponibilizada pela Suframa; no entanto, existem diversos outros polígonos traçados, que indicam grandes imóveis, mas sem a área grafada na base de dados.

Essa base de dados confusa indica não somente a falta de rigor técnico na edição das informações ao longo do tempo, mas também o baixo interesse institucional em gerenciar as terras sob seu domínio.

No distrito agropecuário, a Suframa também distribuiu terras para instituições públicas, que somam aproximadamente 52.231,00 hectares. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), a Faculdade de Ciências Agrária da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (Codeagro) receberam imóveis da Suframa.

Nos casos do INPA, da Embrapa, da Ceplac e da UFAM, os respectivos imóveis são utilizados como campus de ensino e pesquisas. O INPA possui três imóveis, um com 22.000,00 hectares, outro com 900,00 hectares e o terceiro com área desconhecida. A Embrapa também possui três imóveis, um com 2.478,00 hectares, outro com 2.923,00 hectares e o terceiro com 2.500,00 hectares, respectivamente. A Ceplac possui um imóvel de 4.200,00 hectares. E a UFAM possui um imóvel com 3.000,00 hectares.

Já o imóvel pertencente ao IBAMA, que totaliza 14.230,00 hectares, foi recebido em doação da Suframa ao extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). O patrimônio do IBDF pertence atualmente ao IBAMA. Quando o instituto recebeu o imóvel, ele ainda era responsável pela gestão das unidades federais de conservação, que hoje estão sob a guarda do ICMBIO. Entretanto, o imóvel nunca foi transformado em unidade de conservação e, atualmente, ele não possui destinação. O IBAMA informou que: pretende transformá-lo em local de soltura de animais silvestres de ocorrência do bioma; até 1992, no imóvel funcionou um “projeto de criação de animais silvestres com interesse econômico, com o objetivo de criar tecnologia em manejo zootécnico de animais silvestres para abate, cuja a expectativa de resposta ambiental seria a redução da pressão de caça”; o projeto foi desativado em razão da falta de recursos financeiros e humanos (AMAZONAS, 2018b).

Em situação parecida está o imóvel, de 3.000,00 hectares, que foi adquirido pela Codeagro. A Codeagro foi extinta, e seus bens foram transferidos para o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM), conforme a Lei Estadual 2.384, de 18 de março de 1996. Desde então, o imóvel permanece sem destinação.

Quanto aos grandes imóveis privados, a maior parte é subutilizada ou está completamente abandonada por seus titulares. Alguns deles acumulam grandes desmatamentos. A terra produtiva, propriamente dita, está em pequenas posses. Camponeses posseiros ocupam pequenos imóveis especialmente em vicinais que se ligam à rodovia AM-010, no município de Rio Preto da Eva.

1.4 RIOS, TERRENOS MARGINAIS E ILHAS FLUVIAIS

As várzeas e igarapós amazônicos são o que há de mais sublime e complexo na região. A formação territorial dessas áreas é um emaranhado de processos sociais quase intransponível. Além disso, os imensos labirintos formados por grandes e pequenos rios, igarapés, furos, lagos, meandros abandonados, ilhas e barrancos que se movem a cada dia agitam a dinâmica das sociedades e tornam mais complexa a questão jurídica da terra.

Seria necessária uma pesquisa mais focada nessa realidade, para dar conta de apresentar com algum grau de detalhamento esse complexo territorial agrário nas margens dos rios e demais corpos d'água. Entretanto, esperamos apresentar um panorama desse conjunto, com atenção à questão da legislação que regulamenta o domínio das terras e as relações territoriais existentes.

O rio Solimões/Amazonas forma um eixo para onde corre toda a rede de drenagem do estado. A várzea do rio Solimões/Amazonas varia em torno de 20 a 100 km de largura e cobre uma área de aproximadamente 6.400.000,00 hectares da Amazônia (SOARES, 1956 apud JUNK, 1980). Usando técnicas avançadas de geoprocessamento, o mapa produzido por Alfaya (Mapa 07) é uma boa representação dessa área e nos ajuda a criar uma imagem das terras inundáveis no eixo Solimões/Amazonas (ALFAYA, 2012).

Entretanto, esse conjunto de áreas não se restringe ao eixo Solimões/Amazonas. A rede de drenagem é farta em todo o estado. Sua abrangência é ignorada até mesmo pelas instituições responsáveis por sua gestão e demarcação, tanto no âmbito estadual quanto no federal. Isso implica na dificuldade de dimensionar essas áreas. Conforme apontou a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), até mesmo as áreas demarcadas são desconhecidas pelo órgão.

Com seus 160 anos de existência, a Secretaria do Patrimônio da União – SPU não detém de todo o conhecimento das demarcações de terrenos marginais e de marinha identificados, devido à grande extensão do território brasileiro por falta de mão de obra com conhecimento e infraestrutura para a realização dos procedimentos cabíveis. (SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, 2017, p. 24).

Mesmo a representação da rede de drenagem é um desafio à cartografia, tendo em vista a densidade dos rios, a diversidade de corpos d'água e a escala de representação. Essa dificuldade pode ser notada no Mapa 08. Por esse motivo, é preciso alertar que a representação cartográfica da rede de drenagem se transforma em uma brutal simplificação.

De modo semelhante, a representação da superfície adjacente à rede de drenagem também não é tarefa simples. Entretanto, para garantir uma imagem mais aproximada das dimensões da superfície em torno dos rios, recorreremos ao traçado elaborado pelo IBGE em referência aos terrenos sujeitos a inundação ao longo dos grandes rios. O resultado foi a elaboração do Mapa 09, que representa as massas d'água e a superfície de inundação dos grandes rios do estado.

Mapa 7 – Planície de inundação do rio Amazonas

Fonte: Elaborado por Felipe Augusto Ventura da Silva Alfaya (ALFAYA, 2012).

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

Amazonas Terrenos Potencialmente de Marinha 2018

Legenda

- Massa D'água
- Terreno Sujeito a Inundação

Datum: SIRGAS 2000.
 Fonte de dados: IBGE (2016).
 Elaboração: Tiago Maiká Müller Schwade.
 Resp. Téc.: Schwade, T.M.M. (CREA/AM:14415-D).
 Elaborado em agosto de 2018.

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

Essas áreas foram as primeiras a sofrer o impacto da colonização europeia na região. Em 1639, o jesuíta espanhol Cristóbal de Acuña realizou a viagem de Quito até a foz do rio Amazonas. Ele foi designado pelo vice-rei do Peru para acompanhar a expedição do português Pedro Teixeira, que havia subido o rio, chegando a Quito com um exército de 70 soldados portugueses e cerca de 1.200 indígenas e negros, além de um número indefinido de mulheres e outros membros, ultrapassando 2.000 pessoas, em uma expedição de exploração do rio Amazonas (ESTEVES, 1994). O relatório de Acuña é um dos mais surpreendentes escritos realizados sobre a região (ACUÑA, 1994). É uma das raras descrições anteriores à hecatombe que assolou a Amazônia.

Acuña encontrou uma várzea densamente ocupada pelos povos indígenas. Essa descrição realizada por ele, entretanto, foi muitas vezes vista com desconfiança por estudiosos que discutiam a demografia na região. Os conflitos pelo domínio do território com Portugal ocorreram principalmente nessas áreas, dizimando as populações autóctones, o que induziu à visão de parca ocupação devido a um suposto ambiente hostil, improdutivo e de difícil ocupação. Pesquisas arqueológicas e históricas mais recentes têm confirmado que a ocupação indígena nas várzeas era muito superior à atual, estando na casa dos milhões (FAUSTO, 2005; FREIRE, 1991; NEVES, 2006). Atualmente, as condições ambientais da várzea já não têm sido descritas como obstáculo, mas como potencializadora da ocupação (FAUSTO, 2005), o que explica em parte a permanência da população nessas áreas em detrimento dos novos eixos de ocupação da terra firme, estabelecidos com a construção das rodovias. De fato, a fertilidade do solo nos principais rios da região é bem superior à da terra firme, exceto no caso dos rios de águas pretas.

Conforme demonstraram Corrêa (2006) e Browder e Godfrey (2006), até a década de 1960, toda a expansão da sociedade colonial/capitalista sobre a Amazônia Legal se dava em torno dos rios navegáveis. Era no entorno desses rios que ocorreriam as mais importantes disputas territoriais entre os povos indígenas e as potências coloniais europeias. E foi durante a União Ibérica, mais precisamente em 1616, que Portugal estabeleceu sua hegemonia sobre a região. A ocupação e o fluxo de mercadorias e de pessoas ocorreram quase que exclusivamente pelos rios até meados do século XX. Foi somente quando a ditadura militar no Brasil (1964-1984) passou a construir rodovias que o eixo de ocupação e as disputas territoriais ganharam importância na terra firme. Entretanto, a legislação referente aos terrenos em torno dos rios sofreu diversas modificações ao longo desse processo de ocupação.

Pode parecer estranho o uso dos termos “terrenos de marinha” ou “faixa de marinha”, quando estamos falando do estado do Amazonas, que está situado a milhares de quilômetros da

costa brasileira. Entretanto, as determinações legais sobre o domínio e a concessão de imóveis no entorno dos rios navegáveis esteve dentro do mesmo debate que envolvia a costa marítima brasileira. Afinal, ambos estão inseridos de maneira semelhante em questões como defesa nacional, portos e circulação nacional e internacional de pessoas e mercadorias³⁹. Além disso, a Lei 1.507, de 26 de setembro de 1867, estendeu, às terras das margens dos rios navegáveis ou que se fazem navegáveis, tudo o que já havia sido legislado sobre a concessão de terrenos de marinha⁴⁰.

A legislação brasileira passou a abordar esse tema durante o Império (1822-1889). Na década de 1830, passou-se a legislar sobre os terrenos de marinha. Já as determinações quanto aos terrenos em torno dos rios começaram a ser definidas apenas na década de 1860. Em todo caso, essa legislação passou por fusão em 1967. Entretanto, até 1868, o Império abordou o tema em leis gerais ou com foco orçamentário, sem grande aprofundamento⁴¹.

A Lei de 15 de novembro de 1831, em seu artigo 51, parágrafo 14, criou a possibilidade de os presidentes das províncias aforarem a particulares os terrenos de marinha, bem como que os municípios dispusessem de terrenos destinados à implantação de logradouros públicos⁴². Já a Lei 66, de 12 de outubro de 1833, em seu artigo 3º, determinava que o aforamento dos terrenos de marinha fosse perpétuo⁴³. A Lei 1.114, de 27 de setembro de 1860, em seu artigo 11, parágrafo 7º, autorizou o governo imperial a aforar os terrenos de aluvião e onde existissem marinhas⁴⁴. Após a Lei 1.507, de 26 de setembro de 1867, o governo ficou autorizado a

³⁹ No preâmbulo do Decreto 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, é possível verificar essa preocupação que permeia tanto as terras nas margens dos rios navegáveis, quanto as terras da costa marítima: “Attendendo á necessidade de regular a fôrma da mesma concessão no interesse, não só do dominio nacional e privado, como no da defesa militar, alinhamento e regularidade dos cáes e edificações, servidão publica, navegação e bom estado dos portos, rios navegaveis e seus braços.”.

⁴⁰ Lei 1.507, de 26 de setembro de 1867:

“Art. 39. Fica reservada para a servidão publica nas margens dos rios navegaveis e de que se fazem os navegaveis, fôra do alcance das marés, salvas as concessões legitimas feitas até a data da publicação da presente lei, a zona de sete braças contadas do ponto médio das enchentes ordinarias para o interior, e o Governo autorizado para concedê-la em lotes razoaveis na fôrma das disposições sobre os terrenos de marinha.”.

⁴¹ Lei (Sem Número), de 15 de novembro de 1831, Art. 51, § 14; Lei 66, de 12 de outubro de 1833, Art. 3º; Lei 1.114, de 27 de setembro de 1860, Art. 11; § 7º; e Lei 1.507, de 26 de setembro de 1867, Art. 34, § 33, e Art. 39.

⁴² Lei (Sem Número), de 15 de novembro de 1831, Art. 51, § 14: “Serão postos á disposição das Camaras Municipaes, os terrenos de marinha, que estas reclamarem do Ministro da Fazenda, ou dos Presidentes das Provincias, para logradouros publicos, e o mesmo Ministro na Côrte, e nas Provincias os Presidentes, em Conselho, poderão aforar a particulares aquelles de taes terrenos, que julgarem conveniente, e segundo o maior interesse da Fazenda, estipulando tambem, segundo fôr justo, o fôro daquelles dos mesmos terrenos, onde já se tenha edificado sem concessão, ou que, tendo já sido concedidos condicionalmente, são obrigados a eles desde a época da concessão, no que se procederá á arrecadação. O Ministro da Fazenda no seu relatorio da sessão de 1832, mencionará tudo o que occorrer sobre este objecto.”.

⁴³ A Lei 66, de 12 de outubro de 1833, Art. 3º: “Todo o arrendamento de predios nacionaes será feito por qualquer prazo até o de nove annos. O aforamento, porém, de chãos encravados, ou adjacentes ás povoações, que sirvam para edificação, será perpetuo, como é o dos terrenos de marinha.”.

⁴⁴ Lei 1.114, de 27 de setembro de 1860, Art 11: “O Governo fica desde já autorizado: [...]

conceder os terrenos marginais ao longo dos rios navegáveis e de que se fazem navegáveis, na profundidade de 15,4 metros (sete braças) contadas do ponto médio das enchentes ordinárias para o interior, nos mesmos termos com que a legislação já havia determinado em relação aos terrenos de marinha.

Entretanto, conforme observou Oliveira (2008), foi com o Decreto 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, que se estabeleceu uma regulamentação mais completa para a concessão dos imóveis nas margens dos rios navegáveis. Esse decreto foi o primeiro a pôr o tema como ponto central e apresentou as primeiras bases para a formulação dos conceitos referentes ao tema. Além disso, ele estabeleceu normas para a concessão dessas terras que estavam sob o domínio da Coroa.

O Decreto 4.105, de 22 de fevereiro de 1868, criou uma tipologia com três distintas categorias de terras: terrenos de marinha, terrenos reservados para a servidão pública nas margens dos rios navegáveis e que se fazem navegáveis e terrenos acrescidos:

- Os terrenos de marinha foram definidos como sendo “todos aqueles banhados pelas águas do mar ou dos rios navegáveis e de que se fazem navegáveis vão até a distância de 15 braças craveiras (33 metros) para a parte de terra, contadas desde o ponto a que chega o preamar médio” (Art. 1º, § 1º);
- Os terrenos reservados para a servidão pública nas margens dos rios navegáveis e de que se fazem navegáveis, são “todos os que banhados pelas águas dos ditos rios, fóra do alcance das marés, vão até a distancia de 7 braças craveiras (15,4 metros) para a parte de terra, contadas desde o ponto médio das enchentes ordinárias” (Art. 1º, § 2º);
- Os terrenos acrescidos são “todos os que natural ou artificialmente se tiverem formado ou formarem além do ponto” que definem os terrenos marinha ou reservados “para a parte do mar ou das águas dos rios” (Art. 1º, § 3º).

Portanto, durante o período imperial, os terrenos reservados para a servidão pública nas margens dos rios navegáveis e os terrenos acrescidos estavam sob a jurisdição da Coroa. Porém, a Constituição Republicana, de 24 de março de 1891, transferiu para os governos estaduais a responsabilidade sobre as terras públicas devolutas em seus respectivos territórios, exceto aquelas indispensáveis para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e

§ 7º Para aforar os terrenos de alluvião, onde existirem marinhas, e bem assim os alagadiços, ou terrenos devolutos encravados nas povoações ou seus arredores. Esta disposição fica extensiva a quaesquer outros terrenos devolutos nas mesmas condições.”.

estradas de ferro⁴⁵. A Constituição, porém, reservou ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre a navegação em rios que banhem mais de um estado.

A Constituição Política do Estado do Amazonas, de 13 de março de 1891, atribuiu ao congresso estadual a competência para legislar sobre as terras públicas devolutas do estado. Entretanto, o Decreto 04, de 16 de março de 1892, e seu Regulamento, de 21 de maio de 1892 (Art. 114), mantiveram a legislação em vigor referente às terras de marinha, terrenos marginais e acrescidos. O Decreto Estadual 241, de 16 de abril de 1898, porém, suspendeu a concessão de terras públicas nos rios ainda não explorados.

Porém, a questão do domínio sobre as terras adjacentes aos rios não ficou completamente resolvida até o ano de 1932. Isso está explícito no preâmbulo do Decreto Federal 21.235, de 02 de abril de 1932, onde se lê que “dúvidas e vacilações, ainda agora alimentadas por alguns doutrinadores [...], ocasionam dissídios ruinosos para a União e para os mesmos Estados”. O Decreto teve como objetivo assegurar aos estados o domínio sobre os terrenos marginais e acrescidos e das ilhas e lagoas nos rios navegáveis⁴⁶.

Dois anos mais tarde, isso mudou novamente. A Constituição Federal, de 16 de julho de 1934, definiu como domínios da União “os lagos e quaisquer correntes em terrenos do seu domínio ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro”, bem como “as ilhas fluviais e lacustres nas zonas fronteiriças” (Art. 20, II e III). Essa determinação se repete na Constituição de 10 de dezembro de 1937 (Art. 36, II e III). Os demais imóveis eram bens dos estados ou ainda dos municípios e particulares, caso tenham sido concedidos por algum título legítimo.

⁴⁵ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de março de 1891, Art. 64: “Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territorios. cabendo à União sómente a porção de território que for indispensavel para a defesa das fronteiras, fortificações, construcções militares e estradas de ferro federaes.”.

⁴⁶ Decreto nº 21.235, de 2 de abril de 1932:

“Art. 1º Fica assegurado aos Estados o domínio dos terrenos marginais e acrescidos naturalmente dos rios navegáveis que correm em seus territórios, bem como o das ilhas formadas nesses rios, e o das lagoas navegáveis, em todas as zonas não alcançadas pela influência das marés.

Parágrafo único. Igual domínio será exercido sobre os terrenos marginais e acrescidos dos rios que, embora não navegáveis, mas caudais e sempre corredios, contribuam com suas águas para tornar outros navegáveis, estendendo-se esse domínio às respectivas ilhas.

Art. 2º Consideram-se navegáveis os rios e as lagoas em que a navegação seja possível, por embarcações de qualquer espécie, inclusive jangadas, balsas e pranchas.

Art. 3º Não se aplica o disposto no art. 1º às margens dos rios que limitam o Brasil com países estrangeiros.

Art. 4º Quando os rios forem divisórios de Estados o domínio de cada margem, com os seus acrescidos, caberá ao Estado em que ela se encontrar.

Parágrafo único. O domínio sobre as ilhas formadas nos rios de que trata este artigo será determinado de acordo com as regras traçadas pelo art. 537 do Código Civil.”.

O Decreto-Lei 9.760, de 05 de agosto de 1946, definiu com clareza e objetividade os bens imóveis pertencentes à União (OLIVEIRA, 2008) e teve a maior parte de seus artigos preservados pela legislação federal que se seguiu, incluindo as determinações das Constituições de 1967 e 1988. Foram relacionados entre os bens imóveis da União os terrenos marginais de rios e ilhas situadas na faixa de fronteira, terras devolutas indispensáveis à defesa da fronteira, construções militares, instalações portuárias que tenham sido incorporados ao seu patrimônio em virtude da lei e os que foram domínio da Coroa⁴⁷.

Importante salientar que o Decreto-Lei 9.760/46, definiu novamente os terrenos de marinha, terrenos marginais e terrenos acrescidos de marinha:

- “São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831: a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés; b) os que contornam as ilhas situadas em zona onde se faça sentir a influência das marés” (Art. 2º);
- Terrenos marginais são os que, “banhados pelas correntes navegáveis, fora do alcance das marés, vão até a distância de 15 (quinze) metros, medidos horizontalmente para a parte da terra, contados desde a linha média das enchentes ordinárias” (Art. 4º);
- Terrenos acrescidos de marinha são “os que se tiverem formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e lagoas, em seguimento aos terrenos de marinha” (Art. 3º).

⁴⁷ Decreto-Lei 9.760, de 05 de setembro de 1946:

“Art. 1º Incluem-se entre os bens imóveis da União:

a) os terrenos de marinha e seus acréscidos;
 b) os terrenos marginais dos rios navegáveis, em Territórios Federais, se, por qualquer título legítimo, não pertencerem a particular;
 c) os terrenos marginais de rios e as ilhas nestes situadas na faixa da fronteira do território nacional e nas zonas onde se faça sentir a influência das marés;
 d) as ilhas situadas nos mares territoriais ou não, se por qualquer título legítimo não pertencerem aos Estados, Municípios ou particulares;
 e) a porção de terras devolutas que fôr indispensável para a defesa da fronteira, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais;
 f) as terras devolutas situadas nos Territórios Federais;
 g) as estradas de ferro, instalações portuárias, telégrafos, telefones, fábricas oficinas e fazendas nacionais;
 h) os terrenos dos extintos aldeamentos de índios e das colônias militares, que não tenham passado, legalmente, para o domínio dos Estados, Municípios ou particulares;
 i) os arsenais com todo o material de marinha, exército e aviação, as fortalezas, fortificações e construções militares, bem como os terrenos adjacentes, reservados por ato imperial;
 j) os que foram do domínio da Coroa;
 k) os bens perdidos pelo criminoso condenado por sentença proferida em processo judiciário federal;
 l) os que tenham sido a algum título, ou em virtude de lei, incorporados ao seu patrimônio.”.

Note-se que o decreto não definiu as ilhas de várzeas e seus acrescidos. Essas terras, entretanto, são bastante importantes no contexto do campesinato amazônico, visto a quantidade e a extensão das ilhas fluviais no estado e seu frequente uso para plantações de ciclo curto. Sobre o assunto, a SPU apontou que “as ilhas de várzea, quais sejam aquelas passíveis de alagamento em determinados períodos do ano, são meras extensões do leito do rio, motivo pelo qual devem ser consideradas de propriedade do ente que for titular do rio ou lago em que se encontrar” (SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, 2017, p. 15).

A Lei Estadual de Terras de 1959 (Lei 89, de 31 de dezembro de 1959) também discutiu esse tema. Conforme seu Art. 07, as terras devolutas que compreendem “as ilhas inundáveis, as várzeas e as faixas de até 33 metros acima da linha de máxima enchente observada, às margens de rios e igarapés navegáveis” não poderiam ser alienadas. Essa lei continha também um capítulo específico para tratar da ocupação e do cultivo nos terrenos de marinha (Capítulo VI, artigos 55 a 59). Era permitida a concessão de terras de marinha com extensão máxima de 500 metros (Art. 57) e área não superior a 30,00 hectares (Art. 58), por meio de título precário de ocupação renovável anualmente (Art. 55 e Art. 58). A concessão permitia “lavoura de subsistência, cultivos de vegetais de curto ciclo e, eventualmente, criatório” (Art. 56). Essa ocupação era isenta de impostos, mas de caducidade automática, em caso de abandono, independentemente da renovação do título de ocupação (Art. 58, § 3º).

A Constituição de 1967 relacionou os bens da União, dentre os quais estavam: as terras devolutas indispensáveis à defesa nacional ou essenciais ao seu desenvolvimento econômico; os lagos e as correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, que sirvam de limite com outros países ou se estendam a território estrangeiro; as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países e os bens que à época lhe pertenciam⁴⁸.

E a Constituição de 1988 outra vez estabeleceu a relação dos bens da União, onde constam, entre outros: as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental; os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que

⁴⁸ Constituição da República Federativa do Brasil De 1967:

“Art. 4º - Incluem-se entre os bens da União:

I - a porção de terras devolutas indispensável à defesa nacional ou essencial ao seu desenvolvimento econômico;

II - os lagos e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, que sirvam de limite com outros países ou se estendam a território estrangeiro, as ilhas oceânicas, assim como as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países;

III - a plataforma submarina;

IV - as terras ocupadas pelos silvícolas;

V - os que atualmente lhe pertencem.”.

banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais; as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países, além dos potenciais de energia hidráulica.

E a legislação estadual voltou a tratar do tema na Constituição Estadual de 1989 e na Lei Estadual de Terras de 2002. A Constituição Estadual manteve a inalienabilidade das terras públicas sujeitas a inundação (Art. 173) e definiu que seu uso poderia ser concedido por contrato, no qual deve constar o tempo de sua duração e o tipo de exploração (Art. 171, § 2º). Além disso, a constituição determinou que deve ser dada prioridade, na concessão de áreas de várzea, ao “seu uso para produção de alimentos através do pequeno produtor” (Art. 171, § 1º). A Lei Estadual de Terras de 2002 não disciplinou a utilização das terras de marinha, apenas reforçou, em linhas gerais, os pontos que deveriam orientar um regulamento próprio “das várzeas, dos rios e lagos pertencentes ao Estado, observada a inalienabilidade e a priorização da produção de alimentos através do pequeno produtor” (Art. 23).

Portanto, a legalidade da ocupação, concessão ou aforamento dos imóveis em torno dos rios depende do cumprimento da legislação. Entretanto, é preciso salientar que os rios e terras adjacentes são bens públicos inalienáveis. Além disso, é importante frisar que, desde o Decreto 19.924, de 27 de abril de 1931⁴⁹, a legislação é clara ao determinar que nenhum bem público é passível de usucapião. Apesar de já estar implícito em legislação anterior a imprescritibilidade dos bens públicos, inclusive no Código Civil de 1916⁵⁰, prevaleceu no meio jurídico uma doutrina alinhada aos interesses dos grileiros que partia do entendimento de que os bens públicos eram usucapíveis. Essa doutrina só foi superada com a edição do Decreto 19.924/31. A partir de então, o princípio de que os bens públicos são imprescritíveis passou a aparecer de forma clara e direta na legislação que se seguiu⁵¹.

⁴⁹ Decreto 19.924, de 27 de abril de 1931:

“Art. 1º Compete aos Estados regular a administração, concessão, exploração, uso e transmissão das terras devolutas, que lhes pertencem, excluída sempre (Cód. Civil, Arts. 66 e 67) a aquisição por usucapião, e na conformidade do presente decreto e leis federais aplicáveis.”.

⁵⁰ Código Civil de 1916 (Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916):

“Art. 66. Os bens públicos são:

I - de uso comum do povo, tais como os mares, rios, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como os edifícios ou terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento federal, estadual ou municipal;

III - os dominicais, isto é, os que constituem o patrimônio da União, dos Estados, ou dos Municípios, como objeto de direito pessoal, ou real de cada uma dessas entidades.

Art. 67. Os bens de que trata o artigo antecedente só perderão a inalienabilidade, que lhes é peculiar, nos casos e forma que a lei prescrever.”.

⁵¹ A legislação estadual não pode se sobrepor à legislação nacional. Entretanto, é preciso mencionar que a Lei de Terras de 1959 (Lei 89, de 31 de dezembro de 1959) manteve artigos que se contrapunham ao princípio da

Resumidamente, interessa-nos saber que são bens da União os terrenos marginais, os terrenos acrescidos, ilhas e várzeas em torno dos rios e lagos federais, além da própria superfície dos rios. Os rios e lagos federais são aqueles que: se estendem por mais de um estado, fazem fronteira com países vizinhos, se estendem por países vizinhos e estão no interior de imóveis federais ou sobre a faixa de 150 km das fronteiras do país. Já os terrenos marginais, terrenos acrescidos, ilhas e várzeas em torno dos rios pertencentes ao Estado são definidos na Constituição Federal de 1988 (Art. 26), e na Lei Estadual de Terras de 2002 (Art. 2º) por exclusão, ou seja, aqueles que não pertencem à União, são por consequência bens do Estado⁵². Em todo caso, sejam federais ou estaduais⁵³, as superfícies dos rios e as terras adjacentes são bens públicos inalienáveis e imprescritíveis.

No caso das terras adjacentes aos rios federais, a administração desses bens é realizada pela SPU, que “tem à disposição diversos instrumentos jurídicos que permitem a regularização da ocupação e do uso das terras que administra” (SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, 2017, p. 24). A regularização dessas áreas se restringe à concessão do uso e da ocupação, não sendo permitida a alienação. Portanto, os imóveis permanecem na condição de bens públicos.

Após a edição do Decreto-Lei 9.760/46, a concessão de uso dos imóveis em torno dos rios pertencentes à União continuou sendo objeto de sucessivas legislações. O Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967, instituiu a concessão de uso “remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, ou outra utilização de interesse social” (Art. 7º).

imprescritibilidade da terra pública. É, no mínimo, dúbio seu Art. 160, quando estabeleceu, sem ressalvas, que “todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, e por 10 anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, ocupe trecho de terra não superior a 30 hectares, tornando-o produtivo pelo seu trabalho e tendo nele sua morada, adquirir-lhe-á a propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita”. A legislação estadual só resolveu esse problema na Lei de Terras de 1980 (Lei 1.427, de 16 de dezembro de 1980), quando afirmou que “os bens imóveis de domínio do Estado, seja qual for a sua natureza, não se submetem a usucapião” (Art. 12).

⁵² Lei Estadual de Terras (Lei 2.754, de 29 de outubro de 2002):

“Art.2º Incluem-se entre os bens imóveis do Estado do Amazonas:

I – As águas superficiais e subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, inclusive rios, igarapés, lagos e as várzeas integrantes, ressalvados os pertencentes à União, de acordo com os artigos 20, III e 26, I, da Constituição da República;

II – As ilhas fluviais e lacustres não pertencentes a União;

III – Os terrenos marginais aos rios de sua propriedades; [...]”.

⁵³ Constituição Política do Estado do Amazonas, de 5 de outubro de 1989: Art. 171, § 2º: As áreas públicas sujeitas a inundações periódicas não serão alienadas, contudo, poderão ser utilizadas mediante contrato de concessão de uso em que conste o tempo de duração do contrato, o tipo de exploração e a capacidade produtiva da área.

Em 2007, o Decreto-Lei 271 foi alterado, quando se incluiu a concessão para aproveitamento sustentável das várzeas e preservação das comunidades tradicionais⁵⁴.

A Lei 9.636, de 15 de maio de 1998⁵⁵, autorizou a SPU a firmar convênios com entidades dos governos estaduais e municipais para “identificar, demarcar, cadastrar, registrar, fiscalizar, regularizar as ocupações e promover a utilização ordenada dos bens imóveis de domínio da União” (Art. 1º). Já a Lei 11.952, de 25 de junho de 2009, e o Decreto 9.309, de 15 de março de 2018, buscaram estabelecer regras para facilitar a concessão de direito real de uso na Amazônia Legal.

⁵⁴ Decreto-Lei 271, de 28 de fevereiro de 1967:

“Art. 7º É instituída a concessão de uso de terrenos públicos ou particulares remunerada ou gratuita, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas. (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

§ 1º A concessão de uso poderá ser contratada, por instrumento público ou particular, ou por simples termo administrativo, e será inscrita e cancelada em livro especial.

§ 2º Desde a inscrição da concessão de uso, o concessionário fruirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos no contrato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas.

§ 3º Resolve-se a concessão antes de seu termo, desde que o concessionário dê ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou termo, ou descumpra cláusula resolutória do ajuste, perdendo, neste caso, as benfeitorias de qualquer natureza.

§ 4º A concessão de uso, salvo disposição contratual em contrário, transfere-se por ato inter vivos, ou por sucessão legítima ou testamentária, como os demais direitos reais sobre coisas alheias, registrando-se a transferência.

§ 5º Para efeito de aplicação do disposto no caput deste artigo, deverá ser observada a anuência prévia: (Incluído pela Lei nº 11.481, de 2007).

I - do Ministério da Defesa e dos Comandos da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, quando se tratar de imóveis que estejam sob sua administração; e (Incluído pela Lei nº 11.481, de 2007);

II - do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência de República, observados os termos do inciso III do § 1º do art. 91 da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 11.481, de 2007)”;

⁵⁵ Lei 9.636, de 15 de maio de 1998:

“Art.10-A. A autorização de uso sustentável, de incumbência da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), ato administrativo excepcional, transitório e precário, é outorgada às comunidades tradicionais, mediante termo, quando houver necessidade de reconhecimento de ocupação em área da União, conforme procedimento estabelecido em ato da referida Secretaria. (Incluído pela Lei 13.465, de 2017);

Parágrafo único. A autorização a que se refere o caput deste artigo visa a possibilitar a ordenação do uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis na orla marítima e fluvial, destinados à subsistência da população tradicional, de maneira a possibilitar o início do processo de regularização fundiária que culminará na concessão de título definitivo, quando cabível. (Incluído pela Lei 13.465, de 2017).

Art. 18. A critério do Poder Executivo poderão ser cedidos, gratuitamente ou em condições especiais, sob qualquer dos regimes previstos no Decreto-Lei 9.760, de 1946, imóveis da União a:

I - Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sem fins lucrativos das áreas de educação, cultura, assistência social ou saúde;

II - pessoas físicas ou jurídicas, em se tratando de interesse público ou social ou de aproveitamento econômico de interesse nacional.

§ 1º A cessão de que trata este artigo poderá ser realizada, ainda, sob o regime de concessão de direito real de uso resolúvel, previsto no art. 7º do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, aplicando-se, inclusive, em terrenos de marinha e acrescidos, dispensando-se o procedimento licitatório para associações e cooperativas que se enquadrem no inciso II do caput deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)”.

Do ponto de vista jurídico, a diferença entre os rios, terrenos marginais e acrescidos pertencentes ao Estado ou à União é administrativa, tendo em vista que a constituição proíbe sua alienação. Há, entretanto, diferenças qualitativas marcantes entre os rios federais e estaduais e seus respectivos terrenos adjacentes.

O Solimões e os rios Japurá e Içá (na calha norte) e Juruá, Purus e Madeira (na calha sul) têm suas cabeceiras nos Andes ou próximos dele, em terrenos elevados, e descem transportando grande volume de material, formando o rico solo de várzea que caracteriza suas margens e as margens do rio Amazonas⁵⁶. São rios volumosos, turbulentos, e o material transportado lhes promove uma coloração amarelada. São classificados como rios de água branca ou, no caso da classificação popular regional, rios de água barrenta. Seus cursos estão em constante mudanças, forçando o deslocamento da população em suas margens. Também são caracterizados pelo grande volume de peixes e outros organismos aquáticos.

O Negro e os rios e igarapés que nascem na planície amazônica são de água preta e transportam menos material. Suas margens estão mais consolidadas, e o solo é, em geral, mais pobre. A baixa fertilidade do solo é fruto de longos processos naturais de lixiviação. São exceções as faixas de terras pretas de origem antrópica, cuja fertilidade é bem superior ao solo de origem natural. Tanto o canal principal quanto os eventuais canais secundários são consolidados por longos processos erosivos, dificultando a mudança repentina no curso do rio. São também caracterizados por grande diversidade de peixes e organismos aquáticos, mas em quantidades bem inferiores aos rios de águas brancas⁵⁷.

Os rios de águas claras não se formam na planície amazônica, mas no cerrado ou áreas de transição entre cerrado e floresta. Não possuem várzeas tão ricas e vastas quanto os rios de água branca, mas também não são tão pobres em nutrientes quanto as terras das margens dos rios de água preta. Também costumam ser mais piscosos que os rios de água preta. Eles são pouco numerosos no estado do Amazonas. O maior rio de águas claras é o Aripuanã, que tem suas nascentes no estado do Mato Grosso. O rio Aripuanã vai perdendo parte de suas características no contato com afluentes de águas pretas que se formam na planície amazônica, e se descaracteriza por completo ao desembocar no rio Madeira. Além do Aripuanã existem apenas alguns de seus próprios afluentes e o rio Baratari, todos ao sul do estado.

⁵⁶ Embora do ponto de vista técnico Amazonas e Solimões sejam o mesmo rio, seguiremos a denominação regional. Nessa denominação, o Amazonas é o resultado do encontro dos rios Solimões e Negro. Portanto, a montante dessa confluência, está o rio Solimões (e o Negro), e, a jusante, o rio Amazonas.

⁵⁷ Excetuando-se os rios menores que desaguam em rios de águas barrentas. Isso porque, as áreas de contato entre rios de diferentes qualidades costumam ser ricos tanto em número de espécies quanto em volume de peixes e organismos aquáticos.

Na fronteira norte do estado (entre Roraima e Venezuela), existem ainda rios de águas mistas, ou seja, rios que misturam as características dos demais. Eles se formam em solos geralmente cobertos por savana, em altitudes elevadas em relação à planície amazônica (no Pico da Neblina e escudo cristalino das guianas) e que, por isso, transportam bastante material. O material em suspensão lhes aproxima das características dos rios de água barrenta. Entretanto, são rios menores e com várzeas menos extensas. Nessa categoria, existem apenas três rios no estado, todos afluentes do rio Negro: o Cauaburi, que nasce nas bordas do Pico da Neblina, no interior da terra indígena Yanomami e desemboca no rio Negro, no interior da terra indígena Médio Rio Negro; o rio Demini, que nasce na fronteira com a Venezuela, no interior do território indígena Yanomami e dá o contorno da fronteira entre os estados de Roraima e Amazonas e o Rio Branco, que nasce no estado de Roraima e também desemboca no Rio Negro.

Os rios de água barrenta, águas mistas e águas claras são todos rios federais, tendo em vista que nascem em território estrangeiro, em estados vizinhos ou estão dentro de imóveis federais (terras indígenas e unidades de conservação). Portanto, o rico solo de várzea que está situado nas margens dos rios de águas barrentas, claras e mistas é bem da União. Já os rios de água preta e seus respectivos terrenos marginais e acrescidos estão divididos entre Federais e Estaduais. Isso porque os rios de águas pretas se formam na planície amazônica e, em sua grande maioria, têm seu curso inteiramente dentro do estado. Muitos deles, entretanto, estão sob a faixa de fronteira ou em imóveis federais (Mapa 10).

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

A dinâmica das várzeas dos rios de águas barrentas desafia a lógica da apropriação privada. O fenômeno mais marcante é chamado de “Terras Caídas”. Conforme definiram Carvalho e Cunha:

Terras caídas é uma terminologia regional utilizada na Amazônia brasileira para designar os desbarrancamentos que ocorrem nas margens do rio Amazonas e nos seus afluentes de água branca, principalmente nos trechos em que os mesmos são margeados pelos depósitos fluviais holocênicos que formam a atual planície de inundação. Trata-se de um fenômeno natural que tanto pode ocorrer em pequena escala como em escala quilométrica. É, sem dúvida, o principal agente transformador da paisagem ribeirinha e responsável por uma série de transtornos aos moradores ribeirinhos isolados, comunidades, povoados, vilas e cidades localizadas em suas margens. (CARVALHO; CUNHA, 2011, p. 2).

Em levantamento realizado entre janeiro de 1995 a janeiro de 2011, na Costa do Miracouera, nas margens do Rio Amazonas, no interior do município de Itacoatiara, Carvalho e Cunha (2011) verificaram um recuo médio de 20 metros por ano sobre a margem côncava. Os autores também observaram que esses valores são expressivos, tendo em vista que ali as posses variam de 10 a 15 hectares. “Estou pagando imposto de água porque minha terra tá acabando”, relatou um dos camponeses entrevistados naquela pesquisa (CARVALHO; CUNHA, 2011, p. 10).

Em seus trabalhos sobre a dinâmica camponesa na calha Solimões/Amazonas, Cruz (2007, 2009) também descreveu uma série de situações que nos ajudam a compreender os processos sociais e ambientais da várzea dos rios de água branca. No Paraná do Curari, município de Careiro da Várzea, é comum encontrar moradores com documentos relativos a imóveis que deixaram de existir devido ao intenso processo de erosão fluvial. Na Costa do Arapapá II, município de Manacapuru, os camponeses desenvolveram técnicas para transportar as casas inteiras, evitando que as habitações fossem tragadas pelo rio (CRUZ, 2009).

Mas a dinâmica ribeirinha não é apenas de perdas. Na mesma medida em que os barrancos vão desaparecendo em uma área, em outras vão ocorrendo deposições e, consequentemente, surgem novas terras. De modo geral, as margens côncavas perdem material devido ao impacto da corrente, enquanto as margens convexas recebem material erodido a montante. Entretanto, isso também é uma simplificação da dinâmica fluvial, tendo em vista que a rede hidrográfica dos rios de águas barrentas é composta por diversos canais secundários, furos, paranás, lagos e ilhas e que, por vezes, ocorre o rompimento de canais, promovendo o reposicionamento do rio e o consequente abandono de meandros. A reprodução camponesa acompanha esses processos e, por vezes, interfere na própria dinâmica do rio, aproveitando oportunidades próprias dessa dinâmica fluvial.

Enquanto na Costa do Rebojo, no município de Careiro da Várzea, o processo de “terras caídas” é intenso, na Costa da Terra Nova, a jusante, ocorre o inverso. A deposição fluvial na costa da Terra Nova fez surgir novas terras, utilizadas para o plantio de culturas de ciclo curto, durante a vazante do rio. Para potencializar e uniformizar a deposição de partículas finas (silte e argila) e assim aumentar a fertilidade do solo, os camponeses roçam as terras antes da enchente. Caso não seja feito esse trabalho, a deposição se torna irregular, e o material depositado será composto principalmente por areia, afetando a fertilidade do solo. Quando as águas baixam, a terra é imediatamente preparada para o cultivo, para que a colheita ocorra antes da próxima enchente (CRUZ, 2009).

Com o objetivo de produzir novas terras, moradores das várzeas têm utilizado uma técnica que consiste em construir furos artificiais que conectam o canal principal com áreas baixas na fundiária dos imóveis. Durante as cheias, o material transportado pela correnteza através do furo é depositado nas áreas baixas. Com o passar do tempo, o nível do solo vai se elevando, o que garante sua utilização na agricultura ou pastagem. Cruz (2009) descreveu a utilização dessa técnica no Paraná do Careiro, município de Careiro da Várzea, e na Costa do Marrecão, município de Manacapuru.

Importante salientar que os fenômenos relativos à dinâmica do rio ocorrem de maneira desigual na calha do Solimões/Amazonas. Quanto mais a montante, maior é a importância da dinâmica anual de enchente e vazante na várzea. Nas proximidades da foz do rio Juruá, a diferença entre o nível mais elevado da enchente e o nível mais baixo da vazante é de até 20m; nas proximidades da foz do rio Negro, essa diferença é de 10 a 12m; nas proximidades da foz do Tapajós, é de 6 a 7m, e, nas proximidades da foz do rio Xingu, é de apenas 4m (CRUZ, 2009 apud PEREIRA, 1994).

1.5 TERRITÓRIOS INDÍGENAS

O mapa de distribuição das terras indígena do estado do Amazonas é um registro emblemático dos processos de transformação ocorridos na Amazônia nos últimos 4 séculos. Em 1616, quando Portugal, sob ordens da coroa espanhola, instalou o Forte do Presépio na foz do rio Amazonas (atual cidade de Belém), toda a região era ocupada por povos indígenas. Os primeiros cronistas a percorrerem os grandes rios relataram uma ocupação quase contínua da várzea por diferentes povos indígenas. Essa ocupação era baseada na produção agrícola no rico solo da várzea e também na abundância de peixes, animais e outros produtos nativos (ACUÑA, 1994; FAUSTO, 2005). Essa Amazônia encontrada pelos aventureiros europeus já não existe

mais. Os povos indígenas das várzeas foram dizimados, ou incorporados violentamente à sociedade colonial, e apenas parte desses povos e territórios teve oportunidade de chegar ao século XXI. O mapa das terras indígenas atualmente existentes no estado do Amazonas demonstra que elas se estendem predominantemente pela chamada terra firme, ou seja, estão longe dos grandes rios navegáveis. Entretanto, as terras indígenas também estão longe das rodovias, onde os processos de extermínio continuaram até a década de 1980. Ou seja, os povos indígenas remanescentes estão situados longe dos principais eixos de ocupação capitalista do território (Mapa 11).

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

O IBGE apontou que, em 2010, o Amazonas tinha 168.680 indígenas, o que corresponde a 4,8% da população do estado e a mais de 20% de toda a população indígena do país. É o estado com a maior população indígena, tendo mais que o dobro da população indígena do Mato Grosso do Sul, o segundo colocado. O Amazonas possui aproximadamente 66 povos diferentes, que incluem grupos isolados.

Dos 168.680 indígenas identificados pelo IBGE, 80% vivem em domicílios rurais. Os indígenas moradores de domicílios rurais são 134.378 pessoas e correspondem a mais de 18% da população rural do estado. Esses valores são inversos em relação ao total geral da população do estado que tem 79% de população vivendo em imóveis urbanos e somente 21% em domicílios rurais. Isso tem especial importância para a conjuntura agrária do estado.

Segundo os dados da FUNAI, atualizados em agosto de 2017⁵⁸, existem 149 terras indígenas reconhecidas, somando aproximadamente 46.004.000,65 hectares⁵⁹, o que corresponde a quase 30% da superfície do estado. Dessas, 130 estão regularizadas, 4 homologadas, 11 declaradas, 3 delimitadas e uma interditada e em estudo. Além dessas, existem outras 14 terras indígenas em estudo.

De acordo com o Art. 231 da Constituição Federal de 1988, são consideradas Terras Indígenas as tradicionalmente ocupadas. As Terras Indígenas pertencem à União⁶⁰, são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas são imprescritíveis. Seu usufruto é exclusivo aos povos indígenas. A Constituição determina também que “os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras” indígenas são considerados nulos⁶¹.

⁵⁸ Até 15 de julho de 2018, quando coletamos o arquivo junto à página oficial da FUNAI na internet, os dados constantes permaneciam sem atualização desde agosto de 2017.

⁵⁹ Valores aproximados, tendo em vista que foram produzidos no QGis, em coordenadas geográficas, com base no acervo de dados geográficos da FUNAI.

⁶⁰ Constituição Federal de 1988, Art. 20. São bens da União:

“[...]”

XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

⁶¹ Constituição Federal de 1988, Art. 231. São reconhecidos aos índios [...] os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

As maiores terras indígenas estão situadas longe dos rios com boa navegabilidade. O eixo central de circulação fluvial, ou seja, a calha Solimões/Amazonas, é a região com as terras indígenas de menor área. Apesar disso, sobre esse eixo está o maior número de terras indígenas reconhecidas ou em estudo. As terras indígenas estão distantes também das rodovias federais, construídas a partir da década de 1960. Portanto, elas estão afastadas dos principais eixos históricos de expansão da sociedade capitalista.

A Amazônia avistada pelos cronistas que acompanhavam as expedições de exploração do território, em nome das potências ultramarinas europeias, estava restrita aos grandes rios navegáveis. E essa extensa rede de rios navegáveis na bacia amazônica se tornou o principal meio de incursão e domínio do território ao longo de toda a ocupação europeia da região. Em 1616, a expulsão das outras potências europeias que rivalizavam com a Espanha pelo domínio da região, durante a União Ibérica (1580-1640), foi o marco para o estabelecimento da ocupação portuguesa na Amazônia.

A incorporação predatória do indígena na sociedade colonial acabou por se tornar uma das principais forças para a expansão portuguesa sobre a região. Segundo Santos (2002), as caçadas humanas que iam aniquilando os índios, do século XVI até a metade do século XVIII, fizeram com que os portugueses empurrassem o marco de Tordesilhas até bem próximo das fronteiras atuais.

Os registros das movimentações de tropas na calha dos grandes rios, da violência sofrida nas povoações coloniais e das doenças que assolavam a população indígena apontam para o extermínio na ordem dos milhões na Amazônia. O mais conhecido e emblemático registro desses acontecimentos é a carta escrita por Manuel Teixeira, em 5 de janeiro de 1654. Em uma espécie de confissão de culpa a propósito de se encontrar com grave enfermidade, Teixeira afirma que:

Nas ditas entradas, ou fossem em paz ou em guerra, se exercitaram sempre grandes injustiças e crueldades extraordinárias contra os índios, queimando-lhes suas povoações, matando muitos milhares deles, sem piedade, nem causa, e trazendo muitos cativos [...] tratando-os com tanto rigor e excessos de trabalho que no espaço de trinta e dois anos, que há, que se começou a conquistar o Estado, são extintos a trabalho e a ferro, segundo a conta dos que ouviram mais de dois milhões de índios de mais de quatrocentas aldeias, ou para melhor dizer cidades populosas. (TEIXEIRA, 1654 apud FREIRE, 1991, p. 75).

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º.”.

A violência dos conflitos despovoou rapidamente grande parte dos rios navegáveis e estabeleceu um clima de guerra (SANTOS, 2002). Registraram-se tropas com mais de 5 mil homens que aprisionavam ou simplesmente massacravam centenas de pessoas de uma única vez, atingindo com toda sua força os territórios dos povos habitantes das margens dos grandes rios navegáveis. Sendo os eixos de exploração do território mais importantes na circulação de tropas, mercadorias e de pessoas durante a ocupação colonial da Amazônia, a extensa rede de rios possibilitou a incursão colonial por extensas áreas do território.

Essa situação de conflitos e genocídios nos vales dos grandes rios se estendeu de 1616, ainda sob a União Ibérica, passando pelo período de domínio português, continuou após a adesão do Grão-Pará ao Império Brasileiro e adentrou por várias fases da república, atingindo rios secundários e igarapés durante os dois períodos de exploração da borracha.

Com a crescente industrialização da Europa e a descoberta de processos que tornavam a borracha mais resistente, houve, entre as décadas de 1860 e 1910, um crescimento exponencial do extrativismo do látex na Amazônia. Essa prática extrativista não se restringiu à margem dos grandes rios navegáveis e se aprofundou por vários quilômetros, para além da extensa várzea e igapó, atingindo cabeceiras de igarapés na terra firme. Os povos indígenas representavam obstáculo à exploração dos seringais.

Desse modo, a expansão da borracha foi também a expansão do genocídio contra povos que ainda resistiam nas margens de rios navegáveis e aqueles habitantes de regiões inacessíveis por embarcações. O conflito era, antes de mais nada, de caráter territorial. Os seringais aprofundaram as fronteiras da sociedade capitalista. Em casos mais específicos, o estado atuou diretamente no conflito, enviando tropas da polícia estadual para reprimir resistências indígenas.

O colapso do extrativismo da borracha, no período que se estende de 1912 até 1942, representou um abrandamento dos conflitos. Embora tenham permanecidos conflitos relacionados a exploração da castanha, peles de animais e outros produtos florestais, nada se compara a experiências da ocupação seringalista.

Na Segunda Guerra Mundial, com o Japão exercendo o domínio sobre quase todas as fontes de borracha cultivadas na Ásia, o extrativismo voltou a ser praticado em larga escala na Amazônia, exercendo novamente forte pressão sobre os territórios indígenas, que durou até o final da guerra.

Duas décadas mais tarde, durante a ditadura militar (1964-1985), os eixos das disputas territoriais se modificaram, mas seu caráter genocida foi mantido. Até aquele momento, os rios

eram as únicas grandes vias de transporte, em torno dos quais ocorriam as disputas territoriais sangrentas. A chamada “terra firme”, que são as regiões distantes das várzeas e igapós dos grandes rios, foi pela primeira vez o foco das políticas do estado. As rodovias foram construídas com a intenção de incorporar ao território capitalista a terra firme amazônica, mas, no caminho, estavam os principais povos indígenas remanescentes.

Dezenas de rodovias passaram a ser construídas em toda a região amazônica. No estado do Amazonas, as principais foram as BRs 174 (Manaus-Caracarái), 319 (Porto Velho-Manaus), 230 (Transamazônica) e 210 (Perimetral Norte). Essa expansão gerou massacres sobre povos indígenas abrigados na terra firme, como nos casos dos Waimiri-Atroari e Tenharim. Os massacres cumpriam dupla função: a primeira delas era a abertura de vias de circulação e a segunda era da liberação do território para a exploração capitalista ou rentista da terra. Os massacres foram acompanhados da apropriação das terras, com expedição de títulos de propriedade em favor de capitalistas e rentistas, da exploração dos recursos florestais e minerais disponíveis e da ocupação camponesa.

Ao longo de todo o período que vem desde a fundação de Belém, até o final da ditadura militar, na década de 1980, o avanço sobre os territórios indígenas ocorreu sobre bases sociais racistas. A perspectiva era de eliminação completa dos povos indígenas e de seus territórios, seja pelo genocídio, seja por sua incorporação como mão de obra. De um lado estava a escravidão e os massacres, do outro, a catequese e a servidão. De uma forma ou de outra, os povos indígenas estavam fadados ao desaparecimento. A força desse movimento atingiu brutalmente os próprios povos indígenas, que foram levados a negar sua identidade. Os levantamentos realizados até então davam conta de números decrescentes de indígenas em todo o país e, em especial, na Amazônia.

Entretanto, os movimentos indígenas e indigenistas passaram por transformações. Uma mudança importante foi a substituição da perspectiva integracionista, que previa a incorporação dos indígenas à sociedade capitalista, por outra, que buscava promover uma maior autonomia política e respeito à cultura.

Tiveram especial importância nesse processo as mudanças ocorridas no indigenismo dentro da igreja católica. Na década de 1960, no Mato Grosso, religiosos e leigos passaram a contestar o modelo de internatos escolares, que retiravam os indígenas de suas comunidades, obrigando-os a abandonar suas tradições e territórios ao mesmo tempo em que iam recebendo uma educação dogmática. Inspirado pela Concílio Vaticano II, esse movimento passou a direcionar os trabalhos da igreja católica junto aos indígenas, com especial atenção à

autodeterminação e à defesa dos territórios indígenas contra o avanço das fronteiras capitalistas (SCHWADE, 2018).

Essa mudança foi acompanhada por grande parte dos movimentos indígenas e indigenistas. Como resultado, povos que haviam ocultado por muito tempo sua identidade passaram a se assumir indígenas, e a luta pela demarcação dos territórios indígenas ganhou força no Brasil. Formou-se uma conjuntura que garantiu avanços na legislação nacional, em especial, deixando de prever a “incorporação do silvícola a comunhão nacional”⁶² e passando a reconhecer “aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”⁶³.

Isso ajuda a entender o número crescente de povos e comunidades indígenas reivindicando a terra. São povos e comunidades que por muito tempo buscaram apagar sua identidade. Apagar a identidade foi a estratégia mais eficaz diante da violência dos processos que atingiram os indígenas nos últimos quatro séculos. Era uma questão de sobrevivência se livrar de qualquer traço que caracterizasse a identidade indígena. Com a mudança de postura de importantes setores da sociedade, o fortalecimento dos movimentos indígenas e as garantias constitucionais conquistadas, o processo se inverteu. Há em curso um processo de valorização da identidade indígena. Esse ponto tem especial repercussão nas questões fundiárias e territoriais.

Segundo informações preliminares do levantamento que está sendo realizado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), existem aproximadamente 190 terras indígenas sem qualquer providência da FUNAI. Ou seja, são terras reivindicadas por povos indígenas, mas que não foram reconhecidas pelo estado. Muitas delas estão situadas ao longo de grandes rios navegáveis, onde as pressões da colonização chegaram antes e com mais força. São, em geral, pequenas terras indígenas, tendo em vista que representam a demanda de povos fragmentados e imersos em complexos conflitos, com diferentes sujeitos, pela posse do território.

É um número assombroso, tendo em vista que cada uma dessas 190 terras representam um grupo de conflitos pela posse do território. Ao mesmo tempo é um número que ilustra bem a resistência indígena frente aos projetos de integração forçada à sociedade capitalista.

⁶² Termos que se repetem na Constituição Federal de 1946 (Art. 5º), Constituição Federal de 1967 (Art. 8) e Emenda Constitucional de 1969 (Art. 8).

⁶³ Constituição de 1988 (Art. 231).

1.6 TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

No Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Federal de 1988, está determinado que aos “remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”⁶⁴. E o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, definiu que “são terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”⁶⁵. O Decreto estabeleceu que a titulação da propriedade das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos “será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades [...], com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade”⁶⁶. Portanto, a legislação define o território quilombola como propriedade coletiva que pertence à comunidade e não pode ser vendida ou penhorada, cujo título é perene.

Segundo Farias Junior (2007), as fontes historiográficas apontam que a presença negra no Brasil está ligada principalmente à economia colonial escravista. Entretanto, devido ao fracasso das *plantations* na Amazônia, a exploração econômica colonial ficou mais restrita ao extrativismo de drogas do sertão, e a escravidão de negros esteve presente na região em pequenos e médios imóveis, dispersos no território. Isso influenciou na distribuição da população negra, dificultando concentrações. Mesmo em número reduzido, as comunidades quilombolas são presença marcante no estado do Amazonas.

A Fundação Cultural Palmares (FCP), até 2014, reconheceu e certificou oito comunidades quilombolas no estado do Amazonas, quais sejam: Tambor (nos municípios de Barcelos e Novo Airão), Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Tereza do Matupi e Trindade (no município de Barreirinha), Sagrado Coração de Jesus do Lago de Serpa (no Município de Itacoatiara) e Barranco (em Manaus). A comunidade do Barranco, porém, está situada na área urbana de Manaus. Além dessas, a comunidade São José está em processo de reconhecimento pela FCP e está situada no município do Careiro. De todas essas comunidades, apenas aquelas situadas nos municípios de Barreirinha, Novo Airão e Barcelos possuem imóveis delimitados no *shapefile*⁶⁷ disponibilizado pelo INCRA, totalizando somente dois imóveis (Mapa 12).

⁶⁴ Constituição Federal de 1988, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), Título X, Art. 68.

⁶⁵ Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, Art. 2º, § 2º.

⁶⁶ Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, Art. 17.

⁶⁷ Arquivo de dados geográficos utilizado na confecção de mapas.

Mapa 12 – Terras quilombolas delimitadas e comunidades certificadas

Amazonas Terras Quilombolas 2018

Legenda

- Delimitada
- Rio Principal

Datum: SIRGAS 2000.
 Fonte de dados: INCRA (2018), Fundação
 Palmares (2016), IBGE (2016) e ANA (2016).
 Elaboração: Tiago Maiká Müller Schwade.
 Resp. Téc.: Schwade, T.M.M. (CREA/AM:14415-D).
 Elaborado em julho de 2018.

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

A comunidade do Tambor foi reconhecida pela FCP em 2006⁶⁸ e foi a primeira a ser delimitada pelo INCRA no Amazonas. As terras da comunidade do Tambor totalizam 719.771,88 hectares, onde vivem 17 famílias. Essa ocupação de remanescentes quilombolas que migraram do Nordeste entre 1907 e 1910 foi totalmente sobreposta pelo Parque Nacional do Jaú, uma unidade de conservação integral criada em 1980⁶⁹. A sobreposição gerou conflitos entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e as famílias quilombolas e camponesas residentes na área. Muitas famílias foram removidas compulsoriamente do parque.

Mesmo após o reconhecimento da Comunidade do Tambor pela FCP, o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) opinou pela remoção das famílias na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) da Advocacia Geral da União (AGU). Em consequência disso, em 2014, o Processo de Conciliação⁷⁰ passou a prever a remoção dos quilombolas. Para tentar impedir a remoção e garantir os direitos constitucionais das comunidades quilombolas, o Ministério Público Federal (MPF) passou a mover uma Ação Civil Pública. Entretanto, o primeiro pedido do MPF foi indeferido pelo Tribunal Regional Federal e o processo continua em tramitação no judiciário⁷¹.

O outro caso que também teve o imóvel delimitado pelo INCRA é o das cinco comunidades quilombolas de Barreirinha. As comunidades foram reconhecidas pela FCP entre 2012 e 2013. O imóvel denominado de Rio Andirá tem 27.897,66 hectares e abriga 558 famílias.

1.7 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS

Entre 1974⁷² e 2016, foram criadas 40 Unidades de Conservação (UCs) federais no estado do Amazonas. A maior parte delas está localizada no perímetro de 100 km nas margens de rodovias federais ou na faixa de 150 km da linha de fronteira (Mapa 13). Isso se deve ao fato de que essas margens de rodovias foram federalizadas por decreto-lei, em 1971⁷³, e a faixa de fronteira pertence à União por determinação legal⁷⁴. Essas UCs federais totalizam

⁶⁸ Portaria 11/2006.

⁶⁹ Decreto 85.200, de 24 de setembro de 1980.

⁷⁰ Processo de Conciliação Nº 00400.009941/2010-86, formalizado na CCAF/AGU.

⁷¹ Processo Nº 0008363-23.2014.4.01.3200 - 3ª VARA FEDERAL.

⁷² O Parque Nacional da Amazônia foi criado em 1974, com 1.066.000,00 hectares, mas está predominantemente situado no estado do Pará, com apenas 16.222,30 hectares sobre o Amazonas. A Primeira Unidade de Conservação a ocupar significativamente terras do Amazonas foi o Parque Nacional do Pico da Neblina, criado em 1979, na fronteira norte do estado, com 988.186,72 hectares.

⁷³ Decreto-Lei 1.164, de 01 de abril de 1971.

⁷⁴ Ver Emenda Constitucional 1, de 17 de outubro de 1969, e Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.

26.402.253,10 hectares. Entretanto, esse número deve ser visto com cautela, pois, como veremos, ocorrem sobreposições a Terras Indígenas e Propriedades Quilombolas.

Das 40 Unidades de Conservação federais existentes, 16 são de Proteção Integral, e as outras 24 são de Uso Sustentável. Mas esses dados podem encobrir grandes diferenças entre as unidades de conservação, quanto aos aspectos de uso e ocupação. No caso das unidades de Proteção Integral, as semelhanças de fato existem, pois a legislação impede qualquer ocupação permanente da terra em todas elas. Já o grupo de unidades de Uso Sustentável, nesse aspecto, abriga categorias muito distintas entre si. Em algumas unidades de uso sustentável, a legislação impõe barreiras à instalação de propriedades privadas, mas permite a exploração dos recursos florestais existentes; em outras, apenas disciplina as atividades desenvolvidas, e, nas demais, estabelece a gestão coletiva da terra.

Mapa 13 – Unidades de conservação federais

Amazonas: Unidades de Conservação Federais 2018*

Legenda

- UC Federal
- Decreto-Lei 1.164/71
- Faixa de Fronteira
- Rodovia Federal

Datum: SIRGAS 2000.
 Fonte de dados: unidades de conservação MMA (2018);
 divisão política IBGE (2016);
 áreas federalizadas Decreto-Lei 1164/71 modificado
 pelas leis 5.917/73 e 6.337/76 e Decreto-Lei 1.868/81;
 rodovias DENIT (2016) e dados da pesquisa;
 rede hidrográfica ANA (2016).
 Elaboração: Tiago Maiká Müller Schwade.
 Resp. Téc.: Schwade, T.M.M.(CREA/AM:14415-D).
 Elaborado em julho de 2018.

*Não ocorreram modificações desde o golpe de 2016.

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

Essas diferenças são determinadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). O SNUC é formado por um conjunto de leis e decretos publicados entre os anos 2000 e 2006⁷⁵, que regulamentam as categorias existentes.

Nas Unidades de Conservação de Proteção Integral, é proibida a ocupação permanente, a exploração florestal e o uso agropecuário da terra. Conforme estabelece o SNUC, Estações Ecológicas, Reservas Biológicas e Parques Nacionais são de “posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas” (BRASIL, 2011c, Art. 9, 10 e 11).

As unidades de Proteção Integral somam 13.234.015,10 hectares das terras federais. Isso representa pouco mais de 50% das terras ocupadas por UCs federais no Amazonas e 8,49% de toda a superfície do estado. No Amazonas, foram implantadas três categorias de unidades de Proteção Integral: são nove Parques Nacionais (Parna) que ocupam 6,36% da superfície do estado (9.908.684,32 hectares), quatro Estações Ecológicas (Esec) que ocupam 1,16% (1.803.595,62 hectares) e três Reservas Biológicas (Rebio) com 0,98% (1.521.735,90 hectares).

O Parque Nacional (BRASIL, 2011c, Art. 11) “tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica”. Nele, é permitida “a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”.

A Estação Ecológica “tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas” (BRASIL, 2011c, Art. 9) e é mais restritiva, pois não é permitida a visitação pública.

A Reserva Biológica é igualmente restritiva e se destina à “preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados” (BRASIL, 2011c, Art. 10).

A outra metade da superfície ocupada por Unidades de Conservação federais é das chamadas Unidades de Uso Sustentável. As unidades dessa categoria ocupam 13.168.237,27 hectares de terras federais, representando 8,45% da superfície do estado. Essas unidades se subdividem em sete categorias, quatro delas presentes no estado. Existem atualmente 33 unidades de Uso Sustentável nas categorias Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Área de Proteção Ambiental (APA) e Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE).

⁷⁵ Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. O SNUC é acompanhado do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Cf. Brasil (2011c).

A categoria predominante é a Floresta Nacional, com 11 unidades que somam 9.443.727,05 hectares, ou seja, 6,1% da superfície do estado. Ela é definida, no Art. 17 do SNUC (BRASIL, 2011c), como “área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas”. As Florestas Nacionais são de posse e domínio público. Os imóveis privados, que porventura tenham sido atingidos por sua instalação, devem ser desapropriados, no entanto, é permitida a concessão para exploração privada da madeira. Por outro lado, a permanência de “populações tradicionais” é admitida somente se estiverem habitando a área anteriormente a criação da FLONA.

A segunda categoria mais importante é a Reserva Extrativista, com nove unidades cobrindo 3.555.742,83 hectares da superfície do estado (2,3%). No SNUC (BRASIL, 2011c, Art. 18), a Reserva Extrativista, é definida como “área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte”. Ela “tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”. Apesar do fundamento principal para a criação de Reserva Extrativista estar na presença e proteção de populações extrativistas tradicionais, a gestão dessas unidades é realizada por um conselho deliberativo presidido pelo ICMBio.

Em terceiro lugar está a Área de Proteção Ambiental (APA) que ocupa 152.410,20 hectares (cerca de 0,1% da superfície do estado). A APA é definida no SNUC (BRASIL, 2011c, Art. 15) como “área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas”. Sua implantação objetiva “proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”. Portanto, não é um impedimento à ocupação privada da terra, ainda que estabeleça normas e restrições para sua utilização.

Por fim, existem duas Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIEs) que somam 16.357,17 hectares (cerca de 0,01% da superfície do estado). A ARIE é definida no SNUC (BRASIL, 2011c, Art. 16) como “área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional”. Sua implantação objetiva “manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os

objetivos de conservação da natureza”. Ela pode ser constituída por terras públicas ou privadas e “podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Relevante Interesse Ecológico”.

Portanto, para este trabalho, é mais oportuno classificar as UCs federais de acordo com o tipo de ocupação permitida. Dessa maneira, podemos ter uma imagem de como estão distribuídas as UCs de acordo com o interesse desta pesquisa. Nesse caso, podemos classificar em quatro grupos (Mapa 14).

- O primeiro grupo é o das unidades nas quais não se permite qualquer ocupação humana. Nesse grupo, estão todas as unidades de Proteção Integral (Esec, Parna e Rebio), que ocupam 13.234.015,84 hectares da superfície do estado;
- O segundo grupo é aquele que está baseado na “ocupação tradicional”, que não permite propriedades, mas concede o uso às populações extrativistas (RESEX), com 3.555.742,83 hectares da superfície do estado;
- O terceiro é formado apenas pela FLONA, com 9.443.727,05 hectares, que é de posse e domínio público, mas que permite a concessão da exploração capitalista ou cooperativista dos recursos florestais e que admite a presença de populações camponesas ou povos indígenas e quilombolas tidos como tradicionais;
- No quarto e último grupo estão as UCs federais que permitem a presença de imóveis privados e apenas restringem e regulamentam o uso da terra (APA e ARIE). Esse grupo abrange 168.767,38 hectares.

Mapa 14 – Unidades de conservação federais por tipo de ocupação permitida

Amazonas:
Unidades de
Conservação Federais
por Tipo de
Ocupação Permitida
2018*

- Legenda**
- G1 - Parna, Esec e Rebio
 - G2 - Resex
 - G3 - Flona
 - G4 - Apa e Arie

Datum: SIRGAS 2000.
Fonte de dados: unidades de conservação MMA (2016),
divisão política IBGE (2016).
Elaboração: Tiago Maiká Müller Schwade.
Resp.Téc.: Schwade,T.M.M.(CREA/AM:14415-D).
Elaborado em julho de 2018.
*Não ocorreram modificações desde o golpe de 2016.

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

Entretanto, os números oficiais escondem questões jurídicas importantes, que alteram significativamente a abrangência das Unidades de Conservação. Isso porque existem importantes casos de sobreposição de Unidades de Conservação a Terras Indígenas (TI) e um caso de sobreposição a Propriedade Quilombola (PQ). São aproximadamente três milhões de hectares de Unidades de Conservação sobrepostos a terras indígenas e mais de setecentos mil hectares sobrepostos ao quilombo do Tambor. Entre as sobreposições, destacam-se, pelo volume de terras: a Floresta Nacional Amazonas, com cerca de 1.684.801,60 hectares sobrepostos à Terra Indígena Yanomami; o Parque Nacional do Pico da Neblina, com 1.185.653,30 hectares também sobrepostos à Terra Indígena Yanomami e o Parque Nacional do Jaú, com 719.771,88 hectares sobrepostos à propriedade dos quilombolas do Tambor.

As terras indígenas são bens da União de usufruto exclusivo dos povos indígenas e qualquer ato que tenha por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras indígenas é considerado nulo por determinação constitucional. Acontece que o Parque Nacional do Pico da Neblina foi criado, em 1979, antes do reconhecimento da Terra Indígena Yanomami que somente foi reconhecida em 1993. O mesmo ocorreu com a Floresta Nacional do Amazonas, criada em 1989. Portanto, as sobreposições não encontram amparo legal, tendo em vista o direito originário dos indígenas, que é imprescritível.

Também por determinação constitucional, as terras quilombolas são de propriedade definitiva dos povos que as habitam⁷⁶. Entretanto, os quilombolas somente conquistaram esse direito na Constituição de 1988, enquanto o Parque Nacional do Jaú foi criado por decreto em 1980. Em sua criação, dezenas de famílias camponesas e quilombolas foram removidas compulsoriamente da área, restando somente a comunidade do Tambor e três outras famílias camponesas. Também neste caso a sobreposição não encontra amparo legal, sendo garantido aos quilombolas a propriedade das terras que ocupam.

A somatória das sobreposições revela valores significativos. São cinco Florestas Nacionais, três Parques Nacionais e uma Estação Ecológica, totalizando 3.719.500,78 hectares⁷⁷ que, sob essa ótica, não devem ser contabilizados na somatória da área das Unidades de Conservação. Portanto, é preciso subtrair do valor oficial essas áreas sobrepostas. Nesse caso, as unidades de Proteção Integral somam efetivamente 11.319.954,86 hectares. E as Florestas Nacionais totalizam efetivamente 7.638.287,25 hectares (Quadro 02 e Mapa 15).

⁷⁶ Constituição Federal de 1988, Art. 68.

⁷⁷ As sobreposições se referem aos parques nacionais do Pico da Neblina, Nascentes do Lago do Jarí e do Jaú; a Estação Ecológica Jutai-Solimões e as Florestas Nacionais Amazonas, Purus, Humaitá, de Pau Rosa e Mapiá-Inauini. A manipulação dos dados de geoprocessamento aponta para outras nove sobreposições menores que, entretanto, podem ser apenas resultado de erros cartográficos e totalizam 1.790,80 hectares.

Quadro 2 – Áreas totais e sobreposições em unidades de conservação federais (hectares)

Grupo	Classificação quanto ao tipo de ocupação	Categ. Oficial	Total Oficial	Sobreposições (TI e PQ)	Total deduzidas as sobreposições
G1	Não permite ocupação humana permanente nem exploração dos recursos	ESEC PARNA REBIO	13.234.015,84	1.914.060,98	11.319.954,86
G2	Não permite propriedades, mas concede o uso e ocupação às populações extrativistas	RESEX	3.555.742,83	0,00	3.555.742,83
G3	Permite a concessão da exploração capitalista ou cooperativista dos recursos florestais e admite a presença de populações camponesas	FLONA	9.443.727,05	1.805.439,80	7.638.287,25
G4	Permite a presença de terras privadas e apenas restringe e regulamenta seu uso	APA ARIE	168.767,38	0,00	168.767,38
	Total		26.402.253,10	3.719.500,78	22.682.752,32

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

Mapa 15 – UCs federais sobrepostas a terras indígenas e propriedade quilombola

**Amazonas:
Unidades de
Conservação
Federais Sobrepostas
a Terras Indígenas e
Propriedades
Quilombolas
2018**

Legenda

- UC Federal
- Terra Indígena
- Prop. Quilombola
- UC sobreposta a TI
- UC sobreposta a PQ

USP **FAPEAM**
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA
DO ESTADO DO AMAPÁ
CERTIFICADA PELA ISO 9001:2009

Datum: SIRGAS 2000.
Fonte de dados:
unidades de conservação ICMBio (2018);
divisão política IBGE (2018);
terras indígenas FUNAI (2018);
Propriedades Quilombolas INCRA (2018).
Elaboração: Tiago Maiká Müller Schwade.
Resp.Téc.: Schwade,T.M.M.(CREA/AM:14415-D).
Elaborado em julho de 2018.
*Não ocorreram modificações desde o golpe de 2016.

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

1.8 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

As primeiras unidades de conservação estaduais do Amazonas foram criadas em 1990. Atualmente, são 41 unidades de diversas categorias, totalizando 19.033.976,84 hectares⁷⁸. Desse total, 3.534.669,89 hectares são de Proteção Integral (PI), e 15.499.306,95 hectares são de Uso Sustentável (US). As UCs estaduais são regulamentadas pelo Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC)⁷⁹, criado em 2007. Semelhante ao que ocorre com as federais, as unidades de conservação estaduais têm várias diferenças quanto ao regulamento de terras aplicado à cada categoria. Além disso, ocorrem várias sobreposições com terras indígenas e unidades de conservação federais, o que nos obriga a fazer uma revisão detalhada dessas áreas, a fim de evitar compreensões equivocadas quanto à real abrangência.

As unidades estaduais de Proteção Integral, registradas nos arquivos disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA)⁸⁰, são de dois tipos: Parque Estadual e Reserva Biológica⁸¹. Nos artigos 10 e 11 do SEUC, está estabelecido que os parques e as reservas biológicas estaduais são “de posse e domínio públicos, devendo as áreas particulares incluídas em seus limites ser desapropriadas, na forma da lei”.

O Parque Estadual, segundo o Art. 11 do SEUC, tem como objetivo a “preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica”. Nele, é permitida a “realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico”. E a Reserva Biológica, Art. 10 do SEUC, “tem como objetivo a preservação integral da biota e dos demais atributos naturais existentes em seus limites”, onde é proibida qualquer “interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais”.

⁷⁸ Valores aproximados, tendo em vista que foram produzidos no QGis, em coordenadas geográficas, com base no acervo do Ministério do Meio Ambiente.

⁷⁹ Criado pela Lei Complementar nº 53, de 5 de junho de 2007 e alterado pela Lei Complementar nº 57 de 13 de novembro de 2007.

⁸⁰ A lista e os demais dados de UCs estaduais e federais foram coletados junto ao acervo digital, de tipo “shp” (*shapefile*), disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente, disponíveis em <http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm>. Acesso em: jul. 2016.

⁸¹ O SEUC (Art. 8º) prevê seis diferentes categorias de Unidades de Proteção Integral, quais sejam: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Estadual, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Entretanto, os registros do MMA apontam para a existência apenas de unidades nas categorias de Parque Estadual e Reserva Biológica. As RPPNs não são áreas públicas, portanto, também não aparecem como Unidades Estaduais.

Apesar das diferenças quanto aos seus objetivos, os parques e reservas biológicas estaduais são idênticas em relação a posse e ocupação da terra. Ambas são de posse e domínio exclusivamente públicos, portanto devem estar alocadas em terras pertencentes ao Estado, e as propriedades privadas existentes em seus limites devem ser desapropriadas, não sendo permitida a exploração econômica da terra, a não ser em atividades de turismo, no caso dos parques.

No caso das unidades de conservação estaduais definidas como de Uso Sustentável, as diferenças são bem maiores. De acordo com o acervo disponibilizado pelo MMA, existem quatro categorias⁸²: Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Floresta Estadual (Floresta), Área de Proteção Ambiental (APA) e Reserva Extrativista (RESEX).

São 16 as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), correspondendo a mais da metade da superfície das UCs estaduais, ocupando 10.175.133,92 hectares, ou seja, 6,53% da superfície do estado. A RDS é definida, no Art. 21 do SEUC, como “área natural que abriga comunidades tradicionais, cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de utilização dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica”. A RDS é de domínio público, no entanto, os imóveis privados atingidos por sua implantação podem ser desapropriados. A desapropriação deverá ocorrer quando existirem “conflitos entre o proprietário e comunidades ou entre proprietários e Poder Público, desrespeito, por parte do proprietário, às normas do Plano de Gestão ou normas regulamentares, ou, ainda, na ocorrência de espécies endêmicas, raras ou ameaçadas, que ensejem restrição de uso”. O SEUC (artigos 75 e 76) prevê ainda a regularização da posse de comunidades tradicionais por meio da Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)⁸³ na RDS.

⁸² O SEUC (Art. 15) prevê nove diferentes categorias de Unidades de Uso Sustentável, a saber: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Estadual (FLORESTA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDs), Reserva Particular de Desenvolvimento Sustentável (RPDS), Estrada Parque e Rio Cênico. Entretanto, os registros do MMA (2018) apontam para a existência apenas de unidades nas categorias de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Floresta Estadual (Floresta), Área de Proteção Ambiental (APA) e Reserva Extrativista (RESEX).

⁸³ SEUC, Lei Complementar nº 53/2007:

“Art. 75. O Poder Público, com base em condicionantes socioambientais definidas no seu Plano de Gestão, regularizará a posse de comunidades tradicionais sobre as áreas por elas ocupadas ou utilizadas, que sejam imprescindíveis à conservação dos recursos ambientais essenciais para sua reprodução física e cultural, constituídas em RESEX, RDS e Floresta, por meio do contrato de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU ou outra forma admitida em lei, dispensada licitação.

§ 1.º O CDRU, baseado no inciso XX do artigo 28 da Constituição do Amazonas, será instituído sobre os imóveis dominicais estaduais nas Unidades de Conservação citadas no caput, como direito real resolúvel, a título gratuito, por tempo certo, visando o atendimento de suas finalidades socioambientais.

Existem quatro Reservas Extrativistas (RESEX) estaduais que cobrem 995.323,85 hectares, ou seja, 0,64% da superfície do estado. Apesar de bem menos expressivas, elas guardam algumas semelhanças com as RDS. Segundo o Art. 19 do SEUC, a “RESEX se constitui em área utilizada por comunidade tradicional, cuja subsistência se baseia no extrativismo e, complementarmente, na criação de animais em pequena escala, tendo por objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da Unidade”. Ela também é contemplada pelos artigos 75 e 76 do SEUC, portanto a posse de comunidades tradicionais é passível de regularização por meio da CDRU. Nessa modalidade, não é permitida a propriedade privada da terra. Além disso, as áreas de criação de animais e agricultura não podem exceder os 5% da RESEX.

Existem oito Florestas Estaduais que somam 2.619.130,71 hectares, ou seja, 1,68% da superfície do Amazonas. As Florestas Estaduais são definidas no SEUC (Art. 18) como “área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas” e tem como objetivos “o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, a pesquisa científica e o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais, com ênfase em métodos para manejo sustentável de florestas nativas”. Em essência, possuem as mesmas atribuições e regulamentos das Florestas Nacionais, permitindo a permanência de populações tradicionais e a concessão da exploração madeireira capitalista. A posse e o domínio são públicos, “devendo as áreas particulares incluídas em seus limites serem desapropriadas, quando necessário, na forma da lei”. Além disso, também são aplicáveis os artigos 75 e 76 do SEUC, possibilitando a regularização da posse de comunidades tradicionais por meio da CDRU.

São cinco as Áreas de Proteção Ambiental (APA) estaduais. Elas somam 1.709.718,47 hectares, o que representa 1,1% da superfície do estado. A APA é definida, no Art. 16 do SEUC,

§ 2.º O CDRU será firmado entre o órgão estadual fundiário, ouvido o Órgão Gestor, e as associações representantes das comunidades tradicionais ou, quando necessário, poderá ser firmado individualmente.

§ 3.º Nas áreas de domínio da União situadas em Unidades de Conservação do Estado do Amazonas, com presença de comunidades tradicionais, o Órgão Gestor solicitará a CDRU ao órgão fundiário federal.

Art. 76. A comunidade tradicional que tenha a posse e o uso das áreas na RESEX, RDS e Floresta assegurados pelo contrato de concessão de direito real de uso deverá participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da Unidade de Conservação, de acordo com a legislação aplicável e o disposto no respectivo Plano de Gestão, sendo-lhe vedado:

- I - o uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitat;
 - II - a prática de atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas em área superior a 10% (dez por cento) da Unidade de Conservação;
 - III - a titularidade imobiliária ou a preferência em sua aquisição;
 - IV - o acesso ao patrimônio genético para fins de pesquisa e desenvolvimento e bioprospecção, sem a autorização do órgão competente;
 - V - o uso dos recursos hídricos acima do especificado como insignificante, nos termos da legislação específica.
- Parágrafo único. O manejo da fauna silvestre pelas comunidades locais observará a legislação específica.”.

como área geralmente “extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas”. E tem como “objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”. Ela não impõe restrições à existência de propriedades privadas, apenas cria regras especiais para sua utilização.

Portanto, podemos agrupar as unidades de conservação estaduais existentes em quatro grupos (Mapa 16):

- O primeiro é o das unidades nas quais a posse e o domínio são públicos e não se permite qualquer ocupação humana. Nesse grupo, estão as unidades de Proteção Integral (Parque Estadual e REBIO) que foram projetadas com 3.534.669,89 hectares;
- O segundo é o das unidades nas quais a posse e o domínio são públicos e que se constitui pela posse de “populações tradicionais”, mas que permite a existência de propriedades desde que não estejam em conflitos com as comunidades ou o interesse público. A posse das comunidades pode ser regularizada por meio da CDRU. Nesse grupo, estão a SDS e a RESEX, que foram projetadas com 11.170.457,77 hectares;
- O terceiro é formado apenas pela Floresta Estadual, que é de posse e domínio públicos, permite múltiplos usos da terra e inclui desde a exploração capitalista da madeira até a posse de “comunidades tradicionais”. No caso das comunidades, sua permanência só é permitida quando anterior à criação da Floresta Estadual. As florestas estaduais somam 2.619.130,71 hectares;
- O quarto e último grupo é formado apenas pela APA, que não interfere no regime de terras, permitindo a presença de imóveis privados e públicos. A APA apenas restringe e regulamenta o uso da terra. Essa categoria cobre 1.709.718,47 hectares.

Entretanto, algumas unidades de conservação estaduais estão sobrepostas a terras da União. São aproximadamente 1.609.369,01 hectares em 6 sobreposições (Mapa 17)⁸⁴. São elas: Parque Estadual do Acará, com 1.525.528,52 hectares sobrepostos à TI Yanomami e 1.116.934,99 hectares que incidem sobre a Floresta Nacional do Amazonas; Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos, com todos os seus 38.538,93 hectares sobrepostos à TI Balaio; RDS

⁸⁴ A soma das sobreposições com menos de 500 hectares totaliza 1.121,96 hectares. Essas sobreposições podem ser oriundas de erros cartográficos, por esse motivo foram desconsideradas em nossos cálculos.

Mamirauá, com 35.345,86 hectares sobrepostos a quatro terras indígenas (Uati-Paraná, Acapuri de Cima, Porto Praia e Jaquiri); RDS Cujubim, com 4.357,79 hectares sobrepostos à TI Vale do Javari; RDS Canumã, com 4.209,23 hectares sobrepostos à TI Coata-Laranjal; RDS Piagaçu-Purus, com 1.787,37 hectares sobrepostos à TI Itixi Mitari.

As Terras Indígenas são bens da União, de usufruto exclusivo dos povos indígenas. Portanto, as áreas de conservação sobrepostas a elas, ao que determina a Constituição Federal, são nulas de pleno direito. Por esse motivo, é necessário abater esses valores na somatória das áreas das Unidades de Conservação. Ao deduzirmos essas sobreposições restarão aproximadamente 17.424.607,83 hectares, o que corresponde a 11% da superfície do estado (Quadro 03).

Quadro 3 – Unidades de conservação estaduais por ocupação permitida (em hectares)

Classificação quanto ao tipo de ocupação	Categoria	Total	Sobreposições com terras federais	Total deduzidas as sobreposições
Posse e domínio público e proíbe qualquer ocupação humana	Rebio e Parque	3.534.669,89	1.563.668,76	1.971.001,13
De domínio público e concede o uso às “populações tradicionais”.	RDS e Resex	11.170.457,77	45.700,25	11.124.757,52
De posse e domínio público, permite a concessão da exploração capitalista ou cooperativista e admite a permanência de “comunidades tradicionais”	Floresta	2.619.130,71	-	2.619.130,71
Não estabelece posse ou domínio público, apenas, restringe e regulamenta seu uso	APA	1.709.718,47	-	1.709.718,47
Total		19.033.976,84	1.609.369,01	17.424.607,83

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

Mapa 16 – Unidades de conservação estaduais quanto ao tipo de ocupação

Amazonas:
Unidades de
Conservação Estaduais
Quanto ao Uso da
Terra
2018

- Legenda**
- Grupo 1 - Parque e Rebio
 - Grupo 2 - SDS e Resex
 - Grupo 3 - Floresta Estadual
 - Grupo 4 - APA

USP **FAPEAM**
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA
DO ESTADO DO AMAPÁ
CERTIFICADA PELA ISO 9001:2008

Datum: SIRGAS 2000.
Fonte de dados:
unidades de conservação MMA (2018);
divisão política IBGE (2018).
Elaboração: Tiago Maiká Müller Schwade.
Resp.Téc.: Schwade,T.M.M.(CREA/AM:14415-D).
Elaborado em julho de 2018.

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

Mapa 17 – Unidades de conservação estaduais sobrepostas a terras federais

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

O caso mais importante é o do Parque Estadual Serra do Aracá. Criado em 1990, com um total de 1.873.241,34 hectares, o parque tem dupla sobreposição ou seja: 1.525.528,52 hectares sobrepostos à Terra Indígena Yanomami, e 1.116.934,99 hectares sobrepostos à Floresta Nacional do Amazonas. Como parte dessas sobreposições ocorrem simultaneamente, o total de áreas sobreposta à terra indígena e à floresta nacional não é resultado da soma das duas áreas. Ou seja, a área do parque estadual sobreposta à Terra indígena, ao parque nacional ou a ambos é de aproximadamente 1.613.020,63 hectares, o que corresponde a 86% da superfície oficial do parque estadual. Além disso o parque estadual tem 98,76% de sua área (1.850.076,01 hectares) situada na faixa de fronteiras, que pertence à União. Deduzidas todas as terras federais, restaram somente 22.789,22 hectares, ou seja, 98,78% da área do Parque Estadual Serra do Aracá pertence, na verdade, à União. E mesmo o 1,22% restante está em situação jurídica discutível, visto que o parque estadual também está sobre a faixa de 100 km das margens da rodovia Perimetral Norte, estabelecida pelo Decreto-Lei 1.164/71 que, apesar de revogado, para que as terras voltem ao domínio estadual, é necessária solicitação à União⁸⁵.

Algo semelhante ocorre com a Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos, criada em 1990. Ela tem todos os seus 38.544,74 hectares sobrepostos simultaneamente à Terra Indígena Balaio e ao Parque Nacional Pico da Neblina, criado em 1979. Também está totalmente situada na faixa de fronteiras e nas margens da rodovia Perimetral Norte. Portanto, 100% da Reserva Biológica Morro dos Seis Lagos pertence efetivamente à União. Uma curiosidade em relação à área está no fato de que ela também é a maior reserva de nióbio do planeta e está no centro de debates sobre exploração mineral em Terras Indígenas.

1.9 A PROPRIEDADE PRIVADA

Engels, em 1884, trouxe para o debate o artigo “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” (ENGELS, 1974), que se tornou um clássico nas ciências humanas, influenciando grande quantidade de autores. Inspirado em Morgan, cientista norte-americano, Engels descreve a formação da sociedade moderna alicerçada nas transformações da família, na formação da propriedade privada e nas raízes do Estado.

Engels parte, no entanto, de uma compreensão evolucionista da sociedade. Portanto, a sociedade moderna seria o destino de todas as sociedades, variando somente no tempo de seu desenvolvimento. Os vários grupos humanos existentes no mundo poderiam ser classificados

⁸⁵ O Decreto-Lei 1.164/71 foi revogado, mas a passagem das terras ao patrimônio do estado não é automática, conforme discutido anteriormente.

de acordo com seu estágio evolutivo, conferidos por seus progressos em direção a uma sociedade moderna.

Para Engels, os povos nos quais predominam relações matrilineares estão em um estágio inferior de sociedade. A ausência de estrutura patrilinear conferia uma das características de sociedades primitivas, nas quais predominariam os casamentos por grupos. A unidade econômica seria a comunidade familiar, composta por várias gerações ou famílias isoladas, além de indivíduos não livres. Os instrumentos e ferramentas são rudimentares e não permitem a expansão da riqueza social. A sociedade seria comunista, sem classes e sem especialização produtiva, portanto sem relações comerciais. A estrutura matrilinear, ou melhor, o direito materno caracterizaria sociedades em estágio primitivo, e o abandono dele é uma das primeiras transformações que levariam a sociedade a um patamar mais elevado de desenvolvimento, permitindo a acumulação de riqueza.

Para o autor, a barbárie é outra etapa. Situada entre a sociedade primitiva e a civilização, ela teria seu início com a introdução da cerâmica. O traço característico da barbárie seria a domesticação de animais ou a agricultura, de acordo com as condições naturais de cada ambiente onde a sociedade se desenvolve. A barbárie culminaria com o desenvolvimento de instrumentos de ferro e da escrita, que é a linha limítrofe entre barbárie e civilização. As inovações técnicas, alcançadas a cada fase, levariam a transformações na estrutura social, criando contradições que impulsionariam novas transformações técnicas e, conseqüentemente, levam a novas transformações na estrutura da sociedade. A barbárie seria caracterizada pelo casamento pré-monogâmico. Mas, em sua última etapa, teria surgido a família monogâmica, assentada no direito paterno, garantindo a acumulação, base sobre a qual estaria assentada a propriedade privada.

Ainda segundo Engels, a família monogâmica “foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas em condições econômicas e, de modo específico, no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum” (p. 75), e continua, “a monogamia foi um grande progresso, mas, ao mesmo tempo, inaugura, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um relativo retrocesso e no qual o bem-estar e o desenvolvimento de uns se realizam às custas da dor e da opressão dos outros” (p. 76).

A monogamia, portanto, seria uma condição para a formação da civilização e da propriedade privada. Para o autor, a monogamia está alicerçada no domínio do homem com a finalidade “de procriar filhos cuja paternidade fosse indiscutível e essa paternidade é exigida

porque os filhos deverão tomar posse dos bens paternos, na qualidade de herdeiros diretos” (p. 72).

De modo geral, Engels tentou explicar a história da civilização ocidental, na análise dos registros, não apenas sobre aqueles povos que, de maneira direta, contribuíram para essa formação, mas também de povos distantes histórica e geograficamente. Ele enxergou, nos povos analisados, etapas de um processo histórico já superado pela moderna civilização. É uma leitura essencialmente eurocêntrica. Mas não deixa de ter sua contribuição, na medida em que atribui a processos dialéticos e contraditórios as transformações que tanto interessam aos cientistas sociais.

No entanto, parece-nos mais correto compreender que as inovações tecnológicas e as transformações sociais surgem ligadas a realidades específicas, porém não isoladas, e, de lá, podem ou não chegar a outros povos, ganhando força em certos momentos favoráveis a sua expansão, ou se retraindo quando as bases sociais são alteradas. É o que ocorreu com a propriedade privada da terra que, nascida em um canto qualquer do velho mundo, encontrou terreno fértil para se expandir em sociedades europeias, foi ganhando força e se espalhando pela Europa. De lá, com o expansionismo mercantil, se expandiu de forma impositiva até, no momento atual, alcançar as mais distantes regiões do planeta. Isso parece estar muito mais ligado às raízes expansionistas de sociedades europeias que a uma suposta evolução social.

Segundo o jurista Marés, a “ideia de apropriação individual, exclusiva e absoluta, de uma gleba de terra não é universal, nem histórica nem geograficamente. Ao contrário, é uma construção humana localizada e recente” (MARÉS, 2003, p. 17). A atual concepção de propriedade foi gestada durante 300 anos de construção teórica, entre os séculos XVI e XVIII, e, somente nos últimos séculos, passou a ter realização prática.

A Revolução Francesa é um marco nessa trajetória. As concepções de gestão territorial surgidas com a revolução e a constituição dos estados nacionais subsequentes tiveram como principal função garantir a propriedade. Propriedade que, segundo Marés (2003), dependia da existência de homens livres e em igualdade jurídica, para contratar entre si, ou seja, comprar ou vender a força de trabalho. Nas Américas, por outro lado, a terra era considerada desocupada, visto que a posse indígena não era reconhecida pelos estados coloniais e, por isso, não houve a necessidade de libertar os trabalhadores. O resultado disso foi a formação da propriedade sob o sistema escravista, que perdurou até o século XIX.

Na base da edificação da propriedade também estava a tentativa de interpretar e direcionar as transformações na civilização ocidental, judaico-cristã, de origem romana. “O

pensamento cristão informou todos os teóricos que viriam a construir os alicerces do Estado de Direito contemporâneos, sejam católicos ou protestantes” (MARÉS, 2003, p. 20). São Tomás de Aquino (1225-1274) não considerava a propriedade como um direito natural, isso porque não admitia como um direito que pudesse se opor ao bem comum ou necessidade alheia. Foi com a teoria política e a criação das leis que versavam sobre a propriedade que a igreja passou a compreender a propriedade como um direito natural. “A idéia da disposição como a liberdade de troca de bens ou alienação onerosa, é muito posterior, sustentada por Locke” (MARÉS, 2003, p. 21).

Marés aponta que Locke (1632-1704) foi o principal defensor da propriedade burguesa absoluta. Locke, somente aceitava a acumulação até a quantidade corruptível, pois acreditava que não seria lícito possuir mais bens corruptíveis do que aqueles que se possa usar sem transformar em capital. No entanto,

admite que o excedente, desde que não seja corruptível, deteriorável, pode ser acumulado e, claro, o corruptível pode ser trocado pelos não corruptíveis, afirmando que a sociedade civil e o governo foram criados exatamente para garantir essa acumulação. (MARÉS, 2003, p. 25).

Outra contribuição de Locke a essa construção teórica da propriedade foi a relação que fez entre propriedade e trabalho. O trabalho produz propriedade. Ele aponta que a propriedade legítima é aquela criada pelo trabalho. No entanto, é possível acumular tudo o que não for corruptível, comprando trabalho alheio.

Essa elaboração teórica e moral se encaixava como uma luva para o pensamento burguês e suas necessidades de acumulação de capital. Daí a importância para o capitalismo do contrato livre entre partes formalmente iguais. Toda teoria jurídica posterior vai assentar a legitimidade da propriedade de bens na transferência contratual e na legitimidade originária da aquisição. (MARÉS, 2003, p. 26).

Houve, nos duzentos anos que se sucederam à Locke, uma transformação radical na lógica de apropriação da terra. A terra deixou de ser o local de produção dos bens de consumo que atendiam as necessidades do conjunto da sociedade, para ser apropriada e empregada na produção para o mercado, rendendo lucro, com vistas à acumulação de capital. Esse processo teve como marco os cercamentos na Inglaterra, quando se criou uma estrutura jurídica que regulamentava a propriedade privada, que passou a se estabelecer sobre as terras de uso comum. Esse movimento abarcou campos e pastagens de posse comum, forçando os camponeses a migrarem, o que impulsionou a indústria capitalista.

Voltaire (1694-1778) considerou a propriedade privada da terra como um direito natural e necessário para o bem-estar da sociedade. Ele defendeu a ideia de que a propriedade privada era capaz de trazer a todo o conjunto da sociedade, proprietários e não proprietários, a riqueza e a felicidade. Marés (2003) acrescenta, entretanto, que, nas previsões, os teóricos jamais chegaram a cogitar os limites a que as constituições nacionais chegariam, pois a propriedade absoluta da terra e de outros bens se tornou, posteriormente, a razão de ser dos estados nacionais, reconhecendo a propriedade como o fundamento de todo o direito.

Na fundação de Portugal, no século XII, a propriedade da terra estava ligada ao seu uso produtivo, ou seja, à obrigatoriedade do cultivo. Mas o sistema feudal, baseado na mão de obra servil, não era capaz de impulsionar a ocupação e o cultivo da terra. Era necessário criar incentivos à ocupação e ao cultivo da terra, que somente poderiam ser alcançado pelo trabalhador livre e pela concessão de terrenos.

O instituto das sesmarias foi criado no século XIV para que a terra ociosa fosse tornada produtiva e incorporasse a mão de obra desempregada. Ele instituía que toda terra e outros bens ociosos deveriam ser concedidos a quem dispusesse de condições e quisesse utilizá-los como meios produtivos. Isso obrigava os proprietários a produzirem sob pena de expropriação. As glebas cedidas precisavam ser confirmadas e a lei estabelecia o prazo de 5 anos para que fossem aproveitadas. Os trabalhadores “livres” eram obrigados a se empregarem, pois a ociosidade do indivíduo era considerada crime. Esse instituto foi paulatinamente abandonado, até o século XVI, quando entrou em profunda decadência, movimento ligado à expansão mercantil portuguesa (MARÉS, 2003).

Nas modernas constituições nacionais, a partir da revolução francesa, a terra passou a ser concebida sob a ótica da propriedade privada, entrando como um direito absoluto, que poderia ser utilizada ou não pelo seu possuidor, para a qual o Estado deve proteção. A Constituição francesa, de 1793, falava em direito natural, imprescritível e intangível. Para a espanhola, de 1812, era o direito mais importante. Para a portuguesa, de 1822, era um direito sagrado e inviolável. E a brasileira, de 1824, falava que é garantido o direito de propriedade em toda sua plenitude (MARÉS, 2003).

Para a propriedade liberal, sua legitimidade estava na legitimidade do contrato. Sendo legítimo o contrato, legítima também era a propriedade. Não sendo legítimo o contrato, ilegítima era a propriedade. A propriedade se pôs acima do bem comum, pois entendeu-se que os direitos coletivos restringiam os direitos individuais, atrapalhando a liberdade contratual. Essa concepção Liberal foi contestada pelos socialistas e pela igreja. Marx e os socialistas

deslegitimaram a propriedade. O papa Leão XIII e a igreja, por outro lado, afirmavam que não bastava o contrato ser legítimo, era preciso que também fosse justo.

A transformação da terra em propriedade privada nunca se tornou uma realidade plena. Isso porque “foi um processo teórico, ideológico contrário à realidade, à sociedade e aos interesses das pessoas em geral” (MARÉS, 2003, p. 48). Para se criar uma conexão com a realidade, foram sendo criadas exceções, primeiramente às terras públicas e, posteriormente, às coletivas ou difusas. A terra de uso comum passou a ser propriedade do Estado. Tudo o que não era privado tornou-se propriedade do Estado, criando uma dicotomia entre público e privado. As posses ou propriedades coletivas passaram, posteriormente, a serem aceitas e reconhecidas pelo Estado.

A ordem econômica liberal, no entanto, passou a ser duramente contestada após a segunda guerra mundial. O Estado passou a ganhar novos conteúdos, que deveriam fazer frente às pressões internas na Europa. Saúde, educação, trabalho passaram a ser direitos sociais e deveres do Estado. A propriedade também teve que passar por mudanças, deixando de ser absoluta e passando a necessitar de outra legitimidade, que garantisse a ela função de interesse social. A propriedade, a partir de então, gerava obrigações. Entretanto, essas obrigações muitas vezes foram letra morta, visto que a legislação foi por vezes desobedecida na prática da ocupação privada da terra e nas decisões judiciais. Isso é ainda mais válido para a América Latina, onde, persiste, na prática, o paradigma da propriedade absoluta, em detrimento da legislação.

Além da generalizada desobediência da legislação, tornando absoluta a propriedade/grilagem nos tribunais, de tempos em tempos, a própria legislação é reformulada para que caiba dentro de si a apropriação ilegal da terra pública devoluta. Conforme apontou Oliveira, “o descumprimento das normas legais e, a elaboração de novas normas para regularizar os atos ilegais, foi sempre o procedimento histórico das elites nacionais” (2015, p. 5). São leis e decretos que anistiam a ocupação irregular da terra pública, tanto a nível federal, quanto na esfera estadual. Essa prática está presente desde a Lei de Terras de 1850 (Lei 601, de 16 de setembro de 1850).

A primeira grande intervenção do Estado Brasileiro na legislação de terras foi justamente a Lei de Terras de 1850. Essa lei, longamente discutida e negociada, garantia a legitimação das posses mansas e pacíficas, que se achassem cultivadas. A lei também não limitava o tamanho das posses, favorecendo a formação de latifúndios. Do mesmo modo, ela previa a revalidação das sesmarias, que se achassem cultivadas, mesmo que nenhuma das outras

condições estabelecidas originalmente se encontrassem realizadas. Ou seja, toda a prática ilegal de ocupação das terras públicas realizada até aquele momento foi anistiada, desde que respaldada pela cultura efetiva e pela morada habitual (SILVA, 2008).

Prazos e condições foram estabelecidos para favorecer a legitimação das ocupações que se achassem irregulares. Quem não cumprisse os prazos e as condições cairia em comisso e perderia os benefícios da lei, que era justamente a obtenção do título de propriedade. Entretanto, a Lei de Terras de 1850 e o seu Regulamento de 1854 (Decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854) determinaram a proibição de novas posses⁸⁶, estabelecendo a compra como único caminho para a aquisição de novas propriedades privadas.

Conforme apontou Silva (2008, p. 235), “o governo imperial, assim como a metrópole nos tempos coloniais, acreditava que levaria os posseiros a regularizar sua situação, se a legislação fosse bastante flexível”. Entretanto, a história mostrou que esse modo de ver as coisas era equivocado. Um dos motivos é que havia um consenso entre os juristas brasileiros de que a morada habitual e a cultura efetiva garantiam a posse das terras⁸⁷. Por isso, na prática, a ocupação de terras públicas devolutas continuou por todo o período imperial.

1.9.1 A propriedade privada na legislação estadual

O fim do império, trouxe novamente a anistia aos que se apossaram da terra pública de modo irregular. Com a Constituição Republicana de 1891, as terras devolutas passaram ao domínio dos estados⁸⁸. A regulamentação estadual não tardou. Foram editados diversos decretos com a finalidade de regular a ocupação de terras públicas. A estadualização da política fundiária se constituiu novamente em anistia aos grileiros, uma vez que permitiu novamente a legitimação de ocupações realizadas à revelia da legislação anterior.

O Decreto Estadual 04, de 16 de março de 1892, com seus 24 artigos, e seu Regulamento, de 21 de maio de 1892, passaram a reger a alienação de terras devolutas nos

⁸⁶Decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854:

“Art. 24. Estão sujeitos á legitimação:

[...]

§ 3º As que, achando-se em poder do primeiro occupante até a data da publicação do presente Regulamento, tiverem sido alienadas contra a prohibição do Art. 11 da Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850.

⁸⁷Lei 601, de 16 de setembro de 1850:

Art. 8º Os possuidores que deixarem de proceder á medição nos prazos marcados pelo Governo serão reputados cahidos em comisso, e perderão por isso o direito que tenham a serem preenchidos das terras concedidas por seus titulos, ou por favor da presente Lei, conservando-o sómente para serem mantidos na posse do terreno que ocuparem com effectiva cultura, havendo-se por devoluto o que se achar inculto.”.

⁸⁸ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 fevereiro de 1891, Art. 64.

limites do estado, determinando a revalidação de sesmarias e as concessões de imóveis além da regularização de posses em terras públicas, sob certas condições.

O Decreto Estadual 04/1892 revalidou as sesmarias e outras concessões do governo, mesmo que não tenham cumprido as condicionantes a que se obrigavam os beneficiários nos prazos estabelecidos pela Lei de Terras de 1850, desde que se encontrassem cultivadas e com morada habitual. Em outras palavras, pelo Decreto 04/1892, eram revalidáveis todas as sesmarias e outras concessões que tivessem sido confirmadas e demarcadas, bem como aquelas que não tivessem sido confirmadas ou demarcadas, mas sempre sob a condição de que existissem cultivos efetivos e morada habitual. No caso de sesmarias e concessões que tivessem cultura efetiva e morada habitual em pelo menos um terço de sua extensão, a revalidação poderia atingir a plenitude de sua área. Nos demais casos, os ocupantes ainda tinham direito às áreas cultivadas, mas estavam sujeitos a regras semelhantes àsquelas aplicadas aos posseiros (Art. 3º, 4º e 5º)⁸⁹.

⁸⁹ Decreto Estadual 04, de 16 de março de 1892:

“Art. 3º - São revalidadas:

§1º. As sesmarias ou outras concessões do Governo que, não tenham sido medidas ou demarcadas, se acharem cultivadas pelo menos em um terço de sua extensão e com morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionário ou de seus sucessores legítimos.

§2º. As sesmarias ou outras concessões do Governo, com cultura efectiva e morada habitual, compreendidas nos respectivos limites e especificadas nos termos da concessão e transferidas por título de compra, doação, herança, ou outro qualquer título hábil revestido das formalidades legais.

§3º. As sobras restantes das sesmarias ou de outras concessões do Governo, desfaleadas por qualquer motivo em sua extensão, e que se acharem cultivadas, com morada habitual do respectivo sesmeiro, concessionário ou de seus sucessores legítimos.

Art. 4º - As sesmarias ou outras concessões do Governo, que não poderem ser revalidadas por não estarem nas condições do art. precedente, serão consideradas simples posses para serem legitimadas, se n'ellas houver princípio de cultura e morada habitual do sesmeiro, concessionário ou de seus sucessores legítimos.

Art. 5º - São legitimadas:

§1º. As posses mansas e pacíficas com cultura efectiva e morada habitual, havidas por ocupação primária e registradas segundo o Regulamento que baixou com o decreto n. 1318 de 30 de janeiro de 1854, que se acharem em poder do primeiro occupante ou de seus herdeiros.

§2º. As posses igualmente registradas, cultivadas e habitadas que tenham sido transpassadas pelo primeiro occupante ou por seus sucessores [cópia ilegível] compra, doação, permuta ou dissolução de sociedade, sobre os quaes tenham sido cobrados os respectivos impostos.

§3º. As posses havidas por compra em hasta pública, por partilha de quinhões hereditários ou em virtude de sentença passada em julgado.

§4º. As partes de posses nos casos considerados nos paragraphos precedentes.

§5º. As posses de terras com cultura efectiva morada habitual, que tenham sido estabelecidas, sem protesto ou opposição, antes de 21 de novembro de 1889, e mantidas sem interrupção depois d'essa data.

§6. As posses que se acharem em sesmarias ou outras concessões do Governo, revalidáveis por este Decreto, se tiverem sido declaradas – boas – por sentença passada em julgado entre os sesmeiros ou concessionários e os posseiros, ou se tiverem sido estabelecidas e mantidas sem opposição dos sesmeiros ou concessionários durante 5 annos.”.

O Decreto Estadual 04/1892 possibilitou a regularização das posses com cultura efetiva⁹⁰ e morada habitual que tivessem sido estabelecidas até 21 de novembro de 1889 (Art. 5º). Para a regularização das posses, o decreto estabeleceu o teto de 1.089,00 hectares nos imóveis de lavoura, 4.336,00 hectares nos imóveis de campos de criação e 545,00 hectares nos imóveis de seringais (Art. 8º)⁹¹. O Regulamento Estadual, de 21 de maio de 1892, entretanto, estabeleceu limites diferentes, com teto de 1.200,00 em terras de lavoura, 4.200,00 hectares em campos de criação e 1.000,00 hectares em seringais (Art. 69)⁹².

O Decreto Estadual 04/1892 determinou o despejo, com perda das benfeitorias, de quem ocupasse terras públicas devolutas após a data de sua publicação (Art.10)⁹³. As posses estabelecidas no intervalo entre 21 de novembro de 1889 e 16 de março de 1892 eram regularizáveis por meio de compra. Em síntese, dentro de certos limites, esse decreto também anistiou todos os que ocuparam terras públicas devolutas à revelia da legislação anterior.

As constituições estaduais de 23 de julho de 1892 (Art. 153)⁹⁴ e de 17 de agosto de 1895 (Art. 147)⁹⁵ também obrigavam o Estado a respeitar as posses consumadas até a Proclamação da República, desde que os interessados provassem morada habitual e cultura efetiva.

Seguindo os mesmos preceitos da Lei de Terras de 1850, o Decreto Estadual 04/1892 proibiu a ocupação de novas terras a partir da data de sua publicação, mas anistiava as

⁹⁰ Cultura efetiva foi definida como plantação de árvores frutíferas, roças, trabalhos de lavoura, conservação e cultivo de vegetais aproveitados pela indústria extrativa e também a pastagem.

⁹¹ Decreto Estadual 04, de 16 de março de 1892:

“Art. 8º. Feita a medição e demarcação das terras cultivadas, sujeitas á legitimação pelas demarcações registradas, se medirá mais para o posseiro, se o requerer uma parte do terreno devoluto que houver contíguo, não excedendo á área cultivada e no máximo equivalente a 150 hectares, se não estiver reservada para algum uso público.

§1º. D’este favor não gozarão os posseiros de terrenos aproveitados pela indústria extrativa.

§2º. A área total das posses havidas por ocupação primária, em virtude d’esta lei, nunca poderá exceder os seguintes limites: em terras de lavoura 1.089 hectares, em campos de criação 4.336 hectares e em seringas 545 hectares.”.

⁹² Regulamento Estadual, de 21 de maio de 1892:

“Art. 69º. Quando as posses a medir não tiverem outro documento senão o registro estabelecido pelo art. 16 do Decreto n.º 04 de 16 de Março último conferidos aos que já ocuparam as mesmas terras antes de 21 de Novembro de 1889, contra as disposições do art. 2.º da Lei n.º 601 de 1850 e av.-circular de 10 de Setembro de 1880, a sua área total nunca poderá exceder os seguintes limites: em terras de lavouras 1.200 hectares, em campos de criação 4.200 hectares e em seringas 1.000 hectares.”.

⁹³ Decreto Estadual 04, de 16 de março de 1892:

“Art. 10º. Será obrigado a despejo, com perda das benfeitorias, todo aquelle que, depois da publicação d’este Decreto, se apossar de terras devolutas, fazendo derrubadas ou queimas em suas mattas, invadindo-as por meio de plantações ou edificações, ou praticando outros quaisquer actos possessorios, ainda que provisoriamente.”.

⁹⁴ Constituição do Estado do Amazonas, promulgada em 23 de julho de 1892:

“Art. 153 – As posses em boa fé existentes em terras do Estado, desde que os interessados provem morada habitual e cultura efetiva anteriores á proclamação da República são respeitadas.”.

⁹⁵ Constituição Política do Estado do Amazonas, promulgada em 17 de agosto de 1895:

“Art. 147 – As posses em boa fé existentes em terras do Estado, desde que os interessados provem morada habitual e cultura efetiva anteriores á proclamação da República são respeitadas.”.

transgressões consumadas até aquela data. De forma objetiva, o Decreto Estadual 04/1892 determinava que a aquisição de terras públicas, a partir de 21 de novembro de 1889, deveria ocorrer impreterivelmente por meio da compra (Art. 1º)⁹⁶ e, de maneira também objetiva, garantia a regularização das posses realizadas ilegalmente até aquela data (Art. 5, §3º.)⁹⁷. Mas os prazos foram dilatados por outros decretos e leis que o sucederam⁹⁸. Pesquisas de Moreno (1993) e de Silva (2008) apontam que casos semelhantes ocorreram na maioria dos estados brasileiros, e essa anistia, ao invés de coibir a prática da ocupação ilegal da terra, contribuiu sobremaneira para tornar crônica essa prática.

No caso da alienação de novos imóveis por meio da venda, o Regulamento Estadual, de 21 de maio de 1892, determinou que sua superfície deveria estar entre 25,00 e 300,00 hectares para a indústria extrativista, de 30,00 a 60,00 hectares para a indústria agrícola e de 50,00 a 2.000,00 hectares para a indústria pastoril. Entretanto, na zona de seis quilômetros no entorno das cidades e vilas, os imóveis não poderiam ter dimensões superiores a 150 metros de frente por 500 de fundo, ou seja, o teto para imóveis nas proximidades das cidades era de 7,50 hectares. E, fora dessa zona, até 20 quilômetros das cidades e vilas, as medidas dos imóveis não poderiam ultrapassar 500 metros de frente por 1.000 metros de fundos, ou seja, 50,00 hectares (Art. 100, e 101)⁹⁹.

O Decreto Estadual 04/1892 tratou também dos “campos de uso comum dos moradores” que não poderiam ser considerados posses de um único indivíduo, “devendo ser preservado em

⁹⁶ Decreto Estadual 04, de 16 de março de 1892:

“Art. 1º. As terras devolutas compreendidas nos limites do Estado do Amazonas e a ele exclusivamente pertencentes ex-vi do art. 64 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, somente a título de compra podem ser adquiridas.”.

⁹⁷ Determinação também presente no Art. 98 do Regulamento, de 21 de maio de 1892.

⁹⁸ Já no ano seguinte, a Lei 60, de 07 de outubro de 1893, o Decreto 37, de 08 de novembro de 1893 e o seu Regulamento, de 15 de novembro de 1893, estenderam o prazo até 07 de outubro de 1893.

⁹⁹ Regulamento Estadual, de 21 de maio de 1892:

“Art. 100º. Os lotes de terras serão, sempre que for possível, medidos e demarcados em rectangulos ou quadrados, podendo a sua superfície variar para as terras apropriadas para industria extractiva de 25 a 300 hectares; para as apropriadas para a industria agrícola de 30 a 60 hectares; para as apropriadas a industria pastoril de 30 a 2.000 hectares.

Art. 101º. As terras devolutas próximas ás cidades, villas e povoados poderão ser vendias em hasta pública ou fora della sob as seguintes condições:

§1º. Dentro da zona de seis kilômetros ao redor das cidades e villas, os lotes não serão maiores de 150 metros de frente sobre 500 de fundos.

§2º. Fora desta zona e até 20 kilômetros, os lotes marginaes das estradas e das vias fluviaes serão de 150 a 500 metros de frente sobre 500 a 1.000 de fundos; e dos lotes centraes serão de 240 a 500 metros de frente sobre 500 a 1000 metros de fundos.”.

toda sua extensão, para continuar a prestar ao mesmo uso (Art. 20)¹⁰⁰. E o seu Regulamento de 1892 criou regras para “colonização de indígenas”, onde as terras com essa finalidade eram inalienáveis, até que o governo, por ato especial, lhes concedesse o “pleno gozo d’ellas, por assim o permitir o seu estado de civilização” (Art. 110). Quanto às terras de marinha, terrenos marginais e acrescidos, o Regulamento Estadual determinou a manutenção da legislação vigente, sem impor alterações (Art. 114)¹⁰¹.

A legislação estadual se manteve em contínua mudança durante a Primeira República (1898-1930), Era Vargas (1930-1945) e República Nova (1945-1964). No ano de 1959, entretanto, o estado do Amazonas editou uma nova Lei de Terras (Lei Estadual 89, de 31 de dezembro de 1959) que perdurou até 1980. Nesse intervalo, a ocupação, a concessão e a alienação de terras públicas ganharam novo impulso a partir de políticas desenvolvimentistas de âmbito nacional focadas na Amazônia. Por esse motivo, a Lei Estadual de Terras de 1959 tem um significado importante nesse processo.

A Lei Estadual de Terras de 1959 permitiu a alienação de terras devolutas com até 10.000,00 hectares (Art. 28)¹⁰². Esse limite estava em sintonia com a Constituição Federal de 1946 (Art. 156, § 2º)¹⁰³. Entretanto, a Emenda Constitucional 10, de 09 de novembro de 1964, alterou o Art. 156 da Constituição Federal de 1946, que passou a determinar que não se fariam alienações de terras públicas com área superior a 3.000,00 hectares sem o prévio consentimento do Senado (Art. 6º)¹⁰⁴. Portanto, as legislações se somaram, e o estado do Amazonas perdeu a

¹⁰⁰ Decreto Estadual 04, de 16 de março de 1892:

“Art. 20. Os campos de uso commum dos moradores de um ou mais districtos, municípios ou comarcas, não poderão ser considerados como posse de um só possessor, devendo ser conservados em toda a extensão de suas divisas, para continuarem a prestar o mesmo uso”.

¹⁰¹ Regulamento Estadual, de 21 de maio de 1892:

“Art. 110º. Quando se trate de colonização de indígenas, as terras para isso reservadas e por elles distribuídas, serão destinadas ao seu usufructo e não poderão ser alienadas em quanto o governo por acto especial não lhes conceder pleno gozo d’ellas, por assim o permitir o seu estado de civilização.

[...]

Art. 114º. Nas terras possuídas de que se trata este Regulamento, não serão incluídas as de marinha, os terrenos reservados á margem dos rios navegaveis para servidão pública e os terrenos accrescidos os quais continuarão sujeitos ás disposições em vigor.”.

¹⁰² Lei Estadual de Terras de 1959 (Lei 89, de 31 de dezembro de 1959):

“Art. 28º. – A área dos lotes rurais não poderá exceder a 10.000 hectares.”.

¹⁰³ Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946, Art. 156:

“§ 2º. - Sem prévia autorização do Senado Federal, não se fará qualquer alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dez mil hectares.

¹⁰⁴ Emenda Constitucional nº 10, de 9 de novembro de 1964:

“Art. 6º Os §§ 1º., 2º. e 3º. do Art. 156 da Constituição Federal passam a ter a seguinte redação:

[...]

§ 2º. Sem prévia autorização do Senado Federal, não se fará qualquer alienação ou concessão de terras públicas, com área superior a três mil hectares, salvo quando se tratar de execução de planos de colonização aprovados pelo Governo Federal.”.

autonomia para alienar imóveis com área superior a 3.000,00 hectares. Imóveis entre 3.000,00 e 10.000,00 hectares só poderiam ser alienados com o consentimento do Senado. E a Lei Estadual de Terras de 1959 não permitia alienação de imóveis acima de 10.000,00 hectares.

Segundo a mesma lei, as empresas interessadas na exploração de grandes imóveis também necessitariam apresentar um projeto agrícola, pecuário ou industrial que justificasse suas pretensões e receberiam um Título Provisório, válido por cinco anos. Além disso, somente receberiam o Título Definitivo após comprovar a execução do programa contido no projeto. Caso contrário, as terras seriam revertidas ao patrimônio público (Art. 46, §§ 1º. e 2º.)¹⁰⁵.

A Lei Estadual de Terras de 1959 também determinou que, em áreas situadas às margens de rodovias abertas pela União, Estado ou Municípios, o Estado não poderia alienar imóveis com área superior a 500 metros de frente por 1.000 metros de fundo (Art. 29), ou seja, o limite máximo nesses casos era de 50,00 hectares¹⁰⁶.

A Lei Estadual de Terras de 1959 estabeleceu que estariam aptos para a transferência do bem de raiz, “as escrituras particulares de compra, venda, doação, permuta, partilha ou herança, de posse e ocupação de terras, uma vez pagos os devidos impostos” (Art. 3, alínea “c”)¹⁰⁷. Além disso, a lei determinou que, na venda de terras devolutas, teriam sempre preferência àqueles que já ocupassem o imóvel de maneira irregular, desde que tivessem cultura efetiva e morada habitual (Art. 32), bem como na aquisição de terras devolutas limítrofes (Art. 33)¹⁰⁸. Ademais, a lei não proibiu novas posses.

¹⁰⁵ Lei Estadual de Terras de 1959 (Lei 89, de 31 de dezembro de 1959):

“Art. 46º – As empresas agrícolas, pecuárias ou industriais que se organizarem para exploração racional, em grande escala, da lavoura de subsistência, cultura permanente de plantas e árvores de ciclo vegetativo médio e longo, criação de gado e outros animais, ou exploração industrial dos recursos florestais, que requeiram terras devolutas, submeterão ao Governo do Estado, para exame e decisão, os seus programas, projetos e pretensões.

§1º. - A concessão de terras devolutas mencionadas neste artigo independerá de sua localização, no entanto, não poderá exceder 10.000 hectares, e será sempre entregue a Título Provisório sujeito ao ônus do imposto territorial pelo período de até 5 (cinco) anos e durante ou após o qual, se a empresa não puder comprovar a execução do programa contido no projeto apresentado e aprovado pelo Governo, reverterão as terras ao patrimônio público.

§2º. – Comprovados, antes ou no final do período, os trabalhos, executados de conformidade com o plano apresentado, o Governo do Estado expedirá o Título Definitivo de alienação ou doação conforme o estabelecido no contrato de concessão.”.

¹⁰⁶ Lei Estadual de Terras de 1959 (Lei 89, de 31 de dezembro de 1959):

“Art. 29º. – Nas áreas situadas às margens das estradas abertas pela União, Estado e Municípios os lotes não poderão exceder a 500 metros de frente por 1.000 de fundos, a partir da faixa de domínio.

¹⁰⁷ Lei Estadual de Terras de 1959 (Lei 89, de 31 de dezembro de 1959):

Art 3º – São títulos legítimos, além daqueles que, conforme o direito, são hábeis e aptos para transferir o domínio do bem de raiz, os seguintes:

[...]

c) as escrituras particulares de compra, venda, doação, permuta, partilha ou herança, de posse e ocupação de terras, uma vez pagos os devidos impostos.

¹⁰⁸ Lei Estadual de Terras de 1959 (Lei 89, de 31 de dezembro de 1959):

Portanto, a Lei Estadual de Terras de 1959 colocou o Estado em uma função secundária na distribuição das terras e no planejamento agrário. Sob esse aspecto legal, os interesses privados, em projetos individuais, estavam em situação privilegiada em relação à produção do território. A regularização da posse estava acima da política de colonização e de reforma agrária. Essa lei permaneceu em vigor até ser revogada e substituída pela Lei Estadual de Terras de 1980 (Lei Estadual 1.427, de 16 de dezembro de 1980).

A Lei Estadual de Terras de 1980 não fixou limites à alienação da terra pública devoluta estadual. Nesse ponto, o governo estadual tinha como barreira as determinações das Constituições Federais. Ou seja, até 1988, o governo do estado teve autonomia para alienar imóveis com até 3.000,00 hectares (Constituição Federal de 1967, Art. 164, Parágrafo Único)¹⁰⁹. Após 1988, esse teto baixou para 2.500,00 hectares (Constituição Federal de 1988, Art. 188). Para alienar imóveis acima desses respectivos limites, o governo estadual dependia de consentimento prévio do Congresso Nacional.

A Lei Estadual de Terras de 1980 também estabeleceu garantias aos ocupantes de terras públicas que ocupassem imóveis com dimensão que poderia chegar até o limite imposto pela Constituição Federal. Nesses casos de ocupação irregular da terra pública, o requisito central para regularização era o efetivo aproveitamento de 20% do imóvel (artigos 8, 16 e 17). Aos que se apossassem de imóveis públicos, a lei garantia a preferência na transferência de domínio.

No caso de imóveis com áreas superiores a 100,00 hectares, a legitimação dependeria do pagamento pelas despesas ligadas ao processo de regularização. Esse pagamento se refere às taxas e serviços de vistoria, conferência de cálculos e despesas topográficas (artigos 07 e 16). O Art. 16 da Lei Estadual de Terras de 1980 determinou que o “posseiro” deveria se submeter às “condições a serem fixadas no regulamento especial para alienação de terras ocupadas”, mas não consta no ementário das leis e decretos publicados até o ano de 1983 a edição de tal

Art. 32 – Na venda de terras devolutas, terão sempre preferência, em igualdade de condições, aqueles que, embora as ocupando sem título legal, tenham nas terras cultura efetiva e moradia habitual, com sua ocupação registrada na Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.

§1º. - Não se considera cultura efetiva os atos transitórios, nem se considera moradia habitual simples rancho de caráter provisório.

§2º. - Não constituem objeto de direito as capoeiras abandonadas, os caminhos feitos para a colheita dos produtos naturais sem benfeitorias, ou simples reconhecimentos das zonas onde esses se encontrem.

§3º. - A preferência será sempre do pretendente que provar com os talões do imposto territorial a mais antiga posse. Art. 33 – Os possuidores de terras de cultura e criação, qualquer que seja o título de sua aquisição, terão preferência na aquisição de terras devolutas que lhes forem contíguas, desde que demonstrem, pelo aproveitamento de mais da metade da área de suas terras, e pelo estado de sua lavoura ou criação, que tem os meios necessários para aproveitá-las e nelas não haja posseiros devidamente registrados.”.

¹⁰⁹ Constituição do Brasil, de 24 de janeiro de 1967, Art. 164:

“Parágrafo Único - Salvo para execução de planos de reforma agrária, não se fará, sem prévia aprovação do Senado Federal, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares.”

regulamento. Não há, portanto, nenhuma determinação que obrigasse os possuidores de imóveis públicos acima de 100,00 a pagar pela aquisição da terra em si.

Já no caso dos imóveis com até 100,00 hectares, cujo posseiro não fosse proprietário de imóvel rural ou urbano e que comprovasse moradia permanente e cultura efetiva, a Lei Estadual de Terras de 1980 é clara ao determinar o pagamento pela aquisição da terra. O preço a ser pago pelo imóvel, nesses casos de “legitimação de posses”, estava atrelado ao valor da terra nua (Art. 17).

Não foram estabelecidas punições ou barreiras para a ocupação privada da terra pública devoluta. Ao contrário, aos que ocupassem as terras de maneira irregular, foi dada a preferência na aquisição do imóvel público. Sendo deferido o pedido de legitimação da posse, o posseiro recebia uma licença de ocupação por quatro anos (Art. 17, § 1º.) que era válida inclusive para transações financeiras com instituições integrantes do Sistema Nacional de Crédito Rural (Art. 17, § 6º.). Caso o posseiro não cumprisse suas obrigações com o credor, a terra seria revertida ao patrimônio do estado que poderia vendê-la para quitar a dívida do posseiro (Art. 17).

A Lei Estadual de Terras de 1980 foi clara ao declarar que nenhum bem imóvel do estado se submete a Usucapião (Art. 12). A legislação nacional já havia dirimido qualquer dúvida quanto a esse ponto desde a década de 1930, ao impor a imprescritibilidade dos bens públicos. Os estados não são autônomos para impor uma mudança nessa questão, ou seja, o estado do Amazonas não tinha competência para se sobrepor à legislação federal. Contrariando esses preceitos, a Lei Estadual de Terras de 1959, em seu Art. 160, dispôs o contrário, deixando transparecer que os imóveis públicos eram prescritíveis¹¹⁰. Isso criou um ruído que facilitou a grilagem de terras públicas em processos judiciais fraudulentos. Por esse motivo, a redundância da Lei Estadual de Terras de 1980, reafirmando a imprescritibilidade dos imóveis públicos já estabelecida na legislação federal, pareceu necessária.

O Art. 134 da Constituição Política do Estado do Amazonas, de 05 de outubro de 1989, determinou que as terras devolutas e as áreas desocupadas ou subutilizadas serão prioritariamente destinadas a programas de colonização, reservas de proteção ambiental e instalação de equipamentos coletivos.

A Lei Estadual de Terras de 2002 (Lei 2.754, de 29 de outubro de 2002), que regulamentou o Art. 134 da Constituição estadual, também reafirmou a imprescritibilidade dos

¹¹⁰ Lei Estadual de Terras de 1959 (Lei 89, de 31 de dezembro de 1959), Art. 160: “todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, e por dez anos ininterruptos, sem oposição nem conhecimento de domínio alheio, ocupe trecho de terra não superior a 30 hectares, tornando-o produtivo pelo seu trabalho e tendo nele sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita.”.

imóveis pertencentes ao estado (Art. 4º). E, diferentemente das duas Leis de Terras que a antecederam, ela determinou a notificação e desocupação do imóvel público pertencente ao estado que tenha sido alvo de ocupação irregular (Art. 20).

Acompanhando as determinações da Constituição Estadual de 1989, a Lei Estadual de Terras de 2002 também estabeleceu que a alienação ocorrerá somente quando não houver interesse público, econômico ou social em manter o imóvel no domínio do estado. Portanto, a alienação deve sempre estar subordinada aos interesses públicos ou coletivos, inclusive à reforma agrária (Art. 27 e Art. 45, inciso I e parágrafo único).

A Lei Estadual de Terras de 2002 também estabeleceu que a forma de aquisição da propriedade é a compra, salvo em casos de projetos de caráter social (Art. 49). Ela também estabeleceu limites para alienação ou concessão. O poder executivo estadual tem autonomia para alienar ou conceder imóveis públicos com até 1.000,00 hectares, no meio rural. Acima disso, é obrigatória a consulta à Assembleia Legislativa do estado, além da consulta ao Congresso Nacional, no caso de imóveis acima de 2.500,00 hectares (Artigos 37 e 47).

A Lei Estadual de Terras de 2002 proibiu a alienação ou a concessão de minifúndios. Ou seja, é vedada a alienação ou a concessão de imóveis com área inferior ao módulo rural. No mesmo sentido, a lei permitiu que proprietários de minifúndios sejam beneficiados em projetos de regularização fundiária de interesse social (Art. 27, inciso II, Art. 46, alínea b e §2º. e Art. 62).

Neste sentido, a Constituição Estadual de 1989 e a Lei Estadual de Terras de 2002 não permitem a legitimação dos latifúndios instituídos pela simples ocupação da terra. A lei é clara ao determinar a desocupação do imóvel e o dever de ressarcir o Estado pelo uso indevido (Art. 20).

A lei, entretanto, permite a manutenção de pequenos posseiros por meio da Concessão de Uso, Título Provisório de Posse ou alienação (Art. 40, 41, 44, 46). A alienação, nesse caso, somente poderá beneficiar camponeses posseiros que não sejam proprietários de imóvel rural ou urbano, que comprovem moradia permanente no imóvel, que explorem diretamente o imóvel e que dependam economicamente dessa exploração (Art. 46, inciso I).

Esses são alguns dos principais pressupostos legais que deveriam orientar a formação da propriedade nas terras devolutas estaduais. Entretanto, a estadualização das terras tornou a política fundiária mais sensível a pressões das elites regionais. As pressões, não apenas para a mudança nos prazos e condições estabelecidas em lei, mas principalmente para a alienação

ilegal de terras, contribuíram fortemente para uma conjuntura fundiária extremamente concentrada e caótica.

Não é, contudo, uma condição que aflige apenas o Amazonas. Essa fragilidade já foi discutida em outros estados da federação. Moreno, por exemplo, afirma que, no Mato Grosso “os governadores acabavam legitimando as ações criminosas de alguns proprietários e agrimensores, aceitando e fazendo prosperar os processos ilegais de venda ou regularização de terras” (MORENO, 1993, p. 282).

1.9.2 A propriedade privada nas terras federais

A nível federal, a legislação agrária não constitui nenhuma novidade na literatura acadêmica. Os pressupostos para a formação da propriedade em terras públicas federais têm sido bastante debatidos, com diversas publicações nesse sentido. Por esse motivo, buscamos tratar apenas da abrangência das terras federais passíveis de privatização e de alguns pontos gerais referentes à legislação, deixando para discutir as demais questões na medida em que surgem no debate.

Com a estadualização das terras devolutas, após a proclamação da república, a legislação federal pertinente à formação da propriedade privada perdeu parte de sua relevância no Amazonas. Isso porque, pertenciam diretamente à União somente a faixa de 66 km ao longo da fronteira, os terrenos marginais dos rios nacionais e outras pequenas porções de terras. Isso mudou radicalmente entre os anos de 1969 e 1971. Nesse período, a faixa de fronteira de responsabilidade federal foi ampliada para 150 km. Houve também a doação de terras estaduais para a formação do Distrito Agropecuário da Suframa e, principalmente, a federalização da faixa de 100 km ao longo das margens das rodovias federais.

Esses três fatos mudaram radicalmente a participação da União na formação da propriedade privada no Amazonas. A União passou a gerir aproximadamente metade das terras devolutas no estado. Além disso, as rodovias federais se transformaram em novos eixos de ocupação do território e, por isso mesmo, estavam no centro dos projetos de colonização. A partir de então, se multiplicaram os projetos de assentamentos rurais do Governo Federal (Mapa 18).

Mapa 18 – Assentamentos federais

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

A posse e a grilagem de terras, entretanto, também tiveram grande importância na ocupação da terra de domínio da União. A Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, permitia a regularização de posses em terras devolutas federais com até 500,00 hectares. Entretanto, mantendo a nociva tradição nacional de legitimar as posses realizadas em desacordo com a legislação, no ano de 2005, iniciou-se um processo de mudanças sucessivas na Lei 8.666/93 que foram ampliando o limite para esse tipo de regularização. No acumulado, até sua última mudança, no ano 2017, a lei já permitia a legitimação de imóveis grilados com até 2.500,00 hectares na Amazônia Legal, que tenham sido ocupados ilegalmente até o dia 1º de dezembro de 2004¹¹¹.

1.9.3 Imóveis cadastrados no INCRA (SNCR)

Durante a apuração realizada em 2014¹¹², o INCRA contabilizou 69.135 imóveis privados no estado do Amazonas. Esses imóveis estão cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e totalizam 13.987.887,75 hectares, que representam 9% da superfície do estado. Mas a situação jurídica desses imóveis é muito heterogênea.

Dos 69.135 imóveis cadastrados no SNCR, somente 15% possuem título de propriedade (10.202 imóveis). A maioria absoluta dos imóveis (55.321, que corresponde a 80% do total) são posses por simples ocupação. Ou seja, são ocupações de “posseiros sem documentos de titulação, promitentes compradores que detêm a posse e os titulares da posse oriunda de concessão de uso fornecida pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal” (BRASIL, 2015, p. 4). Em terceiro lugar, 4,4% são Posses a Justo Título, que é definida como o imóvel de pessoa que exerce o direito de posse, por um ato de transmissão do domínio, cujo título não foi ainda levado a registro imobiliário. Outros 18 imóveis foram classificados como de Posse por Simples Ocupação e a Justo Título, e 133, como sendo originários simultaneamente de Propriedade e Justa Ocupação. Por fim, 441 imóveis não tiveram a sua situação jurídica definida no cadastro (Gráfico 02).

¹¹¹ Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, Art. 118; Lei 11.763, de 1º de agosto de 2008, Art. 1º; Lei 11.952 de 25/06/2009; Lei 13.465, de 11 de julho de 2017.

¹¹² Apuração Especial realizada em 30 de junho de 2014 nos Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, gerenciado pelo INCRA.

Gráfico 2 – Situação jurídica do imóvel informada pelo declarante (2014)

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018) com base em Brasil (2016c).

Importante destacar que o fato de serem declarados como propriedades no SNCR, cujos ocupantes seriam detentores do título que atestariam a alienação do bem público, não exclui a possibilidade de serem documentos fruto de fraude. Essa não é uma constatação isolada. Na verdade, outros trabalhos de Comissões Parlamentares de Inquérito, Ações Cíveis Públicas do MPF, trabalhos correicionais, relatórios técnicos e pesquisas acadêmicas já abordaram essa questão. Por isso, não é segredo, nem novidade que a grilagem é uma das marcas da expansão capitalista no Amazonas. Assim, também, esta pesquisa encontrou evidências de fraudes generalizadas em processos de alienação de terras públicas no Amazonas.

O cadastro também permite a classificação dos imóveis segundo suas dimensões. As categorias foram estabelecidas pelo Art. 4, da Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que classifica as propriedades em Pequenas (com área entre 1 e 4 módulos fiscais) e Médias (superior a 4 e inferior a 15 módulos fiscais). Os imóveis com menos de um módulo fiscal são considerados Minifúndios, e os com área superior a 15 módulos fiscais são Grandes Propriedades ou Latifúndios. Vale acrescentar que todos os municípios do interior do estado do Amazonas têm seus Módulos Fiscais fixados em 80,00 ou 100,00 hectares. São 39 municípios em que o módulo fiscal é de 100,00 hectares, e 22 municípios em que o Módulo Fiscal é de 80,00 hectares. Apenas a capital difere dessa regra, onde o módulo é de 10,00 hectares. (Mapa 19).

Mapa 19 – Módulos fiscais na Amazônia Legal

Fonte: Elaborado pelo Instituto Iandé (OLIVEIRA, 2008, p. 194).

Essa classificação possui implicações legais. A primeira delas é que, segundo a Lei 8.629/93, as pequenas e médias propriedades são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária, desde que o seu proprietário não possua outra propriedade rural. Outra implicação prática é que os imóveis ilegalmente ocupados em terras públicas da União, com área superior a 15 módulos fiscais, não podem ser regularizados pelo Programa Terra Legal (Lei 11.952, de 25 de junho de 2009)¹¹³.

De acordo com o SNCR, existem 50.126 minifúndios ocupando 12% do total da área dos imóveis cadastrados no estado do Amazonas, 13.657 pequenos imóveis com 13%, 3.327 médios imóveis com 15% e apenas 1.978 grandes imóveis com 60% das terras cadastradas. Existem ainda 47 imóveis não classificados ocupando 35.537,44 hectares. A concentração fundiária é evidente. Enquanto que os minifúndios somam 73% dos imóveis rurais e ocupam

¹¹³ Lei 11.952, de 25 de junho de 2009.

“Art. 6 Preenchidos os requisitos previstos no Art. 5, o Ministério do Desenvolvimento Agrário ou, se for o caso, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão regularizará as áreas ocupadas mediante alienação.

§ 1o Serão regularizadas as ocupações de áreas de até 15 (quinze) módulos fiscais e não superiores a 1.500ha (mil e quinhentos hectares), respeitada a fração mínima de parcelamento.”.

somente 12% das terras cadastradas, os grandes imóveis são menos de 3% do total cadastrado, mas ocupam 60% das terras (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Tipo de imóvel segundo Lei 8629/93

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018) com base em Brasil (2016c).

Do total de 1.978 grandes imóveis cadastrados, 1.429 (72%) foram declarados como sendo propriedades, portanto, são terras tituladas que somam 6.720.338,49 hectares; 427 (22%) declararam posse a justo título, que são imóveis cujo título de domínio não foi levado a registro. Nessa situação, estão 1.253.802,25 hectares; 111 (6%) são posses por simples ocupação, portanto, ilegalmente possuídas e sem direito à regularização. Essas grandes posses por simples ocupação (terras griladas) somam 200.768,32 hectares. Entre elas, apenas uma foi classificada como produtiva, as demais são improdutivas; 8 (0,4%) são simultaneamente propriedade e posse, nesse caso, o detentor tem direito apenas à terra legalmente titulada, o restante do imóvel não pode ser revertido ao patrimônio privado, a não ser por mecanismos ilegais. Nessa situação, estão 152.273,80 hectares; por fim, 3 (0,2%) imóveis não tiveram a situação jurídica definida no cadastro e somam 4.075,90 hectares (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Situação jurídica dos grandes imóveis**Imóveis com mais de 15 Módulos**

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018) com base em Brasil (2016c).

Dos 3.327 imóveis médios cadastrados, apenas 1.448 (44%) eram propriedades regularizadas e somavam 956.533,73 hectares; outras 1.342 (40%) eram posses por simples ocupação que somam 734.346,78 hectares; outros 511 imóveis (15%) eram posses a justo título; médios imóveis com situação jurídica não informada ou outra situação jurídica eram 26 unidades (menos de 1% dos imóveis cadastrados) e totalizavam 13.002,49 hectares (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Situação jurídica dos médios imóveis**Imóveis com mais de 4 e até 15 Módulos**

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018) com base em Brasil (2016c).

Entre os pequenos imóveis, há predomínio de posses por simples ocupação. São 10.326 pequenos imóveis (76%) na condição de posses por simples ocupação, somando 1.376.366,39 hectares; as pequenas propriedades são 2.477 (18%) que somam 338.431,10 hectares; as posses a justo título são 693 unidades (pouco mais de 5%), somando 89.457,40 hectares; imóveis frutos de propriedade e posse são 53 (0,4%), totalizando 8.138,33 hectares, e 96 (0,7%) não informaram a situação jurídica e somam 12.460,74 hectares (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Situação jurídica dos pequenos imóveis**Imóveis entre 1 e 4 Módulos Fiscais**

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018) com base em Brasil (2016c).

A maior quantidade de posses por simples ocupação ocorre entre os imóveis com menos de um módulo fiscal. Dos mais de 50 mil minifúndios, 43.524 unidades (87%) eram simples ocupação da terra, somando 1.480.551,89 hectares; outras 4.824 (10%) eram propriedades e somavam 156.731,63 hectares; 1.386 (3%) posse a justo título, correspondendo a 59.567,13 hectares ocupados, e 59 (0,1%) foram declaradas propriedade e posse, compreendendo 2.099,20 hectares; apenas 3 foram declarados como posse por simples ocupação e a justo título, simultaneamente, e ocupavam 130,90 hectares; 330 (0,7%) não informaram a situação jurídica dos minifúndios, abrangendo 13.005,03 hectares do estado do Amazonas (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Situação jurídica dos minifúndios

Imóveis com menos de 1 Módulo Fiscal

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018) com base em Brasil (2016c).

A comparação entre os gráficos de grandes e pequenos imóveis nos permite verificar que há uma situação jurídica invertida entre eles, enquanto as propriedades não ultrapassam 18% dos pequenos imóveis, elas são 72% dos grandes imóveis. Assim, 76% dos pequenos imóveis são simples ocupação; entre os grandes, 6% são simples ocupações.

É perceptível na leitura dos gráficos que, quanto maior o imóvel, mais expressiva é a quantidade de propriedades. Dito de outra forma, quanto menor é o imóvel, maior era a quantidade de posses por simples ocupação, chegando a 87%, no caso dos minifúndios.

Quanto à área ocupada por esses imóveis, fica perceptível a concentração fundiária. Menos de 2 mil latifúndios somam mais de 8 milhões de hectares no estado do Amazonas, enquanto a soma de todos os minifúndios, pequenos e médios imóveis (mais de 57 mil unidades) ocupam menos de 6 milhões de hectares. Essa relação fica mais perceptível no Gráfico 08.

Gráfico 8 – Relação entre o número de imóveis e a área ocupada por categoria de imóvel

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018) com base em Brasil (2016c).

Porém, como os municípios apresentam diferenças relativas ao tamanho do Módulo Fiscal, é importante complementar a leitura das informações empíricas com os dados de área. Esses dados confirmam a concentração fundiária. Imóveis com mais de 1.000,00 hectares concentram 65% das terras cadastradas, mas são menos de 4% do total de imóveis cadastrados (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Relação entre o número de imóveis e o tamanho absoluto do imóvel

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018) com base em Brasil (2016d).

O SNCR também discrimina os imóveis em produtivos ou improdutos. No entanto, esses dados estão disponíveis apenas para imóveis pequenos, médios e grandes, não incluindo, portanto, os Minifúndios. Mais de 10 milhões de hectares cadastrados são de imóveis improdutos. Isso representa 72% de todas as terras cadastradas no SNCR e 6,5% do território do estado. A maioria das terras improdutas, 5.788.054,98 hectares, era de grandes imóveis titulados.

Os grandes imóveis sem qualquer documento de propriedade são 99% improdutos. Portanto, apenas 1% dos grileiros de grandes imóveis se declara produtor. A grilagem de grandes porções de terras se apresenta desprovida de interesses produtivos. Essa proporção é um pouco menor entre os grandes imóveis titulados. As grandes propriedades (imóveis titulados com mais de 15 Módulos Fiscais) são 84% improdutas. No entanto, como os grandes imóveis são, em sua maioria titulados (72%), as grandes propriedades respondem pela maior parte das terras improdutas (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Imóveis por categoria e classificação quanto à produção por área ocupada

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018) com base em Brasil (2016c).

Portanto, o hectare mais comum encontrado entre os imóveis rurais de uso privado no estado do Amazonas é aquele pertencente a uma grande propriedade regularizada e improdutiva. A grande propriedade regularizada e improdutiva cobre 41% da superfície dos imóveis cadastrados e considerados válidos. Logo, toda essa superfície de quase 7 milhões de hectares fica, pela legislação atual, sujeita à reforma agrária.

Por outro lado, se buscarmos apontar o tipo de imóvel privado mais comum, encontraremos a posse, originada de simples ocupação e com menos de 35 hectares. Os minifúndios originados por simples ocupação representam 63% do total de imóveis registrados, mas correspondem a somente 11% da superfície cadastrada.

No entanto, é preciso fazer uma última observação. Durante a apuração, foram excluídos da contagem 2.286 imóveis considerados inconsistentes. A exclusão na contagem, no entanto, não significa o cancelamento do cadastro desses imóveis. Em consulta ao INCRA, fomos informados que a exclusão desses imóveis da contagem oficial se deve à migração dos dados para o novo SNCR e que esses imóveis podem voltar a integrar o banco de dados principal do sistema, caso seus possuidores providenciem a atualização junto ao SNCR, apresentando a documentação correspondente¹¹⁴.

¹¹⁴ Em consulta realizada pelo e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, do Governo Federal), a Ouvidoria Geral do Incra informou o seguinte: “Em atenção a sua solicitação de informações sobre dados relativos a 2.286 imóveis localizados no Estado do Amazonas que foram considerados inconsistentes, temos a informar que com a modernização do Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, buscando maior fidedignidade das informações prestadas pelos proprietários, no armazenamento dos dados, foi estabelecido que

Os 2.286 imóveis excluídos da contagem oficial, caso sejam reinseridos, podem causar uma transformação radical nos números aqui apresentados. Eles somam 17.296.972,55 hectares, o que corresponde a 11% da superfície do estado. Essa área é superior à soma de todos os cadastros considerados válidos. Se, por um lado, esses dados não permitem análises apuradas, por outro lado, eles indicam que a situação da terra pode ser bastante diferente, ou seja, ainda mais concentrada. A inclusão desses dados elevaria os imóveis cadastrados de 9% para 20% da superfície total do estado. Isso porque, apesar de serem somente 3% dos imóveis, eles concentram 55% das terras cadastradas.

1.10 SÍNTESE DA SITUAÇÃO JURÍDICA DA TERRA

Com esse levantamento, foi possível criar uma imagem de como se distribuem as terras no estado do Amazonas e a quem cabe administração, alienação ou proteção desses imóveis (Mapa 20).

todos os imóveis rurais existentes no País, que nas suas atualizações estavam com inconsistência, não seriam migrados para o novo SNCR.

Estes cadastros não foram cancelados, apenas ficaram num banco separado, para a medida que os proprietários verificassem que seu imóvel não foi migrado e se realmente o imóvel existe, é só providenciar a atualização, apresentando a documentação corresponde” (resposta datada de 30/10/2018).

Mapa 20 – Síntese da situação jurídica da terra no Amazonas

Amazonas Síntese da Situação Jurídica do Território 2018

Legenda

- AM_FaixaFronteira150km2019
- Terra Indígena
- Propriedade Quilombola
- UC Fed. de Proteção Integral
- Resex Federal
- Floresta Nacional
- UC Est. de Proteção Integral
- Resex e RDS Estadual
- Floresta Estadual
- Gleba Federal
- Distrito Agrop. da Suframa
- Terreno Sujeito a Inundação
- Massa D'água
- Terras Devolutas Est. e Fed.

Fonte de dados:
divisões políticas IBGE (2016),
terras indígenas Funai (2018),
propriedades quilombolas INCRA (2018),
unidades de conservação MMA (2018),
terrenos sujeitos a inundação e
massas d'água IBGE (2018),
glebas federais INCRA (2018),
distrito agropecuário da Suframa
Decreto Estadual 878/69,
Elaboração: Tiago Maiká Müller Schwade.
Resp. Téc.: Schwade, T.M.M. (CREA/AM:14415-D).
Elaborado em outubro de 2018.

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

Algumas das principais categorias de imóveis existentes no estado repelem a possibilidade de apropriação privada da terra. São elas: Terras Indígenas, Propriedades Quilombolas, Terrenos Marginais, Unidades de Conservação de Proteção Integral estaduais e federais, Florestas Nacionais, Florestas Estaduais, Reservas Extrativistas estaduais e federais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável estaduais. Elas somam 67.661.307,40 hectares de um total de 155.914.907,40 hectares. Portanto, essas áreas insuscetíveis a alienação representam 43% da área total do estado (Quadro 04).

Quadro 4 – Unidades territoriais públicas inalienáveis

Unidades territoriais públicas inalienáveis	Total oficial (ha)	Percentual em relação a total oficial	Total deduzidas as sobreposições (ha)	Percentual Deduzidas as sobreposições
Terras Indígenas	46.004.000,65	29,51%	46.004.000,65	29,51%
Quilombolas	747.669,54	0,48%	747.669,54	0,48%
Terrenos Marginais	Desconhecida	-	Desconhecida	-
UCs Federais de Proteção Integral	13.234.015,84	8,49%	11.319.954,86	7,26%
UCs Estaduais de Proteção Integral	3.534.669,89	2,27%	1.563.668,76	1,00%
Resex Federais	3.555.742,83	2,28%	3.555.742,83	2,28%
Resex e RDS Estaduais	11.170.457,77	7,16%	45.700,25	0,03%
Florestas Nacionais	9.443.727,05	6,06%	1.805.439,80	1,16%
Florestas Estaduais	2.619.130,71	1,68%	2.619.130,71	1,68%
Total	90.309.414,28	58%	67.661.307,40	43,40%

Fonte: Organizado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

Todas essas categorias são inalienáveis, portanto, estão sob a guarda permanente da União ou do Estado. No caso dos terrenos marginais, seu uso privado está sujeito a um regime especial de concessão que não prevê a alienação, mas possibilita sua exploração. A legislação também possibilita a concessão da exploração privada das florestas nacionais e estaduais. Já as Terras Indígenas, Propriedades Quilombolas, Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis são de usufruto dos povos e comunidades que as habitam.

Entre as terras públicas federais suscetíveis a alienação estão a Faixa de Fronteira, o Distrito Agropecuário da Suframa e as glebas federais, desde que não se sobreponham a nenhuma das categorias definidas no quadro anterior. São potencialmente bens da União, ou

seja, eles podem ser parcelados e alienados pelo governo federal de acordo com a legislação e política nacional, o que, em parte, já vem ocorrendo.

Tudo o que não se encaixa em nenhuma das categorias acima discriminadas é potencialmente terra devoluta do Estado sob responsabilidade do governo do Amazonas e está sujeita ao regime jurídico estadual. Obviamente, aqui nós desconsideramos as áreas menores, como as zonas urbanas e as instalações militares, que tem um regime jurídico diferente, mas que são proporcionalmente pequenas em relação ao montante do estado e não fazem parte do foco deste trabalho.

Por fim, segundo os dados do SNCR, até 2014, a apropriação privada das terras correspondia a quase 9% da superfície do estado. Entretanto, essa apropriação privada ocorre de modo extremamente desigual e, do ponto de vista produtivo, é ineficiente. Quase 60% das terras de uso privado se encontram nas mãos de grandes proprietários ou grileiros, dos quais, mais de 80% se declaram improdutivos, portanto, área que deveria ser desapropriada pela União e submetida a reforma agrária. Enquanto isso, os minifúndios e pequenos imóveis detêm somente 25% das terras que estão sob o domínio privado e representam mais de 92% do total de imóveis. Em relação à área total do Amazonas, minifúndios e pequenos imóveis representam somente 2,27% do estado.

CAPÍTULO II: A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE NA REGIÃO DA BR-174 E RIO UATUMÃ

A região ao norte de Manaus, no entorno da BR-174 e do médio e alto curso do Rio Uatumã, é ligada por três processos que a caracterizam: o conflito pelo território Waimiri-Atroari, a incidência mineral e a busca pelo uso hidrelétrico do rio Uatumã.

Nossa narrativa começa em meados do século XIX, momento em que a terra era domínio de grupos indígenas pertencentes aos Waimiri-Atroari (ou /Ki'nya/, como se autodenominam)¹¹⁵. Trata-se, portanto, do território de um povo indígena que mantinha relações econômicas com outros povos vizinhos e também com a população colonial de origem indígena, africana e europeia.

O território passou por intensas transformações nos últimos dois séculos. Esse processo é marcado pela expansão da sociedade capitalista sobre o território e pelo conflito bélico, que nos remetem ao povo indígena Waimiri-Atroari que tentava proteger-se do avanço dessa fronteira capitalista iniciada pela busca de produtos extrativistas (como peixe, castanha, látex, peles de animais) e também de mão de obra (meados do século XIX a meados do século XX), mas que ficou marcada pela introdução de grandes projetos de infraestrutura, de mineração e de grilagem de terras públicas (segunda metade do século XX).

¹¹⁵ É importante destacar que, o conceito de povo não é universal e que, mesmo na academia, é utilizado de diferentes maneiras, ora designando uma população circunscrita por um Estado territorial, ora designando a população com identidade cultural que os distingue de outros. É possível que haja, atualmente ou historicamente, entre os Waimiri-Atroari um conceito compatível. Entretanto, o mais provável é que as diferenças, semelhanças e relações entre os vários grupos indígenas falantes de línguas da família linguística Karib torne esses conceitos escorregadios e imprecisos.

Os povos ou grupos falantes de línguas Karib, a nosso ver, não devem ser vistos isoladamente, em territórios distintos. Nos parece mais realista identificar esses povos dentro de seu conjunto territorial, ou melhor, trata-se de um território contínuo conectado historicamente por relações entre os vários grupos que se avizinham ou mesmo em extensas redes.

Dessa maneira, os grupos que identificamos como “povo Waimiri-Atroari” estão conectados historicamente com outros grupos, como os Tikiria e Piriutiti, e em redes mais extensas com os Wapixana, Wai-Wai e Hixkariana.

Esses grupos ou povos Karib têm vários representantes na calha norte do rio Amazonas, bem como em países vizinhos (especialmente Venezuela e guianas). Mas também já foram numerosos nas ilhas do Karib.

Atualmente, esse território está fragmentado, e as pressões externas tendem a fragilizar as relações entre os vários grupos ou povos, tendo em vista as divisões políticas e administrativas e a ampliação das relações com as cidades ou populações não indígenas que se avizinham.

Por fim, não temos de antemão um conceito mais adequado, por isso, feitas as devidas ressalvas, continuaremos utilizando o termo povo.

Antes do golpe de Estado que instalou a Ditadura Militar, em 1964, o povo indígena Waimiri-Atroari¹¹⁶ ocupava as bacias dos rios Jauaperi, Camanaú, Alalaú, Uatumã¹¹⁷ e Igarapé Santo Antônio do Abonari. Um território com, aproximadamente, 6.680.000,00 hectares entre os estados do Amazonas e Roraima. Por meio desse povo, o território possuía relações estreitas com territórios ocupados por outros povos do tronco linguístico Karib, como os Makuxi, Wapixana e Wai-Wai, além de relações com outros povos indígenas e com a população colonial (BANDEIRA, 2009; MAREWA, 1983, 1987; RODRIGUES, 1885).

Contudo, desde pelo menos 1856, os Waimiri-Atroari vinham sofrendo constantes massacres por conta de conflitos com a sociedade colonial. Esses massacres, seguidas vezes, dizimaram centenas de indígenas e frequentemente eram promovidos por agentes públicos, em missões oficiais. A redução populacional era muito significativa, mesmo assim, a estimativa demográfica, em 1905, indicava que a população Waimiri-Atroari era em torno de 6.000 pessoas e que, em 1968, somavam por volta de 3.000 (Quadro 05). Até então, os conflitos ocorreram principalmente nas proximidades da foz do Rio Jauaperi, afluente do Rio Negro (BANDEIRA, 2009; KOCH-GRÜNBERG, 1979; RODRIGUES, 1885; SCHWADE, 1980).

Quadro 5 – Estimativas e censo demográfico para o povo Waimiri-Atroari

Ano	População	Fonte
1905	6.000	HÜBNER, G. e KOCH-GRUNBERG, T.
1968	3.000	CALLERI, J. (Pe.) – FUNAI.
1972	3.000	FUNAI
1974	600/1.000	PINTO, G. – FUNAI.
1982	571	CRAVEIRO, Giuseppe – FUNAI.
1983	350	FUNAI
1983	332	BAINES, Stephen G. – Museu Emilio Goeldi
1987	420	SILVA, Márcio – Unicamp
1991	505	Programa Waimiri-Atroari – ELETRONORTE/FUNAI
2010	1.386	IBGE ¹¹⁸
2013	1.633	Programa Waimiri-Atroari – ELETROBRAS/FUNAI

Fonte: Comitê (2014).

¹¹⁶ O povo Waimiri-Atroari, como é conhecido atualmente, se autodenomina /Ki'nya/, mas também é identificado na literatura como Crichaná, Jauaperi, Jawapweri, Yauaperi, Uaimiry, Uaimiri, Wahmiiri, Atroari, Atroari, Atroahy, Atroai, Atrowari, Atruahí, Kiña e Kinja.

¹¹⁷ O alto curso do rio Uatumã passou a ser conhecido oficialmente como Rio Pitinga durante o desmembramento de parte da terra indígena em favor da empresa mineradora instalada na região. No entanto, esse trecho está incluso no território tradicionalmente ocupado pelos Waimiri-Atroari.

¹¹⁸ Os dados do IBGE são de indígenas falantes da língua Waimiri-Atroari. Porém, esse número deve estar muito próximo ao de população, visto que a língua nativa permanece sendo a principal em todas as malocas.

2.1 OS CONFLITOS PELO TERRITÓRIO WAIMIRI-ATROARI

Rodrigues (1885) e Bandeira (2009) relatam que durante o processo de ocupação imperial da região até a primeira metade do século XIX, os Waimiri-Atroari eram fortes o suficiente para repelir as tentativas de incursão em seu território. Além disso, outros povos dificultavam os planos coloniais de ocupação do rio Negro, que, por vezes, teve que retroceder. No entanto, os dois autores relatam, perplexos, os vários massacres sofridos a partir de 1856.

Em 1855, o governo do Amazonas enviou uma expedição para buscar um caminho terrestre para os campos do rio Branco. Essa expedição não sofreu resistência dos indígenas que evitaram o contato com os intrusos. Mas, em 1856, “Manoel Pereira de Vasconcellos, a mando do presidente João Pedro Dias Veiga e sob o pretexto de catequese, entrou no [rio] Jauapery com 50 guardas nacionais armados, e, depois de matar e saquear quanto pôde, ateou fogo à maloca salteada” (BANDEIRA, 2009, p. 20). Segundo Rodrigues (1885), Manoel Pereira de Vasconcellos tinha interesse em obter trabalhadores para suas roças e se ofereceu para ir ao encontro dos índios.

Rodrigues (1885) aponta que “para custear o resto da pequena lavoura que existia, servia-se de índios que ainda estavam espalhados pelo Jauapery, mas, fugindo uns e escravizados outros, só restava os da tribo dos Crichanás [Waimiri-Atroari] que preferiam, como Catão, a morte á escravidão”. E continua: “Nessa época, como já vimos, o major Vasconcellos procurou attrahil-os para seu serviço, e como não conseguisse seu intento, não só os perseguiu, como os massacrrou” (p. 32).

A escravidão indígena parecia ser bastante comum em meados da década de 1880. A narrativa de Rodrigues, apresenta alguns casos característicos dessa forma de exploração do trabalho, como o de Pedro Ferreira Marques Brazil. Pedro era indígena Makuxi (povo Karib, que ocupa o alto curso do rio Branco e que mantinha relações fortes com os Waimiri-Atroari). Ele era considerado propriedade de Zeferino Henrique de Castro, para o qual, não somente ele, mas também seu filho, eram obrigados a trabalhar sem nunca terem sido remunerados (RODRIGUES, 1885).

O uso da mão de obra indígena é frequentemente relatado por Rodrigues. O trabalho indígena era empregado em serviços braçais como o transporte de gado dos campos de Roraima até Manaus pelo rio Branco, pescaria e produção em roças e, também, como intérpretes nos contatos comerciais com os Waimiri-Atroari. Esses trabalhadores foram identificados como Makuxi e Uapixana, povos habitantes do Rio Branco. Rodrigues (1885) descreve relações de

trabalho escravistas e fala diretamente em escravidão, mas não deixa claro se existiam simultaneamente outros regimes de exploração da mão de obra.

No censo de 1814, foram contabilizadas 40.584 pessoas compondo a população colonial do estado, 78% tapuios. A partir do que nos fala Freire (2004), podemos compreender que os Tapuios eram indígenas de diferentes povos, “retirados de suas aldeias de origem e levados, compulsoriamente, para as povoações” (p. 226). Como escravos, formavam o grosso da mão de obra utilizada na colonização portuguesa, prática reproduzida na região durante o império brasileiro.

Em 1884, a população de Moura, que vivia um século de decadência, era de 121 pessoas. Havia mais residências (123) do que moradores. Desses moradores, 50% eram tapuios, 26% mamelucos, 18% brancos e 7% negros (RODRIGUES, 1885). Portanto, 76% tinham alguma descendência indígena (Quadro 06).

Era uma realidade racialmente segregada. Enquanto os brancos de Moura viviam todos na vila, os demais moravam predominantemente nos sítios. Isso demonstra que havia uma divisão social do trabalho também baseada em aspectos racistas. Todos os moradores dos sítios eram indígenas, descendentes indígenas ou negros.

Quadro 6 – População de Moura

Domicílio	<i>Brancos</i>	<i>Tapuyos</i>	<i>Mamelucos</i>	<i>De Cor</i>	<i>Total</i>	<i>Casas</i>
Na Vila	22 35%	27 44%	12 19%	1 2%	62 51%	64 52%
Em Sítios	0 0%	33 56%	19 32%	7 12%	59 49%	59 48%
Total	22 18%	60 50%	31 26%	8 7%	121 100%	123 100%

Fonte: Adaptado de Rodrigues (1885, p. 70).

Leonardi (1999) fala que em 1821 existiam indígenas de povos diferentes aldeados em Airão, povoado vizinho a Moura. Isso seria indício de que os descimentos ocorreram até próximo àquela data. Os descimentos eram expedições onde se capturavam indígenas para a escravidão nas colônias portuguesas. No entanto, os colonos brancos preferiam escravizar indígenas de rios distantes, para desencorajar as fugas.

Possivelmente, essa preferência por escravizar pessoas de povos distantes tenha desmotivado as entradas no Jauaperi de expedições que partiam do Rio Negro. Mas isso não deveria ser um problema para o interesse de outras localidades coloniais. A resposta para a

permanência dos Waimiri-Atroari pode estar na resistência contra as tentativas de incursão em seu território e, antes disso, pela resistência de outros povos na calha do Rio Negro. A resistência dos Waimiri-Atroari impediu que fossem integrados como escravos e desencorajou a fixação de outros sujeitos em seu território.

Após o massacre de 1856, foram mais de 30 anos de conflitos intensos. Esses 30 anos de conflito estão detalhados no trabalho de Rodrigues (1885) que listou os 52 colonizadores mortos. No entanto, sem conseguir listar as vítimas do lado indígena, buscou demonstrar que entre eles o número de mortos foi terrivelmente maior. Já na primeira expedição militar, o número de indígenas foi mais de 5 vezes maior que o total de colonizadores mortos naqueles 30 anos de conflito. Ele resume a questão falando que o “silencio da floresta sepultava sobre seu húmus as victimas da selvageria do civilisado e o facto de uma ou outra de suas victimas apparecia isoladamente. O crime do indio apparecia, porém o numero de victimas das balas civilisadas nunca tornava-se conhecido” (1885, p. 11).

Em dezembro de 1872 os Waimiri-Atroari tomaram a vila de Moura. Dias depois, o presidente da província enviou de Manaus uma força da 3ª artilharia, com duas lanchas.

Em um lago a lancha encontrou 11 ubás [canoas] vazias que fluctuavam, e grande numero de corpos que boiavam. Foram as ubás mettidas a pique. Officialmente diz-se que os tripulantes morreram afogados, porque não sabiam nadar, e tinham precipitado n’agua ao approximar-se a lancha. Porém o que a tradição ainda conserva e o que ouvi por esse tempo em Manáos, foi que metralharam as canoas, matando á bala os que procuram salvar-se a nado”. [...] “Seguindo uma força por terra e chegando ao Urubu-cuára, internou-se pelo matto. Encontrando o tenente Pastana os índios, começou ás 9 horas da manhã um vivo fogo que terminou alta noite. Não consta oficialmente o numero dos mortos, mas dizem que foi extraordinário. (RODRIGUES, 1885, p. 15).

Essa informação foi confirmada por Alípio Bandeira, em 1922. “Em janeiro de 1873 uma grande força mandada pelo governo do Amazonas como represália ao assalto de Moura fez entre os índios uma terrível matança que se prolongou intermitentemente e em pequena escala por todo o ano de 1874” (BANDEIRA, 2009, p. 20).

Rodrigues (1885) relatou outros grandes massacres:

A 29 de Outubro de 1874, sendo comandante do destacamento o tenente Antônio de Oliveira Horta, [...] appareceram nas immediações da freguezia [de Moura], novamente, os Crichanás [Waimiri-Atroari], em numero superior a 200, que foram mortos á bala, inclusive o chefe, ficando uma só praça ferida, a de nome Quintiliano José Pereira.

Esgotadas as munições, a 31 de Outubro de 1874, o referido commandante pediu ao commandante das armas mais 100 cartuchos embalados e 1.000 espoletas fulminantes.

A 21 de Novembro, pelas 10 horas da manhã, ouviu-se um tiro e um grito de alarma: era da sentinella do destacamentos que, avistando um índio na matta que fica por detrás da freguezia, matara-o e pedia soccorro. Immediatamente o commandante, tenente Horta, reunindo a força, marchou contra os índios, “fazendo-os fugir incontinente com perdas da parte delles, que, á proporção que iam cahindo, eram logo carregados por outros”. Não consta que houvesse um só ferimento na força civilisadora, nem que os índios procurassem ferir os moradores. Depois deste feito e com uma força de 34 homens, internou-se pelo matto, dando caça aos que escaparam. Com effeito, não tardou muito a encontral-os, obrigando-os a se refugiar em uma lagoa, “onde fez vivo fogo sobre elles. Morreram muitos; feridos escaparam alguns, que se internaram pela matta.” Ficando ahi abandonadas 12 ubás, foram nove picadas a machadada e tres conduzidas como tropheus.

No dia seguinte, para que a população de Moura ficasse tranquilla, seguiu com a força para o theatro onde na véspera se dera o drama de sangue. Ahi encontrou, segundo informações officiaes e segundo a opinião de uma praça, 23 índios feridos, todos escondidos entre a folhagem das arvores, onde estavam trepados silenciosos.

Então começou uma scena de cannibalismo! Eram caçadores entusiasmados ante um bando de guaribas! Cada um quis sua parte na caçada. Apontavam a arma, descarregavam e o pobre índio caia no meio de gargalhadas geraes! Assim cahiram todos, á excepção de um que ficou preso a um galho. [...] Os corvos acabaram a obra civilisadora e ainda por muito tempo alvejavam pelas praias as ossadas dos infelizes Crichanás. (RODRIGUES, 1885, p. 16-17).

Rodrigues (1885) relata vários conflitos menores que ocorreram no Rio Jauaperi e vizinhança após os massacres de 1873 e 1874. Não sendo possível, no entanto, dimensionar o número de indígenas mortos por ausência de dados. Mas Bandeira (2009) fala claramente que o conflito se abrandou por três décadas, até que voltou a atingir a casa das centenas de mortos em 1905.

Segundo o autor, ocorreu em “1905 nova mortandade, a mais estúpida de todas, foi feita nos incolas do Jauapery por uma expedição militar do governador do Amazonas”, Constantino Nery (p. 20). Fazendo referência a um jornal de Manaus, Bandeira fala em “283 (duzentos e oitenta e três) índios mortos que ficaram a apodrecer ao sol, pasto dos corvos esfaimados, reclamam em desagravo da civilização impunemente conspurcada, a punição dos culpados!” (p. 46). Número semelhante apresentou Kock-Grümborg, que falava em 300 indígenas de ambos os sexos e diferentes idades (BANDEIRA, 2009).

Para entender como ocorriam os conflitos com os moradores próximos, Bandeira descreve um diálogo que teve com um espanhol que vivia no rio Uatumã:

Quando estive no Uatumã, em fins de julho e princípio de agosto de 1911, soube que esses índios costumavam freqüentar esse rio em certa época do ano e que eram ali freqüentemente assassinados por um espanhol, o Sr. Moreno, morador da Cachoeira Maximiliana. Chegando à casa desse homem, perguntei-lhe como se davam esses encontros e por que motivo atirava nos selvagens, e ele me informou, sem sombra de pejo ou remorso:

- Sai um deles à boca da mata e diz: *maiaá*; a gente passa-lhe fogo e corre.
- Que quer dizer *maiaá*? – indaguei.
- Não sei, – respondeu-me.

– Mas, Sr. Moreno – obtemperei – *maiá* pode ser uma palavra de simpatia ou de negócio e nesse caso, bem vê o Sr., seria de uma atrocidade inominável o seu procedimento; mas ainda que seja uma palavra de agressão, é isto motivo para matar uma pessoa? E nunca notou o Sr. que não é grande prova de coragem disparar o seu tremendo rifle em um homem armado apenas com arco e flecha, e ainda por segurança correr?

A todas essas observações o Sr. Moreno objetou apenas que índio é *bicho traiçoeiro*! Quando em novembro desse mesmo ano visitei o Jauapery já conhecia a significação da palavra *maiá*.

Quer dizer facão. (BANDEIRA, 2009, p. 23-25).

O diálogo sintetiza o sentimento que pairava naquela localidade. Sentimento parecido deveria prevalecer entre os habitantes de Moura, que hostilizavam até mesmo os servidores do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), e em Manaus, de onde partiam as expedições militares que massacraram seguidas vezes centenas de homens, mulheres e crianças Waimiri-Atroari. Descrevendo seu primeiro encontro com Waimiri-Atroari, Rodrigues relata um fato que pode nos ajudar a compreender as dimensões do conflito no rio Jauaperi.

Estava um índio junto á mesa, quando de repente o vi pular para trás gritando: quichotó, quichotó! Procurei ver o que havia. O selvagem mostrou-me uma porção de chumbo dentro de uma caixa de charutos. Apontando para diversas partes do corpo, por gestos, indicou-me varias cicatrizes, exclamando: pum! Quichotó! Compreendi que aquellas cicatrizes eram provenientes de tiros que tinha levado. Ainda em outro selvagem, eu e meus companheiros encontramos cicatrizes produzidas por chumbo, ficaram horrorizados. (RODRIGUES, 1885, p. 55-56).

De meados do século XIX até início do século XX, Rodrigues (em 1884), Payer (em 1901), Hübner (em 1905), Bandeira (em 1911), Lemos (em 1912 e 1917), Silva (em 1917) e muitas outras pessoas e até vilas inteiras (Ayrão, Carvoeiro, Muirapinima e Táuapeçaçu) estabeleceram contatos pacíficos e amistosos com os Waimiri-Atroari. Mas as disputas territoriais deixaram marcas profundas. A conduta agressiva de Presidentes da Província e Governadores do Estado (como João Pedro Dias Veiga e Constantino Nery), de empresários gananciosos e de indivíduos inescrupulosos que adentravam ou chefiavam expedições para invadir o território Waimiri-Atroari saqueando, aprisionando, torturando e matando o quanto podiam, criaram um clima de terror que, por um lado impedia a fixação de colonizadores, por outro lado contribuía para o declínio populacional dos Waimiri-Atroari.

Os trabalhos de Rodrigues, Kock-Grünberg e Bandeira apresentavam forte conotação de preocupação e denúncia. Mas suas revelações não evitaram que, ao longo do século XX, a história de massacres se repetisse. Em 1949, setenta e dois indígenas Waimiri-Atroari foram assassinados por caçadores de jacarés financiados por comerciantes exportadores de couro

(LEONARDI, 1999). Mas foi durante a Ditadura Militar instalada em 1964 que os massacres ocorreram com mais intensidade e número de vítimas.

2.2 O GENOCÍDIO DURANTE A DITADURA MILITAR

Durante os Governos Militares, entre 1964 e 1984, os conflitos com os Waimiri-Atroari ocorreram no entorno da construção da BR-174, rodovia bastante retilínea que atravessa o território indígena no sentido sul-norte, ligando Manaus a Boa Vista e Venezuela. No início, entre os anos de 1967 e 1968 a obra estava sob responsabilidade do DER-AM (Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas), mas foi interrompida após o fracasso da expedição Calleri. Observa-se que essa primeira etapa ocorre durante o período de vigência da Operação Amazônia (1966-1970), quando foram incentivados os investimentos em infraestrutura de transporte na região. Mas a implantação da infraestrutura de transportes estava subordinada a diferentes interesses na região. Destacaram-se, nesse caso, os interesses mineral e fundiário.

Padre Giovanni Calleri era o sertanista designado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para coordenar as tentativas de pacificação dos Waimiri-Atroari, mas o padre e todos os que o acompanhavam (com exceção de um) foram mortos em 1968. O fato permanece obscuro pois, de um lado o Exército interferia nas estratégias de atração e, sem que houvesse a interrupção das obras da rodovia, somado aos conflitos recentes e com frequentes vítimas fatais por parte dos indígenas, os riscos de conflito eram altíssimos. Por outro lado, o massacre acabou beneficiando a política do governo, ao ser utilizado nos discursos que pregavam a violência contra os indígenas e a abertura da rodovia a qualquer custo. Isso tornou o problema tão complexo que é difícil atribuir a autoria das mortes da equipe do Calleri aos Waimiri-Atroari.

Antes de sua morte, Calleri estimou a população desse povo em 3.000 pessoas (MAREWA, 1987). Em 1972, a FUNAI estimou-os novamente em 3.000 pessoas. Mas não existem dados anteriores a 1969 que possibilitem estimar a redução populacional dos Waimiri-Atroari entre os anos de 1967 e 1968. Ainda assim, é possível afirmar que as mortes existiram. Isso está explícito nos depoimentos de indígenas (COMITÊ, 2014). Mas também está implícito em documentos oficiais, como nos ofícios encaminhados pelo DER-AM, nos quais solicitava autorização para aquisição de munição e armamento, ao Quartel General do Grupamento de Elemento de Fronteira, visando “proteger a integridade física dos servidores [...] que trabalham

na execução de rodovias de grande interesse para região”, incluindo revólveres e outros armamentos¹¹⁹.

No ano de 1969, o governo federal, assumiu a responsabilidade da abertura da estrada, mas só começou efetivamente por volta de 1971, mesmo período em que foi criada a “Reserva Indígena de Waimiri-Atroari” por meio de decreto do Presidente da República¹²⁰. A terra indígena delimitada pelo decreto do general Médici criou pela primeira vez uma imagem das perdas territoriais ocorridas pelo território Waimiri-Atroari.

Porém, o que se segue até 1974 é o período mais sombrio para os Waimiri-Atroari, de que se têm dados, quando surge a Operação Atroaris, que era a movimentação militar encarregada da repressão aos índios. Apesar das coberturas jornalísticas e das denúncias de entidades que apoiavam as causas indígenas, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Movimento de Apoio a Resistência Waimiri/Atroari (MAREWA), as cortinas da Ditadura Militar encobriram por muito tempo os detalhes das chacinas cometidas durante a construção da BR-174 (BAINES, 1991; COMITÊ, 2014; SCHWADE, 2012b).

Essa história foi se revelando aos poucos por diferentes autores acadêmicos, indigenistas, militares, servidores públicos, e foi sistematizada com mais detalhes no 1º Relatório do Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas (Comitê da Verdade, 2012) que deu origem ao livro intitulado “A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari: por que kamña matou kiña?” (2014) e que fundamentou parte do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (COMITÊ, 2014).

A rodovia já era trafegável em 1976 e foi inaugurada no ano seguinte. Mas as baixas continuaram. Em 1981, o Presidente da República, João Figueiredo, excluiu do perímetro da Terra Indígena a parte leste em favor da Mineração Taboca. Em 1983, os Waimiri-Atroari somaram apenas 332 indivíduos, dos quais 216 tinham menos de 20 anos de idade (BAINES, 1991). Há relatos de homicídios por uso de bombas químicas e explosivas lançadas de aeronaves, armas de fogo, cercas eletrificadas, distribuição de roupas contaminadas com sarampo e vacinação com superdosagens de medicamentos (MAREWA, 1983).

¹¹⁹ Em apenas dois ofícios (Of.DER-Am/DG/Nº167/68 e Of.DER-Am/Nº392/68) encaminhados pelos diretores do Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas (DER-AM) – Otávio Cordeiro, em abril de 1968, e Mauro Carijó, em outubro 1968 –, ao chefe do Serviço de Fiscalização da Importação, Depósitos e Tráfego de Produtos Controlados pelo Ministério do Exército – Quartel General de Grupamento de Elementos de Fronteira, foram solicitados: 36 caixas de balas calibre 38 longo, 23 calibre 38 duplo, 24 calibre 24, 10 calibre 44, 7 calibre 32 simples, 6 calibre 32, 2 calibre 32 duplo, 68 cartuchos calibre 16, 65 calibre 20, 5 calibre 24 e 5 calibre 205, além de 6 revólveres “Taurus” calibre 32 duplo e 2 espingardas calibre 16.

¹²⁰ Criada pelo ditador Emílio Médice no Decreto 68.907, de 13 de julho de 1971.

O general Altino Berthier Brasil dedicou seu livro “O Pagé da Beira da Estrada, memórias da construção da BR-174”, “ao anônimo irmão Waimiri-Atroari, cujo cadáver mal-enterrado, deparamos, muitas vezes pela frente” (BRASIL, A., 1986).

Nas aulas de alfabetização da escola Yauará, Olindo Panaxi escreveu, em 25 de maio de 1986, que:

Antigamente não tinha doença. Kiña estava com saúde. Olha civilizado aí! Olha civilizado ali! Lá! Acolá! Civilizado escondido atrás do toco-de-pau!
Civilizado matou com bomba.
Civilizado matou Sere.
Civilizado matou Podanî.
Civilizado matou Mani.
Civilizado matou Akamamî.
Civilizado matou Priwixi.
Civilizado matou Txire.
Civilizado matou Tarpiya.
Com bomba. Escondido atrás do toco-de-pau!
(COMITÊ, 2014, p. 151).

Em entrevista, Viana Womé Atroari, relata um dos massacres:

Foi assim tipo bomba, lá na aldeia. O índio que estava na aldeia não escapou ninguém. Ele veio no avião e de repente esquentou tudinho, aí morreu muita gente. Foi muita maldade na construção da BR-174. Aí veio muita gente e pessoal armado, pessoal do Exército, isso eu vi. Eu sei que me lembro bem, tinha um avião assim um pouco de folha, assim, desenho de folha, um pouco vermelho por baixo, só isso. Passou isso aí, morria rapidinho pessoa. (AMAZÔNIA DENTRO, 2011).

O primeiro e principal resultado da política indigenista oficial foi o genocídio. E tudo nos leva a crer que, somente ocorreu por se tratar de uma população indígena. Isso porque além dos preconceitos e da intolerância decorrentes do estranhamento das diferenças culturais, já existia uma legislação indigenista no país que vetava interferências nos territórios indígenas, como, a mineração. A mineração e os grandes projetos de infraestrutura e fundiários são pontos importantes para entender a dinâmica dessa área.

A dinâmica no formato da terra indígena Waimiri-Atroari é um registro ilustrativo das transformações ocorridas. O território tradicionalmente ocupado pelos grupos que compunham o povo Waimiri-Atroari abrange todo o vale do rio Jauaperi (limite Oeste e Norte); todas as cabeceiras do rio Urubu e médio curso desse rio, chegando às cabeceiras do rio Preto (limite Sul) e médio e alto curso do rio Uatumã, possivelmente chegando ao rio Jatapu (limite Leste). Isso somava algo como 6.680.000,00 hectares (Mapa 21).

Em 1971, o Presidente da República criou a “Reserva Indígena de Waimiri-Atroari” por meio de decreto¹²¹. O formato da terra indígena decretada pelo general Médici é ilustrativo das transformações ocorridas no Território Waimiri-Atroari durante a construção da BR-174, isso porque demonstrou um achatamento no centro do território, justamente onde ele é atravessado pela rodovia. A perda territorial no sentido norte-sul foi de aproximadamente 300 quilômetros lineares em relação ao território tradicionalmente ocupado, restando menos de 50 quilômetros lineares na travessia da rodovia (Mapa 22). A terra indígena decretada tinha aproximadamente 1.520.000,00 hectares, o que corresponde a menos de 1/4 do território tradicional. Se, por um lado, isso ocorreu porque os Waimiri-Atroari iam recuado para o centro do território a cada avanço da rodovia, por outro lado, não se pode descartar a ação dos grileiros de terras no processo de definição dos limites da terra indígena.

A terra indígena foi criada apenas 17 dias após ter sido assinado o último título de propriedade, naquela que ficou conhecida popularmente como “Grilagem Paulista”. Os títulos de propriedade foram assinados entre 27 de setembro de 1970 e 26 de junho de 1971 e compõem grandes glebas que agrupam dezenas de imóveis cada uma. Apesar de 1/3 dos sobreviventes indígenas habitarem justamente a extremidade da fronteira norte dessas glebas de imóveis grilados, essa área foi escolhida como o limite da terra indígena, beneficiando os grileiros que se sobrepuseram ao território tradicionalmente ocupado pelos Waimiri-Atroari. Apesar disso, quinze grandes imóveis recém titulados foram parcialmente atingidos pelo decreto que criou a terra indígena.

Em 1981, o ditador Figueiredo, que ocupava o cargo de presidente da república, revogou o decreto anterior de Médici, retirando o caráter de “Reserva Indígena”, substituída por uma área “interditada, temporariamente, para fins de atração e pacificação de grupos indígenas”¹²². No entanto, a novidade principal desse decreto é que ele exclui toda a parte leste da terra indígena em favor da Mineração Taboca, empresa mineradora que já vinha se instalando dentro da terra indígena desde 1979. Foram mais de 500.000,00 hectares subtraídos. Para evitar oposições, o decreto devolveu duas áreas tradicionalmente ocupadas que não haviam sido incluídas no decreto anterior, mas que igualmente pertencem ao território Waimiri-Atroari. Com essa configuração, a terra indígena se tornou maior no sentido latitudinal (Norte-Sul) e menor no sentido longitudinal (Leste-Oeste), totalizando aproximadamente 1.900.000,00 hectares (Mapa 23).

¹²¹ Decreto 68.907, de 13 de julho de 1971 (Cria a Reserva Indígena de Waimiri-Atroari).

¹²² Decreto 86.630, de 23 de novembro de 1981, Art. 1º e Art. 4º.

Em 1989, o Presidente José Sarney, homologou a “Área Indígena Waimiri-Atroari”¹²³. Esse decreto seguiu a mesma orientação política do anterior, pois, ao mesmo tempo em que devolveu parte do território tradicionalmente ocupado nas extremidades norte, sul e oeste, ratificou a exclusão de toda a fronteira leste do território que foi invadido pela Mineração Taboca. Além disso, Sarney excluiu ainda a superfície de inundação da Hidrelétrica de Balbina, que ocasionou a transferência de um terço da população indígena (Mapa 24).

Em relação aos decretos anteriores, a terra Waimiri-Atroari foi ampliada pelo decreto de 1989. Ela passou a ter 2.585.911,57 hectares, quase o dobro da área estabelecida pelo decreto de 1981. Isso significa, no entanto, que a terra regularizada tem menos da metade do território tradicionalmente ocupado pelos Waimiri-Atroari. Soma-se a isso o fato de que a parte leste que foi subtraída (nos decretos de 1981 e 1989) era reduto de sobreviventes dos massacres anteriores.

Em 1986, as lideranças Waimiri-Atroari, Viana Uomé Atroari e Mário Paroé Atroari, encaminham uma carta ao Presidente Sarney protestando contra a instalação da mineradora e de uma hidrelétrica ligada ao empreendimento (Hidrelétrica de Pitinga)¹²⁴. Na carta, as lideranças apontavam que no local vivem os índios Piriutiti e Tiquiriá. Segundo eles, os Tiquiriá são um subgrupo Waimiri-Atroari. E relataram que:

No campo de obra da Mineração Taboca, em 1983 nós vimos rastros dos Piriutiti e Tiquiria. Neste mesmo lugar está sendo construída a hidrelétrica. O pessoal da Taboca, também avisou a Funai, no mês de agosto de 1985, que alguns índios estiveram no local de construção da hidrelétrica e rasgaram caixas de dinamite e destruíram as bananas de dinamite. Achamos que os índios que foram na Mineração Taboca são os Piutiti e Tiquiriá e arrebataram as caixas de dinamite, porque a mineradora tem explodido dinamite na terra deles durante a noite. Não sabemos se alguns parentes nossos foram mortos, mas esta situação tem criado muitos problemas.¹²⁵

¹²³ Decreto 97.837, de 16 de junho de 1989.

¹²⁴ Pelo Decreto nº 92.426, de 25 de fevereiro de 1986, José Sarney outorga à Mineração Taboca S.A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um trecho do Rio Pitinga, que resultou na imediata instalação da Hidrelétrica de Pitinga.

¹²⁵ Carta de 10 de março de 1986 ao Presidente da República, ao Ministro das Minas e Energias, ao Ministro do Interior e ao Presidente da FUNAI, protocolada dia 12 de março de 1986, na portaria da Presidência da República [Cópia disponível no acervo da Casa da Cultura do Urubuí].

Mapa 21 – Território tradicionalmente ocupado pelos Waimiri-Atroari

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

Mapa 22 – Terra indígena delimitada pelo decreto do ditador Médici (1971)

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

Mapa 23 – Terra indígena delimitada pelo decreto do ditador Figueiredo (1981)

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

Mapa 24 – Terra indígena homologada pelo decreto do Pres. Sarney (1989)

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

Informação que também foi registrada durante o primeiro curso de alfabetização dos Waimiri-Atroari, entre os anos de 1985 e 1986. Um dos estudantes escreveu em sua língua: “Tikirya sumiu, kamña chegou, taboca chegou, tikirya sumiu, por que? Por que?”¹²⁶. Muitas lacunas precisam ser esclarecidas, ainda hoje não sabemos o que ocorreu aos Piriutiti e Tiquiriá. Teriam sido vítimas de novos genocídios após instalação da mineradora? A única certeza é que a presença indígena reforçaria a inviabilidade legal da mineração.

Em 14 de dezembro de 2012, a FUNAI interditou uma área de 43.404,00 hectares que denominou de Terra Indígena Pirititi¹²⁷, no estado de Roraima, a 13 km da BR-174, onde foi encontrado um grupo de aproximadamente 50 indígenas isolados possivelmente pertencentes aos Piriutiti (ou Pirititi). Essa terra indígena faz fronteira com a terra indígena Waimiri-Atroari, no interior do território tradicional Waimiri-Atroari e a menos de 70 km de onde se instalou a mineradora¹²⁸.

Após duas Ações Cíveis Públicas, a Justiça Federal determinou novo estudo para inclusão do território tradicionalmente ocupado pelos Waimiri-Atroari. Na primeira ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF), em 2010, buscou-se a redefinição dos limites da terra indígena para a inclusão da área alagada pelo reservatório de Balbina que, embora tenha sido decretada como tradicionalmente ocupada, foi, no mesmo decreto, excluída da terra indígena (Decreto nº 97.837, de 16 de junho de 1989).

Quando Sarney decretou que ficava excluída da terra indígena Waimiri-Atroari a área de inundação da Usina Hidrelétrica de Balbina, ele beneficiou os grileiros, que passaram a pedir indenizações pela terra inundada. Conforme determina a Constituição Federal, as terras indígenas são bens públicos inalienáveis, indisponíveis, imprescritíveis, e de usufruto exclusivo dos indígenas que a habitam, além disso, “são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse” das terras indígenas (Art. 231). Portanto, o decreto de Sarney é inconstitucional, na medida em que reconhece a ocupação tradicional indígena sobre a área inundada, mas exclui do perímetro da terra demarcada. Isso criou uma brecha para que os grileiros reivindicassem indenizações pelos imóveis inundados,

¹²⁶ “Tekeriya yitihpa, kamiña yikamme, taboka yikamme, tekeriya yitihpa, apiyamyake, apiyemiyekĩ” frase de autoria de Claudio Kewe, acompanhada de desenho, produzida durante as aulas na Escola Yawará, em 14 de maio de 1986 e traduzida na mesma data para o português pelos professores Egydio e Doroti Schwade (original disponível no acervo da Casa da Cultura do Urubuí).

¹²⁷ Portaria nº 1.672, de 14 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 26 de dezembro de 2012.

¹²⁸ Mesmo após a interdição da terra indígena Pirititi, ocorreram invasões de madeireiros. Em abril de 2018, o IBAMA apreendeu 7.387 toras de madeira extraída ilegalmente do território indígena. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/noticias/436-2018/1434-ibama-apreende-madeira-suficiente-para-carregar-mil-caminhoes-em-rr>. Acesso em: 20 de novembro de 2018.

mesmo quando sobrepostos à terra indígena tradicionalmente ocupada. Sob esse aspecto, o decreto tornava os grileiros habilitados a receber a indenização prevista no processo de desapropriação das terras atingidas pela hidrelétrica.

Em outra Ação Civil Pública, movida no ano de 2013, o MPF reiterou a necessidade de se cumprir as determinações da Constituição Federal, reconhecendo aos indígenas o direito sobre as terras tradicionalmente ocupadas. Em ambas, o MPF recebeu decisões favoráveis do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que obrigam a União a realizar as medidas necessárias nesse sentido¹²⁹. Portanto há a expectativa de ampliação da terra indígena Waimiri-Atroari, que deverá recuperar parte do território tradicionalmente ocupado.

Chegamos, assim, a três das primeiras características da expansão capitalista sobre o território Waimiri-Atroari: o genocídio, a grilagem da terra e o rentismo.

A apropriação privada da terra está assentada na renovação de uma política genocida que atravessou quatro séculos de colonização para se tornar marca inerente da moderna sociedade capitalista do século XX. Os massacres cometidos contra os Waimiri-Atroari atingiram seu auge na década de 1970, com a morte de mais de 2.000 pessoas pertencentes a esse povo. A apropriação privada da terra ocorreu de forma simultânea e articulada a esse processo genocida.

O capitalismo não inventou o genocídio como meio de expansão territorial na Amazônia, mas o reproduziu calcado em velhas práticas expansionistas do império mercantilista português. Durante o império português, as guerras estiveram bastante vinculadas à busca por mão de obra escrava e fortalecimento do domínio territorial. Após a independência, o império brasileiro ainda reproduziu em menor escala a escravidão indígena. Esse período marca a transição entre o conflito como meio de obtenção de mão de obra e o conflito pelo domínio sobre produtos extrativistas e terra. No século XX, o conflito foi direcionado pela busca de minérios que impulsionavam a indústria capitalista internacional e pelo monopólio sobre a terra como instrumento de apropriação de renda sem a necessidade de produção de mercadorias.

¹²⁹ Processo nº 2010.32.00.000208-2, Decisão nº 92-A/2012 e Processo nº 6772-60.2013.4.01.3200, Decisão nº 79-A e Sentença Tipo A – PCTT:96.000.02.

2.3 A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ORDEM TERRITORIAL

Os grandes projetos de mineração (Pitinga), de infraestrutura (BR-174 e hidrelétrica de Balbina) e fundiário (grilagem de terras) contribuíram decisivamente com a realidade da região. A BR-174 foi a ponta de lança e o principal vetor desse processo. Foi durante sua construção que ocorreram os principais conflitos que reduziram drasticamente a população e o território Waimiri-Atroari. Além disso, ela se tornou infraestrutura indispensável para a exploração mineral em Pitinga e a instalação da hidrelétrica de Balbina. Esse trecho da rodovia interligou os dois municípios existentes no Território Federal de Roraima à cidade de Manaus, mas a razão de sua construção deve ter sido mesmo a mineração. Essa relação foi bastante discutida pelo Comitê da Verdade do Amazonas (2014), que concluiu que os interesses que determinaram a construção da rodovia estão especialmente ligados à presença de riquezas minerais na região.

As riquezas minerais existentes no território tradicionalmente ocupado Waimiri-Atroari já eram estudadas desde meados do século XX, conforme o relatório do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), assinado por Alberto Pizarro Jacobina¹³⁰. No documento de 1944, Jacobina fala que, no dia 5 de outubro daquele ano, a expedição de pesquisa geológica integrada pelo Tenente Walter Williamson e pelo Sargento Baitz, do *4th Photo Chating Squadron* do Exército Americano foi trucida pelos indígenas quando fazia levantamentos na Cachoeira Criminosa, nas cabeceiras do Rio Alalaú.

Em 30 de julho de 1967, o Coronel Mauro Carijó, Diretor do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem do Amazonas (DER-AM), em Carta à Petrobrás, solicitou “informações sobre o potencial mineral do estado em vista da elaboração de um Plano Diretor de transportes para o estado do Amazonas” (COMITÊ, 2014, p. 54). Foi ele quem, no final de 1967, iniciou a construção da BR-174.

Danilo Duarte de Matos Areosa, então governador do estado do Amazonas, declarou ao jornal A Crítica, de 27 de novembro de 1968, que “os silvícolas ocupam as áreas mais ricas de nosso estado, impedindo a sua exploração, com prejuízos incalculáveis para a receita nacional, impossibilitando a captação de maiores recursos para a prestação de serviços públicos” (DANILO, 1968).

Fernando Ramos Pereira, então governador do Estado de Roraima, em 05 de março de 1975, declarou ao mesmo jornal: “Sou da opinião que uma área rica como essa não pode se dar

¹³⁰ Relatório Referente ao Exercício de 1944, apresentado pelo chefe da 1ª Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), Alberto Pizarro Jacobina (novembro de 1944).

ao luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas atravancando o seu desenvolvimento” (GOVERNADOR, 1975).

Segundo informações da Mineração Taboca S/A¹³¹, em 1979, através de pesquisas geológicas, a empresa descobriu os primeiros indícios promissores de existência de cassiterita, na região de Pitinga (2012). Ainda em 1979, a Mineradora recebeu as primeiras autorizações para se instalar à margem direita da BR-174 e dentro do território indígena decretado pelo ditador Médici (1971). Em 1981, 526.800,00 hectares foram desmembrados da terra indígena pelo decreto do ditador Figueiredo, justamente onde a mineradora se instalou.

Em 1986, o Presidente da República, José Sarney, autorizou a construção de uma hidrelétrica no rio Uatumã (Pitinga)¹³² para uso exclusivo da Mineração Taboca S/A¹³³, no rio que limitava a parte leste da Terra Indígena. Para termos ideia da dimensão do empreendimento, em Pitinga, vale falar que ali foi instalada uma vila com capacidade para abrigar 10.000 pessoas.

Segundo o anuário Mineral Brasileiro 2010, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em 2009, o Município de Presidente Figueiredo contava com 88% das reservas de estanho nacionais (ou, 98% das reservas de cassiterita primária e 28% das reservas de cassiterita secundária) e 98,67% do nióbio Brasileiro (BRASIL, 2010).

As principais substâncias comercializadas pela Mineração Taboca S/A são: Cassiterita (Primária), Nióbio (Columb/Tantal) e Tântalo (Columb/Tantal). Em 2009, a Mineração Taboca S/A foi responsável por 43% do valor do estanho extraído no Brasil, 2,63% do nióbio e 51% do tântalo. Naquele ano, a Taboca era a 38ª maior mineradora brasileira, respondendo por 0,3% da soma do valor da produção mineral do país¹³⁴. Em relação ao estado do Amazonas, a empresa responde por quase 70% do valor de todo o minério explorado no estado, soma que ultrapassava os 228 milhões de reais.

A atividade tem ainda um forte impacto sobre os recursos ambientais dentro e fora da Terra Indígena. Os Waimiri-Atroari acusam a mineradora de causar prejuízos relativos à contaminação por resíduos da mineração, especialmente pela disseminação de doenças. “Sabemos que estes problemas são causados pela Taboca, porque antes do lugar onde estes jogam detritos de mineração, defensores agrícolas, graxa, óleo diesel, veneno, mercúrio, esgoto, nosso povo não sofre as doenças que a Taboca provoca”. E completam dizendo que “agora,

¹³¹ A Mineração Taboca S/A, desde 2008, está sob o controle acionário do grupo peruano Minsur.

¹³² Após manipulações cartográficas, usadas para reduzir a terra indígena em favor da Mineração Taboca, o rio Uatumã passou a ser chamado nesse trecho de rio Pitinga (BAINES, 1991).

¹³³ Decreto 92.426, de 25 de fevereiro de 1986.

¹³⁴ Nesta conta, entram desde a extração de água, até a extração de areia e ferro.

quando nosso povo come peixe, fica doente e muita gente morre” (ATROARI; ATROARI, 1986, p. 2).

As pesquisas realizadas por Oliveira, entre 1990 e 1994, também apontam que a extração mineral, em Pitinga, causa impactos ambientais consideráveis no Município e proximidades, não apenas pelo desflorestamento de grandes áreas, mas por expor minerais radioativos, construir barragem para usina hidrelétrica e deposição de grande quantidade de resíduos da mineração. Por diversas vezes, houve a liberação de resíduos, atingindo inclusive um tributário do Alalaú, rio que atravessa a terra indígena Waimiri-Atroari (OLIVEIRA, 2000).

As informações a respeito dos interesses no subsolo da região tornaram bastante seguras as afirmações de que foi o principal interesse que contribuiu para a construção da BR-174. As pesquisas geológicas ocorreram desde a década de 1940; a construção de estradas estava subordinada ao interesse mineral, como sugeriu o Coronel Carijó, quando solicitou informações a respeito das riquezas minerais para planejar as estradas da região; compreensão que foi reforçada nos discursos dos governadores do Amazonas e de Roraima ao protestarem contra as interrupções nas obras da rodovia. Porém, esse não foi o único interesse que convergiu para a formação territorial da região.

Desde a segunda metade da década de 1960¹³⁵, o governo vinha estudando a possibilidade de aproveitamento energético do Rio Uatumã. Em 1981, o governo iniciou a construção da hidrelétrica de Balbina naquele rio. Em 1989, a hidrelétrica entrou em funcionamento, abastecendo parcialmente o Polo Industrial da Zona Franca de Manaus.

A capacidade de geração de energia instalada em Balbina é de 250 megawatts, mas sua potência firme equivale a apenas 64 megawatts. O custo da produção de energia era também um ponto polêmico, sendo de US\$ 6.800/KW (dólares/quilowatt), muitas vezes superior ao valor da mesma energia gerada na hidrelétrica de Tucuruí (PA), que custava US\$ 675/KW. Comparada com outras hidrelétricas brasileiras, sua produção é extremamente baixa. Por outro lado, seu reservatório com 236.000,00 hectares é o segundo maior do país e inundou parte significativa da Terra Indígena Waimiri-Atroari (FEARNSIDE, 1990). Cerca de um terço da população indígena teve que ser removida em consequência da inundação de seu território (BAINES, 1991). Várias comunidades ribeirinhas, a jusante, também foram atingidas¹³⁶.

¹³⁵ No Plano Diretor de Desenvolvimento da Amazônia, para o quinquênio 1967-1971 (Decreto 60.296, de 03 de março de 1967, Art 5, V, d), o Governo Federal, sob o comando do ditador Figueiredo, definiu investimentos para favorecer a criação de sistemas hidrelétricos isolados que servissem a polos de desenvolvimento. Isso se traduziu na produção de um inventário hidroelétrico do rio Uatumã.

¹³⁶ O documentário “Balbina no País da Impunidade”, de Rogelio Casado e Rogério Griebrel (1989), retrata a situação das comunidades ribeirinhas quando a Hidrelétrica de Balbina entrou em funcionamento em 1989.

Em 2008, pela quarta vez na história da hidrelétrica, as comportas foram abertas e as águas do rio Uatumã inundaram em poucas horas uma área que, por processos naturais, demorariam semanas para atingir a mesma cota. As consequências para os ribeirinhos e assentados foram isolamento de comunidades, problemas sanitários, perda dos plantios, dificuldades na pesca e em outras atividades que asseguravam a alimentação (MPF, 2008).

Apesar de ser irrisória a produção de energia e da pressão nacional e internacional de ambientalistas e movimentos de apoio à causa indígena, a Hidrelétrica de Balbina foi concluída. As evidências de que sua produção de energia não justificaria os elevados custos surgiram antes mesmo das obras iniciarem, o que nos obriga à formulação de outra hipótese para sua construção: o elevado custo da obra garantiria a transferência de renda para grandes construtoras. Isso nos leva a crer que o interesse de grandes empreiteiras esteve ligado ao processo de construção de Balbina e fortaleceu a pressão pela construção da BR-174 e a expansão territorial sobre os Waimiri-Atroari.

Mas, enquanto ocorriam os levantamentos para o aproveitamento hidroelétrico do rio Uatumã, um grupo de grileiros, com o auxílio do Governo Estadual, providenciou a titulação de terras na região. Assim, entre 1970 e 1971, o grupo já havia alienado do patrimônio da União centenas de imóveis ao longo do rio Uatumã. Cada um dos lotes formava um retângulo de cinco por seis quilômetros, abrangendo uma área de 3.000,00 hectares cada. Pelo menos 434 lotes foram delimitados, totalizando 1.302.000,00 hectares, a maioria foi alienada do patrimônio público.

O Decreto 85.898, de 13 de abril de 1981, declarou de utilidade pública, para que fossem desapropriadas, as propriedades privadas com benfeitorias que seriam atingidas pelo reservatório da hidrelétrica¹³⁷. Noventa e três imóveis titulados pelo Governo do Estado foram atingidos pelas águas represadas do rio Uatumã e sessenta e seis foram alvo de ações de desapropriação que culminaram com pedidos de indenização por parte dos detentores dos títulos.

Os titulares eram membros de famílias tradicionais do estado de São Paulo, ou pessoas que emprestaram o nome para, na condição de “laranjas”, burlar a Constituição Federal de 1967,

¹³⁷ Decreto 85.898, de 13 de abril de 1981:

“Art. 1 - Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terra com benfeitorias, de propriedade particular, no total de aproximadamente 10.344,90 km² (dez mil, trezentos e quarenta e quatro quilômetros quadrados e noventa hectômetros quadrados), situadas nos Municípios de Novo Airão, Urucará, Silves e Itapiranga, Estado do Amazonas, necessárias à formação do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina, no Rio Uatumã.”.

pois não era permitida a alienação de área superior a 3.000,00 hectares sem o consentimento do Congresso Nacional (BRASIL, 2002a; BRASIL, 2007a).

O Governo por muito tempo também agia com renúncia fiscal e linhas de créditos especiais para quem investisse em projetos agropecuários na Amazônia Legal. Mas a grilagem busca atingir seu objetivo de extração de renda, principalmente, a partir das indenizações milionárias que vêm sendo buscadas em processos judiciais contra a Eletronorte pelo alagamento de terras para o funcionamento da Hidrelétrica de Balbina. Segundo o Ministério Público Federal, os idealizadores da Grilagem Paulista detinham informações privilegiadas quanto aos planos do governo em construir a Hidrelétrica (BRASIL, 2007a). Foi o Governador do Estado quem emitiu os títulos de propriedade aos grileiros, e a emissão desses documentos ocorreu durante os trabalhos da equipe encarregada de fazer estudos sobre potencial energético para abastecimento de Manaus.

O relatório final do Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Amazônia (ENERAM) foi apresentado em 06 de janeiro de 1972 e recomendava a realização do inventário hidrelétrico do rio Uatumã. Poucos meses antes, o governo havia emitido os últimos títulos de propriedade em questão. No mesmo ano de 1972, os verdadeiros interessados na grilagem iniciam a peregrinação aos cartórios para transferir os títulos para si (BRASIL, 2007a).

Quando observamos fora do contexto histórico, a Hidrelétrica de Balbina e o projeto fundiário parecem concorrer por uma mesma região, conflitando em seus objetivos. No entanto, o projeto fundiário tinha como objetivo a acumulação de riqueza a partir da concentração fundiária e das indenizações após o represamento de Balbina. Portanto, a construção de uma hidrelétrica no rio Uatumã, não apenas era de conhecimento dos beneficiários das terras alienadas do patrimônio público, como também era desejada na medida em que representava um instrumento de transferência de renda do Estado para eles.

Os processos judiciais que buscavam definir o valor das indenizações terminaram com a condenação da Eletronorte S/A a pagar volumosas indenizações¹³⁸. Apesar dos processos já terem transitado em julgado, o STJ aceitou o argumento de que ainda não se discutiu

¹³⁸ Na desapropriação da Borba Gato – Agropecuária S/A, R\$22.308.445,70 foram depositados pela Eletronorte S/A para o cumprimento de decisão judicial. O valor, entretanto, permanece bloqueado. Esse bloqueio foi assegurado primeiramente por decisão do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal. A decisão, de 17 de maio de 2012, determinou a indisponibilidade dos valores, até o esgotamento do processo iniciado pelo MPF, em Ação Civil Pública, que pede a revisão da Terra Indígena Waimiri-Atroari, tendo em vista que a área em litígio faz parte do território tradicionalmente ocupado pelos indígenas (Processo 2010.32.00.000208-2). Posteriormente, em 07 de abril de 2016, o Superior Tribunal de Justiça decidiu suspender o pagamento até que fosse esclarecida a questão relativa à propriedade da terra (Recurso Especial 1.289.391-AM (2011/0259019-4)).

judicialmente o domínio sobre as terras desapropriadas. Esse entendimento abriu margem para a contestação que vem sendo feita pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Procuradoria Geral do Estado (PGE). O MPF iniciou uma Ação Civil Pública na Justiça Federal e obteve decisão favorável em Primeira Instância, reabrindo o processo de demarcação da terra indígena Waimiri-Atroari, com vista à inclusão de todo o território tradicionalmente ocupado que inclui essas terras, que foram alvo de ações de desapropriação.

Simultaneamente, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) entrou com ações reivindicatórias contra os grileiros, argumentando que eles não cumpriram as condicionantes dispostas na Lei Estadual de Terras de 1959. Segundo os procuradores, as condicionantes “seja quanto à titulação das áreas, seja quanto à respectiva utilização, jamais foram observadas pelos beneficiários”. O principal argumento está no Art. 36, que estabelece a obrigatoriedade da ocupação da terra com cultura efetiva¹³⁹. Apesar da Lei não fixar prazo para o cumprimento dessa obrigação, os procuradores argumentam que, no caso da área inundada pelo represamento do Rio Uatumã, os beneficiários da terra perderam o direito, pois não é mais possível a ocupação da terra submersa, revertendo-a ao domínio público. A PGE deu entrada nas ações de reivindicação, no ano de 2016, mas ainda não há uma decisão definitiva sobre o assunto.

A convergência de interesses de mineradores, empreiteiros e grileiros de terras teve um efeito avassalador sobre a ordem territorial até então vigente. De imediato, uma nova ordem foi implantada e a sociedade capitalista estendeu assim seu território por mais uma região. Foi sob esse contexto que ocorrem as demais transformações territoriais, as quais, passaremos a discutir.

2.4 OS EFEITOS DESSA NOVA ORDEM TERRITORIAL

Os Waimiri-Atroari, trucidados e vencidos na disputa territorial, ficaram restritos a um território menor, oficialmente instituído por decretos presidenciais. As terras remanescentes, constituíram-se em um imenso vazio demográfico. Apesar dos imóveis já estarem titulados pela Grilagem Paulista, a presença humana era praticamente inexistente.

¹³⁹ Lei Estadual de Terras de 1959 (Lei 89, de 31 de dezembro de 1959):

“Art. 36 – Os adquirentes de terras devolutas ficarão sempre sujeitos ao seguinte:

[...]

d) a ocupá-las efetivamente, tornando-as produtivas mediante cultura efetiva ou exploração racional sistemática, de acordo com o fim declarado no requerimento de compra.”.

Em 1982, foi instalado um novo município sobre as terras remanescentes do território indígena. Os dados da SEFAZ/AM indicam que, desde quando foi criado, o município de Presidente Figueiredo se mantém como o primeiro em arrecadação do interior do estado do Amazonas, em função dos repasses de ICMS e *Royalties* da Mineração Taboca S/A¹⁴⁰. Sua arrecadação é inferior apenas à capital, Manaus.

A ação articulada do Governo Militar culminou com a produção de um território bem particular na Amazônia em que os grandes projetos são centrais. A região de Presidente Figueiredo é a síntese desse processo (OLIVEIRA, 2000). A substituição das relações indígenas com o território por relações mediadas pelo capital marca a produção do novo território. O município foi criado em 1981, mas só foi instalado em 1982. Foi somente no início da década de 1980 que surgiram as primeiras aglomerações urbanas do Município, que são: a Vila de Pitinga, para dar suporte à Mineradora; a Vila de Balbina, para instalação e manutenção da Hidrelétrica de Balbina e a sede municipal, com funções administrativas. Já a população agrária está distribuída ao longo das rodovias BR-174 e AM-240.

Segundo o censo demográfico do IBGE, em 2010 o município contava com uma população de 27.175 pessoas. O IBGE aponta que 52% era rural. No entanto, estão incluídos nos números de população rural os moradores da Vila de Pitinga, onde as características da vila e da população são predominantemente urbanas. Segundo os dados da empresa, a população de Pitinga era de aproximadamente 2.500 pessoas, a maioria trabalhadores da mineradora, de empresas terceirizadas ou familiares. Se subtrairmos esse número do total da população rural do município, chegaremos a um número aproximado de 11.684 moradores da zona rural do município.

O panorama fundiário de Presidente Figueiredo é composto pelo seguinte: quatro assentamentos do INCRA, com capacidade para 1.239 famílias; centenas de pequenos imóveis ocupados por posseiros espalhados sobre terras da União ou sobre as terras da Grilagem Paulista; algumas madeireiras atuando nos assentamentos do INCRA, e outras nas terras da Grilagem Paulista; uma usina de processamento de açúcar e álcool instalada sobre um latifúndio com 59.000,00 hectares de terras oriundas de dois diferentes processos de grilagem; uma unidade de conservação federal de proteção integral (Rebio Uatumã); parte da Terra Indígena Waimiri-Atroari. Além dessas, ainda existem as terras submersas pelo lago de Balbina, a área de exploração do subsolo em Pitinga e outras terras devolutas não ocupadas.

¹⁴⁰ Secretaria do Estado da Fazenda do Estado do Amazonas (SEFAZ/AM). Relatórios de ICMS, IPI, Royalties e IPVA. Disponível em: <http://sistemas.sefaz.am.gov.br/srt/publico.do>. Acesso em: 10 jan. 2016.

Os pequenos imóveis e minifúndios estão distribuídos ao longo de estradas vicinais que se interligam ao restante do território pelas rodovias BR-174 e AM-240. Seus ocupantes estão organizados em mais de cinquenta associações de moradores, onde predominam famílias camponesas. Os camponeses são, em sua grande maioria, posseiros, mas também existem comunidades de camponeses já regularizados ou assentados pelo INCRA. Os posseiros vêm se instalando durante o longo período em que as terras ficaram desabitadas e sem uso, iniciado ainda durante a construção da rodovia BR-174, na década de 1970. Atualmente, a realidade é de intenso conflito, especialmente sobre a posse da terra e exploração madeireira.

2.5 A GRILAGEM PAULISTA¹⁴¹

Entre os anos de 1970 e 1971, o então Governador do estado do Amazonas, Danilo Duarte de Matos Areosa, assinou o título de propriedade de um número desconhecido de grandes imóveis na área pertencente atualmente aos municípios de Itapiranga, Silves, Itacoatiara, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo, Novo Airão e São Sebastião do Uatumã. Os dados são discrepantes. Enquanto algumas fontes informam a existência de menos de 500 imóveis alienados, outros apontam para mais de 800 imóveis alienados¹⁴². Cada imóvel foi desenhado na forma de um retângulo com exatos seis mil metros nas laterais e cinco mil metros na frente e fundiária, formando uma área 3.000,00 hectares. Essas dimensões se repetem em todos os imóveis, com raras exceções. A soma dos imóveis grilados totaliza uma área entre 1.302.000,00 hectares e 2.493.000,00 hectares.

Conforme expresso nos títulos definitivos expedidos pelo Governo do estado do Amazonas, as terras foram alienadas com a finalidade de serem ocupadas em atividades agropecuárias. Essa finalidade estava de acordo com as determinações da Lei Estadual de Terras de 1959, no entanto, a ocupação produtiva não estava entre os objetivos principais dos grileiros. Além disso, o processo de alienação se mostrou completamente irregular frente à legislação vigente.

¹⁴¹ “Grilagem Paulista”, “Grilagem dos Paulistas” ou “Terra dos Paulistas” são os termos utilizados pelos camponeses na região onde o Governo do Estado alienou grandes imóveis para membros de famílias do estado de São Paulo. Na Sentença judicial da 1ª Vara Federal do Amazonas, de 24 de maio de 2016, no processo nº 0006772-60.2013.4.01.3200, a Juíza Jaiza Fraxe, fala que o caso é conhecido como “lotes paulistas de Balbina”.

¹⁴² No mapa, intitulado “Títulos Definitivos Expedidos Pelo Governo do Estado do Amazonas”, de novembro de 2004 (mimeografado), o Iteam delimitou 492 imóveis na região; mas na base cartográfica do ITEAM, aparecem somente 434 imóveis; o Ministério Público Federal estimou que existam 550 desses imóveis (BRASIL, 2007a); no entanto, esse valor pode ser ainda superior, chegando a 831 segundo o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica (BRASIL, 2002a, p. 57).

Todos os títulos estão dispostos nas proximidades do Rio Uatumã. A titulação beneficiou famílias consideradas tradicionais tanto no meio político quanto econômico do Estado de São Paulo (BRASIL, 2002a, p. 57). Na área correspondente ao Município de Presidente Figueiredo (de onde tivemos acesso a dados mais detalhados), foram delimitados 266 imóveis. Desses, pelo menos 180 foram titulados¹⁴³. Entre os beneficiários, vários sobrenomes se repetem. Considerando somente esses dados relativos ao município de Presidente Figueiredo, os 14 sobrenomes mais constantes se repetem de seis a doze vezes cada um nas listas dos beneficiários no município. Existem sobrenomes que se repetem em quatro ou mais imóveis contíguos, o que indica a formação de latifúndios com áreas entre 12.000,00 e 30.000,00 hectares (Mapa 25), mas isso não reflete a realidade da concentração fundiária, que é ainda maior.

Analisando os sobrenomes dos titulares, é possível verificar que a concentração fundiária atingiu níveis extraordinários. As seis maiores porções contínuas, com cinco a dez imóveis cada, eram dominadas por apenas cinco famílias. O que fica claro é que a titulação de imóveis com área de 3.000,00 hectares foi uma mera formalidade, que serviu apenas para burlar as determinações da Constituição Federal vigente¹⁴⁴, que não permitia a alienação do patrimônio público de área superior a esse limite sem prévia consulta ao Senado (Mapas 26 a 31).

¹⁴³ Informação extraída do banco de dados geográfico digital, das terras tituladas pelo governo do Estado, no perímetro do município de Presidente Figueiredo, fornecido pelo Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM), em 2012 (CD-ROM).

¹⁴⁴ Constituição de 1967, Art. 164 (conteúdo que se repetiu *ipsis litteris* na Emenda Constitucional 1, de 17 de outubro de 1969, Art. 171).

Mapa 25 – Imóveis onde se repetem sobrenomes somando 12 mil hectares contínuos ou mais

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

Mapa 26 – Imóveis cujos titulares têm sobrenome “Paes” e “de Almeida”

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

Mapa 27 – Imóveis cujos titulares tem sobrenome “Morgado”

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

Mapa 28 – Imóveis cujos titulares têm sobrenomes “Piva” e relacionados

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

Mapa 29 – Imóveis cujos titulares têm sobrenome “Campos” e relacionados

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

Mapa 30 – Imóveis cujos titulares têm sobrenome “Lot Papa” e relacionados

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

Mapa 31 – Imóveis cujos titulares têm sobrenome “da Costa Lima” e relacionados

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

Entre os imóveis grilados no Município de Presidente Figueiredo trinta e cinco ficaram sobrepostos, total ou parcialmente, à Terra Indígena Waimiri-Atroari homologada em 1989¹⁴⁵. Se considerarmos apenas a delimitação da terra indígena Waimiri-Atroari decretada em 1971¹⁴⁶, período em que ocorreu a titulação dos imóveis da Grilagem Paulista, veremos que a linha dos imóveis se aproxima bastante do traçado da terra indígena, e que ao menos 12 imóveis se sobrepõem a ela. Essas sobreposições ocorreram em áreas efetivamente ocupadas pelos Waimiri-Atroari, com aldeias, roças e caminhos de uso diário. Isso demonstra que a presença indígena não intimidava as pretensões dos grileiros.

Contabilizando todos os imóveis inseridos no perímetro do território indígena tradicionalmente ocupado pelos Waimiri-Atroari, conforme os registros históricos disponíveis, esse número é bem superior, abarcando pelo menos 211 dos imóveis grilados¹⁴⁷ (Mapa 32).

Como sabemos, a apropriação privada de terras indígenas é ilegal. A apropriação privada de terras indígenas já era vedada pela Constituição de 1967, em vigor na época da alienação dos imóveis, que determinava que as terras ocupadas pelos indígenas eram bens da União, e assegurava aos indígenas sua posse permanente e usufruto exclusivo (Art. 4º e Art. 186)¹⁴⁸. Isso foi reafirmado pela Constituição de 1988 com ainda mais acentuação, ao resguardar aos indígenas o direito à posse permanente e usufruto exclusivo de seus territórios, determinando sua inalienabilidade, indisponibilidade e imprescritibilidade dos direitos sobre as terras (Art. 231).

Em 13 de janeiro de 2010, o MPF solicitou a revisão dos limites da Terra Indígena Waimiri-Atroari, com vistas a incluir em seu perímetro a área do lago de Balbina que havia sido excluída no mesmo decreto presidencial que homologou a Terra Indígena, em 1989, e evitar o pagamento de indenizações aos grileiros por conta da desapropriação em virtude da formação do lago da Hidrelétrica de Balbina. O pedido realizado junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, obteve resposta em 17 de maio de 2012, quando o tribunal decidiu pela revisão dos

¹⁴⁵ A Terra Indígena Waimiri-Atroari, tal como se apresenta hoje, foi homologada pelo Decreto 97.837, de 16 de junho de 1989.

¹⁴⁶ Decreto 68.907, de 13 de julho de 1971.

¹⁴⁷ Considerando que o limite sul do território tradicional indígena, ocupado até 1969, fosse uma linha reta entre o KM 50 da BR-174 e a cachoeira que deu origem a Hidrelétrica de Balbina, no Rio Uatumã, teríamos um total de 211 imóveis dentro do território indígena, ou seja, 79% do total dos imóveis delimitados pelos grileiros na área correspondente ao Município de Presidente Figueiredo.

¹⁴⁸ Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 (conteúdo que se repetiu *ipsis litteris* na Emenda Constitucional 1, de 17 de outubro de 1969, Art. 4 e Art. 198):

“Art. 4 - Incluem-se entre os bens da União:

IV - as terras ocupadas pelos silvícolas;

Art. 186 - É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes.”.

limites da terra indígena Waimiri-Atroari. A decisão também determinou o bloqueio cautelar de R\$ 36.936.261,59 que seriam depositados em favor de titulares das terras sob o lago de Balbina, até o julgamento final da ação¹⁴⁹. Em 14 de maio de 2013, o mesmo tribunal decidiu pela revisão dos limites da Terra Indígena para incluir todo o território tradicionalmente ocupado pelo povo Waimiri-Atroari¹⁵⁰. Decisão reiterada pela sentença expedida em 24 de maio de 2016.¹⁵¹

Os imóveis da Grilagem Paulista estão dispostos ao longo das margens do rio Uatumã. Isso porque, o objetivo principal da grilagem era arrebatar indenizações com a construção de uma hidrelétrica na região¹⁵². O planejamento hidrelétrico começou a ser idealizado na segunda metade da década de 1960, e a hidrelétrica de Balbina entrou em funcionamento apenas em 1989. Mas os grileiros, de posse de informações sobre os planos do governo, providenciaram a titulação das terras ao longo do rio Uatumã (BRASIL, 2007a). Com a publicação do Decreto 85.898, de 13 de abril de 1981, foram “declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terra com benfeitorias, de propriedade particular [...] necessárias à formação do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina, no Rio Uatumã” (Art. 1). Apesar de não existirem benfeitorias particulares na área mencionada no decreto, foram abertas 27 ações de indenizações envolvendo 66 imóveis, 50 (76%) desses imóveis estavam sob o domínio de apenas três grupos empresariais que aglutinaram de 10 a 24 imóveis cada um (Mapa 33)¹⁵³.

¹⁴⁹ Decisão 92-A/2012, referente ao Processo 2010.32.00.000208-2, de 17 de maio de 2012.

¹⁵⁰ Decisão 79-A, referente ao Processo 6772-60.2013.4.01.3200, de 14 de maio de 2013.

¹⁵¹ Sentença Tipo A – PCTT: 96.000.02, de 24 de maio de 2016.

¹⁵² Processo MPF/PGR 1.00.000.000929/2001-72, “Complemento ao relatório de 28 de fevereiro de 2007, do procedimento administrativo, que investigou a legalidade da outorga de títulos de terras pelo Estado do Amazonas a empresários paulistas, bem como a licitude do pagamento de indenização, por parte da Eletronorte, a título de desapropriação, na área na qual foi construída a Usina Hidrelétrica Balbina, aos cessionários dos títulos”, do Procurador Regional da República Franklin Rodrigues da Costa.

¹⁵³ No ano de 2001, o MPF estimava que a quantia pretendida nas 27 ações indenizatórias fosse de R\$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais) (op cit). Em 2005, falava-se que o montante pretendido era de aproximadamente 400 milhões de reais e que cinco milhões em títulos do setor elétrico já haviam sido pagos a dois grileiros (INDENIZAÇÃO, 2005). Atualmente a PGE estima que sejam em torno de 800 milhões de reais.

Mapa 32 – Imóveis sobrepostos à terra Waimiri-Atroari homologada em 1989

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

Mapa 33 – Imóveis alvos de ações de desapropriação para a formação do reservatório de Balbina

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

No entanto, a busca por indenizações e incentivos fiscais não anulou as outras potencialidades econômicas da extensa área grilada, pois nem todas as terras foram inundadas. Mesmo assim, notamos que apenas alguns poucos imóveis foram ou estão sendo explorados por indivíduos ou empresas que se valem daqueles títulos de propriedade. A maioria dos imóveis não recebeu qualquer ação que demonstre exploração ou ocupação efetiva por seus titulares, ainda que a grande maioria não tenha sido atingida pelo reservatório da Hidrelétrica de Balbina.

Cruzando os dados geográficos do ITEAM, com uma imagem LANDSAT 5 TM, de 2011, observamos que 96 imóveis foram atingidos pelo represamento causado pela Hidrelétrica de Balbina. Incluímos também nessa soma os imóveis que tiveram apenas uma mínima parte alagada. Os demais não sofreram qualquer alteração em consequência da Hidrelétrica de Balbina, ainda assim, poucos foram aproveitados em atividades produtivas.

A empresa Serragro¹⁵⁴ foi pioneira na exploração capitalista de madeira, uma das raras exceções de empreendimentos ligados aos beneficiários diretos das terras tituladas pelo governo do estado do Amazonas. Iniciado em 1974, o empreendimento explorou a floresta de imóveis próprios e imóveis públicos da margem esquerda da BR-174, no km 200, e iniciou um projeto pecuário interrompido ainda na década de 1980. Para facilitar a exploração, foram abertos em torno de 7,5 quilômetros de vicinais. Um empecilho à expansão do projeto era um igarapé paralelo à BR-174 situado a 3.200 metros da rodovia, para além do qual não houve desflorestamento.

A madeira extraída pela Serragro era transportada até Manaus. A estrada não era pavimentada, o que tornava o percurso bastante precário, especialmente nos meses mais chuvosos. Da madeira comum faziam tábuas, caibros e outras peças menores que eram comercializadas em Manaus, onde a empresa mantinha um galpão. A madeira nobre, como o Angelim, era serrada em peças maiores e remetida a São Paulo. Entre 1976 e 1977, a serraria foi desativada e iniciou-se um projeto agropecuário. Nesse período a empresa fez um desflorestamento de aproximadamente 792,00 hectares. Para tanto, a empresa se valeu de financiamentos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

A SUDAM foi criada durante o Regime Militar no âmbito do programa Operação Amazônia (1966-1970). A justificativa para o programa era “assegurar a soberania nacional” e tinha como principal instrumento os incentivos fiscais às empresas, mas se restringiu aos estados do Pará e Mato Grosso. No entanto, foi durante o Programa POLOAMAZÔNIA (1975-

¹⁵⁴ SERRAGRO S/A – Indústria Comércio e Reflorestamento.

1979) que os incentivos da SUDAM atingiram os demais estados da região (BROWDER; GODFREY, 2006). Naquele período, o Governo Ernesto Geisel (1974-1979) “desestimulou a colonização de pequenos agricultores na Amazônia e restituiu o programa de incentivos fiscais para promover o investimento corporativo na região” (BROWDER; GODFREY, 2006, p. 99). A Serragro se estabeleceu por quase nove anos na área, encerrando as atividades em 1982, antes mesmo de iniciar a criação de gado.

A Serragro pertencia a um empresário que chegou a ser senador por São Paulo. No período de 1995 a 1996 e 1998 a 2002, Pedro Franco Piva assumiu o cargo de senador após o titular, José Serra, ter sido promovido duas vezes à função de Ministro (Planejamento e, posteriormente, Saúde) durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. O empresário foi também presidente do conselho de administração da Klabin S/A, maior produtora de papel do Brasil, com 19 unidades industriais no país¹⁵⁵.

Os investimentos na empresa eram realizados de modo remoto. A Serragro estava instalada nas proximidades do igarapé do Abonari. Segundo ex-funcionários da empresa, o local foi visitado uma única vez pelo proprietário, na ocasião que iria ser inaugurada a serraria. Chegou de avião¹⁵⁶ e se retirou algumas horas depois¹⁵⁷. A família do ex-senador tinha aproximadamente 12 imóveis da grilagem paulista, totalizando 36.000,00 hectares. Seis formavam uma porção contínua na margem direita da BR-174, área que foi atingida pelo reservatório da Hidrelétrica de Balbina. Os outros seis ficavam à margem esquerda da BR-174, onde foi instalada a Serragro. No entanto, esses últimos foram incluídos total ou parcialmente na Terra Indígena Waimiri-Atroari homologada em 1989.

Na região do município de Presidente Figueiredo, por um longo período não houve outras experiências de exploração capitalista da madeireira que se respaldassem nos títulos de propriedade da “Grilagem Paulista”¹⁵⁸. Porém, contrastando com essa morosidade que reinou por quase 40 anos, há uma crescente procura por esses títulos de propriedade, para efetiva exploração. E é justamente a indústria madeireira capitalista a principal interessada. Isso porque, com o acirramento das fiscalizações em outras áreas da Amazônia, a titularidade da

¹⁵⁵ Dados disponíveis em: KLABIN S.A. Sede Social. **Ata da Reunião do Conselho de Administração de 29 de abril de 2015**, às 14:15 horas, lavrada em livro próprio. Disponível em: <http://ri.klabin.com.br/ptb/2729/Ata%20Reca%2029042015%20-%20Eleico%20Diretores%20Estatutrios.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

¹⁵⁶ Existe um campo de pouso na BR-174, a poucos quilômetros da extinta Serragro.

¹⁵⁷ As informações foram coletadas durante entrevistas com ex-funcionários da empresa.

¹⁵⁸ Entretanto, por várias décadas, a exploração madeireira continuou existindo no município por pequenas empresas capitalistas, com baixo grau de formalização. Essas empresas desapareceram na década de 2010, tendo em vista o maior rigor empregado nas fiscalizações referentes à atividade madeireira na região.

área explorada passou a ser exigida. A estrutura fundiária concentrada da Grilagem Paulista vem atraindo os olhares das madeireiras, pois é um ramo que tradicionalmente está baseado na territorialização do capital monopolista, ou seja, no domínio territorial de centenas ou milhares de hectares nas proximidades da planta industrial, no caso, a serraria.¹⁵⁹

A exploração florestal depende da regularização fundiária do imóvel, o que não é nenhuma novidade. Entretanto, o descumprimento dessa determinação presente em diferentes leis nunca foi efetivamente um empecilho às atividades madeireiras. Entretanto, com o acirramento das fiscalizações e a obrigatoriedade da indicação da localização georreferenciada dos imóveis explorados, imposta pelo Decreto 5.975, de 30 de novembro de 2006, houve uma intensa corrida de madeireiros pela aquisição de imóveis titulados. Por esses motivos, os imóveis da Grilagem Paulista subitamente despertaram o interesse de madeireiros. Entretanto, as terras há muitos anos são ocupadas por camponeses posseiros. A tentativa de imposição dos interesses madeireiros nas terras ocupadas por camponeses posseiros tem sido marcada pela violência. O caso comunidade Terra Santa é emblemático.

Os camponeses posseiros da comunidade Terra Santa estão sobrepostos ao imóvel denominado de Fazenda Cristo Rei. A Fazenda Cristo Rei foi criada a partir de desmembramentos dos imóveis denominados de Lote 73 e Lote 96, da Grilagem Paulista¹⁶⁰. Na disputa, o pretenso dono da Fazenda Cristo Rei já conseguiu expulsar vários posseiros da área e vem travando uma disputa violenta que inclui ameaças, espancamentos, pistolagem, uso do poderio econômico para enfraquecer a resistência dos posseiros e a disputa judicial.

Os imóveis 96 e 73 formaram uma terra contínua que, originalmente, pertencia à família de um dos idealizadores da Grilagem Paulista. No entanto, em 2009, o Lote 96 foi dividido em quatro imóveis assimétricos¹⁶¹, o maior, com 1.730,51 hectares passou a pertencer ao madeireiro. O Lote 73 também passou por desmembramento, em setembro de 2009, quando o mesmo madeireiro adquiriu 2.006,75 hectares do imóvel. Esses dois imóveis desmembrados do Lote 96 e do Lote 73 formam uma área contínua de 3.737,26 hectares, denominada Fazenda Cristo Rei, onde se concentram os conflitos.

Em 2015, foi criada uma comissão para análise dos títulos imobiliários emitidos pelo Governo do estado do Amazonas na região de Balbina. A comissão era formada por membros

¹⁵⁹ Existem ao menos quatro madeireiras que adquiriram terras tituladas na Grilagem Paulista.

¹⁶⁰ Processo 4355/T/10 – IPAAM.

¹⁶¹ Certidão de Cadeia Dominial, registrada no Cartório do Judicial e Extrajudicial da Comarca de Presidente Figueiredo sob a Matrícula 1223, Livro 2-G, Fls.243.

do judiciário, MPF, PGE, Defensoria Pública do Estado, AGU, entre outros. Essa comissão realizou uma análise da matrícula referente ao Lote 96 (Matrícula 604 do cartório de Presidente Figueiredo). A comissão concluiu que a matrícula não atende aos requisitos previstos no Art. 167 e Art. 176 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973¹⁶². Ou seja, não menciona o CCIR no Incra o registro anterior, que obrigatoriamente deveria constar na abertura. Os desmembramentos também deveriam ter sido feitos por averbação, e não por registros. Também não foram abertas novas matrículas para os desmembramentos (AMAZONAS, 2016b).

A empresa madeireira Precious Woods também adquiriu títulos de imóveis da Grilagem Paulista. A Precious Woods é uma grande empresa suíça especializada na extração madeireira em regiões tropicais (FRERIS; LASCHEFSKI, 2001). Segundo dados disponibilizados pela empresa, a Precious Woods Amazon possui 506.698,60 hectares distribuídos por diversos municípios do estado. Entretanto, atualmente, são explorados 209.269,36 hectares nos municípios de Itacoatiara, Silves e Itapiranga. Embora a empresa não tenha participado do processo de alienação das terras públicas na Grilagem Paulista, a maior parte das terras adquiridas pela empresa tem essa origem. Em Presidente Figueiredo, a empresa já adquiriu 22 imóveis dessa grilagem, embora não realize qualquer atividade produtiva no município.

Nota-se que a alienação das terras, além de explorar o limite máximo permitido pela Constituição de 1967, que era de 3.000,00 hectares, é alvo de aglutinação, formando imensos latifúndios. Há, portanto, uma forte tendência à concentração fundiária. Isso vem ocorrendo desde 1972, e foi facilitada pelo uso de pessoas que emprestaram seus nomes para o esquema, os “laranjas”, que em geral eram componentes da mesma família dos verdadeiros interessados.

¹⁶² Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973:

“Art. 167. No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos.

II - a averbação:

4) da mudança de denominação e de numeração dos prédios, da edificação, da reconstrução, da demolição, do desmembramento e do loteamento de imóveis;

Art. 176. O Livro nº 2 - Registro Geral - será destinado à matrícula dos imóveis e ao registro ou averbação dos atos relacionados no art. 167 e não atribuídos ao Livro nº 3.

§ 1 A escrituração do Livro nº 2 obedecerá às seguintes normas:

I - cada imóvel terá matrícula própria, que será aberta por ocasião do primeiro registro a ser feito na vigência desta Lei;

II - são requisitos da matrícula:

1) o número de ordem, que seguirá ao infinito;

2) a data;

3) a identificação do imóvel, que será feita com indicação: (“Caput” do item com redação dada pela Lei 10.267, de 28/8/2001)

a) se rural, do código do imóvel, dos dados constantes do CCIR, da denominação e de suas características, confrontações, localização e área; (Alínea acrescida pela Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001).”.

Nos títulos de propriedade originais dos 22 imóveis pretensamente pertencentes à Precious Woods no município de Presidente Figueiredo, ocorrem apenas sete sobrenomes diferentes.

Tendo em vista que nenhum dos 22 imóveis recebeu qualquer ação de ocupação por seus pretensos proprietários ao longo das mais de quatro décadas que se passaram desde a alienação, a maior parte foi ocupada por posseiros. Somente nove imóveis estão livres de ocupações (Mapa 34). Os demais são parcialmente ocupados por camponeses posseiros situados ao longo das estradas vicinais do Rio Taboca, Canastra, Micade, Jardim Floresta e Boa Esperança, onde existem nove associações comunitárias que reúnem um número entre 700 e 800 famílias de posseiros¹⁶³.

¹⁶³ Dados coletados junto a lideranças das associações de moradores desses ramais, entre dezembro de 2016 e março de 2017, apontam para a existência de 868 famílias de posseiros. Entretanto, embora sejam minoria, algumas dessas famílias estão sobrepostas a terras públicas devolutas federais.

Mapa 34 – Imóveis titulados sob domínio da Precious Woods no Município de Presidente Figueiredo

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

Em 2004, a Precious Woods propôs uma permuta dos imóveis adquiridos por ela no município de Presidente Figueiredo por outros imóveis com as mesmas dimensões nos municípios de Silves e Itapiranga. A permuta evitaria o conflito com os posseiros, isso porque as terras pretendidas com a troca não apresentam ocupações camponesas e estão situadas mais próximas do local onde a empresa mantém a serraria. Essas terras, no entanto, por pertencerem ao Governo do Estado não permitem a permuta sem prévio consentimento do Congresso Nacional, pois caracterizaria alienação de terra pública com área superior ao teto constitucional¹⁶⁴. Por essa razão, o ITEAM vetou a proposta¹⁶⁵.

No município de Presidente Figueiredo, a única experiência agrícola que se vale dos títulos da Grilagem Paulista é a da Jayoro¹⁶⁶, que mantém lavouras iniciadas ainda na década de 1970. Atualmente, o empreendimento conta com uma usina de transformação de cana-de-açúcar e guaraná que são produzidos na propriedade, em parceria com a Recofarma¹⁶⁷. A área total declarada pela empresa é de 59.000,00 hectares, dos quais 4.900,00 são cultivados, onde produz açúcar, álcool e xarope de guaraná, destinados à fabricação de refrigerantes¹⁶⁸. No entanto, com o auxílio de imagens de satélite, verificamos que o acumulado de desmatamento na área da empresa é de 7.955,00 hectares.

Apesar de se estender por uma área contínua, a terra é formada por aproximadamente 41 grandes e médios imóveis (segundo a classificação legal), 16 deles originados na “Grilagem Paulista”, ou seja, 48.000,00 hectares. Os outros 25 imóveis possuem entre 400,00 e 500,00 hectares cada um e formam uma área contínua na parte frontal do empreendimento, nas proximidades da BR-174 (Mapa 35).

¹⁶⁴ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
“Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:
[...]

XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.”.

¹⁶⁵ Conforme declarou o Diretor-Presidente do ITEAM em entrevista concedida no dia 18 de abril de 2012 (SCHWADE, T., 2012).

¹⁶⁶ Agropecuária Jayoro Ltda.

¹⁶⁷ A Recofarma Indústria do Amazonas Ltda é uma empresa ligada à fabricante de bebidas internacionalmente conhecida, The Coca-Cola Company, empresa de capital aberto com sede nos Estados Unidos.

¹⁶⁸ JAYORO. História. Disponível em: <http://www.jayoro.com.br/historia/index.shtml>. Acesso em: 17 abr. 2012.

Mapa 35 – Imóveis sob domínio da Agropecuária Jayoro

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

A respeito dos imóveis originados pela “Grilagem Paulista” que compõem parte da área da Jayoro, é importante salientar que a empresa está em fase de fusão dos imóveis para compor propriedades maiores em virtude da legislação ambiental. No entanto, com apenas dois títulos expedidos pelo Governo do estado do Amazonas, a Jayoro compôs um imóvel de 6.112,00 hectares, que passou a ser denominado Agropecuária Belo Horizonte. Isso significa que um desses títulos representa área superior a 3.000,00 hectares, limite máximo estabelecido pela Constituição de 1967. Na verdade, segundo a certidão emitida pelo Cartório do Judicial e Extrajudicial da Comarca de Presidente Figueiredo¹⁶⁹, um dos imóveis originários possui 3.308,55 hectares. Contudo, na base de dados geográficos fornecida pelo ITEAM não consta nenhuma indicação de título na área descrita, ainda que constem dois imóveis delimitados com 3.000,00 hectares cada.

A discrepância se deve ao fato de que, durante o processo de alienação, os imóveis não foram demarcados. Quando a demarcação foi realizada para que os imóveis fossem aglutinados, descobriu-se que a área correspondente às coordenadas é superior ao indicado no título de propriedade. Cabe salientar que a Lei Estadual de Terras de 1959 determinava a obrigatoriedade da demarcação física do imóvel que deveria anteceder a sua titulação. Além disso, a Constituição de 1967 é clara ao definir que os governos estaduais não tinham autonomia para alienar imóveis com mais de 3.000,00 hectares.

Nos 25 imóveis médios que compõem a área da Jayoro, a alienação do patrimônio público ocorreu na década de 1990. Entretanto, possui várias semelhanças quanto às irregularidades praticadas na Grilagem Paulista. Novamente, a grilagem contou com o auxílio de “laranjas”, todos residentes no estado de São Paulo, exceto uma brasileira residente em Israel (País). No entanto, desta vez foi o Governo Federal, e não o Governo do Estado que alienou os imóveis, isso porque, o Decreto-Lei 1.164/71 federalizou as margens da BR-174.

O INCRA distribuiu esses imóveis em 1992 aos “laranjas” que, a partir da última década, vêm transferindo a propriedade da terra à Jayoro. Dos 25 imóveis que estão dentro da propriedade reclamada pela Jayoro, pelo menos cinco já foram transferidos para a empresa e nove estão em processo de transferência¹⁷⁰. No entanto, essa terra já era explorada pela empresa desde o início do empreendimento, quando passou a ser tratada como propriedade particular,

¹⁶⁹ Certidão de Inteiro Teor / Registro de Imóveis emitida pelo Cartório do Judicial e Extrajudicial da Comarca de Presidente Figueiredo (Matrícula 1464, Livro 2H, Fls 184) apresentada ao IPAAM, compondo atualmente o Processo 0502/99-V4/IPAAM, folhas 1642 e 1643.

¹⁷⁰ Os imóveis de numeração 03, 08, 12, 15 e 16 já pertencem à Jayoro, e os imóveis de numeração 01, 02, 06, 07, 10, 13, 17, 19 e 20 são apresentados como “em processo de transferência” para a empresa, conforme Processo 0502/99 – V5 do IPAAM.

incluindo cercas e porteiras no acesso à área grilada. Portanto, a alienação desses imóveis foi um ato deliberado de grilagem, que buscou regularizar a ocupação ilegal da terra pública federal, utilizando, para isso, “laranjas” que têm como única função emprestar o nome até que a empresa pudesse transferir para si a propriedade dos imóveis.

Nos projetos de assentamento e de regularização fundiária do INCRA, em Presidente Figueiredo, os imóveis alienados não excedem os 100,00 hectares. Enquanto isso, a área titulada pelo INCRA, em nome de “laranjas, para favorecer a empresa Jayoro é formada por imóveis bem maiores, com quase 500,00 hectares cada um. O INCRA, portanto, criou um pseudoassentamento em função dos interesses da empresa, que buscava regularizar sua ocupação ilegal da terra pública.

Sem a titularidade da terra, a empresa não poderia continuar operando, pois o empreendimento deveria comprovar as propriedades e preservar no mínimo 80% de Reserva Legal sobre elas. Ainda que a empresa não tenha obtido todo o êxito na busca pela titularidade da terra, o IPAAM vem anualmente renovando sua Licença de Operação (LO). Em 2007 e 2008, a licença foi renovada graças à assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o IPAAM (BRIANEZI, 2009). Em 2011, o IPAAM renovou a Licença de Operação da Jayoro mesmo com a persistência dos problemas fundiários. Em documento do processo nº 0502/99-V5/IPAAM¹⁷¹, expedido dia 24 de abril de 2012, os técnicos do IPAAM assinalaram que no Lote 08¹⁷², “em função de não constar dados de certidão de inteiro teor/Registro de imóveis [...], verificou-se apenas os dados apresentados na planta (Folha 795), onde foi constatado que a mesma não apresenta todas as áreas sem nenhuma eventualidade”. O documento é um exemplo do conteúdo que permeia todo o processo. As ilegalidades são identificadas, geram notificações, mas, para não inviabilizar as atividades da empresa, acordos são firmados garantindo a renovação das licenças anualmente, até que a empresa consiga conquistar os títulos de todas as terras griladas. Dessa maneira, a empresa permanece em pleno funcionamento até os dias atuais.

Quando esse fato foi investigado por uma jornalista, havia a expectativa por parte da empresa e do representante local do INCRA de se atalhar o problema a partir do Programa Terra Legal, que facilitaria a incorporação oficial dos imóveis grilados (BRIANEZI, 2009). Entretanto, as demandas da Jayoro não se enquadram nas diretrizes do Programa Terra Legal. Primeiramente, porque o programa não pode regularizar terras de domínio de Pessoa Jurídica.

¹⁷¹ Folha 1988.

¹⁷² O documento refere-se ao imóvel de 474ha titulado pelo INCRA no dia 10 de setembro de 1992.

Em segundo lugar, somente o Congresso Nacional tem a competência para alienar um imóvel com as dimensões que a empresa necessitaria para se regularizar. Portanto, a Jayoro não se enquadra nem no perfil jurídico, nem no perfil fundiário dos beneficiários do programa¹⁷³.

A forma de ocupação específica da Jayoro acaba indicando que não se trata de um simples projeto ancorado na Grilagem Paulista. A empresa busca titular outras áreas de terras públicas, ampliando a ocupação da terra. Ela, na verdade, promoveu um segundo projeto de grilagem com características semelhantes ao primeiro que contou com a participação ativa do INCRA. Isso porque a atividade sucroalcooleira capitalista é caracterizada pelo domínio de amplo território em torno da usina, território este que a Jayoro não adquiriu por caminhos legais, buscou a grilagem de terras públicas para atender às suas necessidades produtivas a um baixo custo de investimento em terras.

2.6 A GRILAGEM PAULISTA E A OCUPAÇÃO CAMPONESA

A maior parte dos 266 imóveis delimitados na Grilagem Paulista em Presidente Figueiredo nunca foi efetivamente ocupada por seus titulares. Se contabilizarmos todos os imóveis que receberam alguma infraestrutura ou ação de exploração por seus titulares ao longo dos últimos 48 anos, esse número seria de no máximo treze. Isso se formos generosos, pois quatro deles não conseguimos confirmar se eram ocupados por iniciativas ligadas aos titulares ou por terceiros, pois incluem áreas desmatadas antes de 1985, onde a ocupação foi interrompida nos anos seguintes. Em 2018, apenas sete imóveis permaneciam ocupados por seus titulares, dos quais somente quatro têm ocupação anterior ao ano de 2008.

Porém, a terra não permaneceu desocupada. Ao longo dos últimos 40 anos centenas de camponeses posseiros foram se territorializando no município de Presidente Figueiredo. A territorialização desses sujeitos ocorreu por meio da posse simples que, em 2012, atingia 87 imóveis delimitados pela Grilagem Paulista (Mapa 36). Evidentemente, essa ocupação não seguiu a mesma lógica de concentração fundiária e nem se baseou nos contornos da grilagem. Muitos dos posseiros não sabiam da existência dos latifúndios e, atualmente, não têm clareza sobre quais posseiros se fixaram fora ou dentro das áreas griladas.

¹⁷³ Esse também era o entendimento do diretor do Programa Terra Legal no Amazonas, Luis Antônio Nascimento Souza, que confirmou a inviabilidade do pleito da Jayoro, conforme entrevista que nos foi concedida no dia 18 de abril de 2012.

Mapa 36 – Imóveis da Grilagem Paulista ocupados por posseiros

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

Em meados da década de 1990, o INCRA iniciou a regularização fundiária de imóveis situados fora das áreas griladas, onde a União tem o domínio da terra desde o Decreto-Lei 1.164/71. Esse movimento recebeu novo impulso com a criação do Programa Terra Legal. A regularização das posses atingiu ramais e comunidades que tiveram processos de ocupação muitas vezes idênticos aos dos demais posseiros.

O exemplo da comunidade do Canastra é ilustrativo. No ano de 1984, o Município de Presidente Figueiredo foi extinto, permanecendo assim por alguns meses, ocasionando a demissão em massa dos servidores da Prefeitura Municipal. Para atenderem suas necessidades econômicas, um grupo de trabalhadores desempregados se organizou e ocupou uma área ao longo do Igarapé do Canastra, no km 137 da BR-174. No entanto, a comunidade ocupou terras da União e terras da Grilagem Paulista. Os imóveis dos posseiros situados a uma distância de até cinco quilômetros da BR-174 estão dentro das terras da União e, por isso, em processo de regularização fundiária junto ao INCRA e ao Programa Terra Legal¹⁷⁴. A outra parte dos imóveis, sobrepostos à Grilagem Paulista, permanece sem providências, e os posseiros estão sujeitos a terem seus imóveis requeridos a qualquer momento pelo titular da terra. Atualmente, a empresa suíça Precious Woods detém os títulos de propriedade da área grilada. As diferenças da situação fundiária das posses somente ficaram esclarecidas para os posseiros do Canastra com o início dos trabalhos do INCRA na área no ano de 2004.

Como, para os posseiros, a terra era entendida como devoluta, os únicos critérios utilizados foram a disponibilidade de recursos, como água e fertilidade do solo, e a presença ou não de outros efetivos ocupantes e a proximidade com a rodovia de acesso. A Agropecuária Jayoro, por exemplo, não sofreu interferência de posseiros porque manteve atividades no local. Mesmo a Serragro, que abandonou a área em 1982, somente teve seus ocupantes assumindo a condição de posseiros muitos anos mais tarde.

2.6.1 As comunidades em disputa com a Precious Woods

Desde 1994, a madeireira suíça Precious Woods vem adquirindo imóveis e extraindo madeira em terras originadas da Grilagem Paulista. Em Presidente Figueiredo, a empresa adquiriu 22 imóveis com essa mesma origem, o que equivale a 66.000,00 hectares. Entretanto, essa terra vem sendo ocupada há várias décadas por camponeses posseiros.

¹⁷⁴ Esse processo foi paralisado em todo o município de Presidente Figueiredo, em 2015, após a decisão judicial que exigiu a reabertura do processo de reconhecimento do território tradicional Waimiri-Atroari para sua inclusão nos limites da terra indígena.

Durante o levantamento de campo realizado entre dezembro de 2016 e fevereiro de 2017, constatamos a presença de seis comunidades de posseiros ocupando terras reivindicadas pela Precious Woods. São elas:

- Comunidade Boa Esperança, situada no km 120 da BR-174, teve sua ocupação iniciada na primeira metade da década de 1980 e conta com aproximadamente 374 famílias;
- Comunidade Jardim Floresta, situada no km 126 da BR-174, teve sua ocupação iniciada em 1993 e conta com aproximadamente 200 famílias;
- Comunidade Nova Floresta, situada no km 126 da BR-174, em continuidade ao ramal do Jardim Floresta, teve sua ocupação iniciada no ano 2000 e conta com aproximadamente 84 famílias;
- Comunidade Castanhal, situada no ramal da Micade, km 135 da BR-174, teve sua ocupação iniciada na década de 1980 e conta com aproximadamente 115 famílias;
- Comunidade Nova União II, situada na continuação do ramal da Micade, no km 135 da BR-174, teve sua ocupação iniciada na década de 1990 e conta com aproximadamente 60 famílias;
- Comunidade Canastra, situada no km 137 da BR-174, teve sua ocupação iniciada no ano de 1984 e conta com aproximadamente 39 famílias.

Todas essas comunidades estão sobrepostas, ao menos parcialmente, a terras sob o domínio atual da Precious Woods. Entretanto, nem todos os posseiros estão sobre essas terras. Considerando esse ponto, seria errôneo afirmar que todas as 868 famílias posseiras estão sobrepostas às terras reivindicadas pela empresa. Entretanto, seguramente, a maior parte dessas posses está em terras reivindicadas pela Precious Woods.

Embora a empresa tenha adquirido as terras com a maior parte das posses já consumadas, a Precious Woods tentou realizar a permuta com imóveis pertencentes ao Governo no Estado. Com o impedimento constitucional, que não permite permutas de imóveis acima de 2.500,00 hectares, pois se configuraria como alienação de terras públicas, atualmente, a empresa está propondo que os camponeses comprem as terras que ocupam. Para tanto, a empresa distribuiu, em algumas dessas comunidades, em dezembro de 2016, um documento para que os interessados na proposta realizassem contato com a empresa. Entretanto, não houve adesão, tendo em vista que a maioria dos posseiros é composta de camponeses pobres e que não reconhecem a legitimidade da empresa no possível negócio.

A empresa comprou as terras com ocupações camponesas já consolidadas e não se esforçou em nenhum momento para ocupá-las, nem mesmo para protegê-la de atividades praticadas por outros ocupantes irregulares. Por anos, as terras foram exploradas por madeireiras irregulares, sem que houvesse objeções aos crimes ambientais praticados nos imóveis. A ocupação camponesa, por outro lado, deu aos imóveis a função social e também não recebeu qualquer objeção da empresa ao longo dos anos em que vem sendo realizada.

Conforme estabelecia a Lei Estadual de Terras de 1959, os titulares de imóveis alienados pelo estado ficavam sempre obrigados a ocupá-los efetivamente, tornando-os produtivos mediante cultura efetiva e exploração racional de acordo com o fim declarado no requerimento de compra (Art. 36). Partindo-se da compreensão de que a propriedade está sempre sujeita ao contrato que a institui e que, o contrato em questão tem por amparo legal a Lei Estadual de Terras de 1959, seu descumprimento é condição resolúvel e, portanto, a terra deveria retornar para o domínio público para que seja destinada conforme estabelece a legislação nacional.

Além disso, os imóveis são fruto de processo de alienação irregular. Todos os imóveis reivindicados pela Precious Woods nas seis comunidades camponesas estão dentro da faixa de 60 km ao longo da BR-174, estabelecida pelo Decreto Estadual 1.127, de 22 de abril de 1968, que proibiu a alienação de imóveis nessa faixa (Art. 1)¹⁷⁵. Esse decreto estadual ficou em vigor por três anos, quando ocorreu a federalização das margens das rodovias determinada pelo Decreto-Lei 1.164, de 1º de abril de 1971. Entretanto, o Governo do Estado ainda expediu, de forma irregular, 12 títulos de propriedade na região. Seis, imóveis reivindicados pela Precious Woods foram alienados pelo Governo do Estado em maio de 1971, quando as terras já haviam sido federalizadas pelo Decreto-Lei 1.164, de 1º de abril de 1971.

Sem se adequar a nenhum dos termos legais que obriga ao cumprimento da função social da terra e padecendo de vícios de origem, os imóveis requeridos pela Precious Woods não podem ser reconhecidos como legais. Carecem, entretanto, de decisão judicial para que sejam sustados seus efeitos e cancelados seus registros. Portanto, a ocupação camponesa ocorre em terras que, em realidade, são públicas. E, ainda que de outro modo se buscasse reconhecer algum direito oriundo dos títulos da Grilagem Paulista, eles já estariam sujeitos a Usucapião.

¹⁷⁵ Decreto Estadual 1.127, de 22 de abril de 1968:

“Art.1º. – Ficam suspensas, até que seja aprovado o respectivo plano de colonização, à venda, cessão, locação, arrendamento, aforamento ou qualquer outra forma de utilização das terras devolutas situadas ao longo das Rodovias BR-319 – Manaus-Porto Velho e BR-174 – Manaus-Roraima, dentro dos limites geográficos do Estado do Amazonas, numa profundidade de trinta (30) quilômetros para cada lado da estrada.”.

2.6.2 A comunidade Santo Antônio do Abonari

Entre as fazendas de gado, que caracterizam aquele trecho da BR-174, se formou a comunidade Santo Antônio do Abonari (km 200). A comunidade está a 100 quilômetros da sede municipal e, na fundiária, faz limite com a Terra Indígena Waimiri-Atroari homologada em 1989. Os imóveis dos posseiros se estendem ao longo de um Ramal com 7.750 metros e mais quatro vicinais. O terreno é plano, com apenas poucas e suaves ondulações.

A comunidade Santo Antônio do Abonari, ou somente Abonari, é um caso importante na ocupação da região. Abonari surge provavelmente dos termos Bonary e Boanari¹⁷⁶, que identificavam um dos grupos indígenas que compunham o povo Kiña (Waimiri-Atroari) e passou a identificar também o igarapé onde vivem esses indígenas¹⁷⁷. O igarapé, que é tributário do Rio Uatumã, foi onde ocorreram os mais conhecidos focos da resistência dos Waimiri-Atroari contra a construção da BR-174.

É nesse contexto que, entre 1968 e 1974, nas proximidades do Igarapé do Abonari, duas expedições da FUNAI acabaram com seus integrantes mortos, em circunstâncias ainda não completamente esclarecidas. As especulações sobre a belicosidade dos Waimiri-Atroari criaram uma cortina que deixou aquela região com o peso quase mítico, que reforça as barreiras sociais entre indígenas e não indígenas. Isso não impede, porém, que pessoas interajam amistosamente, ainda que o estranhamento cultural e as políticas segregacionistas do Programa Waimiri-Atroari (FUNAI/ELETROBRÁS) não permitam uma interação mais intensa.

O surgimento da comunidade nos remete à empresa. Por volta do ano de 1974, ela se instalou nas proximidades do Igarapé do Abonari. A Serragro realizou a exploração madeireira e iniciou um projeto pecuário. O projeto pecuário não chegou a receber nenhuma cabeça de gado, mesmo assim, motivou a devastação da floresta da área. Foram desflorestados aproximadamente 792,00 hectares em imóveis da Grilagem Paulista e em terras públicas devolutas.

No auge dos trabalhos, a empresa contava com uma serraria bem aparelhada, dispondo de veículos e tratores entre outros equipamentos e alojamentos para os operários. Foram construídas vicinais onde trafegava o caminhão para recolher as toras arrastadas da floresta pelos tratores.

¹⁷⁶ O termo “Boanari” foi utilizado por Kurt Niamendaju, no Mapa Etno-Histórico do Brasil, de 1944, identificando um povo da família linguística Karib situados no Rio Jatapú.

¹⁷⁷ A margem esquerda desse igarapé permanece efetivamente ocupada pelos Waimiri-Atroari, enquanto a margem direita está ocupada por grileiros de terra e camponeses posseiros.

A comunidade começou a surgir a partir do encerramento das atividades da Serragro. Com o esgotamento da madeira nobre e de mais fácil acesso, em 1977, a empresa parou seus trabalhos de serraria e, em 1982, após o fracasso de um projeto pecuário, abandonou a área. Quando a Serragro se retirou da área, seus antigos operários acabaram iniciando a ocupação da terra. Alguns dos quais ainda são moradores da comunidade e, nas últimas décadas, ocupam aquela terra sem qualquer vínculo com a empresa. Do passado não há saudosismo, apenas lembranças que não revelam amor nem desafetos.

Na segunda metade da década de 1980, a empresa ELETRONORTE¹⁷⁸, empresa estatal proprietária da Hidrelétrica de Balbina, ampliou o ramal principal e criou outra vicinal, ultrapassando inclusive os limites da terra indígena. Isso foi necessário para construir diques que serviriam para impedir que as águas do Lago de Balbina transbordassem da bacia do Rio Uatumã e atingissem a bacia do Rio Negro sem passar pelas turbinas da hidrelétrica. Essa expansão de vicinais ampliou as possibilidades de ocupação da área, abrindo caminho para novos posseiros.

A comunidade se dispõe ao longo de mais de vinte quilômetros de estradas e varadouros e se sobrepõe a quatro imóveis da Grilagem Paulista, dois deles titulados em nome da família do ex-senador (Pedro Franco Piva), os outros dois se incluem entre aqueles que provavelmente não chegaram a ser titulados, mas estão delimitados no banco de dados do ITEAM. Identificamos 75 posses distribuídas ao longo do ramal principal e outros quatro eixos terrestres que, somados, correspondem a aproximadamente 2.832,00 hectares, incluindo os logradouros e igarapés que margeiam as posses (Mapa 37). Em média, uma posse na comunidade Santo Antonio do Abonari ocupa menos de 38,00 hectares. Isso significa que, a partir do padrão de ocupação dessa comunidade, cada imóvel da Grilagem Paulista poderia abrigar pelo menos 79 minifúndios de posseiros e, em condições ideais, os 266 imóveis delimitados pela “Grilagem Paulista” dariam para assentar 21.014 famílias.

¹⁷⁸ Atualmente a ELETRONORTE pertence à Eletrobrás.

Mapa 37 – Estrutura fundiária na comunidade Santo Antônio do Abonari

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

Do ponto de vista ambiental, sob a administração dos posseiros, a área passou por importantes transformações. Nem toda a área desflorestada pela Serragro entre 1976 e 1977 está situada nas terras da Grilagem Paulista, ou melhor, em torno de 47% da área desflorestada fica em terras da União. Os outros 53% (423,00 hectares) da área desflorestada pela Serragro fica dentro dos imóveis da grilagem e foram, aos poucos, sendo ocupados por posseiros, gerando 12 pequenos imóveis sobrepostos à área degradada. Em todas as posses, ocorreu a regeneração de parte da vegetação nativa. Relacionando os dados coletados em campo com imagens LANDSAT 5 de 1985 e 2011, notamos que apenas um imóvel tem mais de 50% da área desflorestada, utilizada como pastagem para o gado. O possuidor deste imóvel não depende economicamente da terra¹⁷⁹. Os demais imóveis são predominantemente ocupados por camponeses posseiros que conservam de 70 a 95% de área florestada e, no restante da posse, mantêm cultivos diversificados.

Cada camponês mantém nas proximidades das residências um sistema agrícola com dezenas de espécies. Via de regra, quanto mais próximo da casa maior a diversidade de espécies domésticas, isso inclui: canteiros com hortaliças, animais de pequeno porte e pomar, principalmente para consumo próprio. Um pouco mais afastados estão os cultivos comerciais que geralmente também são consorciados ou divididos em parcelas com espécies diferentes: roça de macaxeira e mandioca, cupuaçu, banana ou fazenda de gado, entre outros.

A comunidade ainda conta com uma agroindústria de produção de óleo de buriti. No estado do Amazonas, a polpa do buriti é amplamente utilizada na produção de suco, picolé e sorvete. No entanto, a agroindústria, que é administrada pela associação comunitária, extrai principalmente óleo dos frutos e o vende para empresas do ramo de cosméticos sediadas no sudeste brasileiro. O buriti é uma espécie de palmeira nativa que incide sobre terrenos alagadiços, que são marcas da paisagem da comunidade. Essa característica do terreno onde incidem os buritizais dificulta seu uso nas demais atividades, portanto o extrativismo além de diversificar a fonte produtiva não compete com os cultivos tradicionais.

A questão fundiária ainda é um gargalo nas atividades da agroindústria. Sem o título de propriedade, os posseiros enfrentam dificuldades para atender as exigências das agências ambientalistas, pois o Plano de Manejo e a Licença de Operação (LO), necessários nesse tipo de empreendimento, somente podem ser aprovados se comprovada a titularidade da terra. Como a cadeia produtiva extrapola as fronteiras regionais, as exigências são maiores, o que dificulta a comercialização do produto e causa insegurança e desconfiança nas instituições parceiras.

¹⁷⁹ Trata-se de um empresário dono de postos de combustíveis.

Semelhantemente, as agências de fomento somente liberam recursos quando avaliam as garantias oferecidas pelo empreendimento. Isso normalmente passa pela comprovação da propriedade. O exemplo é a própria agroindústria que teve que ser estabelecida fora da área da Grilagem Paulista, para atender as exigências da instituição financiadora.

O mesmo ocorre com o restante da infraestrutura de uso público ou coletivo. A escola municipal, o posto de saúde e, até mesmo, a sede comunitária, estão instalados nos terrenos que margeiam a BR-174, onde os posseiros já adquiriram a regularização da posse da terra. Isso acaba sobrecarregando de responsabilidades os pequenos proprietários que ficaram fora do território grilado. Eles são continuamente convidados a contribuir com mais um trecho de seus imóveis para a instalação da infraestrutura dos projetos coletivos.

As pressões dos posseiros pela regularização fundiária geraram dois levantamentos, com tomada de coordenadas geográficas da comunidade pelo ITEAM. Essas informações compõem o banco de dados geográficos da instituição. No dia 21 de março de 2012, mais uma vez a comunidade se reuniu com o ITEAM, encontro que não gerou grandes esperanças entre os posseiros. Nas primeiras reuniões da comunidade, em 2012, a regularização fundiária foi tema recorrente. As esperanças dos posseiros residem atualmente em processos judiciais individuais de usucapião, que é a aquisição da propriedade por seu uso continuado, previsto no artigo 191 da Constituição Federal de 1988¹⁸⁰, mas ainda não entraram efetivamente com os processos judiciais, pois os custos com advogados torna a justiça inacessível para a maioria dos posseiros, principalmente para os camponeses, que dispõem de menos recursos financeiros que os demais posseiros.

Por outro lado, a comunidade está no limite da terra indígena e sobre o território tradicionalmente ocupado pelos Waimiri-Atroari. Sob o ponto de vista do direito, a Constituição garante o usufruto exclusivo aos povos indígenas e não reconhece qualquer forma de ocupação de terceiros sobre suas terras. O direito indígena sobre o território é imprescritível e a terra é inalienável.

¹⁸⁰ Constituição Federal de 1988, Art. 191. “Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
Parágrafo único. Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.”.

2.6.3 A comunidade Terra Santa

Não foi na primeira tentativa que conseguimos chegar à comunidade Terra Santa. Ao longo da BR-174, existem várias estradas vicinais de terra, por onde se chega a maioria das comunidades do Município de Presidente Figueiredo. A margem da rodovia, na entrada dos ramais, a prefeitura municipal fixou placas indicando os nomes das comunidades servidas pela respectiva vicinal. As placas são vistas ao longo dos 100 quilômetros que vão da sede municipal até as proximidades da terra indígena Waimiri-Atroari, é assim também nas comunidades dispostas ao longo da estrada de Balbina (AM-240). No entanto, não havia nenhuma sinalização na entrada do ramal da comunidade Terra Santa, quando lá chegamos pela primeira vez, em 2011, um primeiro sintoma de que algo diferente ocorre por ali.

Para quem viaja no sentido Manaus-Boa Vista, o ramal é discreto e passa quase despercebido. Atualmente, já existe placa fixada pelos próprios posseiros indicando a entrada do ramal, que fica no km 152 da BR-174, em meio a pedreiras que, por sua vez, possuem entradas bem mais robustas. Ao virar à direita no km 152, nada parece convencer o visitante de que aquilo é um caminho cruzado diariamente por trabalhadores e estudantes, homens e mulheres que buscam naquele lugar a “Terra Santa”.

A escola frequentada pelas crianças está situada em outra comunidade no km 179 da BR-174, ou seja, diariamente os estudantes percorrem 27 quilômetros de ônibus pela rodovia pavimentada e mais 7 de Kombi no ramal sem pavimentação.

Nos primeiros metros do ramal a vista é desoladora: a pequena estrada cruza um descampado, provavelmente uma antiga fazenda sobre um solo arenoso, onde a floresta reclama por ter sido substituída sem que seus algozes tivessem um objetivo palpável ao proceder com o tal plano destruidor. A estrada segue e, com ela, as esperanças de paisagens mais agradáveis. No entanto, são os olhares tristes e desconfiados, as casas abandonadas e a copa de árvores secas (como braços suplicantes) que chamam a atenção dos visitantes, marcando o avanço da fazenda sobre os posseiros. Os poucos pomares frutificando passam quase que despercebidos nesses primeiros quilômetros.

Somente depois da fazenda que surgem, com mais frequência, a floresta, o rio, as pessoas e outros sinais de que a vida persiste ainda que sob condições adversas. Chegamos à comunidade. Logo surge alguém para te convidar para entrar. É somente na sombra de cozinhas das casas que se pode compreender o desejo que aquelas pessoas têm de permanecer ali. É na

cozinha que se sociabiliza um pouco de alegria e é ali que ainda se pode ouvir algumas boas risadas.

Os imóveis dos camponeses formam dois grupos que marcam dois momentos da comunidade. O primeiro grupo se dispõe ao longo do igarapé, onde iniciou o processo de ocupação. O outro, ao longo do ramal, que formou um segundo e mais longo eixo de ocupação.

Em outubro de 1999, chegou ao local onde se formou a comunidade Terra Santa um pequeno grupo de sete pessoas que já viviam próximas daquele local, trabalhando e morando em sítios de comunidades da vizinhança. Dos sete, cinco permanecem ainda hoje no local, são refugiados de conflitos agrários em outros locais do país, quatro deles nascidos no estado do Maranhão e um do Pará. Cada um escolheu uma área nas margens do Igarapé do Santo Antônio, onde foram instalando a infraestrutura necessária à vida camponesa, como residências, roças, pomares, atracadouros, caminhos.

A terra havia sido localizada por um dos sete fundadores. Decidiram ocupar porque ali havia muita terra disponível e um igarapé navegável que facilitava o acesso. Bem, o acesso não parecia ser tão fácil assim, pois a maioria não tinha afinidade com a navegação. Foi-nos relatado que os produtos agrícolas, às vezes, eram embarcados em rústicas canoas, uma delas quadrada como uma balsa, com pouquíssima navegabilidade. O deslocamento não ia além da velocidade da correnteza e chegava a ser mais lento. Uma viagem com produtos até a comunidade vizinha (Novo Rumo) podia levar o dia todo.

No ano 2000, mais três pessoas e as respectivas famílias chegaram à comunidade. Um Baiano, um Goiano e outro Paraense. A origem da maioria dos atuais moradores é de família camponesa, expropriadas por conflitos agrários em outros estados brasileiros e que já trabalharam na cidade de Manaus por muitos anos, mas não gostaram¹⁸¹ da vida urbana. Em 2011, das 14 famílias existentes na comunidade, seis eram do Maranhão, três do Pará, duas da Bahia e as últimas três do Ceará, Mato Grosso e Goiás. Em termos proporcionais, se sobressaía o Nordeste com 64% das famílias, o Norte com 21% e Centro Oeste com 14% (SCHWADE, T., 2012).

Cada posse na comunidade Terra Santa era ocupada por um núcleo familiar camponês. No levantamento que fizemos na comunidade, contabilizamos 38 pequenos imóveis de posseiros, sobrepostos aos Lotes 96 e 73 da Grilagem Paulista. No entanto, em 2008, o número de posses deveria ser o dobro do atual, visto que a área abandonada em virtude do conflito pela

¹⁸¹ Pensamos em substituir o termo gostou, por não se adaptou, que parecia ser mais técnico. Mas vimos que isso distorceria o sentido do discurso dos posseiros, que está relacionado mais à ideia de “bem viver” do que de “sobreviver”.

terra, é de igual tamanho a que atualmente é ocupada, se estendendo até o Lote 72. Mas restringimos os levantamentos aos que ali estavam.

Entre as questões que orientaram a decisão de sair da cidade e retornar ao campo, está o “gosto pela roça”, a relação econômica com autonomia sobre o meio de produção e sua própria mão de obra, a violência urbana e seu contraste com a tranquilidade que pairava no ambiente comunitário. O “gosto pela roça” e as relações econômicas falam muito a respeito de quem são esses posseiros, ou seja, sua origem camponesa e a reprodução dessa relação social de produção, com a posse da terra e a autonomia da força de trabalho.

A violência urbana também revelou outro ponto: a necessidade de criar os filhos com “boa conduta”. A maioria dos camponeses posseiros já morou no Bairro Jorge Teixeira da cidade de Manaus, bairro periférico fruto da rápida expansão da cidade após a instalação da Zona Franca de Manaus. Atualmente, as cidades de Manaus e Presidente Figueiredo são conexões de suas redes sociais, onde se abastecem com itens industrializados, comercializam o produto de seus trabalhos e visitam parentes e amigos. A opção pela comunidade os remete ao ideário de uma coletividade menos sujeita à ação de desconhecidos, onde os pais conhecem as pessoas com quem os filhos interagem. Além disso, as famílias são todas de uma mesma religião, Assembleia de Deus¹⁸², reforçando os laços sociais entre elas.

Em 2005, foi construído o ramal que se transformou no segundo eixo de ocupação. Expandindo a comunidade no sentido Leste-Oeste, criando um contraste com o eixo do igarapé que naquele trecho segue no sentido Sul-Norte (Mapa 38). No primeiro momento, o ramal finalizava na margem esquerda do Igarapé do Santo Antônio. Com a construção das pontes, o ramal não encontrou mais nenhum grande obstáculo para se expandir. Gradativamente, os posseiros iam alargando o caminho, ampliando as possibilidades de acesso aos veículos automotores, tornando-o trafegável por automóveis de pequeno porte e, por fim, pelo caminhão que transporta os produtos até as feiras de Manaus e Presidente Figueiredo.

¹⁸² A Assembleia de Deus é uma denominação evangélica que chegou ao Brasil pelo estado do Pará, em 1911. A comunidade Terra Santa está ligada à Convenção Estadual das Assembleias de Deus no Estado de Roraima (CEDADER). Embora a igreja não tenha participado do processo de ocupação da terra ou dos movimentos de apoio à comunidade no conflito fundiário que se instalou, não há dúvidas de que os laços religiosos influenciaram na escolha daqueles que foram convidados a participar da ocupação.

Mapa 38 – Eixos de ocupação da comunidade Terra Santa

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

Amigos e familiares foram gradativamente se agregando, respondendo ao convite dos moradores pioneiros. Todo o processo de ocupação ocorreu de maneira pacífica, sem qualquer oposição. A comunidade crescia e, com ela o apego ao lugar, mas isso durou menos de uma década. No ano de 2008, iniciaram os conflitos com um fazendeiro que havia comprado parte do Lote 96. O fazendeiro chegou à comunidade, em 2002, a partir do convite de um amigo posseiro para uma caçada. Ele se mostrou interessado pela área e adquiriu, no ano seguinte, as benfeitorias de um deles. Participou das reuniões da associação de moradores, colaborou com os trabalhos de abertura da vicinal que serve a comunidade e participou dos trabalhos de eletrificação da comunidade. Sua origem tem semelhanças com a dos demais posseiros: nordestino, morador do mesmo bairro de Manaus e frequentador da mesma igreja.

No ano de 2010, o fazendeiro adquiriu um dos imóveis desmembrados do Lote 96, com 1.730,51 hectares. Posteriormente, adquiriu mais 2.006,75 hectares do Lote 73, que fica por detrás do Lote 96, formando uma área contínua com 3.737,26 hectares e que também possui ocupações por posseiros. Desde a aquisição da propriedade do Lote 73, o fazendeiro tenta legalizar a exploração madeireira junto ao IPAAM, em sociedade com o antigo titular do Lote 73¹⁸³.

A comunidade está predominantemente sobre a terra delimitada no título de propriedade do Lote 96. Mas a cadeia dominial do Lote 96 demonstra que o título foi vendido várias vezes, mesmo sem que tenha sido feito qualquer benfeitoria ou exploração por seus titulares. O imóvel foi originalmente titulado em favor de Fernando Vergueiro, no dia 23 de novembro de 1970. Em 29 de maio de 1986, o título foi vendido a um segundo proprietário, que o revendeu um ano depois ao terceiro proprietário, em 16 de julho de 1987, que o revendeu no seguinte ano a um quarto proprietário, em 30 de dezembro de 1988, com o qual a posse oficial permaneceu até 28 de agosto de 2002. Repassado nessa data para um quinto proprietário, o Lote 96 permanecia sem qualquer ação de ocupação por parte dos sucessivos titulares, quando, no entanto, já era ocupado por posseiros. Em 2008, o Lote 96 foi desmembrado em quatro parcelas. A menor, com 88,00 hectares, foi repassada a uma empresa mineradora, que extrai brita no local. Outra parte, com 1.000,00 hectares, permaneceu com o quinto titular do imóvel. E a maior porção do Lote 96, com área de 1.911,00 hectares foi repassada ao fazendeiro que iniciou a disputa judicial e política em torno da posse da terra contra a comunidade Terra Santa. Ainda em 2008, a porção com 1.911,00 hectares foi novamente desmembrada, surgindo um quarto imóvel de 181,00 ha, restando 1.730,51 hectares, onde vem ocorrendo o principal conflito pela posse.

¹⁸³ Processo 4355/T/10 – IPAAM.

Dos 38 imóveis dos camponeses posseiros, 20 estão com pelo menos parte da benfeitoria sobre a área de 1.730,51 hectares, resultante do desmembramento do Lote 96, e são os principais alvos da ação judicial de reintegração de posse movida pelo pretenso proprietário. Para representá-lo, o fazendeiro contratou um escritório de advocacia especializado em conflitos agrários. Já os posseiros não tiveram apoio jurídico contínuo, ficando à mercê do apoio da Câmara Municipal de Vereadores e de outros apoios pontuais para defendê-los, entrando fragilizados no processo que tramitava no judiciário.

Para complicar ainda mais, vários documentos do processo desapareceram no cartório, dentre os quais estava a defesa da comunidade. Mesmo assim, em abril de 2011, o juiz nomeado para o caso julgou a questão, dando ganho de causa ao pretenso proprietário, autorizando o uso de força policial para remover os posseiros¹⁸⁴. Apenas parte do mandado foi cumprido porque o movimento popular organizado, representado pela Associação Comunitária Terra Santa, Casa da Cultura do Urubuí (CACUI) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de um vereador do município, pressionaram a Ouvidoria Agrária Nacional e outras instituições públicas que interviram no caso, o que dificultou o cumprimento do mandado e evidenciou o problema da terra no município, tornando público o caso. Mesmo assim, dois posseiros foram expulsos na ação de Imissão de Posse (entre eles o presidente da Associação Comunitária), e a insegurança permanece aos demais (Figura 1 e 2).

Figura 1 – Residência de camponês sendo destruída.

Fonte: Arquivo pessoal.

¹⁸⁴ Mandado de Imissão de Posse, emitido pelo Juiz de Direito da Comarca de Rio Preto da Eva, que respondia pela Comarca de Presidente Figueiredo dia 08 de abril de 2011 (autos 015/2011).

Figura 2 – Residência da liderança camponesa destruída.

Fonte: Arquivo pessoal.

Essa insegurança tem causado sérios problemas sociais indiretamente relacionados. Isso se reflete especialmente na dificuldade de manutenção da infraestrutura de uso comum. O ramal, por exemplo, ficou inacessível para o transporte escolar, interrompendo o serviço, em 2012. Pelo mesmo motivo, o escoamento da produção agrícola tem também sido penoso. Isso porque a Prefeitura Municipal tem evitado problemas com o titular da área e não inclui a comunidade nos programas de recuperação das vicinais.

O entendimento da comunidade quanto à conjuntura em que se encontram demonstra o descontentamento com a política agrária dominante. Esse descontentamento foi sintetizado em um dos relatos:

Eu como cidadão pacato aqui da roça, eu não tenho direito de ficar na roça. Eu vim da cidade porque eu não gosto da cidade, que eu já morei ao longo da minha juventude [que] eu gastei lá na cidade. Agora eu já tenho meus 56 anos [...], então eu escolhi o interior pra mim prolongar meus dias de vida¹⁸⁵.

O depoimento foi coletado em 2011. Dois anos depois, diante da pressão do madeireiro, o camponês abandonou a posse e se fixou em outra área, sob a mesma condição de posseiro e sobreposto a outro imóvel também originado na Grilagem Paulista.

Muitos camponeses, desanimados com as ameaças de despejo, abandonaram a comunidade deixando as posses, lavouras, residências e a infraestrutura de utilidade pública instalada comunitariamente. Outros, cedendo às pressões, venderam as benfeitorias ao titular

¹⁸⁵ Entrevista realizada na comunidade Terra Santa, no dia 12 de junho de 2012, registrada no arquivo digital de áudio A0340612, trecho entre 00:06:32 a 00:06:55h.

do imóvel a preço bem abaixo do valor de mercado para evitar maiores prejuízos. Os que permaneceram enfrentam o conturbado processo judiciário, a violência e a insegurança das ações de intimidação do pretense proprietário¹⁸⁶.

Vários dos exemplos de como isso ocorre foram revelados durante a pesquisa. Um dos posseiros descreveu a forma agressiva com que foram tratados pelo delegado de polícia e pelo advogado do pretense proprietário, durante a audiência na Delegacia da Polícia Civil, motivada pelas denúncias que a comunidade vinha registrando¹⁸⁷:

o advogado dele falou: “olhe, você cale a boca porque vocês estão errados [...], vocês ficam desmatando, derrubando a mata, armado e ainda vem com cara de Maria pedir aqui apoio das autoridades, vocês merece ser processados”, e aí quando eu queria falar o delegado “cala boca quem vai falar agora, eu quem vou falar” [...]. E ele mandava o outro falar. Quando o outro tava falando a verdade ele falava: “cala! Já chega! Você já falou!” [...]. tá acabada a conversa o seu [...] [nome do grileiro] é o dono da terra, e se for pra tirar o pessoal lá eu levo 500 policiais lá e vou tirar todo mundo [...]. Vai! Tá acabado, pode ir embora! E aí, “pá”, bateu a porta¹⁸⁸.

Uma camponesa revelou:

no dia das crianças [12 de outubro de 2008]¹⁸⁹ ele chegou com a polícia e umas oito pessoas do Meio Ambiente [Secretaria Municipal de Meio Ambiente] e tinha uns capangas com ele, tudo com revólver, tudo armado, invadiu a minha casa na hora do almoço, eu tomei aquele susto, debaixo de uma chuva. Aí ele falou que eu tinha que derrubar aquela casa ali, que aquela terra era dele [...].¹⁹⁰

2.7 A DISCUSSÃO LEGAL NA GRILAGEM PAULISTA

Entre os anos de 1970 e 1971, o então Governador do estado do Amazonas, Danilo Areosa, assinou os títulos de propriedade dos imóveis de 3.000,00 hectares. Seis páginas compõem o documento de propriedade, em cuja primeira página de cada título se carimbou a seguinte mensagem: “Reprodução Proibida”; antecedida pelo seguinte dizer: “Título Definitivo de Venda Irretratável”. O fato de haver uma marcação indicando que a reprodução daquele

¹⁸⁶ Quando estivemos pela segunda vez na comunidade, para participar de uma reunião no âmbito desta pesquisa, fomos seguidos agressivamente de carro pelo pretense dono da área, em uma clara tentativa de intimidação.

¹⁸⁷ Uma das denúncias foi oficializada no Boletim de Ocorrência 2873/2010, registrado no 33º Distrito Policial (Presidente Figueiredo-Amazonas), onde dois agricultores informaram que foram ameaçados. Cf. Amazonas (2010b).

¹⁸⁸ Entrevista realizada na comunidade Terra Santa, no dia 12 de junho de 2012, registrada no arquivo digital de áudio A0340612, trecho entre 00:05:35 a 00:06:25h.

¹⁸⁹ O dia das crianças, 12 de outubro, é feriado nacional em virtude da Lei 6.802, de 30 de junho de 1980, em comemoração ao dia de Nossa Senhora Aparecida.

¹⁹⁰ Entrevista realizada na comunidade Terra Santa, no dia 12 de junho de 2012, registrada no arquivo digital de áudio A0340612, trecho entre 00:10:50 a 00:11:10h.

documento “público” era proibida já sugere que há algo que seus autores não gostariam de defender publicamente. O motivo disso nos parece claro: a legislação foi desrespeitada, caracterizando a alienação como um ato criminoso.

A Lei Estadual de Terras de 1959 (Lei 89, de 31 de dezembro de 1959), mencionada no documento, logo abaixo de seu título, como se fosse o respaldo legal para a trama, foi a primeira a ser ignorada. A primeira questão que foi ignorada durante o processo de titulação dos imóveis é a obrigatoriedade da demarcação. A Lei Estadual de Terras de 1959 dedica vários de seus artigos ao detalhamento do processo de demarcação do imóvel e não deixa dúvidas sobre sua obrigatoriedade no processo de alienação (artigos 61 a 89).

Esse é um primeiro aspecto relevante, pois nada leva a crer que tenha ocorrido a demarcação física dos imóveis titulados, conforme levantamento realizado pelo Ministério Público Federal (BRASIL, 2007a). Teoricamente foram demarcados, em um curto período de tempo grande número de imóveis. Um único agrimensor teria demarcado 327 imóveis no estado, “dizia-se realizar-se a demarcação de 10 ou 20 imóveis às vezes separados por dezenas de quilômetros” (p. 32). Enquanto a média na região não passa de 1km/dia, em seis dias o técnico teria demarcado 62 imóveis. Considerando “que todos esses lotes eram limítrofes entre si, teríamos um perímetro total equivalente a 682 km (ou seja, 62x11km), indicando que teria demarcado 113,6 km/dia” (BRASIL, 2007a, p. 34), o que é humanamente impossível dadas as condições do terreno¹⁹¹.

Em levantamentos realizados pelo INCRA, quando observadores do órgão estiveram na área em 1979 e 1987, segundo os quais, não foi encontrado qualquer sinal de demarcação (BRASIL, 2007a).

Além disso, vários dos logradouros indicados nos documentos de posse ficam a dezenas de quilômetros dos imóveis, como no Lote 96, onde o logradouro indicado é o Rio Uatumã. Entretanto, o ponto mais próximo do leito original daquele rio situa-se a, pelo menos, 20 quilômetros do ponto mais próximo do Lote 96. Outros são ainda mais discrepantes. O Lote 148 localiza-se a 100 quilômetros do ponto mais próximo do Rio Negro, mesmo assim a referência de endereço utilizada foi “margem esquerda do Rio Negro”. A rede de drenagem que cruza o Lote 148 nem mesmo compõe a bacia do Rio Negro, correndo no sentido contrário, ela é tributária do Rio Uatumã, que desemboca diretamente no Rio Amazonas. A descrição é tão vaga que seria equivalente a dizer que o estado de Minas Gerais está situado à margem direita

¹⁹¹ A região era/é de floresta ombrófila densa, cortada por centenas de grandes e pequenos cursos d'água, acidentada e com poucos logradouros.

do Rio Amazonas que, embora não seja uma informação errada, ela pouco ajuda na identificação do local onde este se situa.

Outros dados que corroboram com a tese de que não houve demarcação estão no “Memorial Descritivo da Medição e Demarcação” na “Caderneta de Campo” que precedem a titulação e que são arquivados junto aos títulos definitivos. Por exemplo, os documentos que acompanham o Título Definitivo do Lote 96 indicam que ele é cruzado por um igarapé aos 2.030 metros do Marco 2 em linha reta em direção ao Marco 1. Em levantamentos em campo, observamos que, na verdade, existe sim um importante igarapé cruzando aquele imóvel¹⁹², mas este fica a 4.830 metros do Marco 2, o que indica uma discrepância de pelo menos 2,8 quilômetros em relação ao que atesta o Memorial Descritivo da Medição do imóvel. Informação que deveria atingir níveis de precisão de centímetros no caso de um levantamento topográfico razoável, o que somente se pode explicar no caso de um levantamento baseado em cartas planimétricas não georreferenciadas. Portanto, decorre daí outra ilegalidade: as cadernetas de campo e memoriais descritivos da medição são documentos falsos, forjados no apressado processo de grilagem.

Era também complicado entrar nessas terras naquele período em que teriam sido demarcados os imóveis pois fazem parte do território tradicional do povo Waimiri-Atroari que, até aquele momento, permanecia ocupado pelos indígenas. O longo contato bélico, intensificado pelos militares durante as décadas de 1960 e 1970, criou um clima de hostilidade que resultou na morte dos integrantes de duas expedições de contato vinculadas à FUNAI, ambas naquela área. A primeira delas ocorreu três anos antes da suposta demarcação dos imóveis, no final do ano de 1968. A segunda, seis anos depois, em 29 de dezembro de 1974. Fatos ocorridos nas proximidades do igarapé do Abonari, onde foram também titulados vários imóveis em 1970, o que atesta os desafios que essa equipe de topógrafos teria enfrentado durante sua intensa jornada de trabalho diário, caso o tivessem feito.

Tudo nos leva a crer que houve uma delimitação virtual, possivelmente baseada nas cartas planimétricas do programa RADAMBRASIL, que naqueles mesmos anos estava realizando o imageamento de toda a Amazônia Brasileira. Isso explica a “agilidade” do topógrafo, a exatidão atingida na forma dos polígonos (quase impossível em condições reais de terreno), a superficial e imprecisa descrição da rede hidrográfica, a inexistência de sinais de picadas ou marcos limítrofes, a inconsistência dos logradouros indicados e a demarcação destemida de terras em pleno território Waimiri-Atroari. Não encontramos qualquer fato que

¹⁹² Igarapé do Santo Antônio.

indique o contrário, ou que ao menos ponha em dúvida a tese de que os imóveis foram delimitados apenas em mapas ou cartas planimétricas.

A delimitação dos imóveis, sem levantamento topográfico e demarcação física, criou estimativas de área que se distanciam muito do real. Como ocorreu com a Agropecuária Jayoro que, ao somar a área de dois imóveis que teoricamente teriam 3.000,00 cada um, encontrou 6.112,00 hectares¹⁹³. O excedente também compromete a legalidade da propriedade, pois demonstra claramente o descumprimento da Constituição de 1967 (Art. 164, Parágrafo Único), tendo em vista que títulos de origem não podem exceder o limite constitucional, que, nesse caso, é de 3.000,00 hectares. Seria necessária uma autorização prévia do Senado Federal.

O mesmo ocorreu com outros imóveis da Grilagem Paulista. A demarcação tardia desses imóveis revelou áreas superiores ao teto constitucional, como no caso da Fazenda São Joaquim, com 3.004,49 hectares, e do Lote 78, com 3.010,43 hectares, ambos situados no Município de Silves e atualmente pertencentes à empresa Mil Madeiras Preciosas Ltda, do grupo Precious Woods.

Outros dispositivos legais vigentes à época também apontam ilegalidades no processo. O Decreto Estadual 1.127, de 22 de abril de 1968, de autoria do Governador Danilo Areosa, proibia “a venda, cessão, locação, arrendamento, aforamento ou qualquer outra forma de utilização das terras devolutas situadas ao longo das rodovia BR-319 – Manaus-Porto Velho e BR-174 – Manaus-Roraima, dentro dos limites geográficos do Amazonas, numa profundidade de trinta (30) quilômetros para cada lado da estrada” (Art. 1). Três anos mais tarde já havia 102 títulos emitidos pelo mesmo governador em desobediência a esse decreto (Mapa 39). O Decreto Estadual 1.127/68 só perdeu vigência com a edição do Decreto-Lei 1164/71, que federalizou a margem da rodovia.

¹⁹³ Certidão de inteiro Teor de Registro de Imóveis, Matrícula 1464, livro 2-H, Fls 184, do Cartório Extrajudicial da Comarca de Presidente Figueiredo.

Mapa 39 – Área com restrições de ocupação estabelecida pelo Decreto nº 1.127, de 22 de abril de 1968

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2012).

A Constituição Federal de 1967, Art. 4, afirma que são bens da União “as terras ocupadas pelos silvícolas” e, a Emenda Constitucional 1, de 17 de outubro de 1969, Art. 198, §1º e 2º, afirma que as terras habitadas por povos indígenas são inalienáveis e que ficam declarados nulos e extintos qualquer mecanismo que tenha o objetivo de domínio ou posse dessas áreas, não cabendo qualquer ação ou indenização¹⁹⁴. Eram os dispositivos vigentes à época. Entretanto, a Constituição de 1988 foi ainda mais clara e determinou a nulidade de qualquer ato que tenha por objetivo estabelecer o domínio privado sobre os territórios indígenas tradicionalmente ocupados. Esse preceito constitucional deveria incidir sobre todos os imóveis da calha do rio Uatumã que estejam a montante da cachoeira de Balbina, e também sobre todos os imóveis próximos ao rio Urubu, que estejam ao norte do km 40 da BR-174, pois faziam parte do território tradicionalmente ocupado pelos Waimiri-Atroari, informação conhecida tanto pelo Governo do Estado como pelos grileiros.

Em 24 de fevereiro de 1971, por meio do Ofício 30/DGPI, o presidente da FUNAI, Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, indeferiu o pedido de Certidão Negativa de Presença Indígena a 14 empresas agropecuárias representadas por Fernando Vergueiro, por atestar a presença dos Waimiri-Atroari na área requerida. No documento, ele afirmou que “embora não seja demarcada como Reserva Indígena é área onde se localizam as malocas dos índios Atroari e Waimiri, índios arredios” (BRASIL, 1971b). A negativa se fez após correspondência oficial entre a presidência da FUNAI e representantes do órgão que trabalhavam na região, dentre os quais estava o Sertanista Gilberto Pinto Figueiredo Costa. O Sertanista era o responsável pela atração dos Waimiri-Atroari e atestou que os imóveis estavam situados no território ocupado pelos indígenas, onde o processo de contato era muito delicado. Afinal, o avanço da estrada sobre o território Waimiri-Atroari já havia vitimado centenas de indígenas (BRASIL, 1971a).

Independente da legislação anterior, a Constituição de 1988, Art. 20, reserva à União as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas. E, no Art. 231, afirma que as terras de ocupação tradicional indígena são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, são imprescritíveis, reconhecendo exclusivamente aos indígenas os direitos originários sobre elas. Em sentido semelhante, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

¹⁹⁴ Emenda Constitucional 1, de 17 de outubro de 1969, Art. 198. “As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.

§ 1º Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas.

§ 2º A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio.”.

sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 7 de junho de 1989, e promulgada pelo Decreto 5.051, de 19 de abril de 2004, assegura aos indígenas a posse das terras tradicionalmente ocupadas¹⁹⁵.

De maneira abrangente, os decretos¹⁹⁶ que trataram das dimensões da terra indígena Waimiri-Atroari também contribuíram para a grilagem de terras na região do rio Uatumã. Isso porque excluíram da terra indígena todo o território ao longo da BR-174, entre as cabeceiras do igarapé Tarumã Açu e igarapé do Abonari, que era ocupado pelos indígenas até o início da construção da rodovia. E, de maneira mais específica, o Decreto 97.837, de 16 de junho de 1989, excluiu da terra indígena a área alagada pelo reservatório da hidrelétrica, ainda que reconhecendo a ocupação indígena, conforme transcrevemos a seguir: “Ficam excluídas, da área descrita, a superfície de inundação da barragem da Usina Hidrelétrica de Balbina, conforme Decreto nº 85.898, de 13 de abril de 1981, e a faixa de domínio da BR-174”¹⁹⁷.

Ao mesmo tempo em que o Decreto 97.837/89 excluiu da terra indígena uma área reconhecida oficialmente como de domínio dos Waimiri-Atroari, ao longo do igarapé do Abonari, ele reafirmou as determinações de outro decreto (Decreto 85.898, de 13 de abril de 1981), que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área necessária à formação do reservatório da hidrelétrica de Balbina¹⁹⁸. Isso mascarou a ilegalidade do processo de alienação, permitindo aos grileiros que se apropriaram de imóveis sobrepostos ao igarapé do Abonari e, portanto, ao território indígena, a reivindicação de direitos oriundos da

¹⁹⁵ São vários os artigos da Convenção 169, da OIT, que estabelecem esse direito. Entretanto, o mais direto é o Art. 14:

“1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam.”

¹⁹⁶ Decreto 68.907, de 13 de julho de 1971; Decreto 86.630, de 23 de novembro de 1981; e Decreto 97.837, de 16 de junho de 1989.

¹⁹⁷ Decreto 97.837, de 16 de junho de 1989 (Presidente José Sarney) Art. 2, Parágrafo único: “Ficam excluídas, da área descrita, a superfície de inundação da barragem da Usina Hidrelétrica de Balbina, conforme Decreto 85.898, de 13 de abril de 1981, e a faixa de domínio da BR-174.”

¹⁹⁸ Decreto 85.898, de 13 de abril de 1981 (Ditador/Presidente João Figueiredo). “Art. 1 - Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terra com benfeitorias, de propriedade particular, no total de aproximadamente 10.344,90 km² (dez mil, trezentos e quarenta e quatro quilômetros quadrados e noventa hectômetros quadrados), situadas nos municípios de Novo Airão, Urucará, Silves e Itapiranga, estado do Amazonas, necessárias à formação do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina, no Rio Uatumã.

Art. 2 - As Áreas de terra referidas no artigo anterior compreendem aquelas constantes da planta de situação nº BAL-39B-2107, aprovada por ato do Diretor da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade, do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, no Processo MME nº 702 106/79 [...]

Art. 3 - Fica autorizada a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE a promover a desapropriação das referidas áreas de terra com benfeitorias, na forma da legislação vigente, com os recursos próprios. Parágrafo único - Nos termos do artigo 15 do Decreto-lei nº 3 365, de 21 de junho de 1941, modificado pela Lei nº 2 786, de 21 de maio de 1956, fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse das áreas de terra abrangidas por este Decreto.”

desapropriação. Ou seja, ainda que o governo reconhecesse a ocupação imemorial dos indígenas sobre a margem esquerda do igarapé do Abonari, a terra indígena foi recuada até o novo limite daquele igarapé após o represamento do rio Uatumã, do qual é tributário. Não estando mais sobrepostos à terra indígena homologada, um dos principais questionamentos sobre a legalidade dos títulos dos imóveis de numeração 49, 50 e 84, os grileiros demandaram judicialmente as indenizações referentes ao processo de desapropriação¹⁹⁹.

Conforme mencionado anteriormente, a Constituição de 1967 impedia a alienação de terras públicas com área superior a 3.000,00 hectares, sem a prévia consulta ao Senado Federal. Para burlar essa imposição constitucional, os grileiros buscaram entre seus parentes e amigos os nomes que serviram de “laranjas” no processo. Isso se revelou mais claramente na década de 1980, quando “somente o Grupo Fernando Vergueiro e sua família apareceu como detentora de 26 imóveis, ou seja, 78.000ha (setenta e oito mil hectares)” (BRASIL, 2007a, p. 43). Ao verificarmos a base de dados geográfica do ITEAM, notamos que um mesmo sobrenome pode se repetir até 12 vezes nos registros originais de imóveis vizinhos e é ainda maior quando reunimos os sobrenomes que se cruzam em virtude de casamentos.

A concentração de terras aumentou depois que os imóveis foram transferidos para seus verdadeiros beneficiários. Mas, mesmo com a corrida aos cartórios para agrupar os imóveis, não há qualquer indício de que tenha havido algum interesse dos grileiros voltado para a ocupação ou qualquer investimento produtivo na terra. Segundo o MPF, o principal motivo da trama era receber indenizações sobre os imóveis alagados com o represamento do rio Uatumã. Foi somente após as manifestações do Ministério das Minas e Energias (MME) autorizando a empresa estatal Eletronorte a explorar a Cachoeira de Balbina que os latifundiários aglutinaram os imóveis em torno de seus nomes e de suas empresas (BRASIL, 2007a). Com isso, três grupos concentraram ao todo 66 imóveis.

Mas é preciso considerar também a possibilidade de a grilagem ter dupla motivação. O primeiro foi a transferência de renda pública por meio de processos referentes às ações de desapropriação que foram ajuizadas pela Eletronorte. A segunda teria sido motivada pelos benefícios fiscais oferecidos pelo governo aos empresários que investissem em empreendimentos na Amazônia. Política que permeou vários programas do Governo Militar e que se manteve até pelo menos 1988. Entretanto, poucos foram os casos de investimentos que

¹⁹⁹ Ver por exemplo: Despacho do Juiz Adhemar Maciel referente a “Apelação Cível Nº 89.01.22334-1/AM”, de 13 de dezembro de 1989, onde decide em desfavor da Eletronorte que apelava contra pedido de indenização de proprietário do Lote 95.

efetivamente ocorreram, e quase todos foram abandonados logo que os incentivos públicos foram reduzidos.

Sabemos que os poucos projetos instalados em Presidente Figueiredo foram beneficiados com essa política, que financiou, por exemplo, a produção de álcool na Agropecuária Jayoro nos programas POLOAMAZÔNIA e PROALCOOL²⁰⁰. No entanto, a política de incentivos também ocorria por renúncia fiscal em atividades empreendidas em outras partes do país, desde que houvesse investimentos em atividades produtivas na Amazônia.

A alienação também desrespeitou as regras referentes aos terrenos de Marinha. O rio Uatumã é um rio estadual, tendo em vista que nasce e desemboca nos limites do estado e isso era assegurado pela Constituição Federal de 1967 (Art. 5)²⁰¹. O Uatumã é um rio navegável e com largura considerável, e suas margens, seu leito e ilhas jamais poderiam ser alienados. A Lei Estadual de Terras de 1959 também determina a inalienabilidade dos terrenos de marinha ao classificar “as ilhas inundáveis, as várzeas e as faixas de até 33 metros acima da linha de máxima enchente observada, às margens de rios e igarapés navegáveis” como terras devolutas reservadas, insuscetíveis a alienação (Art. 7)²⁰². Existem, porém, pelo menos 33 imóveis da Grilagem Paulista que se sobrepõem a essas terras reservadas de marinha, ao arripio da legislação.

A inalienabilidade das terras de marinha também é assegurada pela legislação federal. O Código Civil de 1916 (Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916), Art. 66 e 67, definia os rios como bens de uso comum do povo e que só perderiam a inalienabilidade na forma em que a Lei estabelecer. Nesse caso, tanto a legislação estadual, quanto a federal determinam a inalienabilidade dos rios e terrenos de marinha. O Decreto-Lei 9.760, de 5 de setembro de 1946, inclui na lista de bens da União os terrenos marginais dos rios navegáveis. Portanto, todos os 33 imóveis que se sobrepõem ao leito do rio Uatumã e as terras de marinha são bens públicos e seus títulos de propriedade outorgados a particulares pelo governo do estado são nulos de pleno direito.

²⁰⁰ Conforme informação registrada na Certidão de Cadeia Dominial de imóvel registrado no Cartório da Comarca de Presidente Figueiredo (Mat. 584/L.2-E/Fls 193).

²⁰¹ Constituição Federal de 1967:

“Art. 5º - Incluem-se entre os bens dos Estados os lagos e rios em terrenos de seu domínio e os que têm nascente e foz no território estadual, as ilhas fluviais e lacustres e as terras devolutas não compreendidas no artigo anterior.”.

²⁰² Lei Estadual de Terras de 1959 (Lei 89, de 31 de dezembro de 1959):

“Art. 7º - Das terras devolutas serão reservadas:

[...]

d) as ilhas inundáveis, as várzeas e as faixas até 33 metros acima da linha de máxima enchente observada, às margens de rios e igarapés navegáveis, as quais levam a antiga denominação de “terrenos de marinha”.

Parágrafo único – As terras reservadas, na forma deste artigo, ou que assim forem declaradas por ato do Governador do Estado, não poderão ser alienadas.”.

Além disso, o Art. 30 da Lei Estadual de Terras de 1959 proibiu a venda de terras devolutas com mais de 500 metros de frente e 500 metros de fundo nas áreas situadas às margens dos rios e igarapés navegáveis, o que equivale a um limite máximo de 25,00 hectares. Os imóveis alienados pelo Governo do Estado tinham, cada um, 5.000 metros em sua face mais estreita e abrangiam individualmente uma área de 3.000,00 hectares. Ou seja, mesmo que os imóveis tivessem sido alienados nos termos do Art. 07 da Lei Estadual de Terras apenas margeando os rios, suas dimensões não atendem ao Art. 30 da mesma lei. Os imóveis da Grilagem Paulista ainda precisariam ser, no mínimo, dez vezes menos extensos em sua face mais estreita e 120 vezes menor em sua área absoluta²⁰³.

Apesar de terem sido alienados em total desacordo com a legislação, os imóveis foram registrados e, segundo a Lei de Registros Públicos (Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973), os possuidores gozam de todos os direitos até que o registro seja anulado por força de decisão judicial transitada em julgado²⁰⁴. Entretanto, considerando os grandes interesses envolvidos, nada nos leva a crer que, em curto período de tempo, os títulos de propriedade e seus respectivos registros sejam cassados, como determina a lei.

Ainda que o Estado reconheça a propriedade desses imóveis, contra tudo o que já foi exposto, caberia observar o que determinam os artigos da Constituição Federal de 1988, que tratam da função social da propriedade (Artigos 184, 185 e 186). Segundo a Constituição, a função social é cumprida quando, na propriedade rural, ocorre o aproveitamento racional e adequado dos recursos, favorecendo o bem-estar dos proprietários e trabalhadores e obedecendo às leis trabalhistas e ambientais (Art. 185)²⁰⁵. O Art. 5 estabelece que a propriedade obrigatoriamente deve atender a sua função social²⁰⁶, informação reafirmada no Art. 170,

²⁰³ Lei Estadual de Terra de 1959 (Lei 89, de 31 de dezembro de 1959), Capítulo IV, Da Venda das Terras Devolutas:

“Art. 30 - Nas áreas situadas às margens dos rios e igarapés navegáveis os lotes não poderão exceder os 500 metros de frente por 500 de fundo a partir da faixa reservada de que trata o Artigo 7º, alínea “d”).”.

²⁰⁴ Lei de Registros Públicos (Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973): “Art. 252. O registro, enquanto não cancelado, produz todos os seus efeitos legais ainda que, por outra maneira, se prove que o título está desfeito, anulado, extinto ou rescindido.”.

²⁰⁵ Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. “Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.”.

²⁰⁶ Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

quando trata das questões de ordem econômica²⁰⁷. No caso do descumprimento, compete à União a desapropriação dos imóveis²⁰⁸.

A Lei Estadual de Terras de 1959 apresenta aspectos ainda mais claros quanto às penalidades sobre as terras alienadas do patrimônio público, pois prevê que devem ser consideradas terras devolutas as que, após alienadas do patrimônio do Estado, não tenham seus proprietários cumprindo qualquer uma das cláusulas pelas quais se obrigam no ato da compra (Art. 1, alínea h)²⁰⁹, e que os adquirentes de terras devolutas ficavam sujeitos a ocupá-las efetivamente, tornando-as produtivas mediante cultivo ou exploração sistemática, de acordo com o fim declarado no requerimento de compra (Art. 36, alínea d). No entanto, não estabelece prazo para o cumprimento das obrigações. Cabe lembrar que, toda propriedade privada tem sua origem na alienação pública.

De acordo com as condicionantes expressas nos títulos definitivos emitidos pelo Governo do Estado, os imóveis se destinavam à atividade agropecuária. Passados 40 anos desde a titulação, a grande maioria dos imóveis não recebeu qualquer benfeitoria ou atividade extrativista por parte dos pretensos proprietários. Isso não seria tempo suficiente para atestar o desinteresse dos titulares?

Segundo sustenta a Procuradoria Geral do Estado (PGE), em ações reivindicatórias movidas contra os detentores dos títulos de propriedade submersos pelo lago da Hidrelétrica de Balbina, os titulares não cumpriram as condições resolutivas que dariam legitimidade à

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;”.

²⁰⁷ “Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[...]

III - função social da propriedade;”.

²⁰⁸ Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. “Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º - As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º - O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º - Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º - O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.”.

²⁰⁹ Lei de Terras do Estado do Amazonas. Lei 89, de 31 de dezembro de 1959, (Governador Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo) “Art. 1º - São consideradas terras devolutas compreendidas nos limites do Estado do Amazonas:

[...]

h) as que, vendidas, concedidas, legitimadas ou revalidadas, não tenham seus proprietários cumprindo qualquer das cláusulas pelas quais se obrigaram no ato da compra, concessão, legitimação ou revalidação.”.

propriedade da terra. Ao não implementarem as atividades agropecuárias, não criaram as condições para que a transmissão plena da propriedade da terra ocorresse:

Não há dúvida que o negócio jurídico celebrado entre o Estado e os requeridos buscava a transmissão da propriedade. Mas, como a própria Lei de Terras que deu base à titulação estabeleceu condicionantes para tornar o negócio eficaz, não houve a transmissão plena da propriedade, operando-se em favor do requerido o que se entende por propriedade resolúvel.²¹⁰

Os procuradores buscam com esse procedimento devolver ao Estado as terras e evitar o pagamento de indenizações pela desapropriação das terras. Em parecer solicitado pela PGE, o jurista e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Mário da Silva Velloso, expôs seu entendimento sobre o caso. Segundo ele, “a concentração de várias glebas em nome de poucos beneficiários e a forma como [foi] realizada a medição constituem fraude à lei, fatos suficientes, ao meu ver, para a invalidação do negócio realizado” (VELLOSO, 2014, p. 44). Além disso, a ausência de qualquer tipo de aproveitamento econômico da terra adquirida causou o implemento da condição resolutiva, revertendo a terra ao domínio público. No entanto, a nulidade dos títulos de propriedade dependeria de ação judicial, “embora seja lícito afirmar que a área voltou ao domínio do estado do Amazonas, há a necessidade de provimento judicial que assim o declare” (VELLOSO, 2014, p. 45).

Já o procurador Frankin Rodrigues da Costa, do MPF, entendia não ser necessária ação judicial e recomendou ao governo do estado a abertura de procedimentos administrativos para anulação dos títulos emitidos na grilagem paulista, pois isso dependeria somente da vontade do governador, que não apenas poderia como deveria fazê-lo sob pena de ser enquadrado na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8429, de 02 de junho de 1992, art. 11, inciso II). Essa recomendação já ocorreu em 2001. Os pedidos de providências se repetiram nos anos seguintes até 2005. Nesse período, o Governo criou, prorrogou e extinguiu uma comissão especial formada dentro da Superintendência de Habitação e Assuntos Fundiários (SUHAB), sem a divulgação de qualquer resultado. Em 2007, diante da omissão do Governo do Estado, o MPF acusou formalmente o governador de improbidade administrativa²¹¹ (BRASIL, 2007a).

No ano de 2007, o Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM) negou um pedido de regularização fundiária para um dos camponeses posseiros da comunidade Terra Santa “em

²¹⁰ Conteúdo de 11 ações reivindicatórias, cumuladas com pedido de liminar de bloqueio das matrículas, movidas pela PGE contra os titulares das terras atingidas pela formação do lago da UHE de Balbina.

²¹¹ Baseado nos Artigos 10 e 11 da Lei 8.429/92.

razão do imóvel pleiteado estar inserido parte em terras particulares”²¹², citando um título definitivo emitido no processo da Grilagem Paulista. Em 2010, o mesmo órgão emitiu um “Título Provisório de Posse”²¹³ ao mesmo possessor, ainda que reconhecendo a existência do Título Definitivo na área. Em 2011, o ITEAM, quando fazia o levantamento da situação fundiária a pedido do Ouvidor Agrário Nacional, afirmou que os posseiros estavam ocupando terras tituladas em nome de outro proprietário²¹⁴.

A mudança repentina na identificação do (pretenso) proprietário originário do imóvel pode ter ocorrido em virtude da demarcação física realizada pelos novos titulares, ocorrida em 2008, quando o imóvel foi desmembrado. Essa demarcação pode ter servido de base para o levantamento feito pelo ITEAM em 2011. Partindo do pressuposto de que os dois imóveis são vizinhos e que não havia sido realizada a demarcação efetiva dos imóveis, não fica difícil entender a confusão. Ou seja, não era possível precisar qual a área de cada um dos imóveis.

Ao longo das últimas quatro décadas, posseiros foram ocupando a terra e, aos poucos, surgiram centenas de minifúndios e pequenos imóveis e, até mesmo, vilas camponesas no interior dos grandes imóveis da Grilagem Paulista. Sem nenhuma relação com os titulares dos latifúndios, os agricultores foram se estabelecendo, organizados em associações de moradores. Em levantamentos de campo realizados entre dezembro de 2016 e janeiro de 2017, em sete comunidades camponesas situadas nas margens da BR-174, estimamos a população dessas comunidades em 906 famílias.

Ainda que existam posses que se sobrepõem a terras devolutas da União, a maioria dos camponeses ocupa terras no interior de latifúndios da Grilagem Paulista e, muitos, sequer sabiam da existência de tais imóveis. Os documentos referentes às propriedades, por sua vez, ficaram esquecidos nas gavetas dos cartórios e órgãos públicos. Os grileiros, em raros momentos, realizaram algum contato com os posseiros, e a ocupação ocorreu sem qualquer resistência.

O exemplo mais pertinente surgiu no km 152 da BR-174. No ano de 1999²¹⁵, chegaram ao local os fundadores da Associação Comunitária Terra Santa. Mas a Justiça Estadual emitiu

²¹² Ofício 202/2007/GP-ITEAM, de 3 de abril de 2007, referente ao Processo Administrativo 5884/2005-ITEAM.

²¹³ Título Provisório de Posse, referente ao Processo 5884/05, de 27 de fevereiro de 2010.

²¹⁴ Parecer 994/11 – PROJUR, de 04 de novembro de 2011 (ITEAM, 2011), encaminhado ao Superintendente Regional do INCRA, pelo Presidente do ITEAM anexo ao Ofício 557/11 – GP/ITEAM, de 04 de novembro de 2011 e encaminhado à Ouvidoria Agrária Nacional pelo Ofício 1472/2011/INCRA/SR(15)/GAB, de 09 de novembro de 2011.

²¹⁵ Em outubro de 1999, chegaram ao local os seis primeiros moradores, a partir de um igarapé tributário do lago da Hidrelétrica de Balbina.

um mandado de imissão de posse, contra moradores da comunidade Terra Santa no dia 08 de abril de 2011, em processo movido pelo pretense proprietário dos 1.730,51 hectares desmembrados do Lote 96. O mandado autorizava o uso de força policial para remoção dos moradores e a destruição das residências dos posseiros²¹⁶, mas não foi cumprido imediatamente por intercessão da Ouvidoria Agrária Nacional, acionada por entidades populares²¹⁷.

Ainda que se esgotasse toda a discussão a respeito da legalidade da alienação da terra, haveria, como proteção aos camponeses, o Art. 191 da Constituição de 1988, segundo o qual “aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade”. A usucapião, não se aplicaria a todos os posseiros, mas asseguraria a legitimidade da maioria deles. Isso porque, entre os posseiros, além dos camponeses que vivem exclusivamente da exploração direta do imóvel, existem aqueles que gozam de aposentadoria ou assumiram atividades públicas remuneradas, como o transporte de estudantes para as escolas situadas em outras comunidades, professores e agentes comunitários de saúde. No entanto, ainda há como barreira institucional os processos judiciais que dependem de uma assessoria jurídica que, na prática, inexistente.

Outra fragilidade do sistema é a existência do que podemos chamar de “direito mercenário”. Grandes proprietários, em geral, são economicamente privilegiados e procuram escritórios especializados. Pequenos posseiros são em maioria camponeses pobres que nem sempre possuem os meios para organizar uma resposta jurídica eficiente e contínua. O exemplo da comunidade Terra Santa, é elucidativo: ela foi representada por três advogados, mas nenhum atuou de forma contínua. A comunidade foi assistida também pela Defensoria Pública do Estado e, pela primeira vez, recorreram à Usucapião, mas os processos não foram apreciados pelo judiciário, e o defensor público que iniciou a ação foi transferido para a capital.

Reduzir o problema a esses fatores, também seria incorrer em equívoco. Como vimos, ao se considerar a legislação vigente, o processo de titulação e sustentação dos títulos está permeado de crimes e irregularidades. Não há outra conclusão possível a este capítulo: o problema fundiário é sobretudo um problema político, pois a ideologia política que, de modo

²¹⁶ No mandado de imissão de posse, o juiz de direito da Comarca de Presidente Figueiredo determinava a retirada dos posseiros e autorizava o uso de força policial. “Devendo serem (sic) derrubados barracos de madeira e toda e qualquer infraestrutura que tenha sido construída exclusivamente para o fim voltado ao cometimento de crime ambiental” (AMAZONAS, 2011a, grifo do autor).

²¹⁷ Tiveram participação ativa na causa a Associação Comunitária Terra Santa, a Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

geral, domina o judiciário e a estrutura político-institucional brasileira como um todo está alinhada ao latifúndio e alheia aos problemas sociais que manuseia. Portanto, é também um problema de classe social.

A respeito da conjuntura nacional, em relação aos conflitos entre camponeses e grileiros, Oliveira afirma que:

via de regra, o direito é abandonado e a justiça vai se tornando injusta [e] a lei vai sendo invocada por ambos: uns para manter, outros, para questionar seu cumprimento. O direito vai sendo subvertido e a justiça ficando de um só lado, o reivindicado pelas classes dominantes. Muitos magistrados são capazes de dar reintegração de posse a um representante da elite que não possui o título de domínio de uma terra que é sabidamente pública. Como tal ela não é passível do reconhecimento de posse. (OLIVEIRA, 2004, p. 63).

Em pesquisa sobre violência e grilagem terra públicas no Pará, Treccani afirmou que:

Para as classes sociais excluídas do bem-estar, o sistema jurídico atualmente em vigor, com seu formalismo, seus ritos, prazos e protocolos, pouco ou nada interessa pois não responde as suas demandas, mostrando-se inadequado e antiquado, tendo perdido, desta maneira, sua legitimidade e eficácia. (TRECCANI, 2001, p. 390).

Dom Tomás Balduino, um dos fundadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT), quando se referiu à atuação do Judiciário de maneira geral no Brasil, afirmou que:

Ele atua na forma de liminares de despejo dadas de qualquer maneira. Os juízes não investigam a clamorosa situação social das famílias [...]. Não se detêm no exame da legitimidade dos documentos apresentados pelos pretensos donos da área. Assinam sentenças de despejo às vezes, como se diz, 'no joelho', e até a altas horas da noite [...]. Salvo honrosas exceções de magistrados sensíveis a função social da propriedade da terra, que é prioritária em nossa Constituição, pode-se dizer que a maioria dos juízes é contra a reforma agrária, é pela manutenção do direito absoluto da propriedade privada da terra e, indiretamente, a favor da migração do campo, que vai aumentando o inchaço das violentas favelas urbanas. (BALDUÍNO, 2004, p. 20).

O que está em discussão é o próprio processo jurídico, sua incapacidade de se fazer cumprir com os princípios e determinações que estão na base legal do país. O que de fato se aplica com o Poder Judiciário pouca ou nenhuma correspondência tem com a legislação. E isso é uma prática generalizada e não uma excepcionalidade, salvo as honrosas exceções, como afirmou Balduino. Nesse caso, somente podemos compreender que se trata de um problema estrutural, que prioriza latifundiários em detrimento da legislação e dos camponeses. Além disso, as decisões judiciais são tomadas a distância, respaldada somente em documentos que compõem o processo, sem nenhum compromisso com a realidade. Portanto, as injustiças se

devem tanto à cegueira classista dos responsáveis pela aplicação da lei como também à distância com que se manipulam institucionalmente as determinações que têm implicações diretas na realidade.

O que se verificou na aplicação prática da norma, no caso da Grilagem Paulista, é uma inversão na hierarquia do direito. Nessa inversão, o grande imóvel, alienado ilegalmente em contratos de má fé, representando o interesse de empresários rentistas ou capitalistas, se mostra, até o presente, acima do direito dos indígenas (que tem o usufruto exclusivo e imprescritível da terra), acima do direito público (que reserva à servidão pública os rios e terrenos marginais), acima do direito de pequenos camponeses (que obriga a implementação da reforma agrária) e acima do interesse econômico da sociedade como um todo (para a qual a ocupação camponesa é vantajosa em razão de sua eficiência na produção de alimentos).

CAPÍTULO III: AS CORREIÇÕES NAS COMARCAS DO SUL DO AMAZONAS

Este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir os desdobramentos territoriais das Correições Extraordinárias nos cartórios dos municípios de Carauari, Eirunepé, Envira, Ipixuna, Juruá, Itamarati, Guajará, Boca do Acre, Pauini, Canutama, Lábrea, Tapauá, Borba, Humaitá, Manicoré, Apuí e Novo Aripuanã realizadas no ano de 2001 pela Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas.

O capítulo foi produzido com base no Relatório das Correições Extraordinárias nos registros de Terras Rurais no estado do Amazonas da Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas; nos autos das correições, compostos pelos relatórios finais individuais das comarcas, pedidos do INCRA, provimentos editados pela Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas e documentos anexos²¹⁸. Para complementar a discussão, utilizamos também documentos produzidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica da Câmara dos Deputados, em especial, seu Relatório Final e notas taquigráficas de audiências realizadas entre 2000 e 2001. Consultamos também informações contidas no Livro Branco da Grilagem de Terras publicado, em 1999, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, além de documentos produzidos através de desdobramentos judiciais das correições e, em terceiro plano, informações veiculadas na imprensa.

Na primeira parte do capítulo fizemos uma breve introdução sobre os pressupostos teóricos da propriedade privada da terra e o histórico que culminou na criação do trabalho correicional. Em seguida, fizemos a apresentação dos casos mais emblemáticos de grilagem de terras em cada um dos 17 municípios. Por fim, iniciamos a análise dos dados apresentados, que serão retomados no capítulo final da tese.

3.1 PRESSUPOSTOS LEGAIS E O INÍCIO DOS TRABALHOS CORREICIONAIS.

A concepção moderna de propriedade privada da terra está vinculada à existência de um contrato que a institui. Nesse sentido, se o contrato é legítimo, legítima é a propriedade. Devido às particularidades da formação territorial da América Latina, em especial no Brasil, toda propriedade da terra é uma concessão do estado (MARÉS, 2003). Não existe, portanto,

²¹⁸ Os autos fornecidos pela Corregedoria estão incompletos, o que dificultou a padronização da apresentação dos casos envolvendo cada uma das 17 comarcas. Entretanto, os autos são fontes formidáveis de informação e contribuíram para a riqueza das discussões aqui apresentadas.

propriedade privada da terra sem que haja um contrato anterior firmado com o estado. Toda a terra privada somente é legítima se primeiro tiver sido alienada pelo estado e em conformidade com a legislação vigente. Portanto, a legalidade de toda a propriedade privada no estado do Amazonas está assentada na existência de título emitido por um ente do estado brasileiro em conformidade com as leis estabelecidas.

Outra questão, suscitada no trabalho correicional, que acrescenta alguns pontos ao debate sobre o contrato de propriedade é a Usucapião. A Usucapião permite que um indivíduo adquira a propriedade por meio de seu uso e ocupação. No entanto, a Constituição Federal de 1988 assegura que essa regra somente se aplica a imóveis privados. Portanto, a Constituição de 1988 é clara ao determinar que imóveis públicos são inusucapíveis. Além disso, do ponto de vista legal, essa questão já está bem definida desde a década de 1930. O Decreto-Lei 710, de 17 de setembro de 1938, estabeleceu que “não ocorre usucapião contra bens públicos”²¹⁹. Essa observação é importante porque muitos casos apresentados nos relatórios do INCRA e da Corregedoria apontam para a presença de Ações de Usucapião em terras públicas. Portanto, não há exceção. Na base de qualquer cadeia dominial de um imóvel privado deverá existir a transferência de domínio do público para o privado, que não poderá ocorrer por Usucapião.

O contrato, no caso da propriedade privada da terra, é o título de propriedade emitido pelo estado. Em geral, os entes da federação têm uma instituição específica a quem compete essa transmissão de domínio. Atualmente, a alienação de terras federais está sob o domínio do INCRA; as terras estaduais do Amazonas estão sob o domínio da Secretaria Estadual de Política Fundiária, e cada município tem também sua entidade competente para gerenciar seus domínios. Portanto, a propriedade privada da terra deve ter sua origem vinculada a um título emitido por essas entidades do poder executivo, ou suas antecessoras, observadas as leis vigentes.

²¹⁹ Decreto-Lei 710, de 17 de setembro de 1938, Art. 12: “É obrigatório a citação da Diretoria do Domínio da União em todas as ações de usucapião, bem como dos representantes do Estado ou do Distrito Federal, sob pena de nulidade do processo.

§ 1º - Ressalvando o disposto no art. 148 da Constituição, não corre usucapião contra os bens públicos de qualquer natureza.

§ 2º - Não pode ser igualmente adquirido por usucapião o domínio útil ou direito dos terrenos de marinha ou quaisquer outros sujeitos a aforamento.

§ 3º - Das sentenças proferidas nas ações de usucapião que houverem sido processadas até a presente data independentemente dessa formalidade, poderá o representante da pessoa jurídica de direito público interessada apelar em qualquer época ou dentro de dez (10) dias a contar da sua intimação por iniciativa da parte interessada.

§ 4º Sendo a União interessada caberá apelação para o Supremo Tribunal federal qualquer que tenha sido o juiz que haja proferido a sentença. Nos demais casos deverá ser interposta para o Tribunal de Apelação do Estado respectivamente.”.

Conforme a Lei de Registros Públicos (Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973), o registro das propriedades deve ser realizado nos cartórios de registro de imóveis, tendo como documento indispensável o título que comprove a origem do imóvel. O registro em cartório, mais do que atestar a propriedade, é indispensável à troca e ao seu oferecimento como garantia em empréstimos. Os cartórios de registro dos imóveis são responsáveis pelo registro em suas respectivas comarcas, que geralmente estão circunscritas ao território de um município. Entretanto, os municípios do interior do estado do Amazonas não possuem cartório exclusivo para registro de imóveis. Ao contrário, os cartórios acabam realizando uma ampla gama de registros públicos com as mais diversas finalidades.

Oficialmente, os cartórios são instituições auxiliares do poder judiciário. Mas o que movimenta os caixas dos cartórios são os emolumentos cobrados aos usuários. O registro de imóvel é, portanto, um serviço público do estado, delegado à exploração privada. Na prática, os cartórios funcionam como empresas privadas que oferecem como mercadoria o monopólio do registro público. O cartório não emite título de propriedade da terra, sua função está restrita ao registro do título emitido por uma entidade do poder executivo e às transações realizadas a partir daquele título, ou por ordem judicial transitada em julgado. No entanto, por ser uma entidade local, também está sujeita a qualquer tipo de pressão das oligarquias, fragilizando o cumprimento de sua competência legal.

Essa fragilidade do cartório é de extrema importância visto que, de acordo com a Lei de Registros Públicos, “o registro, enquanto não cancelado, produz todos os seus efeitos legais ainda que, por outra maneira, se prove que o título está desfeito, anulado, extinto ou rescindido” (Art. 252 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973). Se, por um lado, para que o registro de imóvel seja feito no cartório, é necessário que se prove a transferência do domínio público para o privado, por outro lado, se o cartório realizar o registro sem a apresentação desse título válido, o registro permanecerá válido até que seja anulado por decisão administrativa da Corregedoria Geral de Justiça do estado ou ordem judicial transitada em julgado. Após isso, a decisão anulatória ainda precisa ser averbada nos livros de registros para que se estabeleça o cancelamento. O cancelamento de um registro de imóvel é ato exclusivo do poder judiciário e, após identificado e denunciado, ainda pode demorar anos ou décadas para ocorrer.

Conforme expressa o relatório da CPI da Grilagem de Terras Públicas na Amazônia “se um recibo bancário for registrado como título de propriedade, enquanto não exarado provimento específico ou não transitada em julgado decisão anulatória do ato registral, continuará produzindo os seus nefastos efeitos” (BRASIL, 2002a, p. 565). E acrescenta que

“enquanto o registro pode ser conseguido com relativa facilidade, quase sempre sem que se estabeleça contraditório, o seu desfazimento nunca é tão simples” (p. 565). E mesmo quando existem decisões judiciais anulatórias, transitadas em julgado, “demoram a ser cumpridas, como é o célebre caso de anulação de registros imobiliários nos Municípios de Manacapuru e Lábrea, decidida em definitivo pelo extinto Tribunal Federal de Recursos, em 1983, cujo cancelamento só foi efetivado este ano [2001]” (p. 565).

Para controlar esse problema do registro irregular, foi sancionada a Lei 6.739, de 5 de dezembro de 1979. Em seu artigo primeiro, a lei determina que “a requerimento de pessoa jurídica de direito público ao Corregedor-Geral da Justiça, são declarados inexistentes e cancelados a matrícula e o registro de imóvel rural vinculado a título nulo de pleno direito, ou feitos em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei 6.216, de 30 de junho de 1975”.

A Lei de Registros Públicos determina como devem ser realizados os registros de imóveis. Entre as exigências está aquela que obriga a apresentação de título de origem do imóvel, conforme os artigos 221 e 222:

Art. 221. Somente são admitidos a registro:

- I - escrituras públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros;
- II - escritos particulares autorizados em lei, assinados pelas partes e testemunhas, com as firmas reconhecidas, dispensado o reconhecimento quando se tratar de atos praticados por entidades vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação;
- III - atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei, e registrados no cartório do Registro de Títulos e Documentos, assim como sentenças proferidas por tribunais estrangeiros após homologação pelo Supremo Tribunal Federal;
- IV - cartas de sentença, formais de partilha, certidões e mandados extraídos de autos de processo.
- V - contratos ou termos administrativos, assinados com a União, Estados, Municípios ou o Distrito Federal, no âmbito de programas de regularização fundiária e de programas habitacionais de interesse social, dispensado o reconhecimento de firma. (Inciso com redação dada pela Lei nº 12.424, de 16/6/2011).

[...]

Art. 222. Em todas as escrituras e em todos os atos relativos a imóveis, bem como nas cartas de sentença e formais de partilha, o tabelião ou escrivão deve fazer referência à matrícula ou ao registro anterior, seu número e cartório (Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973).

Portanto, os registros de imóveis que não seguirem as determinações estabelecidas na Lei de Registros Públicos, estão sujeitos ao cancelamento administrativo por determinação da Lei 6.739. Caso o cartório não realize o registro munido de um título ou outro documento válido para este fim, o corregedor tem a obrigação de cancelar o registro, desde que solicitado por pessoa jurídica de direito público, tal como o INCRA, no caso em análise.

Entretanto, o sistema de registro de imóveis brasileiro tem se mostrado muito sensível às pressões de grileiros. Já os trabalhos correicionais e a reversão das fraudes decorrentes têm se mostrado lentos, trabalhosos e ineficientes. Essa estrutura institucional permitiu a formação de fraudes no registro de imóveis com efeitos quase irreversíveis. E, nas comarcas do estado do Amazonas, é possível falar que fraudes se tornaram regra seguida por diversos oficiais de registro de imóveis.

A fragilidade do sistema de registro de imóveis é um dos grandes responsáveis não somente pela absurda concentração fundiária, mas também por fraudes financeiras, degradação ambiental e extrema violência no campo. Esse problema já vem sendo debatido há muitos anos e a literatura sobre o tema é extensa. A novidade que pretendemos trazer é a dimensão do problema em termos de área. Nesse sentido, os dados das correições extraordinárias realizadas, no ano de 2001, em 17 comarcas do interior do estado do Amazonas são indispensáveis. Trata-se de uma ação inédita, em termos de volume de área dos registros de terras cancelados, quando o poder judiciário do Amazonas, após sucessivos indeferimentos, finalmente acolheu pedidos da Procuradoria do INCRA que buscava o cancelamento administrativo de registros realizados à revelia da lei em 17 comarcas do Amazonas.

O debate sobre a apropriação ilegal de terras públicas na Amazônia estava bastante aflorado na sociedade nos últimos anos do século XX. O estado brasileiro, desde a Ditadura Militar, vinha sendo questionado quanto aos altos índices de desflorestamento e de violência associados à política de desenvolvimento capitalista na região. Entidades do movimento popular organizado pressionavam o estado para promover a reforma agrária e combater a grilagem de terras e a violência contra povos e populações do campo. Vários casos de violência repercutiram internacionalmente, como o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, no estado do Acre, no ano 1988; o massacre de 16 indígenas Yanomami, em Roraima, no ano de 1993; o massacre de 12 camponeses sem-terra em Corumbiara, Rondônia, no ano de 1995; e o massacre de 19 camponeses sem-terra em Eldorado do Carajás, no Pará, em 1996.

Também repercutia nacional e internacionalmente o avanço do desflorestamento da Amazônia, acarretando intensas pressões para a criação de unidades de conservação da natureza e contenção daquilo que se chamou de arco do fogo. O arco do fogo é a faixa de terras na parte sul da Amazônia Legal, onde estão as maiores taxas de desflorestamento. A degradação ambiental é, de modo geral, reflexo da exploração sucessória da madeira, gado e grãos em latifúndios. No estado do Amazonas, o arco do fogo se aprofundou pelas margens da BR-230 (Transamazônica), atingindo os municípios ao sul do estado.

As correções no Amazonas ocorreram dentro desse contexto. O Tribunal de Justiça do Amazonas, em especial a Corregedoria Geral de Justiça do Estado, passou a ser pressionado por entidades públicas do legislativo e executivo para promover respostas ao problema da grilagem nos registros de imóveis do interior. Essas entidades públicas, por sua vez, sofriam pressões de movimentos nacionais e internacionais preocupados com questões sociais e ambientais.

Com as correções em andamento, o então Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, anunciou a liberação de quase 11.000.000,00 hectares ao Ministério do Meio Ambiente em terras federais situadas no Amazonas. “O Brasil estará pagando muito antes do prazo e com sobra a dívida internacional que parecia condenada ao calote político. Dez milhões de hectares é o que o Brasil se comprometera a tirar do caminho da moto-serra (sic) da Amazônia até 2004”, diz o Jornal do Brasil, no dia 28 de outubro de 2001, em matéria que buscava promover os sujeitos envolvidos nas correções que estavam em andamento (CORRÊA, 2001).

Antes disso, por solicitação do Ministério Público Federal, a Superintendência Regional do INCRA realizou um levantamento que identificou a existência de cadastros de imóveis que haviam sido cancelados pelo extinto Tribunal Federal de Recursos (TFR), mas que permaneciam registrados nos cartórios. Foi elaborado então um plano para realizar levantamento de dados nos cartórios. O plano batizado de “Plano de Trabalho Amazônia Legal” previa a verificação de possíveis fraudes nos registros de latifúndios em todos os cartórios de registro de imóveis do Amazonas. O plano foi aprovado em Brasília, mas somente um terço dos recursos foi disponibilizado. Por esse motivo, o levantamento alcançou apenas as comarcas do sul do estado, onde o cadastro de imóveis apontava maior concentração fundiária (BRASIL, 2000a; AMAZONAS, 1999).

O levantamento gerou o interesse do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que determinou que a Procuradoria Geral do INCRA promovesse

medidas administrativas e judiciais, no sentido de obter, perante os Corregedores Gerais de Justiça dos Estados, a declaração de inexistência e o cancelamento da matrícula e do registro dos imóveis rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei 6.015. (BRASIL, 1999a).

Foram identificados aproximadamente 18 milhões de hectares registrados sem a apresentação de título válido e que já haviam sido julgados pelo TFR, nas décadas de 1970 e 1980, cujas decisões anulatórias não haviam sido averbadas junto aos cartórios de imóveis, o

que na prática, tornava sem efeitos as decisões do tribunal superior. Esse levantamento foi levado pelo INCRA ao conhecimento do Tribunal de Justiça do Amazonas na forma de sete pedidos de cancelamento administrativos junto a Corregedoria Geral de Justiça do estado. Mas todos os sete pedidos foram indeferidos pelo Corregedor Geral de Justiça do Amazonas (BRASIL, 2000a, 2002a).

Apesar das pressões, os pedidos do INCRA somente foram atendidos pela Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas dois anos mais tarde. Nesse meio tempo, o INCRA passou a mover ações na Justiça Federal, para anular os registros. Além disso, o INCRA passou a cancelar o cadastro federal dos imóveis. O cadastro federal de imóveis é declaratório e realizado no próprio instituto. As movimentações do INCRA e do MDA resultaram na publicação do “Livro Branco da Grilagem de Terras”, em 1999. A proposta do livro era embasar um amplo trabalho de combate à grilagem de terras no Brasil (BRASIL, 1999c).

No dia 14 de março de 2000, a Câmara Federal criou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Destinada a Investigar a Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica, que ficou conhecida como CPI da Grilagem, a qual deu novo impulso às denúncias formuladas pela Superintendência Regional do INCRA e pelo MDA. Após duas audiências realizadas pela Comissão na cidade de Manaus, nos dias 15 e 16 de junho de 2000, constatou-se o desinteresse da Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas em atuar no sentido de cancelar os registros denunciados pelo INCRA. A investigação da Comissão pôs em evidência esse desinteresse, o que criou um constrangimento ao Corregedor Geral que estava finalizando seu mandato de dois anos. Mas a nova Corregedora Geral absorveu toda a pressão da Comissão Parlamentar e do próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao qual o INCRA estava subordinado e que, por sua vez, também estava sendo questionado pela Comissão Parlamentar²²⁰.

No final do ano 2000, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) iniciaram um diálogo para apurar os indícios de fraudes detectados pela Procuradoria Regional do INCRA em terras pertencentes à União, tendo por base o levantamento realizado em 1998 (LIMA, 2002). Mas os trabalhos correicionais iniciaram

²²⁰ O juiz, Airton Luís Corrêa Gentil, que atuou como Juiz Corregedor Auxiliar durante a gestão que indeferiu os pedidos do Incra (entre 1998 e 2000), afirmou que, a partir daquele momento, devido à atuação do Legislativo e do Executivo, a corregedoria teria a conjuntura necessária para combater os casos de grilagem. “Agora, com o interesse do Poder Legislativo e do Poder Executivo, agora, sim, junto com o Judiciário, a gente consegue alguma coisa, porque o Judiciário, até então, a gente não tinha conseguido. Eu acho que essa seria a única explicação que a gente poderia ter. Pela precariedade que a gente tem, pelas dificuldades, nós não conseguimos fazer isso. Agora, sim, com o alerta da sociedade, com o alerta do Poder Legislativo, que representa a sociedade, aí, sim, agora a gente agora coloca um ponto final nisso. Com certeza, com certeza” (Notas taquigráficas da 44ª audiência realizada pela CPI, na cidade de Manaus, no dia 16 de março de 2001).

somente em fevereiro de 2001, sob nova movimentação da Comissão Parlamentar que havia marcado outras três audiências em Manaus a serem realizadas no mês seguinte.

Nos dias 15 e 16 de março de 2001, a Comissão realizou as três audiências marcadas para a cidade de Manaus. Na primeira delas, foram convidados a Corregedora Geral de Justiça do Amazonas (CGJAM), o Ouvidor Agrário do INCRA, o Superintendente Regional do INCRA e diversos outros servidores do órgão. Em paralelo, a Corregedoria expediu os primeiros provimentos cancelando registros de imóveis nos cartórios. Os meses seguintes foram de intensa movimentação na Corregedoria e, no final daquele mesmo ano, foram encerrados os trabalhos com a impressionante marca de 48.478.357,56 hectares em registros cancelados por ato administrativo da Corregedora Geral de Justiça.

Ao todo, 17 comarcas foram verificadas (Mapa 40). Somente em três (Itamarati, Juruá e Apuí), não foram realizados cancelamento de registros de imóveis. Nas demais (Lábrea, Borba, Canutama, Manicoré, Beruri, Tapauá, Carauari, Humaitá, Novo Aripuanã, Boca do Acre, Eirunepé, Envira, Ipixuna e Pauini), foram realizados cancelamentos. Em cinco delas (Lábrea, Canutama, Novo Aripuanã, Boca do Acre e Eirunepé), a soma da área dos registros cancelados ultrapassou a área total dos municípios (LIMA, 2002). Portanto, é preciso estar atento para não imaginar que todo esse montante de 48 milhões de hectares retornou ao patrimônio público, pois vários registros não possuíam lastro.

Inicialmente, os grileiros descobriram que era possível registrar terras sem ter documentos válidos para esse fim. Depois, descobriram que era possível acumular riquezas apenas com os registros dessas terras. Por fim, os grileiros descobriram que para se obter os registros de terras e enriquecer com eles não era necessário que essas terras existissem. Isso porque os beneficiários desses registros não tinham qualquer interesse produtivo ou de ocupação de terras.

Mapa 40 – Municípios que passaram pelo trabalho correicional de 2001

Legenda

Comarca

	Não fiscalizada
	Sem fraudes canceladas
	Com fraudes canceladas

Datum: SIRGAS 2000.

Fonte de dados:

Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas (2001).

Elaboração: Tiago Maiká Müller Schwade.

Resp.Téc.: Schwade,T.M.M.(CREA/AM:14415-D).

Elaborado em julho de 2018.

*A última revisão do shapefile foi realizada pela Funai em agosto de 2017.

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

3.2 CORREIÇÕES NA COMARCA DE LÁBREA

As correções iniciaram pela comarca de Lábrea, em 07 de fevereiro de 2001, onde já ficou evidente que as denúncias formuladas pelo INCRA tinham lastro. Naquela comarca, foram assinados 18 provimentos cancelando registros de imóveis que, somados, chegavam a mais de 8 milhões de hectares²²¹. Desses, 14 provimentos tiveram por base decisões do extinto Tribunal Federal de Recursos (TFR) que, entre os anos de 1978 e 1983, cancelou sentenças proferidas pelo juiz da comarca que criavam ou ampliavam imóveis de maneira exponencial. E também foi lavrado um provimento, mandando que se cumprisse a determinação anterior da CGJ, datada de 08 de outubro de 1984, que já havia determinado o cancelamento de registro com base em decisão anterior do TFR. Foram também expedidos três provimentos cancelando registros efetuados a partir de “retificações de área” realizadas diretamente no cartório de forma fraudulenta, sem a apresentação de um título válido (AMAZONAS, 2001d, 2001e; LIMA, 2002) (Quadro 7).

Quadro 7 – Imóveis cancelados na comarca de Lábrea

Provimento	Município	Motivo do cancelamento	Área original (ha)	Área cancelada (ha)
1	Lábrea	decisão do TFR	595	111.079
3	Lábrea	decisão do TFR	1.576	648.424
4	Pauini	decisão do TFR	1.443	483.557
5	Lábrea	decisão do TFR	0	772.000
6	Pauini	decisão do TFR	23.101	976.899
7	Pauini	decisão do TFR	0	127.842
8	Lábrea	decisão do TFR	5.818	9.280
9	Pauini	decisão anterior da CGJ	21.445	103.055
10	Pauini	decisão do STF	0	1.572.417
11	Pauini	fraude cartorial	0	587.886
12	Pauini	decisão do TFR	0	272.000
13	Lábrea	fraude cartorial	443	169.557
14	Lábrea	fraude cartorial	433	149.567
15	Lábrea	decisão do TFR	0	889.082
16	Lábrea	decisão do TFR	600	355.837
17	Lábrea	decisão do TFR	0	155.906

²²¹ O Provimento 2/2001 se limitou à requisição dos livros de registros de imóveis da comarca de Lábrea, não tendo cancelado nenhum registro de imóveis. Os membros da Comissão de Correição Extraordinária, no dia 07 de fevereiro de 2001, após terem expedido o primeiro provimento cancelando imóveis naquela comarca, decidiram levar o livro de registros e transcrições para Manaus, a fim de os examinar com mais tempo e cuidado.

18	Pauini	decisão do TFR	0	369.262
19	Pauini	decisão do TFR	17.560	263.440
Total				8.017.088

Fonte: Adaptado de Lima (2002).

O modo como ocorreu a maior parte dos casos de grilagem cancelados pela corregedoria no cartório de Lábrea mantém várias características em comum:

- a) Na primeira metade da década de 1970, os imóveis foram registrados com a apresentação de títulos expedidos pelo Governo do Estado nos municípios de Lábrea e Pauini;
- b) Em seguida, tiveram suas áreas ampliadas exponencialmente em ações judiciais, sob o título de ações de usucapião ou ações demarcatórias, acolhidas pelo juiz Ruy Morato, magistrado do Tribunal de Justiça do Amazonas, que respondia pela comarca de Lábrea;
- c) Entre a segunda metade da década de 1970 e início da década 1980, o Tribunal Federal de Recursos (TFR) cancelou grande parte das decisões proferidas pelo juiz da comarca de Lábrea. No entanto, esses cancelamentos não chegaram a ser transcritos nos registros cartoriais;
- d) Alguns desses imóveis foram adquiridos posteriormente pelo INCRA em desapropriações realizadas na década de 1990 (Figura 3).

Figura 3 – Transcurso dos casos de grilagem cancelados com base em decisões do TFR

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

Com o Provimento 15/2001, de 02 de abril de 2001, a Corregedoria Geral de Justiça cancelou os registros R-1, feitos à margem das matrículas 197 e 198, do livro 3-C, referentes a 17 imóveis²²². Isso porque esses registros foram realizados com base em “ação de usucapião”, que obteve decisão favorável aos grileiros proferida pelo juiz de Lábrea. A decisão elevou a área total dos imóveis de 121.361,00 para 889.082,00 hectares sobre terras públicas federais e terras privadas. Entretanto, a decisão do juiz de Lábrea foi cancelada pelo TFR, em 24 de novembro de 1980²²³. O voto do Ministro Relator Willian Patterson, acompanhado por unanimidade pelos demais membros da segunda turma do TFR, atendeu ao pedido da Subprocuradoria Geral da República, que pedia a nulidade da sentença por incompetência do juízo local, tendo em vista o interesse da União na ação (Remessa Ex-Officio 52.308). Nesse caso, a ação deveria ter sido julgada pela Justiça Federal, e a União teria que ser notificada para se manifestar no processo. Entretanto, a decisão da 2ª turma do TFR, ainda não havia sido transcrita para o livro de registros do cartório, o que manteve o registro ativo até o dia 02 de

²²² Colosso, Cecy, República, Santa Haydee, Santa Cecília, Aracy, Amparo, Europa, Paládio, Caviana, Rio Branco I, Rio Branco II, Xingu, Boca do Moaco I, Coca do Moaco II, Jaracatiá I e São Joaquim.

²²³ Provimento 15/2001, de 02 de abril de 2001, referente à comarca de Lábrea.

abril de 2001, quando a Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas determinou ao oficial da comarca que realizasse a imediata transcrição do Provimento 15/2001, cancelando os registros daqueles imóveis.

A ação de usucapião, movida no judiciário local, serviu, na verdade, para ampliar a área dos 17 imóveis e unificá-los. Ela beneficiava o seringalista²²⁴ e ex-prefeito de Lábrea, Mustaf Said. Conforme ele declarou, a CPI da Grilagem, quando começou a trabalhar com seu pai, em 1958, “para ser seringalista era preciso ser latifundiário” (BRASIL, 2001b, p. 75). Mustaf foi apontado pela CPI da Grilagem como um dos maiores latifundiários do país, com “mais de 3 milhões de hectares, de um total de pouco mais de 240 mil hectares que disporia de documentação” (BRASIL, 2002a, p. 99).

Com relação ao caso cancelado pelo Provimento 15/2001, a União teve que detectar e denunciar a fraude por pelo menos três vezes, para que finalmente o registro fosse cancelado. Primeiramente, quando ocorreu a fraude na ação de usucapião na justiça local, que foi a julgamento no TFR; posteriormente, em 1998, a Procuradoria do INCRA detectou a persistência da fraude, apesar da decisão do TFR. Entretanto, o pedido de cancelamento do registro foi negado pelo Corregedor Geral de Justiça. Finalmente, em 2001, embalado pela Comissão Parlamentar de Inquérito e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, o INCRA obteve decisão favorável da Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas. Ao longo desse período de mais de 20 anos, em que o processo se arrastava no judiciário, novas fraudes foram cometidas contra o patrimônio público.

Apesar de já ser um caso de grilagem intensamente debatido no judiciário e ter havido o esgotamento da causa na instância máxima, determinando o cancelamento da ação de usucapião e seus efeitos sobre o registro de imóveis e direitos provenientes, o INCRA ainda solicitou a desapropriação da área (BRASIL, 1999c). Os imóveis foram declarados de interesse social, para fins de desapropriação pelo Governo Federal, em 28 de julho de 1988. Três anos mais tarde, o decreto de desapropriação foi revogado²²⁵.

²²⁴ Seringalista é o dono do seringal, onde trabalham os seringueiros. Não é uma atividade propriamente capitalista, pois os seringueiros não são trabalhadores assalariados. Em geral, os seringueiros recebem em mercadorias e acumulam dívidas junto ao “barracão”, uma espécie de mercado sob o domínio do seringalista.

²²⁵ A desapropriação ocorreu pelo Decreto 96.441, de 28 de julho de 1988, assinado pelo Presidente José Sarney e pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário Jader Barbalho. Posteriormente, a desapropriação foi revogada pelo Decreto de 05 de setembro de 1991, assinado pelo Presidente Fernando Collor, que tornou sem valor jurídico todas “as declarações de interesse social ou de utilidade pública, para fins de desapropriação ou de instituição de servidão administrativa, relativas a processos judiciais em curso ou àqueles transitados em julgado há menos de dois anos”.

São ainda mais impressionantes as idas e vindas que culminaram com o provimento 10/2001, de 14 de março de 2001. Os 13 imóveis²²⁶ envolvidos na trama estavam situados no município de Pauini²²⁷, mas registrados em Lábrea sob o domínio do libanês Nasser Abrahim Nasser. No ato em que foi beneficiado por uma decisão do juiz da comarca de Lábrea em “ação demarcatória”, que elevou a área dos imóveis de 872.827,00 hectares para 1.572.416,65 hectares, o imóvel resultante foi vendido para a empresa Manasa Madeira Nacional S/A.

Posteriormente, a decisão do juiz de Lábrea foi cancelada pela 4ª turma do Tribunal Federal de Recursos (Remessa Ex-Officio 52.312), que enviou os autos à Justiça Federal. O processo caminhou até chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que, em 28 de janeiro de 1982, confirmou a decisão do TFR, e houve a averbação da decisão de cancelamento do registro. Mesmo assim, no dia 14 de novembro do 1983, um juiz federal do Amazonas decidiu revalidar a matrícula (AMAZONAS, 2001e; BRASIL, 1999c). Em 1998, o INCRA solicitou novamente o cancelamento do registro via Corregedoria, mas isso somente ocorreu, em 2001, sob novo pedido²²⁸, desta vez embalado pela conjuntura que envolveu a Câmara Federal e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Vale lembrar que, de acordo com os dados do INCRA, no período de 1995/6, a empresa Madeira Nacional S/A (Manasa) figurava como a primeira colocada entre os maiores latifundiários do Brasil, com 4.140.767,00 hectares, superando em mais de um milhão de hectares a segunda colocada (OLIVEIRA, 1999). Os dados se restringem ao cadastro do INCRA, mas são um importante indicativo da concentração fundiária no país.

Outro caso que merece atenção é o do Provimento 04/2001, de 06 de março de 2001, referente aos imóveis São Pedro e São Pedro I, situados no município de Pauini. Em 07 de novembro de 1898, no calor da exploração da borracha na Amazônia, o Governo do Estado Amazonas titulou os dois imóveis com 659,56 hectares e 783,00 hectares, respectivamente. Esses imóveis tiveram seu primeiro registro em 16 de maio de 1974, na comarca de Lábrea, tendo por proprietária Maria da Penha Said. No dia 28 de dezembro do mesmo ano, foram unificados e exponencialmente ampliados por uma decisão judicial monocrática, do magistrado Ruy Morato, juiz de direito da comarca de Lábrea, que julgou procedente o pedido movido pelos grileiros a título de “ação de usucapião”. A área dos imóveis originalmente totalizava

²²⁶ São os seringais denominados Fortaleza, Caçaduá, Santo Antônio, São Sebastião I, São Sebastião II, São Miguel, São Francisco, Guajarahã, Maçanã, Mixiri, Seruiny, São Jorge e Maçanã. Sendo que os cinco últimos não possuíam qualquer documento que comprovasse a propriedade.

²²⁷ Até 1989, Pauini, como não era comarca, não possuía Cartório de Registro de Imóveis, por esse motivo os registros eram realizados na comarca de Lábrea.

²²⁸ OFICIO/INCRA/PJ/SR (15) No. 01/01, de 10 de janeiro de 2001.

1.442,57 hectares e passou a ter 485.000,00 hectares. O caso também tem ligação com Mustaf Said, que adquiriu 134.720,00 hectares dos herdeiros de Maria da Penha Said, em 12 de maio de 1975.

Em 30 de junho de 1978, a pedido da Subprocuradoria-Geral da República, a 4ª turma do TFR decidiu solicitar o cancelamento da sentença e declarar a nulidade da ação de usucapião. O relator, Ministro José Dantas, entendeu que não houve a citação da União como interessada no processo e que a justiça estadual não tinha competência para julgar a ação. Determinou ainda o envio dos autos à Justiça Federal do estado do Amazonas. O ministro foi seguido por unanimidade pelos demais membros da 4ª Turma (Remessa Ex-Officio 52.301, de 30 de junho de 1978). Com essa decisão, o TFR mandou reestabelecer a área original dos imóveis, determinando que o restante retornasse ao patrimônio público.

A anulação foi averbada no cartório de Lábrea ao pé das transcrições 380 e 389 (às fls. 110/v a 113 do Livro 3-C-1) onde também estava transcrita a ação de usucapião tornada nula. Entretanto, os demais registros e matrículas originados desses imóveis não tiveram averbada a anulação determinada pelo TFR. Além disso, os grileiros matricularam a mesma área de 485.000,00 hectares no cartório da Comarca de Pauini, em 12 de janeiro de 1996, sob a matrícula 234 do Livro 2/A. Se valendo desses registros que não tiveram seu cancelamento averbado, os grileiros realizaram desmembramentos, gerando novos registros nos cartórios de Lábrea e Pauini (AMAZONAS, 2001e).

Entre 1998 e 1999, o INCRA cancelou as CCIR dos referidos imóveis. Ainda assim, cópias delas foram utilizadas como prova para tentar obter em juízo a legitimação de seu domínio e garantir a venda do imóvel. O grileiro ainda tentou obter a regularização da área de 485.000,00 hectares pela via administrativa junto ao órgão fundiário estadual. Em 21 de março de 2001, enquanto a corregedoria realizava o cancelamento dos registros irregulares de grandes imóveis e a Câmara Federal fazia suas investigações a respeito da grilagem de terras públicas na Amazônia, a terra ainda foi vendida pelo grileiro à empresa Inter American Resources Amazonas Ltda., de capital estrangeiro (BRASIL, 2002a).

No dia 06 de março de 2001, com base na decisão do TFR e a pedido do INCRA, a Corregedora Geral de Justiça determinou o cancelamento dos registros e a imediata averbação da decisão à margem das matrículas dos imóveis (CGJ, Provimento 04/2001). Mas, em 2003, os grileiros recorreram ao Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Amazonas²²⁹,

²²⁹ Recurso Administrativo 132/03 (citado em BRASIL, 2014a).

que julgou procedente o pedido dos grileiros e decidiu cancelar o Provimento 04/2001. O INCRA recorreu ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ)²³⁰ que, em agosto de 2006, cancelou a decisão do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Amazonas e reestabeleceu o Provimento 04/2001. Os grileiros entraram então com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF). Em setembro de 2006, a relatora do caso no STF, Ministra Carmen Lúcia, solicitou informações ao CNJ. Em outubro de 2006, a presidenta do CNJ, Ministra Ellen Gracie, informou que:

a decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça em nada seria alterada pelos argumentos trazidos à baila pelos impetrantes, eis que todos eles partem da premissa equivocada de que há um título de domínio válido e que estaria sendo anulado por decisão administrativa.²³¹

Seguindo o voto da relatora, a 2ª turma do STF decidiu, em 24 de junho de 2014, pela manutenção do Provimento 04/2001 que, por sua vez, resgatou a sentença do TFR e cancelou os registros feitos com base na decisão do juiz de primeira instância do judiciário estadual. Isso, aparentemente, pôs um fim ao caso, que já se reproduzia há 40 anos.

Em Lábrea, além dos 18 provimentos que cancelaram o registro de imóveis, outros 13 pedidos do INCRA foram indeferidos pela Corregedoria. A corregedoria justificou o indeferimento por cinco distintas razões:

- 1) Em três registros ficou constatado que já se encontravam cancelados;
- 2) Para outros três, alvos de ações de Usucapião de Demarcatórias, não foram apresentadas as comprovações de cancelamentos por sentença em tribunal superior, conforme descrito no pedido;
- 3) Do mesmo modo, três pedidos foram indeferidos porque não havia provas de que se tratavam de terras públicas, dois dos quais tiveram origem em testamento codicilo;
- 4) Dois tiveram origem em títulos emitidos pelo governo Boliviano e estariam amparados pelo Decreto 10.105;
- 5) E em um caso, foi alegado que não havia informação sobre a área original.

Chama atenção os indeferimentos sob o argumento de que não ficou provado que os imóveis se tratavam de terras públicas. Esse fato é importante porque, se a propriedade privada

²³⁰ Pedido de Providências 268, julgado pelo CNJ no dia 15 de agosto de 2006.

²³¹ Decisão da Ministra Relatora no STF, Carmem Lúcia, de 31 de outubro de 2006, referente ao do mandado de segurança impetrado por Mustaf Said e Leonice Maia Said.

tem origem em um contrato com o estado, o registro só pode ser feito com base nesse contrato. Se o registro não faz menção a um contrato com o estado, o registro não pode atender a Lei de registro de imóveis, o que torna obrigação da Corregedoria proceder seu cancelamento a requerimento do INCRA. Não há que se provar que a terra é pública, pois se o registro não foi feito de acordo com o que rege a lei de registros, e não apresenta o título de origem válido por lei, seu cancelamento necessita somente do ato administrativo do poder judiciário que, nesse caso, é atributo exclusivo do Corregedor Geral de Justiça.

Em dois casos em que o indeferimento ocorreu sob o argumento de que não haviam provas de que as terras eram públicas, os imóveis foram levados a registro com a apresentação de um testamento codicilo. O testamento codicilo não é um título válido, pois não demonstra a transmissão do bem público para o particular. O cancelamento do registro não é o mesmo que o cancelamento do título de propriedade do imóvel, mas somente o reconhecimento de que aquele registro não seguiu a legislação para tal. Por esse motivo, o ato administrativo é suficiente para suspender os efeitos do registro, que pode vir a ser feito novamente, caso se comprove a existência de um título válido.

Quanto aos imóveis registrados sob a apresentação de títulos bolivianos, o INCRA argumentou que existem indícios de que aquela área já era reconhecidamente brasileira quando ocorreu a titulação. O INCRA não apresentou provas de que as áreas pertenciam realmente ao estado brasileiro no momento em que a Bolívia outorgou os títulos de propriedade privada, inviabilizando a análise da possível irregularidade no registro daqueles imóveis. Cabe lembrar, entretanto, que os tratados e decretos que estabeleceram o reconhecimento dos imóveis alienados pela Bolívia se restringem ao antigo Território Federal do Acre, e que o Amazonas já se encontrava sob o domínio brasileiro há mais tempo. Além disso, o registro de imóveis titulados por governos estrangeiros estava condicionado à sua apresentação ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para que fossem substituídos por novos e padronizados, conforme Decreto nº 10.105, de 05 de março de 1913. Portanto, o registro realizado sob a apresentação de título boliviano original e em território do Amazonas não encontra amparo na legislação.

3.3 CORREIÇÃO NA COMARCA DE BORBA

Na comarca de Borba, foram levantadas 35 irregularidades, apresentadas pelos procuradores do INCRA, em relatório. A partir do relatório, a Corregedora Geral de Justiça editou 23 provimentos para cancelamento de matrículas, transcrições e registros (Quadro 8). Os cancelamentos ocorreram no “varejo”, ou seja, cada provimento correspondeu a um único imóvel ou imóveis com o mesmo registro de origem. Nas demais situações reveladas pelo INCRA, não ocorreram cancelamentos. Em 10 casos, a Corregedoria justificou que os imóveis tiveram origem em títulos legítimos, que foram concedidos com cláusulas resolutivas de domínio, descumpridas pelos adquirentes posteriormente ao registro, não cabendo cancelamento administrativo. Nos outros dois casos, a Corregedoria não realizou os cancelamentos, por entender que “se referem a registros levados a efeito há mais de trinta e cinco anos, com situações consolidadas, não havendo dados novos para modificação das citadas matrículas”, sem, no entanto, justificar com que base legal deixou de realizar os cancelamentos.

Quadro 8 – Imóveis cancelados na comarca de Borba

Provimento	Município	Motivo	Área cancelada (ha)
2	Vários	decisão do TFR	657.003*
3	Novo Aripuanã	decisão nova com base no INCRA	75.000
4	Novo Aripuanã	decisão nova com base no INCRA	100.000
5	Borba	decisão nova com base no INCRA	160.000
6	Borba	decisão nova com base no INCRA	46.000
7	Borba	decisão nova com base no INCRA	22.500
8	Borba	decisão nova com base no INCRA	12.000
9	Borba	decisão nova com base no INCRA	10.000
10	Borba	decisão nova com base no INCRA	10.000
11	Borba	decisão nova com base no INCRA	20.000
12	Borba	decisão nova com base no INCRA	20.000
13	Borba	decisão nova com base no INCRA	432.119
14	Borba	decisão anterior	245.409
15	Borba	decisão anterior	7.260
16	Borba	decisão anterior	121
17	Borba	decisão anterior	3.000
18	Borba	sem dados	50.000
19	Borba	decisão anterior	15.600
Total	0	0	1.886.012

Fonte: Adaptado de Lima (2002).

Outros cinco provimentos foram editados na correição extraordinária da comarca de Borba. Através do Provimento 20/2001, a Corregedoria retificou a matrícula do imóvel Sobral, localizado no município de Novo Aripuanã, cuja área havia sido transcrita como tendo 75.075,37 hectares, quando, na verdade, possui 1.075,37 hectares. E nos provimentos de número 21, 22, 23 e 24, a Corregedoria determinou ao oficial do registro que fizesse constar a União Federal como proprietária dos imóveis Urucu (837.100,00 hectares), Acari (518.200,00 hectares), Gleba Sucunduri (487.880,00 hectares) e Gleba São Benedito (481.480,00 hectares), respectivamente.

Entre os casos onde ocorreram cancelamentos, o do Provimento 18/2001, suscitou uma questão importante. O provimento cancelou a matrícula 1.339, fls 100, Livro 3-C, de 18 de junho de 1976, e os registros dela decorrentes, todos referentes ao imóvel denominado Gleba Montenegro, com área de 50.000,00 hectares. O imóvel foi dado em penhora ao INSS em 20 de junho de 1999. A grilagem, portanto, foi utilizada para pagamento de dívida com o poder público. E o cancelamento apenas evidenciou a fraude contra o patrimônio do INSS.

Outro caso que merece destaque é o do imóvel Rio Luna, alvo do Provimento 02/2001, de Borba (LIMA, 2002, p. 48). O registro surgiu de seis imóveis que somavam 4.138,92 hectares, transferidos de Isaac Amorim para Ângelo Moss e outros. Entretanto, não há menção de como esses imóveis originais foram alienados do patrimônio público.

Essa área original foi ampliada para mais de 657.002,60 hectares por sentença proferida pela juíza Maria Neide de Andrade (magistrada da comarca de Manacapuru), de 12 de dezembro de 1975. Sendo registrado pela primeira vez no cartório de Manacapuru (BRASIL, 2002a). É importante notar que a decisão em favor dos grileiros não observou que a Constituição vigente à época vedava a alienação de terras públicas com área superior a 3 mil hectares sem o consentimento expresso do Senado.

De modo semelhante, um segundo registro do mesmo imóvel foi realizado no cartório de Borba, em 23 de abril de 1976, por sentença do juiz Francisco das Chagas Auzier Moreira, daquela comarca. A sentença aprovou uma demarcação alegada pelos grileiros, que apresentava a área do imóvel sobreposta aos municípios de Borba e de Manacapuru.

O caso foi para o TFR, que anulou as duas sentenças, em 21 de outubro de 1983, mediante as Remessas Ex-Officio 52.372 e 52.373. O TFR também determinou que os autos fossem encaminhados ao Juiz Federal para ordenar a averbação do cancelamento nos Cartórios de Manacapuru e de Borba. Entretanto, até a chegada da Comissão de Correição, em 2001, a

decisão do tribunal superior não havia sido averbada nas matrículas de Borba (BRASIL, 2002a). Com isso, novas matrículas foram geradas e imóveis desmembrados foram vendidos a terceiros.

No dia 04 de março de 1997, um desmembramento foi realizado no cartório do Município de Manicoré, sob a matrícula 01, quando 280.733,28 hectares foram vendidos à empresa Mabral Indústria e Comércio Ltda. No dia 06 de março de 1997, ocorreu outro desmembramento, realizado no cartório do Município de Beruri, sob a matrícula 84, quando foram vendidos 116.500,00 hectares à mesma empresa Mabral Indústria e Comércio Ltda. No dia 29 de junho de 1998, ocorreu um terceiro desmembramento, com 162.124,80 hectares, desta vez no Cartório de Borba, quando o domínio dessa parte do imóvel foi transferido para Ana Suely Lacerda Moss. Neste último desmembramento, o oficial de registro aceitou como documento probatório uma “Certidão de Desmembramento” emitida pelo Instituto Fundiário do Amazonas, datada de 06 de agosto de 1997, e não houve a apresentação de CCIR (BRASIL, 2002a).

O INCRA ainda ingressou na Corregedoria a fim de conseguir o cancelamento administrativo dos registros, com base na decisão do TFR, mas o corregedor geral, Daniel Ferreira da Silva, alegou que é “sabido e consabido que os documentos notariais e de registro imobiliário expedidos por Tabelião ou Oficial Registrador tem fé pública e só poderão ser contestados em órgão com atribuição judicante”. O pedido, portanto, foi negado, e o INCRA, em junho do ano 2000, entrou com uma nova ação na Justiça Federal.

Entretanto, em 2001, a Corregedora Geral de Justiça, Desembargadora Marinildes da Costeira Mendonça, acatou um novo pedido do INCRA e deu início às correções extraordinárias nos registros de terras rurais. O trabalho correicional em Borba se iniciou no dia 16 de abril de 2001, cancelando a transcrição do imóvel Rio Luna naquela comarca e os registros gerados nos cartórios de Borba, Beruri e Manicoré. O cancelamento ocorreu em função da decisão tomada pelo TFR, ou melhor, não é propriamente um cancelamento, mas o cumprimento de uma decisão de tribunal superior tomada em 1983.

No dia 08 de novembro de 2001, o Relatório de Correição 20100712-6 – Comarca de Borba/AM, foi aprovado por unanimidade, em Sessão Plenária, pelo Tribunal de Justiça do Amazonas. Por extensão, o Acórdão aprovou todos os atos praticados pela comissão correicional, incluindo-se aí os 24 provimentos editados e mencionados no voto do relator. Mas isso não impediu uma reviravolta no caso.

Em 15 de setembro de 2005, o Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Amazonas julgou procedente o Recurso Inominado²³², movido pelos grileiros, contra a decisão da Corregedoria expressa no Provimento 02/2001, de Borba. Por maioria, o Conselho da Magistratura entendeu que a Corregedoria não poderia ter cancelado os registros de forma administrativa com base nas leis 6.015/73 e 6.739/79, porque teria afrontado os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa assegurados pela Constituição Federal de 1988.

O Conselho da Magistratura ignorou o fato de que a Corregedoria não estava propriamente cancelando o imóvel, mas somente averbando uma decisão do TFR transitada em julgado. Além disso, o Conselho da Magistratura, ao cancelar administrativamente os efeitos do Provimento 02/2001 que, por sua vez, anulava todos os registros anteriores, entra em contradição. Isso porque, a decisão do Conselho da Magistratura retirou o caráter público do imóvel, mas não deu à União o direito ao contraditório e à ampla defesa. Fica subentendido que o Conselho hierarquiza o interesse privado e o interesse público, dando ao primeiro o privilégio da ampla defesa em detrimento do segundo. O Conselho da Magistratura julgou improcedente um ato administrativo que não teria ouvido o interesse privado, mas o fez por meio de outro ato administrativo que, por sua vez, não ouviu o interesse público. Na verdade, o direito ao contraditório e à ampla defesa estão subentendidos na decisão do TFR, sendo que a Corregedoria somente determinou o registro de tal decisão. Além disso, contra a decisão administrativa da Corregedoria, não caberia recurso administrativo. Neste caso, a lei estabelece que caberia recurso na Justiça Federal²³³.

Com a decisão do Conselho da Magistratura, o tribunal de justiça encaminhou ao Escrivão da Comarca de Borba um ofício²³⁴ determinando a revalidação da matrícula 1.337, do Livro 2-F, fls 88, referente ao imóvel Santhiago. Mas a decisão ficou restrita a esse registro realizado na comarca de Borba.

Dez anos mais tarde (no dia 03 de agosto de 2015), a pedido da Empresa Mabral Indústria e Comércio Ltda., o Corregedor-Geral de Justiça do Amazonas, Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes, acolheu o parecer do Juiz Corregedor Auxiliar, Airtton Luís Corrêa Gentil, determinando o reestabelecimento da matrícula 84, da comarca de Beruri, e da

²³² Recurso Inominado 178/2005-Borba/AM.

²³³ Conforme o Art. 161, I, 21, da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei 6.216, de 30 de junho de 1975, a parte interessada, se inconformada com o Provimento, poderá ingressar com ação anulatória, perante o Juiz competente, contra a pessoa jurídica de direito público que requereu o cancelamento, ação que não sustará os efeitos deste, admitido o registro da citação.

²³⁴ Ofício 1.147/2005, de 30 de setembro de 2005, da Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas.

matrícula 01, da comarca de Manicoré, referentes aos imóveis Fazenda Rio Luna II e Fazenda Rio Luna III, respectivamente. Neste caso, a Corregedoria analisou somente o pedido dos grileiros, sem levar em conta que uma decisão semelhante do Conselho da Magistratura foi cassada pelo CNJ, em 2006, e reafirmada pelo STF, em 2014.

O Juiz Corregedor Auxiliar também já havia atuado no mesmo cargo sob o comando do então Corregedor-Geral de Justiça, Daniel Ferreira da Silva, que deixou o cargo de corregedor-geral no ano 2000. Sua opinião, contrária a possibilidades de se determinar esse tipo de averbação por via administrativa, já havia causado polêmica em audiência da CPI em Manaus (MOURÃO, 2001). É oportuno dizer que, na gestão do Desembargador Daniel Ferreira da Silva, o pedido de cancelamento do registro foi indeferido.

O caso do imóvel Rio Luna é um dos muitos exemplos dramáticos que depõem contra o sistema judiciário, expondo sua fragilidade frente aos interesses de oligarquias locais. O Tribunal de Justiça do Amazonas se mostrou autossuficiente para criar e garantir a sobrevivência de casos de grilagem e absolutamente insensível às pressões populares e dos demais poderes. O Tribunal de Justiça do estado é a única instituição capaz de promover a alienação de terras públicas (ainda que contra as leis mais elementares da república), ignorar sentenças de tribunais superiores, impedir medidas internas de controle de registros e manter seus membros absolutamente imunes a sanções ou punições.

3.4 CORREIÇÃO NA COMARCA DE CANUTAMA

No dia 07 de março de 2001, a Comissão de Correição iniciou os trabalhos na Comarca de Canutama. O INCRA apresentou então um relatório com 50 situações tidas como irregulares. De posse do relatório, a Corregedoria emitiu 47 provimentos que tiveram como objetivo o cancelamento de matrículas e registros de imóveis produzidos de forma irregular (Quadro 09).

Quadro 9 – Cancelamentos realizados na comarca de Canutama

Provimento	Área Cancelada
2	499.058,00
3	175.015,79
4	92.027,24
5	2.243.550,35
6	1.450.672,40
7	456.468,00
8	1.500.000.000,00*

9	1.028.425,00
10	835.487,50
11	17.000,00
12	753.258,97
13	484.000,00
14	121.000,00
15	53.500,00
16	53.500,00
17	53.500,00
18	12.000.000.000,00*
19	101.000,00
20	107.000,00
21	190.000,00
22	98.000,00
23	23.657,08
24	89.000,00
25	102.000,00
26	96.000,00
27	97.000,00
28	24.914,00
29	247.882,00
30	10.500,00
31	18.385,00
32	14.500,00
33	19.500,00
34	17.000,00
35	48.000,00
36	11.000,00
37	10.000,00
38	10.000,00
39	240.000,00
40	12.488,00
41	30.000,00
42	7.269,00
43	3.696,00
44	76.597,00
45	929.500,00
46	10.000,00
47	480.000,00
48	15.000,00
Total	10.103.351,33*
*Os valores referentes aos provimentos 8 e 18 não foram contabilizados no total.	

Fonte: Adaptado de Lima (2002).

Uma das matrículas, registrada em 16 de setembro de 1958, tinha 1,5 bilhões de hectares, área superior ao Brasil que, por sua vez, soma 851.600.000,00 hectares (imóvel Boca do Pamafari). Mas havia outra matrícula, de 15 de agosto de 1973, que registrava um imóvel ainda maior, correspondendo à área de 12 bilhões de hectares. O imóvel foi registrado com o adequado nome de Fazenda Eldorado (Eldorado e Santa Maria). Ambas matrículas foram canceladas pela Corregedoria porque lavradas “com absurdo erro em relação a dimensão do imóvel” (Provimentos 08/2001 e 18/2001).

Mesmo sem incluir esses dois casos, os números referentes ao município de Canutama são absurdos. A soma dos outros 45 provimentos cancelou mais de 10 milhões de hectares em registros de imóveis, área que corresponde a 430% do município. Seria preciso mais de 4 andares para alocar todos esses imóveis que alegadamente existiram no município. É preciso destacar o importante papel desempenhado por Falb Saraiva de Farias, apontado pela CPI como o maior grileiro do país²³⁵.

Ao todo, 21 provimentos atingiram imóveis registrados em Canutama que passaram pelas mãos do grupo Falb Farias, suas empresas ou pessoas e empresas cujas procurações ele possuía para representar junto ao cartório. Isso envolveu um montante de mais de 6 milhões de hectares apenas em Canutama. Falb organizou em torno de si uma constelação de pessoas físicas e jurídicas em esquemas de apropriação de terras.

Dos 21 imóveis originais que tiveram seus registros cassados, 8 surgiram de “seringal”, “castanhal”, “estradas de seringueiras” ou definidos pelo número de “castanheiras” que, aos poucos, foram ganhando definições em hectares por meio de retificações no registro, sem qualquer título que assim o permitisse. Nesses oito casos, o primeiro registro se dava tal como apresentado no “Formal de Partilha”. Em seguida, atribuíam-se áreas de poucos milhares de hectares, depois dezenas de milhares, até chegar às centenas de milhares de hectares. Os provimentos relativos a esses oito imóveis deixavam claro que as matrículas e as áreas originais subsistem, conforme primeiro registro da década de 1950. Portanto, os imóveis continuam registrados, sem área definida, apresentando apenas a indicação de seringais e castanhais, mesmo que sem a apresentação de título válido que o justifique. Os outros 13 imóveis tiveram suas matrículas originais cassadas, o que implicou no cancelamento de todos os registros e averbações delas decorrentes.

²³⁵ A Câmara Federal apontou 12.713.819,00 hectares em poder do grupo Falb registrados nos cartórios de Canutama, Tapauá, Lábrea e Novo Aripuanã.

Vale destacar o caso do Provimento 02/2001, de 09 de maio de 2001, que cancelou 80 matrículas, registros e averbações realizadas em referência ao imóvel Pajeú de Flores, correspondendo a mais de 499.058,00 hectares de registros no Município de Canutama. Apenas para citar objetivamente as 80 matrículas e registros cancelados, a corregedoria teve que utilizar nove páginas do provimento.

O primeiro registro do imóvel Pajeú de Flores data de 21 de outubro de 1954, equivocadamente realizado no Livro 2A. Esse registro ocorreu quando Maria Luiza Hidalgo Lima Barros adquiriu os espólios de Manuel Figueiredo de Barros, tendo como título de aquisição um “Formal de Partilha”²³⁶. A área do imóvel foi dimensionada sem precisão, apenas com menção a “castanhal e seringal”.

Para sair da condição de “castanhal e seringal”, sem área definida, e chegar até seus pujantes 499.058,00 hectares, o imóvel Pajeú de Flores, percorreu um tortuoso caminho. Não foi preciso apresentar qualquer título, mas contou com a habilidade e a malícia de grileiros profissionais e registradores inescrupulosos.

Em 21 de outubro 1954, quando ocorreu o primeiro registro (sob a matrícula 421 do Livro 2-A – Antigo), a área foi definida como Castanhal e Seringal. Em 19 de outubro de 1979, a terra foi adquirida pela empresa AMAZONACRE, ligada a Falb Saraiva de Farias, e recebeu uma nova matrícula (218 do Livro 2-A – Novo). Em 25 de julho de 1983, ocorreu a averbação da Escritura Pública de Retificação e Ratificação, quando se atribuiu ao imóvel a área total de 30.337,00 hectares (Av-1-218). Em 16 de setembro de 1985, o imóvel foi transferido para Edson José de Figueiredo.

Em 02 de outubro de 1985, uma nova matrícula foi aberta para o imóvel (405 do Livro 2-A-1). Na mesma data, Edson José de Figueiredo transferiu o imóvel Pajeú de Flores para Falb Saraiva de Farias com área já ampliada para 70.000,00 hectares (Av-2-405, fls 272, livro 2-A-1), “sem qualquer título de domínio que justificasse” (AMAZONAS, 2001i). Em 29 de abril de 1991, o imóvel de 70.000,00 hectares foi incorporado ao patrimônio da empresa Vale Verde S/A Agroindustrial, Importadora e Exportadora (R-2-405). Portanto, Edson adquiriu um imóvel de 30.337,00 hectares, transformou em 70.000,00 hectares e transferiu para Falb. E, de Falb, o imóvel passou para a empresa Vale Verde S/A. Falb e Edson já não tinham mais nenhuma área remanescente do imóvel Pajeú de Flores. Estranhamente, outra averbação, também com origem

²³⁶ Segundo os artigos 221 e 222 da Lei de Registros Públicos (Lei 6015/73), os formais de partilha são admitidos para registro de imóveis desde que façam referência a registros anteriores.

na matrícula 405, transferiu de Edson para o Grupo Falb o domínio sobre uma área de 100.058,00 hectares.

Igualmente estranho é o fato de, em 04 de dezembro de 1995, Falb e sua esposa terem devolvido para Edson um imóvel que, no entanto, já estava em poder da empresa Vale Verde S/A. A área foi novamente ampliada de 70.000,00 hectares, para 329.000,00 hectares por meio de uma Escritura Pública de Retificação produzida no Cartório Luiz Rodomilson, da Comarca de Rio Branco – Acre. Quatro meses depois, em 02 de abril de 1996, foi novamente transferido para Falb e sua esposa. Até aquele momento, a somatória dos imóveis surgidos do Pajeú de Flores chegava a 499.058,00 hectares (Figura 4).

Figura 4 – Transcurso do imóvel Pajeú de Flores.

Fonte: Elaborada por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

No ano de 1996, o imóvel de 329.000,00 hectares chegou às mãos do grupo de Baltazar José de Sousa, empresário que controlava dezenas de empresas de transporte urbano em todo o Brasil. No ano de 1998, surgiram mais 68 imóveis resultantes de desmembramentos do Pajeú de Flores. Esses imóveis foram transferidos para empresas sediadas em diferentes unidades da

federação. Das empresas compradoras, 38 tinham sede em São Paulo, e 10, no Estado de Minas Gerais, enquanto as demais se distribuem entre os estados do Amazonas, Alagoas, Rio de Janeiro, Maranhão, Mato Grosso, Acre, Rondônia, Bahia, Paraná e Distrito Federal. Dessas empresas, um total de 38 são de transporte, a maioria ligadas ao Grupo Baltazar. Segundo o relatório da CPI, os imóveis teriam a finalidade de serem utilizados como garantia de encargos sociais ou tributários devidos (BRASIL, 2002a).

Durante a transferência desses 68 desmembramentos realizados pelo grupo Baltazar, ocorreu outra ampliação. Em 13 de maio de 1998, durante os desmembramentos que resultaram na formação de 49 imóveis, a maior parte deles surgiu de um desmembramento denominado de “Gleba C”. Neste dia, a Gleba C foi criada a partir de um desmembramento de 30.000,00 hectares do imóvel adquirido pelo grupo Baltazar. Entretanto, no ato registral, esse desmembramento de 30.000,00 hectares passou a ter 57.000,00 hectares e deu origem à maior parte dos desmembramentos matriculados naquele mesmo dia no Cartório de Registro de Imóveis de Canutama.

Se somarmos as áreas resultantes do Pajeú de Flores, teremos um total de 529.058,00 hectares. O Provimento 02/2001 cancelou todas as matrículas, os registros e as averbações decorrentes da primeira matrícula do imóvel Pajeú de Flores. No entanto, o Provimento declarou que subsistem a matrícula e a área original do imóvel, sem dimensões específicas. Ou seja, resta o imóvel descrito como “castanhal e seringal”, declarado no primeiro registro, de 1954, que teve por base apenas um “Formal de Partilha” dos espólios de Manoel Figueiredo de Barros.

O INCRA chamou esse esquema de grilagem de “Engenharia Fundiária do Grupo Falb Saraiva de Farias”. Esse esquema atingiu vários outros imóveis registrados no município de Canutama pelo grupo, somando quase 6 milhões de hectares, mais que o dobro da área do município.

O relatório do INCRA agrupou as terras registradas em Canutama da seguinte maneira:

- 1) Engenharia fundiária do grupo Falb Saraiva de Farias (pessoas físicas e empresas), 5.841.367,71 hectares;
- 2) Oriundos de vícios insanáveis, face à evidência do absurdo erro do ato registral, 13.500.000.000,00 hectares;
- 3) Oriundos de ações discriminatórias (administrativas e Judiciais), arrecadados em nome da União Federal para fins de reforma agrária, 2.618.650,00 hectares;

- 4) Títulos nulos de pleno direito, por estarem registrados em desacordo com a legislação, 2.786.797,50 hectares;
- 5) Imóveis com registro original já declarado nulo e inexistente cuja decisão não foi averbada aos desmembramentos, 765.500,00 hectares;
- 6) Imóveis cujos livros das anotações dos respectivos registros anteriores não foram apresentados pelo registrador do serviço registral 986.097,00 hectares;
- 7) Áreas menores de dez mil hectares (estimativa para baixo), 150.000,00 hectares.

O município de Canutama tem 2.402.700,00 hectares. Porém, segundo o levantamento realizado pelo INCRA, o total geral dos imóveis registrados na comarca de Canutama era de aproximadamente 13.513.148.412,21 hectares. Mas, se desconsiderarmos os dois imóveis maiores, cujas dimensões são totalmente irreais, ainda assim teríamos uma área registrada de 13.148.412,21 hectares. Ou seja, a área registrada era 5,5 vezes maior que o território do município. Os provimentos da Corregedoria cancelaram aproximadamente 10.343.351,33 hectares, o que corresponde a 430% do município. Isso significa que, apesar da correção ter cancelado o registro de uma área 4,3 vezes maior que a área do município, ainda restam registrados aproximadamente 3.045.060,88 hectares, o que equivale a mais de 100% do município. Portanto, ainda persistem outros registros fraudulentos que não foram alcançados pela correção realizada em 2001.

3.5 CORREIÇÃO NA COMARCA DE MANICORÉ

Em Manicoré, os trabalhos iniciaram em 18 de abril de 2001 e culminaram com 06 pedidos de cancelamento de registro, todos atendidos pela Corregedoria (Quadro 10). Mesmo assim, os registros cancelados correspondem a mais de 11% da área total do município (LIMA, 2002). Além disso, os cancelamentos realizados na comarca de Borba também tiveram efeitos sobre Manicoré, visto que o imóvel Rio Luna também se estende 280.733,28 hectares sobre esse município (Provimento 02/2001, de Borba, citado em LIMA, 2002, p. 48).

Quadro 10 – Cancelamentos realizados na comarca de Manicoré

Provimento	Motivo	Instrumento da grilagem	Área cancelada (ha)
02 (Borba)	Decisão do TFR	Ação Demarcatória	280.733,28
02	Decisão com base no relatório do INCRA	Fraude cartorial	97.000,00
03	Decisão com base no relatório do INCRA	Fraude cartorial	46.000,00
04	Decisão com base no relatório do INCRA	Fraude cartorial	33.000,00
05	Decisão com base no relatório do INCRA	Fraude cartorial	256.924,24
06	Decisão com base no relatório do INCRA	Fraude cartorial	15.000,00
07	Decisão com base no relatório do INCRA	Fraude cartorial	22.500,00
Total			751.157,52

Fonte: Adaptado de Lima (2002).

O Provimento 02/2001, de Manicoré, cancelou uma transcrição, de 28 de outubro de 1970, referente aos imóveis Matui e São Luiz do Paricá, com 97.000,00 hectares, sob o domínio de Plínio Sebastião Xavier Benfica, porque a transferência de domínio se deu de forma irregular. Benfica também teve três imóveis cancelados em Borba, totalizando 432.000,00 hectares cancelados durante os trabalhos correccionais²³⁷. Ele já figurou na lista dos maiores latifundiários do Brasil, com 452.000,00 hectares, Benfica ocupava a 19ª posição na lista produzida com base no cadastro de imóveis do INCRA de 1995/6 (OLIVEIRA, 1999).

Outro provimento que merece destaque é o de número 05/2001, que cancelou a matrícula do imóvel denominado Gleba José Lindoso, com 256.924,25 hectares, adquirido pela Prefeitura Municipal. A prefeitura figurou como um importante vetor de grilagem de terras. O INCRA detectou outras irregularidades em registros que somam aproximadamente 350.000,00 hectares em terras alienadas pela Prefeitura Municipal em favor de particulares. No entanto, essas terras não foram incluídas no pedido de cancelamento porque são domínio estadual e não estão sob a responsabilidade do INCRA, cabendo ao Governo do Estado solicitar o cancelamento dos registros.

²³⁷ Na comarca de Borba, foram cancelados os imóveis São Pedro, com 75.000,00 hectares (Prov. 03/2001), Seringal Cachoeira, com 100.000,00 hectares (Prov. 04/2001) e Jatuarana, com 160.000,00 hectares (Prov. 05/2001).

3.6 CORREIÇÃO NA COMARCA DE BERURI

A comissão de correção chegou a Beruri no dia 30 de maio de 2001. Com base nos registros examinados, o relatório do INCRA apontou para 5 irregularidades existentes nos registros de imóveis da comarca de Beruri. A maior parte das irregularidades já havia sido cancelada pelo Provimento 02/2001, de 20 de abril de 2001, da comarca de Borba, todos oriundos do registro da Fazenda Rio Luna, referente aos seguintes imóveis:

- 1) Rio Luna II, com 243.250,58 hectares, matriculado no dia 15 de março de 1996, adquirido por Mabral Indústria e Comércio Ltda. Foi desmembrado de um todo maior cancelado pelo Provimento 02/2001, da correção em Borba;
- 2) Santhiago, com 162.124,80 hectares, registrado em 29 de junho de 1998, adquirido por Ana Suely Lacerda Moss. Consta como registro anterior à transcrição 06, do Livro 3-C, fls 52, realizada na Comarca de Borba, cancelada pelo Provimento 02/2001, daquela comarca;
- 3) Rio Luna III, com 280.733,28 hectares registrado em 29 de junho de 1998, na Comarca de Manicoré, adquirida por Mabral Indústria e Comércio Ltda. Consta como registro anterior à mesma transcrição 06, já citada, realizada na Comarca de Borba e cancelada pelo Provimento 02/2001 daquela comarca.

A Corregedoria Geral de Justiça realizou o cancelamento de todas as matrículas derivadas do imóvel Rio Luna porque havia uma decisão do Tribunal Federal de Recursos determinando o cancelamento da sentença que deu origem ao título do imóvel. Entretanto, a Corregedoria, no Provimento 02/2001, da Comarca de Borba, firmado no dia 20 de abril de 2001, não explicitou o cancelamento do registro referente ao imóvel Rio Luna I, com área de 238.785,63 hectares, registrado em 23 de outubro de 1997, na comarca de Beruri. Por esse motivo, houve a edição do Provimento 02/2001, da correção em Beruri, firmado no dia 06 de junho de 2001, cancelando o registro do imóvel Rio Luna I. Os cancelamentos referentes à circunscrição do município de Beruri somaram 355.286,12 hectares. Essa soma corresponde a 20,6% do território do município.

Conforme já exposto no item referente à correção na comarca de Borba, o Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Amazonas determinou o reestabelecimento das matrículas dos imóveis cancelados pelo Provimento 02/2001 (citado em LIMA, 2002, p. 48), de 20 de abril de 2001, referente à correção realizada na Comarca de Borba. Embora o

Conselho da Magistratura não seja a instância apropriada para recorrer quanto da decisão tomada pela Corregedoria²³⁸, os grileiros obtiveram decisão favorável. O Conselho da Magistratura entendeu que:

a norma esculpida no art. 1º da Lei n. 6.739, que possibilita a declaração de nulidade do registro de imóvel rural pela Corregedoria Geral de Justiça, deve adequar-se ao ordenamento constitucional vigente, preservando as garantias da ampla defesa e do contraditório. (Publicado no DOE, de 21 de setembro de 2005).

Utilizando-se dessa decisão, a empresa Mabral Indústria e Comércio Ltda. entrou com um novo pedido de revogação do Provimento para reativar as matrículas dos imóveis Rio Luna II, na comarca de Beruri, e Rio Luna III, na comarca de Manicoré. O pedido foi feito diretamente ao então Corregedor Geral de Justiça do Amazonas, Flavio Humberto Pascarelli Lopes, que determinou o reestabelecimento das matrículas no dia 03 de agosto de 2015.

Portanto, os imóveis em análise tinham por origem um título nulo de pleno direito, com decisão de tribunal superior transitada em julgado, e seus registros foram cassados pelo órgão de controle administrativo competente. Ainda assim, o Tribunal de Justiça do Amazonas reestabeleceu as matrículas e os registros por ato administrativo do corregedor de justiça. Logo que foram reestabelecidas as bases internas que dão margem à grilagem de terras, o tribunal reestabeleceu também o *status quo ante bellum*. Aquele movimento que promoveu a criação de latifúndios sem qualquer base legal e que impedia a adoção de medidas de reversão da grilagem tornou-se novamente hegemônico no tribunal.

Cabe observar que os cancelamentos não ocorreram de forma isolada, por decisões corriqueiras da Corregedoria. Eles fizeram parte de um movimento legalista de combate à grilagem de terras. Estavam dentro de um amplo contexto que mobilizou o Ministério Público Federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o INCRA, a Câmara Federal e movimentos populares. Além disso, os cancelamentos têm sido respaldados por decisões do CNJ e do STF. Entretanto, nada disso foi suficiente para mudanças perenes na postura do Tribunal de Justiça do Amazonas.

²³⁸ A Lei 6.739, de 5 de dezembro de 1979, Art. 3, estabelece que os recursos contrários à decisão da Corregedoria Geral do Estado, referentes ao cancelamento de matrículas e registros de imóveis, devem ser encaminhados a Justiça Federal.

3.7 CORREIÇÃO NA COMARCA DE TAPAUÁ

Em Tapauá, o INCRA apontou 67 situações irregulares envolvendo o registro de latifúndios. Alguns casos envolviam mais de uma matrícula de imóveis, multiplicando a extensão do problema. Todas as fraudes apontadas pelo INCRA foram atacadas por meio de 24 provimentos da Corregedoria Geral de Justiça do estado. Os registros cancelados correspondem a 7.799.644,13 hectares, representando quase 87% do território do município de Tapauá (Quadro 11).

Quadro 11 – Cancelamentos realizados na comarca de Tapauá

Provimento	Área cancelada
2	12.500,00
3	561.899,68
4	39.950,00
5	100.000,00
6	92.033,00
7	94.227,00
8	66.000,00
9	509.104,43
10	56.000,00
11	61.900,00
12	82.000,00
13	94.227,00
14	37.580,00
15	90.000,00
16	102.000,00
17	96.000,00
18	114.000,00
19	68.000,00
20	1.225.000,00
21	40.000,00
22	449.282,03
23	101.000,00
24	107.000,00
25	3.603.941,00
Total	7.799.644,19

Fonte: Adaptado de Lima (2002).

Novamente, o grupo Falb esteve em destaque, sendo o maior atingido pelas correções nessa comarca. Um dossiê elaborado pela Câmara Federal, com base em informações coletadas pela Procuradoria do Regional INCRA em 1999, apontou 63 imóveis, mais de 7 milhões de

hectares, em posse do grupo Falb²³⁹. No entanto, a Corregedoria cancelou 74 matrículas de imóveis ligados ao grupo, que somavam 6.621.913,01 hectares, o equivalente a 74% das terras pertencentes ao município.

Conforme os dados do dossiê da Câmara Federal, pelo menos 51 imóveis matriculados foram adquiridos de Maria Luiza Hidalgo Lima Barros por procuração em favor do próprio comprador, Falb Saraiva de Farias, e depois adquiridos por empresas do grupo, das quais Falb era também o representante (BRASIL, 1999b).

Há várias irregularidades envolvendo o registro de imóveis em Tapauá. Uma delas está no fato de Falb representar ambas as partes nas transmissões de imóveis, adquirente e transmitente, o que descumpra as regras estabelecidas pelo artigo 1.133 do Código do Processo Civil de 1916²⁴⁰. Mesmo após a morte de Maria Luiza Hidalgo Lima Barros, em 04 de maio de 1993, Falb continuou a representá-la nas transferências de domínio em seu favor. E, em meio às transferências de domínio, registros foram realizados atribuindo áreas cada vez maiores aos imóveis (BRASIL, 2001b, 2002a).

Como o INCRA passou a ser mais rigoroso no cadastramento de grandes imóveis, e o cadastro do INCRA era necessário à utilização do imóvel como garantias em operações financeira²⁴¹, o grupo Falb passou a retalhar os imóveis que pretendia repassar a terceiros. Assim, os imóveis que anteriormente eram vendidos integralmente ou em grandes porções, passaram a ser vendidos em porções menores (BRASIL, 2002a). É o caso do imóvel Nova Aurora, com área total de 66.000,00 hectares, que teve 45.086,00 hectares transferidos separadamente para 7 empresas do Rio Grande do Sul em porções entre 2 mil e 9 mil hectares e somente uma com área acima de 10 mil hectares. As matrículas do imóvel Nova Aurora e de seus desmembramentos eram recentes, foram realizadas entre os anos de 1998 e 2000. A Corregedoria cancelou as oito matrículas pelo Provimento 008/2001.

Outra questão importante é a presença do empresário Baltazar José de Souza, que adquiriu o imóvel Tauria, de 561.899,67 hectares, cancelados pelo Provimento 003/2001, em Tapauá. Baltazar José de Souza é dono de diversas empresas de transporte urbano em todo o

²³⁹ Dossiê da comissão parlamentar de Inquérito Ocupação das Terras Públicas na Amazônia. Imóveis de Falb Saraiva de Farias Registradas no Município de Tapauá. Sem data.

²⁴⁰ Código do Processo Civil, de 1916.

“Art. 1.133. Não podem ser comprados, ainda em hasta publica:

I - Pelos tutores, curadores, testamenteiros e administradores os bens confiados à sua guarda ou administração.

II - Pelos mandatários, os bens, de cuja administração ou alienação estejam encarregados.”.

²⁴¹ Conforme Lei 4.947, de 6 de abril de 1966, Art. 22, § 1º, “Sem apresentação do Certificado de Cadastro, não poderão os proprietários, a partir da data a que se refere este artigo, sob pena de nulidade, desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda imóveis rurais.”.

Brasil, e também teve imóveis cancelados pela Corregedoria na correição realizada em Canutama. No dia, 13 de maio de 1998, quando Baltazar José de Souza adquiriu o imóvel Tauria, em Tapauá, uma empresa do grupo desmembrou o imóvel Pajeú de Flores, em Canutama, em benefício de dezenas de outras empresas do grupo, que já vinha adquirindo terras no estado desde 1996. Os registros realizados em favor do grupo, que atua no setor de transporte, são mais um indicativo de que grande parte da aquisição de terras no estado não estavam ligados a interesses produtivos.

Pelo Provimento 14/2001, a Corregedoria cancelou o imóvel São Jorge, registrado em 21 de dezembro de 1998, com área total de 37.580,00 hectares, de André Luiz Gomes Pio. Nesse caso, houve um recurso administrativo encaminhado ao Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Amazonas promovido por José Aparecido da Silva, que alegou que o registro imobiliário somente poderia ter sido cancelado por meio de processo judicial, e não na via administrativa. Ocorre que, no dia 22 de setembro de 2005, o Conselho da Magistratura acolheu o recurso, cancelando os efeitos do Provimento 14/2001, reestabelecendo a matrícula do imóvel São Jorge.

O INCRA entrou com o um pedido de providências²⁴², junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para cancelar a decisão do Conselho da Magistratura, denunciando que este último transpôs suas atribuições legais para dar apoio a notórios casos de grilagem de terras públicas federais no estado do Amazonas²⁴³. O CNJ, em 04 de junho de 2007, concordou com o pedido do INCRA, anulando a decisão do Conselho da Magistratura e reestabelecendo o conteúdo do Provimento 14/2001. Por fim, os grileiros entraram com um mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do CNJ. O STF negou o pedido e determinou o reestabelecimento do Provimento 14/2001, que determinou o cancelamento do registro do imóvel São Jorge. O relator do caso foi o Ministro Teori Zavascki, que assim finalizou seu voto:

Por fim, a possibilidade de cancelamento administrativo do registro imobiliário vai ao encontro do princípio da segurança jurídica, na medida em que desfaz, de modo célere e efetivo, a aparência de propriedade até então existente, evitando novas transmissões do título cuja eiva de nulidade jamais faria nascer a relação jurídica nele inserida. A esse respeito, é de notório conhecimento o gravíssimo problema da grilagem de terras públicas na [região] Amazônica. Conforme estudo promovido pelo Ministério do

²⁴² Pedido de Providências 239.

²⁴³ Ocorreram outros casos de recursos administrativos encaminhados pelos grileiros ao Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Amazonas, em que o mesmo tomou decisões cancelando os provimentos da Corregedoria Geral do Justiça do Amazonas realizados no âmbito das Correições Extraordinárias nos Registros de Terras Rurais no Estado do Amazonas, em 2001 (Ver, por exemplo, Recursos Administrativos 132/2003, 171/ 2005, 185/2005 e 209/2005 e Recurso Inominado 178/2005-Borba/AM).

Desenvolvimento Agrário (fls. 313 a 331), a dimensão total das áreas que tiveram o registro cancelado na 1ª fase de combate à grilagem no Estado do Amazonas ultrapassa os 48 milhões de hectares, o que corresponde a 1/3 de todo o território estadual. Submeter o cancelamento ou a retificação de cada registro à necessária intermediação jurisdicional acarretaria a pulverização do problema em incontáveis processos – cujos desfechos são naturalmente demorados – e, assim, perpetuar-se-iam situações de ilegalidade, em detrimento da premente necessidade de regularização fundiária no país. (BRASIL, 2016e, p. 54).

Cabe destacar ainda que, em Tapauá, as matrículas e registros que foram cancelados tinham origem recente, realizados entre os anos de 1998 e 2000. Apenas uma matrícula, referente ao imóvel Javari, com 12.500,00 hectares, havia sido criada em data anterior, em 21 de julho de 1980. Os demais, sem exceção, foram realizados entre maio de 1998 e novembro de 2000. Portanto, em menos de três anos, o cartório de Tapauá realizou o registro fraudulento de 7.787.144,13 hectares, a maior parte em favor do grupo Falb. Algumas das matrículas foram feitas em duplicidade, visto que estão registradas também no cartório de origem, em Canutama.

A pedido do INCRA, no dia 11 de janeiro de 2001, a Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas determinou a intervenção nos cartórios de Pauini, Novo Aripuanã, Canutama, Lábrea e Tapauá, suspendendo cautelarmente, por 60 dias, os oficiais de registros públicos desses cartórios, “visando resguardar o acervo dos livros dos Ofícios citados de modo que a correição e fiscalização determinada nos seus Cartórios ocorram sem qualquer interferência da parte investigada” (Portaria 120/2001, da Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas). Entretanto, após os dois meses de suspensão, a serventúria de Tapauá e os demais oficiais afastados pela Corregedoria voltaram às suas atividades nos respectivos cartórios.

3.8 CORREIÇÃO NA COMARCA DE JURUÁ

Em Juruá, o INCRA detectou irregularidades no registro de imóveis, mas não solicitou nenhum cancelamento de matrículas ou registros. O INCRA apontou quatro motivos para isso: primeiramente, porque o município é relativamente recente, fundado em 19 de dezembro de 1955, e não havia muitos registros de terras rurais realizados no cartório. Em segundo lugar, a comissão de correição estava à procura de fraudes envolvendo imóveis a partir de 100 módulos fiscais (10.000,00 hectares), e os imóveis particulares registrados na comarca possuíam área inferior. Em terceiro lugar, as terras alienadas foram tituladas pela Prefeitura Municipal de Juruá. Por fim, as irregularidades identificadas na alienação de terras públicas pela prefeitura municipal envolviam terras de domínio do estado alienadas pela Prefeitura Municipal, e

somente o Governo do Estado poderia solicitar o cancelamento junto à Corregedoria (AMAZONAS, [2001]f; LIMA, 2002).

Portanto, apesar de não terem sido realizados cancelamentos de registros, as irregularidades foram detectadas, mas não se tomou providências no âmbito das correções extraordinárias realizadas naquele ano. Todavia, a Corregedoria acolheu a sugestão do INCRA de comunicar a Procuradoria Geral do Estado do Amazonas quanto à existência de tais irregularidades.

3.9 CORREIÇÃO NA COMARCA DE ITAMARATI

Em Itamarati, não foram realizados cancelamentos porque não havia registros de imóveis rurais naquela comarca (AMAZONAS, 2001h). A terra rural, portanto, era integralmente pública.

3.10 CORREIÇÃO NA COMARCA DE CARAUARI

Em Carauari, o INCRA identificou 15 situações irregulares, mas somente em 10 foram realizados as retificações e os cancelamentos solicitados pelo INCRA. Ainda assim, o relatório final das correções faz um alerta para a situação dos registros no município. A Corregedoria aponta que existem mais de 7.000.000,00 hectares registrados no cartório da comarca, enquanto o município possuía somente 2.576.961,10 hectares. O município teria que ser quase três vezes maior para poder comportar a área dos imóveis registrados. Entretanto, foram cancelados registros que faziam referência a 646.136,72 hectares, o que corresponde a aproximadamente 25% da área do município restando, portanto, vários casos de grilagem de terras persistem.

Ao todo, uma transcrição e oito matrículas foram canceladas e uma matrícula foi retificada (Quadro 12). O relatório final da correção indica somente que a transcrição e as matrículas foram canceladas “porque lavradas em desacordo com a legislação vigente”. No entanto, os provimentos apontam com mais detalhes as irregularidades cometidas.

Quadro 12 – Cancelamentos realizados na comarca de Carauari

Provimento	Motivo	Área cancelada (ha)
02	Decisão com base no relatório do INCRA	36.000,00
03	Decisão com base no relatório do INCRA	32.000,00
04	Decisão com base no relatório do INCRA	186.250,00
05	Decisão com base no relatório do INCRA	20.337,91
06	Decisão com base no relatório do INCRA	10.189,50
07	Decisão com base no relatório do INCRA	26.261,71
08	Decisão com base no relatório do INCRA	20.465,50
09 *Retificação	Decisão com base no relatório do INCRA	13.763,22*
10	Decisão com base no relatório do INCRA	300.301,00
11	Decisão com base no relatório do INCRA	14.331,10
Total		659.899,95
* valor não somado ao total, pois se trata de retificação.		

Fonte: Adaptado de Lima (2002).

O imóvel de maior volume cuja matrícula foi cancelada na comarca de Carauari foi o Três Bocas, com 186.250,00 hectares, atingido pelo Provimento 04/2001, de 16 de julho de 2001. Segundo consta no provimento, o título utilizado para o ato registral foi um Laudo Pericial para Retificação, o que não está previsto no artigo 221 da Lei 6.015/73, ou seja, não é um documento válido para o registro de imóveis.

O Provimento 03/2001, de 16 de julho de 2001, cancelou a matrícula do imóvel São Miguel, com 32.000,00 hectares, contendo 43 estradas de seringueiras. Curiosamente, o imóvel foi registrado sem que constasse o nome do beneficiário. Esse foi um dos motivos do cancelamento da matrícula, tendo em vista a obrigatoriedade da indicação do nome, domicílio e nacionalidade do proprietário do imóvel. Outro motivo foi a inexistência da indicação do título de origem do imóvel, contrariando as determinações da Lei de Registros Públicos (Lei 6015/73).

Por meio do Provimento 02/2001, de 16 de julho de 2001, da comarca de Carauari, o imóvel denominado Seringal Itapoan teve uma transcrição cancelada (Transcrição 482, do livro 3-A-1, fls 165, de 13/08/1976). Isso porque a origem desse imóvel está vinculada à aglutinação de 7 imóveis sem áreas definidas, dimensionados apenas como “estradas de seringueiras”, mas que aparecem na transcrição com uma área total de 36.000,00 hectares. Além disso, o registro continha rasuras sobre a área e sobre o nome do adquirente.

Essa questão do dimensionamento de imóveis surgidos de títulos ou concessões de seringais e castanhais é um fato recorrente nos autos das correções realizadas em 2001. Títulos e concessões de uso, inicialmente sem área definida, foram registrados indevidamente e iam

ganhando corpo em transações fraudulentas nos cartórios. Dessa maneira, surgiram registros de dezenas de grandes imóveis no estado do Amazonas.

Entre os imóveis rurais que não tiveram suas matrículas cassadas está um conjunto de 20 imóveis adquiridos pela empresa Moraes Madeiras Ltda., cuja área total dos imóveis, que era 44.584,35 hectares, passou a ser de 1.275.163,40 hectares através de uma sentença judicial em “Ação de Demarcação”. A Corregedoria Justificou o não cancelamento porque as irregularidades estão apoiadas em decisões judiciais, não cabendo o cancelamento administrativo.

Em situação semelhante, foram negados outros dois pedidos de cancelamento, cujas respectivas áreas não foram explicitadas no relatório final da correição extraordinária na comarca de Carauari. Um desses casos foi debatido pela Câmara Federal na CPI da Grilagem. Trata-se de 10 imóveis que, em 1975, quando adquiridos pela APLUB Agroflorestral Amazônia S/A²⁴⁴, foram alvos de ação demarcatória, julgada pelo magistrado de Carauari, que permitiu o registro de 1.464.597,38 hectares de área contínua, passando a ser chamado de Gleba Santa Rosa do Tenquê. Entretanto, as transcrições e matrículas que deram origem ao imóvel apresentam “vícios de origem e irregularidades graves”, conforme relatou a Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas (LIMA, 2002, p. 133).

Antes da ação demarcatória, os imóveis estavam em diferentes situações. Entretanto, a maioria deles foi registrada pelo cartório de Carauari a partir de Escritura de Compra e Venda, sem detalhamento da origem do imóvel. Ou seja, o registro não demonstra a partir de qual título de origem o imóvel deixou de pertencer ao patrimônio público. Na verdade, alguns dos imóveis que deram origem à Gleba Santa Rosa do Tenquê foram identificados como “simples posses” em certidão emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis de Carauari, em 20 de março de 2000, portanto, terras não alienadas do patrimônio público. Alguns deles não tinham sequer especificação da área (BRASIL, 2002a).

Em 1981, o Instituto de Terras do Estado do Amazonas (ITERAM) entrou com uma ação avocatória para tentar reverter a ação demarcatória. O pedido do ITERAM não foi atendido pelo Tribunal de Justiça do Amazonas. Em 1983, o ITERAM entrou com um recurso ainda no âmbito do Tribunal de Justiça do Amazonas. Entretanto, em 1985, a APLUB e o ITERAM entraram em acordo, em que a APLUB devolveu ao patrimônio público 551.634,36 hectares e o ITERAM reconheceu os outros 912.963,02 hectares como pertencentes à APLUB. O INCRA,

²⁴⁴ Os imóveis foram adquiridos pela Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil (APLUB) em condomínio com mais 34 pessoas, no dia 1º de novembro de 1974. No mesmo dia, foram transferidos para a APLUB AGRO FLORESTAL AMAZÔNIA S.A (BRASIL, 2000a; 2001a).

por sua vez, entrou com o pedido de cancelamento administrativo no âmbito das correições extraordinárias realizadas nas comarcas do sul do estado do Amazonas, mas o pedido foi negado pela Corregedora Geral de Justiça, pelo fato de existir sentença judicial transitada em julgado. No ano de 2001, a APLUB realizava exploração madeireira na área.

Outro pedido negado pela Corregedoria é o do imóvel São José I, registrado em 26 de outubro de 1972, que faz referência a um título expedido pelo Governo do Estado no final do século XIX (01 de junho de 1898). A Corregedoria justificou que, na época da titulação do imóvel, o registro público não era obrigatório. Entretanto, o registro define a área por uma unidade de medida linear (162.545.000 metros lineares), o que impossibilita a identificação do que seria verdadeiramente a área do imóvel.

Também foi negado o pedido de cancelamento de um conjunto de imóveis que somam 18.108,40 hectares, adquiridos pela Firma Comercial Agropecuária Industrial Uara Ltda. Isso porque faz referência a registros anteriores no Cartório da Comarca de Tefé, e a comissão de correição não estava em posse desses livros para fazer a verificação das irregularidades apontadas.

3.11 CORREIÇÃO NA COMARCA DE HUMAITÁ

O INCRA fez levantamentos nos livros dos serviços registrais do 1º e do 2º ofício da comarca de Humaitá e solicitou providências referentes a irregularidades existentes em 5 imóveis registrados. Entretanto, a Corregedoria Geral de Justiça atendeu somente duas solicitações por meio dos provimentos 02 e 03, cancelando inicialmente 51.735,94 hectares. Posteriormente, com a edição do provimento 04, que retificou o provimento 02, a área cancelada foi minorada para 50.989,79 hectares (Quadro 13). Os demais casos não foram atendidos sob a justificativa de que “não se detectou, de forma inequívoca e de plano, as irregularidades nas matrículas dos referidos imóveis” (AMAZONAS, [2001]j).

Quadro 13 – Cancelamentos realizados na comarca de Humaitá

Provimento	Motivo	Área cancelada (ha)
02	Área aumentada sem título que justifique	15.000,00*
03	Área aumentada sem título que justifique	36.735,94
04	Retificou o Prov. 02	-746,15*
Total		50.989,80
* o provimento 2 foi retificado pelo 4, devolvendo a área original de 746,15 do imóvel registrado.		

Fonte: Adaptado de Lima (2002).

Ao editar o Provimento 02/2001, em 03 de setembro de 2001, a Corregedoria cancelou a área total do imóvel denominado Independência registrado no cartório de Humaitá. Em 28 de julho de 1962, o imóvel havia sido registrado com área de 20 estradas de seringueiras ou 746,15 hectares. Em 27 de abril de 1964, suas dimensões foram aumentadas para 15.000,00 hectares, sem qualquer título que justificasse tal ampliação. A Corregedoria, entretanto, editou posteriormente o Provimento 04/2001, retificando o anterior e explicitando que subsiste a área originalmente registrada, em 28 de julho de 1962, de 746,15 hectares.

Já o Provimento 03/2001, de 03 de setembro de 2001, cancelou a transcrição que, em 18 de junho de 1973, havia elevado a área do imóvel Bom Futuro de 5.788,00 hectares para 42.523,95 hectares. O valor excedente surgiu da divisão do imóvel pelos herdeiros de Waldemar Lamarão de Carvalho, sendo um imóvel de 21.261,97 hectares (correspondente a 50% da soma da área dos imóveis resultantes) e outros 8 imóveis de 2.657,75 hectares. Como não havia menção a título que justificasse tal ampliação, a Corregedoria efetuou o cancelamento das transcrições, reestabelecendo a área original de 5.788,00 hectares. Um dos herdeiros, em 18 de julho de 1978, chegou a utilizar a parte que lhe cabia da terra grilada como garantia de operação financeira, ou seja, ele hipotecou o imóvel junto ao Banco do Brasil, com posterior resgate.

Os imóveis rurais Benfica, com 2.032,80 hectares, Assumpção, com 99.545,75 hectares, e Bella Vista, com 83.183,97 hectares, foram registrados a partir de uma “Carta Sentença” de arrematação em leilão. É um documento antigo, de 17 de setembro de 1921, onde consta como adquirente o Banco do Brasil S/A, agência de Belém do Pará, e, como transmitente, Antônio Francisco Moreira. Entretanto, não consta de que forma o imóvel foi alienado do patrimônio público e nem menção a registro anterior. Por outro lado, fica evidenciado que o rentismo faz parte da prática da grilagem no estado há muito tempo. A Corregedoria não efetuou o cancelamento das matrículas e dos registros porque entendeu que as matrículas foram realizadas por ordem judicial, não cabendo o cancelamento por via administrativa.

Em outro caso, que também não foi acolhido pela Corregedoria, o INCRA identificou um registro com 275.022,43 hectares grilado na Comarca de Humaitá. O imóvel Boa Esperança foi registrado pela primeira vez no dia 26 de junho de 1980, sob a apresentação de um título de propriedade, de 1905, emitido pelo Governo do Estado do Amazonas em favor da firma Alonso Bastos & CIA. A CPI também realizou a análise desse caso.

Durante a análise do imóvel Boa Esperança, a CPI iniciou sua investigação devido à volumosa área definida no registro do imóvel. E, após análise do título de propriedade apresentado, a Comissão passou a tratar como um caso de grilagem. Isso porque o documento de origem apresentava rasuras e um erro gramatical importante que evidenciava sua falsidade. Ao definir a área do imóvel no documento falsificado, os grileiros escreveram a palavra “bilhão”, conforme seu uso contemporâneo. Acontece que, em 1905, ano em que o título teria sido expedido pelo Governo do Estado do Amazonas, a expressão utilizada para definir esse numeral era “billão”, enquanto a palavra bilhão era utilizada com significação completamente diferente.

Após essa primeira evidência, a CPI identificou outras irregularidades referentes ao imóvel Boa Esperança. A primeira delas é que parte dos direitos sobre os títulos estavam sob o domínio de um já conhecido grileiro de terras. Em seguida, identificou-se que o imóvel não atendia aos requisitos do Regulamento de Terras do Estado do Amazonas, promulgado pelo Decreto 644, de 1º de dezembro de 1903, que estabelecia que o governo só poderia alienar imóveis com até 10.000,00 hectares, e que um mesmo indivíduo somente poderia receber o total de 30.000,00 hectares em imóveis alienados pelo estado²⁴⁵.

O imóvel foi desmembrado diversas vezes, e o INCRA e a Câmara Federal identificaram hipotecas e penhoras por dívidas de empresas com instituições financeiras sobre esses desmembramentos. Por exemplo, Mônica Yvonne Rosemberg fez uma hipoteca, em 22 de abril de 1988, como avalista da empresa Lokab S.A., em favor do Banco Econômico de Investimentos SA, no valor de Cz\$ 500.000.000,00. Pelo menos outros sete desmembramentos sofreram penhora em ações de execução de dívida adquiridas junto ao Banco do Brasil, em 1998, pelas empresas Valle Verde Terraplanagem Ltda., Cagiva Trabalho Temporário Ltda.,

²⁴⁵ Decreto 644, de 1º de dezembro de 1903:

“Art. 27 - Não poderão ser vendidos a um só indivíduo mais de trezentos milhões de metros quadrados [corresponde a 30.000 hectares], respeitados, bem entendido, os limites estabelecidos nos Artigos 29 e 30 para as dimensões de cada lote.

[...]

Art. 29 - A área de cada lote rural não excederá a cem milhões de metros quadrados [correspondente a 10.000 ha], não podendo a linha de frente, que será medida em linha reta, exceder a dez mil metros lineares nem ser inferior à linha de fundo, a não ser que limites hydrographicos definam-as.”.

Construtora RDF Ltda., Osterno Dias de Carvalho Filho, Standard Construções e Empreendimentos Ltda., Equimaq Loc de Máquinas e Equipamentos Ltda. e Standart Construções Metálicas Ltda. (BRASIL, 2002a; LIMA, 2002).

Nos desmembramentos realizados sob a matrícula do imóvel Boa Esperança, apareceram como adquirentes empresas de transporte urbano, semelhante ao que ocorreu nas comarcas de Canutama e Tapauá. Em 29 de junho de 1999, as empresas Auto Viação Presidente Vargas e Auto Viação ABC Ltda. adquiriram 14.000,00 hectares e 22.000,00 hectares, respectivamente. Um ano depois, em 22 de agosto de 2000, foi realizada uma averbação do imóvel de 22.000,00 hectares em que a Auto Viação ABC Ltda. transmitiu o domínio do imóvel ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por decisão judicial, em pagamento de dívidas da empresa junto ao instituto (BRASIL, 2002a; LIMA, 2002).

Os imóveis desmembrados do Boa Esperança, portanto, vinham sendo utilizados para operações fraudulentas. Entretanto, o imóvel e seus desmembramentos não sofreram cancelamentos administrativos pela Corregedoria. No relatório final da Correição na comarca de Humaitá, a Corregedoria alega que não se verificou nos registros a irregularidade apontada pelo INCRA ao justificar o pedido de cancelamento (LIMA, 2002).

O relatório do INCRA trouxe ainda a somatória da área dos imóveis registrados em Humaitá. Segundo esse relatório, as terras registradas na comarca somam mais de 5 milhões de hectares, enquanto o município tem 3.086.600,00 hectares. Portanto, mesmo que a Corregedoria tivesse cancelado todos os registros que foram solicitados pelo INCRA, a soma da área dos imóveis restantes ainda excederia a área total do município.

3.12 CORREIÇÃO NA COMARCA DE NOVO ARIPUANÃ

Nesta comarca, o INCRA identificou 170 situações envolvendo o registro irregular de imóveis rurais, em 166 delas, a Corregedoria editou provimentos. Os registros cancelados faziam referência a 10.705.081,87 hectares, ou 166% da área do município. Devido ao grande número de irregularidades detectadas, o INCRA solicitou também o afastamento do Oficial de Registro Público dessa comarca, e a Corregedoria afastou o oficial por 60 dias²⁴⁶. Pode-se dizer que, nessa comarca, as providências foram tomadas no “atacado”, visto que os provimentos foram editados conforme as irregularidades detectadas. Os imóveis foram agrupados de acordo com as irregularidades detectadas, e cada provimento atingiu um grupo de irregularidades. Por

²⁴⁶ Portaria 120/2001, de 11 de janeiro de 2011.

esse motivo cada provimento cancelou matrículas, registros e averbações de diferentes imóveis, e apenas 16 provimentos foram editados, o que dá uma média de mais de 11 imóveis cancelados por provimento (Quadro 14).

Os provimentos agruparam os imóveis da seguinte maneira:

1. Provimentos 02/2001 – surgidos de desmembramentos da Gleba Lisboa, que teve a matrícula cassada pela Corregedoria em 1987;
2. Provimento 03/2001 – surgidos em duplicidade a partir de desmembramentos da Gleba Lisboa;
3. Provimento 04/2001 – levados a registro tendo por base título inábil (CCIR ou certificado de averbação “sem número”);
4. Provimento 05/2001 – sem referência a registro anterior transferindo o domínio do patrimônio público para o privado;
5. Provimento 06/2001 – duplicidade de vendas referente aos imóveis, acarretando quebra de cadeias dominiais;
6. Provimento 07/2001 – necessidade de averbar na matrícula antiga acerca da abertura de nova matrícula sobre um mesmo imóvel, a fim de evitar irregularidades;
7. Provimento 08/2001 – com cadeia dominial iniciada a partir de outorga de título de propriedade que teria beneficiado Bernardo Teócrita de Oliveira, mas que não consta nos registros da SUHAB ou do INCRA;
8. Provimento 09/2001 – com quebra de cadeia dominial dada a inexistência de vínculo entre os imóveis e registros anteriores;
9. Provimento 10/2001 – surgidos a partir da matrícula 952, cancelada pelo Provimento 09/2001;
10. Provimento 11/2001 – cujas fichas (substitutas legais das folhas de seus respectivos livros) não foram encontradas nos fichários existentes no cartório. Entretanto, os documentos existem no acervo do INCRA e foram fornecidos poucos meses antes pelo próprio cartório, dando conta da suposta existência dos imóveis, e que poderiam ser utilizadas para a permanência de fraudes após o término do trabalho correicional (essas matrículas foram canceladas preventivamente);
11. Provimento 12/2001 – cujas fichas (substitutas legais das folhas de seus respectivos livros) não foram encontradas nos fichários existentes no cartório. Entretanto, os pretensos proprietários apresentaram a documentação junto ao INCRA, a fim de obterem o cadastro do imóvel, dando conta da suposta existência dos imóveis, e que

poderiam ser utilizadas para a permanência das fraudes após o termino do trabalho correicional (essas matrículas foram canceladas preventivamente);

12. Provimento 13/2001 – cuja matrícula foi aberta com aumento indevido de área (apenas imóvel Jará);
13. Provimento 14/2001 – cujas matrículas foram abertas com aumento indevido de área, tendo por base Escritura Pública de Re-Ratificação;
14. Provimento 15/2001 – duplicidade de registros lavrados sobre o mesmo imóvel e aumento indevido de área quando da abertura das matrículas;
15. Provimento 16/2001 – inexistência das fichas correspondentes às matrículas.

Quadro 14 – Cancelamentos realizados na comarca de Novo Aripuanã

Provimento	Área cancelada (ha)
02	1.262.880,00
03	396.880,00
04	93.000,00
05	2.710.504,90
06	336.703,00
07	0,00
08	1.455.248,80
09	352.930,00
10	37.966,00
11	1.546.976,67
12	1.534.600,00
13	48.942,50
14	358.370,00
15	570.080,00
16	0,00
Total	10.705.081,87

Fonte: Adaptado de Lima (2002).

A Corregedoria cancelou matrículas, registros e averbações de imóveis rurais surgidos do imóvel Gleba Lisboa, pois os imóveis surgidos a partir da Gleba eram nulos de pleno direito, visto que, em 1985, o INCRA já havia solicitado o cancelamento do imóvel Gleba Lisboa, e o pedido foi atendido pela Corregedoria, em 1987, pelo Provimento 09/1987. Entretanto, no dia 04 de outubro de 1992, o cartório sofreu um incêndio criminoso durante a apuração do pleito municipal, resultando na perda de seu acervo. A Corregedoria autorizou a reconstrução do acervo do cartório²⁴⁷. Entretanto, nos registros surgidos a partir de então, não constou o

²⁴⁷ Provimento 034/1992, de 09 de novembro de 1992, da Corregedoria Geral de Justiça, determinou a reorganização do acervo do cartório que foi destruído por ocasião do incêndio do dia 04 de outubro de 1992.

cancelamento do imóvel pelo Provimento 09/1987. O INCRA teve que realizar novo pedido, que foi atendido pelo Provimento 02/2001, cancelando os registros de 22 imóveis que somavam 1.262.880,00 hectares e pelo Provimento 03/2001, que cancelou mais 05 imóveis surgidos da Gleba que somavam 396.880 hectares.

Entre os atingidos pelo Provimento 02/2001 estão várias empresas sediadas no estado do Mato Grosso²⁴⁸. E a maior atingida é a empresa Colonizadora Vale do Rio Ferro Ltda., que perdeu 362.880,00 hectares em quatro imóveis matriculados e adquiridos de José Antônio França.

Mas os desdobramentos do caso Lisboa foram ainda mais amplos. Baseado na descrição desse imóvel, outra matrícula foi aberta com igual dimensão (108.000,00 alqueires, que equivale a 522.720,00 hectares). Em 1985, ano em que o INCRA solicitou o cancelamento do imóvel Lisboa (Matrícula 0012), o oficial do cartório de Novo Aripuanã, Geramilton de Menezes Weckner, teria registrado o imóvel Fazenda Paraná (Matrícula 649), que tem exatamente as mesmas dimensões, limites e confrontações, portanto, trata-se do mesmo imóvel. Teoricamente, quando a corregedoria cancelou a matrícula 0012 (Lisboa), a fraude já havia sido renovada por meio da matrícula 649 (imóvel Fazenda Paraná).

O imóvel teria sido adquirido por José Ribamar Furtado a partir da compra feita a Francisco Gonzaga. A matrícula foi realizada no cartório de Novo Aripuanã tendo por base uma Escritura de Compra e Venda lavrada no próprio cartório. Entretanto, a Câmara Federal apontou que Francisco Gonzaga é um fantasma, ou seja, pessoa inexistente, um indivíduo fictício utilizado como testa de ferro para encobrir a atividade grileira²⁴⁹. Já o comprador era funcionário da Divisão de Cadastro do INCRA. Nos registros existentes não constam os números dos documentos de identificação ou dados pessoais, somente o nome Francisco Gonzaga, enquanto o comprador foi apresentado com seus documentos, endereço e outros dados pessoais.

Segundo o registro, a aquisição da Fazenda Paraná teria ocorrido por meio de Escritura de Compra e Venda, em 20 de outubro de 1987, e não há registro de como essa terra teria saído do domínio público. Entretanto, o registro das transações que teriam sido realizadas ocorreu

²⁴⁸ Colonizadora Vale do Rio Ferro Ltda., Engenharia Comércio e Indústria Ltda. (ENCOMIND), Construtora da Barra Ltda. (C.B.L), N. M. Terraplanagem e Serviços Ltda., Pataxó Construções e Serviços de Limpeza Ltda., Planejamento, Engenharia e Construção Ltda. (PLAENCO) e Dosualdo Distribuidora de Bebidas Ltda.

²⁴⁹ Ministério Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária definem fantasma como “pessoas fictícias, nomes criados apenas para levar a fraude a cabo nos cartórios” (BRASIL, 1999c, p. 4). O caso mais conhecido de “fantasma” é o de Carlos Medeiros, que figura na cadeia dominial de imóveis grilados no estado do Pará, tendo sido utilizado na grilagem de 9 a 12 milhões de hectares, segundo a Câmara Federal (CPI, p. 595).

tardiamente. Em decorrência do incêndio ocorrido em 1992, a Corregedoria determinou a reorganização do acervo do cartório. Utilizando-se dessa janela, o oficial do cartório, Geramilton de Meneses Weckner, matriculou o imóvel em 25 de março de 1996 (Câmara Federal, relatório final da CPI, 2001). O oficial era o mesmo que teria registrado anteriormente a Escritura de Compra e Venda do imóvel em 1987.

Em 08 de agosto de 1996, o Instituto Fundiário do Amazonas (IFAM) emitiu a Certidão de Nº 489/996, atestando a existência do imóvel e, para isso, utilizou-se da Escritura de Compra e Venda, fechando assim o círculo vicioso da grilagem. A validade do registro estava falsamente atestada pela certidão do IFAM, dando conta da existência de um título sobre o imóvel, mas essa certidão estava baseada no registro cartorial, e não nos dados do acervo do IFAM.

Em 05 de fevereiro de 2001, a Superintendência de Habitação e Assuntos Fundiários (SUHAB) – substituta legal do IFAM –, por solicitação do INCRA, emitiu a certidão número 31/2001, certificando a inexistência do imóvel em Fazenda Paraná em seu acervo fundiário. A certidão foi elaborada pela assistente técnica, Maria das Graças C. Campelo, outrora Gerente de Documentação Fundiária do IFAM, que havia assinado anteriormente a Certidão de Nº 489/996, juntamente com o Procurador Chefe Jacintho Bottinelly e o Diretor Presidente José Maia.

Com base na documentação juntada pelo INCRA, a Corregedoria editou o Provimento 11/2001, cancelando preventivamente o imóvel denominado Fazenda Paraná juntamente com outros 12 imóveis. Os 13 imóveis cancelados tinham em comum o fato de que suas fichas (substitutas das páginas do livro de registro de imóveis perdido no incêndio) não foram encontradas no cartório durante coleta dos documentos pela comissão de correição. Entretanto, o INCRA tinha conhecimento desse material através de cópias fornecidas anteriormente pelo próprio registrador (Figura 5).

Figura 5 – Fichas substitutas das folhas dos livros de registro de imóveis da Fazenda Lisboa e da Fazenda Paraná

REGISTRO DE IMÓVEIS	
Livro Nº. 2-A/5	Registro Geral PÍS. 058
Matrícula Nº. 649	- IMÓVEL: Uma gleba de terras com 108.000/108.000/
Adquirente do Poder Adquirido Cidade de Roraima (Brasil)	a) alqueires geométricos, ou seja, 522.720/
IMÓVIL	hectares, 00 ares, 00 centiares, denomi-
Nova Arapuanã - Amazonas - Brasil	nada "Fazenda Parana", neste Município
Oficial Registrador H. Waldner	e Comarca de Novo Aripuanã, Estado do
	Amazonas, outrora Comarca de Borba/AM; Características e
	Confrontações: Ponto Inicial - Cabeceira do Igarapé Jordão,
	por este abaixo até sua foz, no Rio Arapuanã, por este abai-
	xo até o Riacho do Machadinho, por este acima até a sua ca-
	baceira, daí pelo espigão até encontrar as cabeceiras do
	Igarapé Jordão, onde teve início; Essas divisas se referem
	a uma área maior: Propriedade essa situada no Município do
	Novo Aripuanã fechando assim o polígono irregular com a
	área acima descrita.
R.01.826 - Novo Aripuanã, 20 de julho de 1989.	
TRANSMITENTE: FRANCISCO GONZAGA.	
ADQUIRENTE: JOSÉ RIBAMAR FURTADO, brasileiro, solteiro, fun-	
cionário público, portador do R.G. nº [redacted]	
SEREG/AM a M.P.R. av [redacted], residente	
e domiciliado em Manaus, AM.	
TÍTULO - Escritura de Compra e Venda.	
FORMA DO TÍTULO: Escritura de Compra e Venda, lavrada em	
Livro nº 03/C, nas fls. 054, datada de	

Fonte: NOVO ARIPUANÃ (1992) e NOVO ARIPUANÃ (1985), respectivamente.

Outro caso interessante é o dos imóveis atingidos pelo Provimento 04/2001. O provimento cancelou três grandes imóveis que, segundo o que apresentavam os registros, teriam sido alienados do patrimônio público pelo INCRA e pela Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã. O primeiro deles, Fazenda Milena, com área de 48.000,00 hectares, teria sido alienado pelo INCRA, em favor de Adriane Unan Godinho Rodrigues. Os outros dois imóveis, seringais Seringueiro do Norte e Porto Seguro, cada um com 15.000 hectares, teriam sido alienados pela Prefeitura Municipal. Entretanto, o cancelamento se deu pelo fato de que os imóveis foram levados a registro tendo por base documentos inválidos para esse fim, pois estavam em desacordo com o Decreto 4.857, de 9 de novembro de 1939²⁵⁰ e o Código Civil de

²⁵⁰ O Decreto 4.857, de 9 de novembro de 1939 (CAPÍTULO V: TÍTULOS) estabeleceu os documentos válidos para este fim:

“Art. 237. Serão somente admitidos a registro:

a) escrituras públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros;

b) escritos particulares assinados, com firma reconhecida, perante duas testemunhas e devidamente selados, nos casos de locação, de penhor agrícola, ou de contratos constitutivos ou translativos de direitos reais sobre imóveis de valor não superior a um conto de réis, ressalvados, nesta última hipótese, os contratos de promessa de compra

1916²⁵¹. Os registros foram realizados mediante a apresentação de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR)²⁵², fornecidos pelo INCRA, ou certificado de averbação não identificável (sem número).

Também foram cancelados imóveis associados ao Grupo Falb pelos provimentos 05, 08, 14 e 15. Sendo que todos os imóveis cancelados pelos provimentos 14 e 15 estavam registrados em favor de TECMIN, do Grupo Falb e foram cancelados por “aumento indevido de área quando da abertura das matrículas”, ocorrido de “forma unilateral, através de Escritura Pública de Re-Ratificação” (AMAZONAS, 2001m, p.1)²⁵³. No caso do Provimento 14/2001, houve também a quebra da cadeia dominial, visto a “inexistência de vínculo entre estes imóveis e seus registros anteriores na Comarca de Borba, de onde o Município de Novo Aripuanã foi Termo Judiciário” (p. 1). A soma dos registros cancelados nesses dois provimentos dava conta de uma área de 928.450,00 hectares.

Os registros cancelados pelos provimentos 14 e 15 têm cadeias dominiais muito semelhantes. Os primeiros registros dos imóveis teriam sido feitos entre 1925 e 1928, já como imóvel privado e sem fazer menção a título outorgado pelo estado. A partir do segundo registro, há uma sucessão idêntica dos cinco beneficiários: Firma J.R. Cunha & CIA Ltda. (adquirido entre 1927 e 1929); Manoel Figueiredo de Barros (entre 1930 e 1935); Maria Luiza Hidalgo de Lima Barros (1979), Falb Saraiva de Farias (1985-1992) e, por fim, Tecnologia Mineral S/A (TECMIN) (1992), da qual Falb foi sócio-gerente. Na passagem dos imóveis de Manoel para Maria, foram atribuídas áreas aos 11 imóveis variando de 55.815,00 até 117.125,00 hectares (Figura 6).

e venda de lotes pelo regime instituído pelo decreto-lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937, que serão averbados m conformidade com as disposições desta lei;

c) autos autênticos de países estrangeiros, com caráter de instrumento público, legalizados e traduzidos, competentemente, no idioma, nacional;

d) cartas de sentença, mandados, formais de partilha e certidões extraídas de processo.”.

²⁵¹ Código Civil de 1916 (Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916):

“Art. 145. É nulo o ato jurídico:

I. Quando praticado por pessoa absolutamente incapaz (art. 5).

II. Quando for ilícito, ou impossível, o seu objeto.

III. Quando não revestir a forma prescrita em lei arts. 82 e 130).

IV. Quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

V. Quando a lei taxativamente o declarar nulo ou lhe negar efeito.

²⁵² O registro estava sujeito a Lei 4.947, que estabelece penalidades para quem realizar o registro a partir de cadastros do IBRA (atual Incra):

“Art. 19 - Utilizar, como prova de propriedade ou de direitos a ela relativos, documento expedido pelo IBRA para fins cadastrais ou tributários, em prejuízo de outrem ou em proveito próprio ou alheio:

Pena: Reclusão de 2 a 6 anos.”.

²⁵³ Esse trecho do Provimento 14/2001 se repete *ipsis litteris* no Provimento 15/2001, de 18 de outubro de 2001 (AMAZONAS, 2001n, p.1).

Figura 6 – Transcurso dos imóveis relacionados ao grupo Falb

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

3.13 CORREIÇÃO NA COMARCA DE BOCA DO ACRE

Os trabalhos correicionais em Boca do Acre foram iniciados em 17 de agosto de 2001. O INCRA identificou 35 irregularidades, em 32 delas a Corregedoria Geral de Justiça tomou as providências solicitadas. Os registros cancelados faziam referência a 2.921.591,55 hectares, enquanto o município possuía 2.240.254,00 hectares²⁵⁴. Portanto, os cancelamentos atingiram uma área correspondente a 130% do território do município (Quadro 15). Ações de Usucapião de áreas públicas formaram grande parte dos imóveis que tiveram seus registros cassados em pelo menos seis provimentos. O relatório da correição desse município é o mais volumoso, ocupando mais de 100 páginas do relatório consolidado, devido ao grande número de registros cancelados principalmente no Provimento 02/2001.

²⁵⁴ Em 2008, o IBGE realizou uma nova delimitação da fronteira entre os estados do Acre e Amazonas. Com a nova delimitação, o Amazonas perdeu 1.158.387,00 hectares em sete municípios (Atalaia do Norte, Boca do Acre, Eirunepê, Envira, Guajará, Ipixuna e Pauini), e o município de Boca do Acre passou a ter 2.193.859,20 hectares.

Quadro 15 – Cancelamentos realizados na comarca de Boca do Acre

Provimento	Área cancelada (ha)
02	1.090.212,89
03	209.031,00
04	34.740,00
05	23.100,00
06	15.000,00
07	10.000,00
08	341.663,00
09	28.870,00
10	666.163,69
11	100.000,00
12	38.899,36
13	2.376,57
14	14.341,52
15	35.410,00
16	311.783,52
Total	2.921.591,55

Fonte: Adaptado de Lima (2002).

No Provimento 02/2001, foram canceladas matrículas e registros com origem em oito grandes imóveis que somam mais de um milhão de hectares. Um deles segue o *script* dos imóveis relacionados ao Grupo Falb. Ou seja, na década de 1970, o Grupo Falb adquiriu o imóvel São Miguel, sem área definida, da senhora Maria Luiza Hidalgo Lima de Barro, herdeira de Manoel de Barros. Durante as transmissões no cartório, o imóvel passou a ter 107.000,00 hectares (1973). Mais algumas movimentações no cartório e a área foi aumentando e se multiplicando em novos imóveis. Entre 1999 e 2000, já fora do domínio do grupo Falb, ocorreram 67 desmembramentos, com áreas em torno de 500,00 a 4.000,00 hectares, beneficiando principalmente três empresas de Transporte e um advogado do Estado de Rondônia (Figura 7).

O Provimento 16/2001 também cancelou matrículas relacionadas ao grupo Falb e ao grupo Cordeiro e Silva. O imóvel Inauhiny, com área total de 311.783,52 hectares, onde figuram nas transferências de domínio pessoas do Grupo Falb.

Figura 7 – Transcurso do imóvel São Miguel

Fonte: Elaborado por Tiago Maiká Müller Schwade (2018).

Entre os casos de Ações de Usucapião, cabe destacar o do imóvel Recreio de Santo Antônio, com 100.000,00 hectares, atacado pelo Provimento 11/2001. O imóvel surgiu oficialmente em 24 de novembro de 1973, quando a juíza em exercício, Maria da Paz Gomes Antônio, julgou procedente o pedido da empresa Irmãos Ale. Entretanto, em 1977, o 2º Subprocurador-Geral da República, Gildo Corrêa Ferraz, solicitou o envio dos autos ao TFR na perspectiva de reverter a decisão da juíza local, tendo em vista que parte dessa terra pertencia à União. Em 1978, sob a relatoria do Ministro Carlos Veloso, a terceira turma do TFR acatou o pedido da Subprocuradoria, determinando o cancelamento da Usucapião e dos registros dela decorrentes. No mesmo ano, houve a averbação do cancelamento. Entretanto, em 1979, ocorreu uma nova averbação, na qual consta que o cancelamento anterior foi revogado²⁵⁵. Portanto, apesar de o cancelamento ter partido de um tribunal superior, os registros continuaram sendo realizados até que novamente fossem cancelados pela Corregedoria em 2001. Durante esse

²⁵⁵ O relatório do Incria não especifica os termos dessa averbação.

processo, o imóvel passou por vários desmembramentos, resultando em 24 imóveis menores, que também foram cancelados em 2001.

3.14 CORREIÇÃO NA COMARCA DE EIRUNEPÉ

Após oito meses de trabalhos correicionais nas comarcas do interior do Amazonas, a equipe chegou a Eirunepé, município situado na fronteira com o Acre. Os trabalhos na comarca se iniciaram no dia 13 de agosto de 2008. Nesse dia, a Comissão de Correição foi informada pela subtabeliã do cartório que o Livro de Registro de Imóveis 3-A havia desaparecido. Esse fato teria sido identificado poucos dias antes, quando a subtabeliã registrou a ocorrência na delegacia de polícia do município²⁵⁶. Isso não impediu que ocorressem cancelamentos.

Além das muitas ilegalidades existentes, por suposta má fé, foram detectadas também muitas irregularidades que aparentam descuidos e desconhecimento. Os relatórios do INCRA e da Corregedoria se reportam a problemas como livros “em estado deplorável de conservação”, “erros grosseiros”, rasuras sobre as áreas registradas (indicando aumento ilegal), confusões entre unidades de medida de área e lineares e ausência de especificação da unidade de medida.

Em Eirunepé, o INCRA identificou 39 casos com irregularidades, a grande maioria relacionada à inexistência de título transferindo o imóvel do patrimônio público para o privado. Em 34 casos a Corregedoria tomou providências. Os registros cancelados faziam referência a 4.445.004,28 hectares, enquanto o município possuía 1.607.900,00 hectares²⁵⁷. Portanto, os cancelamentos atingiram cerca de 276% do território do município. Nesse cálculo, não se considerou o caso do imóvel Cujubim, cujo registro indicava uma área de 313.123.173,75 hectares, duas vezes maior que o estado do Amazonas. O caso Cujubim foi considerado um “erro grosseiro” no relatório da Corregedoria (Quadro 16).

²⁵⁶ Certidão de ocorrência policial datada de 27 de julho de 2001.

²⁵⁷ Em 2008, o IBGE realizou uma nova delimitação da fronteira entre os estados do Acre e Amazonas. Com a nova delimitação, o município de Eirunepé passou a ter 1.496.624,40 hectares.

Quadro 16 – Cancelamentos realizados na comarca de Eirunepé

Provimento	Área cancelada (ha)
02	1.802.882,68
03	1.833.011,20
04	10.313,10
05	83.641,70
06	18.585,40
07	237.444,00
08	459.126,20
Total	4.445.004,28

Fonte: Adaptado de Lima (2002).

O caso do imóvel Foz do Jurupary é emblemático. Em 31 de outubro de 1974, data em que foi registrado, ele era constituído por 25 seringais, que, nos registros, somam 297.524,50 hectares ocupando terras nos estados do Acre e do Amazonas. Entretanto, os registros considerados anteriores nas cadeias dominiais foram registrados nesse mesmo dia e dão conta de somente 40.000,00 hectares. A maioria dos imóveis foi registrada sem área definida ou como estadas de seringueiras e nos registros não aparecem dados suficientes para fechar as cadeias dominiais, o que levou ao cancelamento dos registros pelo Provimento 02/2001. Em cinco dos registros tidos como imóveis originários, há menção a títulos definitivos expedidos pelo Governo do Estado do Amazonas entre 1900 e 1904, época em que Bolívia e Brasil disputavam as terras da região do território do Acre. Parte desse imóvel está atualmente sobre o estado do Acre, anexado pelo Brasil naquele mesmo período.

Em outro caso atingido pelo trabalho correicional, foram encontrados dois imóveis que teriam sido alienados através de títulos definitivos expedidos pela Prefeitura Municipal de Eirunepé. Um deles, expedido em 22 de março de 1982, transferiu para particulares uma área de 82.845,60 hectares, que se sobrepunha parcialmente a terras da União (Matrícula 682 do Livro 2-A-D). O outro título, de mesma data, transferiu para particulares 9.485,00 hectares que também pertencia parcialmente à União (Matrícula 683 do Livro 2-A-D). Como se pode notar, as áreas alienadas eram bem superiores ao teto constitucional estabelecido pela Constituição em vigor a época, que limitava em 3.000,00 hectares. Outro fato impeditivo dessa transferência é que as terras não pertenciam aos bens do município, o que impedia a transmissão realizada pela Prefeitura Municipal. Não satisfeitos com as dimensões do segundo imóvel, os grileiros ainda aumentaram sua área de 9.485,00 para 40.050,00 hectares.

Mas o caso é ainda mais complexo. Os dois imóveis supracitados têm suas origens no seringal Eiru, imóvel que teria sido titulado pelo Governo do Estado, cuja área era definida pelas estradas de seringueiras nele constantes. Portanto, os registros foram efetuados com duplicidade, tendo por base supostos títulos emitidos pelo governo do estado e pela prefeitura municipal e em momentos diferentes, mas referentes à mesma área, ainda que com extensões distintas. Ao desmembramento batizado de Mourão foi atribuído 11.262,00 hectares e ao Santo Antônio 8.815,41 hectares. Ambos tiveram suas áreas ampliadas, em 1978, passando a 17.815,40 hectares cada um. Posteriormente, em 29 de agosto 1988, passaram a ter 32.287,50 hectares, momento em que foram unificados em registro no cartório (Av-15-147 e Av-16-146).

Em 1988, o INCRA iniciou o processo de desapropriação para fins de reforma agrária dos imóveis Mourão e Santo Antônio, reconhecendo o domínio que tinha por base o título definitivo espedido pelo governo do estado – DR/MIRAD/AM nº 1918/88 SR/15 (AMAZONAS, [2001]l). Em 1992, pela “Escritura Pública de Transação e Desapropriação Amigável para Fins de Reforma Agrária”, o INCRA arrecadou os imóveis que teriam 21.525,00 hectares, desembolsando para isso o equivalente a CR\$ 3.575.526.483,00, representados por 67.845 Títulos da Dívida Agrária, resgatáveis em 10 anos. Entretanto, a escritura nunca foi averbada no Cartório de Registro de Imóveis de Eirunepé.

Na base de dados geográficos atual do INCRA, a área aparece como Projeto de Assentamento Extrativista Santo Antônio Mourão, em processo de instalação, com capacidade para 200 famílias e que abriga 206 famílias. Em 1988, no diagnóstico técnico para fins de desapropriação, o INCRA havia encontrado 96 famílias (459 pessoas) residindo nesse imóvel.

Em 2001, durante os trabalhos correicionais, o INCRA identificou várias irregularidades referentes a registros desses imóveis, culminando com o cancelamento de suas matrículas, registros e averbações constantes no Provimento 08/2001.

3.15 CORREIÇÃO NA COMARCA DE ENVIRA

Em Envira, apenas 5 situações de registros irregularidades foram detectadas pelo INCRA e todas foram canceladas pela Corregedoria. Os registros cancelados totalizam 156.499,00 hectares, o que correspondia a quase 12% do município²⁵⁸. Todos os cancelamentos foram realizados na edição do Provimento 02/2001. Os cancelamentos realizados na comarca

²⁵⁸ Atualmente, o município de Envira possui 750.580,80 de hectares, sendo o município com a maior proporção de perdas de área em decorrência da delimitação realizada, em 2008, pelo IBGE, redefinindo a fronteira entre os estados do Amazonas e Acre.

de Envira tinham como origem registros anteriores cancelados pelos provimentos 02 e 03 da comarca de Eirunepé.

Entretanto, nas matrículas realizadas no Cartório de Registro de Imóveis de Envira, também ocorreram ilegalidades. É o caso do Seringal Aty, que tinha origem em imóvel com 2.600,00 hectares registrado em Eirunepé, mas, quando foi registrado em Envira, passou a ter 52.424,00 hectares. O mesmo ocorreu com o imóvel Aracajú, com 8.000,00, que tinha origem no citado imóvel de 2.600,00 hectares. Mas ambas foram canceladas com base nos provimentos editados na Comarca de Eirunepé.

3.16 CORREIÇÃO NA COMARCA DE IPIXUNA

Em Ipixuna, o INCRA identificou apenas uma irregularidade, que foi cancelada pela Corregedoria através do Provimento 02/2001. O registro cancelado tinha 9.999,98 hectares, o que correspondia a 3,71% do município. O imóvel tinha origem em registro efetuado em Cruzeiro do Sul, no estado do Acre.

3.17 CORREIÇÃO NA COMARCA DE APUÍ

Em Apuí, a Comissão de Correição não encontrou nenhuma irregularidade referente a imóveis registrados com mais de 10.000,00 hectares. Por esse motivo o INCRA não formulou nenhum pedido de cancelamento. Entretanto, ao anunciar esse fato, a Corregedoria apontou que “não havendo áreas com tamanho superior ao mencionado, conclui-se que a comarca possui apenas imóveis urbanos, portanto, sem qualquer ilegalidade a ser sanada” (LIMAS, 2002, p. 356). A afirmativa é interessante, se analisada dentro do contexto dos latifúndios encontrados nos registros no Amazonas, pois retrata o imaginário em relação à questão agrária, como se ela se produzisse sobre imóveis com mais de 10.000,00 hectares. Ao mesmo tempo pode ser uma evidência da dificuldade de se dimensionar o tamanho do problema criado nos cartórios. Os números encontrados nas correições são espantosos sob qualquer ponto de referência. Em grande parte dos países da Europa, por exemplo, um centésimo de 10.000,00 hectares poderia ser considerado um latifúndio. Mas, no Amazonas, a grilagem de terras atingiu números sem paralelos fora da região.

3.18 CORREIÇÃO NA COMARCA DE PAUINI

Pauini foi a última comarca fiscalizada. A comissão de correição chegou ao município no dia 27 do outubro de 2001. Apesar de ser um cartório relativamente recente, instalado em 22 de maio de 1989, nele foram identificadas várias irregularidades, algumas herdadas da Comarca de Lábrea, outras surgidas no interior do próprio cartório de Pauini. O INCRA agrupou em 06 as situações irregulares, todas elas canceladas pela Corregedoria (Quadro 17). Os registros cancelados faziam referência a 1.263.136,91 hectares, o que correspondia a quase 30% do município que possuía 4.325.258,00 hectares²⁵⁹.

Quadro 17 – Cancelamentos realizados na comarca de Pauini

Provimento	Área Cancelada
02	503.173,00
03	19.103,00
04	70.000,00
05	10.869,38
06	9.991,53
07	650.000,00
Total	1.263.136,91

Fonte: Adaptado de Lima (2002).

A exemplo de outros cartórios fiscalizados, o de Pauini se tornou uma máquina de registro de imóveis, produzindo em série registros sem origem legal comprovada. Com poucas décadas de funcionamento, surgiram ao menos 40 matrículas de imóveis sem qualquer documento de origem, nem mesmo registro anteriores, a maior parte sem data de registro, mas que correspondem a 274.637,00 hectares. Eram 19 matrículas referentes a imóveis com exatos 5.000,00 hectares (totalizando 95.000 hectares), 10 matrículas de imóveis com exatos 10.000,00 hectares (totalizando 100.000,00 hectares), uma com 43.500,00 hectares e 08 com dimensões diversas (que totaliza 36.137,00 hectares). Cabe observar que essas dimensões são quase impossíveis de se repetir no trabalho de demarcação devido às condições de terreno, que impedem a padronização do parcelamento.

Foram cancelados também 17 matrículas de imóveis que, meses antes, haviam tido seus registros de origem cassados pelos provimentos editados na correição do cartório de Lábrea. Essas matrículas representavam 182.118,01 hectares. Em 08 matrículas, o cancelamento em

²⁵⁹ Em 2008, o município de Pauini passou a ter 4.162.466,80 hectares.

Lábrea foi realizado tendo em vista decisões do TFR, que determinavam expressamente o cancelamento ainda nas décadas de 1970 e 1980. Nas demais (09 matrículas), o cancelamento em Lábrea ocorreu devido à realização de retificação de áreas (leia-se ampliação) sem o necessário procedimento judicial.

Outra matrícula cancelada, que fazia referência a imóvel registrado originalmente na comarca de Lábrea, é o Canta Galo. Seu registro em Lábrea faz referência a 1.211,98 hectares titulados pelo Governo do Estado do Amazonas em 14 de fevereiro de 1901 e, por isso, não foi cancelado naquela comarca. O mesmo imóvel foi registrado com 10.869,38 hectares no cartório de Pauini, levando os procuradores do INCRA a pedirem o cancelamento administrativo. O pedido foi atendido pela Corregedoria que expediu o provimento 05/2001.

3.19 ANÁLISE DOS DADOS SOBRE AS CORREIÇÕES

Os resultados alcançados nas correições extraordinárias realizadas em 17 municípios do sul do estado do Amazonas são espantosos e reveladores, constituindo um excelente material para discutir a formação da propriedade capitalista no estado. Foram cancelados os registros de imóveis que faziam referência a 48.478.357,56 hectares. Entretanto, é necessário lembrar as suas limitações para que não haja uma compreensão equivocada deste trabalho.

1. Os cancelamentos tiveram por base os relatórios produzidos pelo INCRA que, por sua vez, se limitava a denunciar os casos de grilagem de terras públicas pertencente à União;
2. O INCRA restringiu os trabalhos a casos envolvendo imóveis com dimensões extraordinariamente grande, com mais de 100 módulos fiscais (em Beruri, o módulo fiscal é de 80,00 hectares, e, nos demais municípios fiscalizados, é de 100,00 hectares). Essas dimensões, não contemplam sequer o universo dos grandes imóveis, definidos pela legislação como aqueles com área a partir de 15 módulos fiscais, o que corresponde a áreas iguais ou superiores a 1.500,00 hectares na maioria dos 17 municípios. Portanto, latifúndios menores que 10.000,00 hectares não receberam a mesma atenção que os latifúndios com áreas superiores;
3. Por seu caráter administrativo, as correições se limitaram a cancelar os registros de imóveis em que ocorreram fraudes ou erros cartoriais. Todas as demais formas de fraude não foram analisadas pela Corregedoria Geral de Justiça no âmbito das correições;

4. A Corregedoria não cancelou o registro de imóveis antigos, sob a alegação de que já estariam consolidados, ainda que o INCRA tenha identificado as irregularidades no registro;
5. Como no Brasil os imóveis todos têm origem em terra pública, o registro precisa indicar a forma pela qual os imóveis privados deixaram de pertencer ao patrimônio público. Entretanto, a Corregedoria não atendeu a pedidos de cancelamentos quando entendeu que não havia “provas de que o registro que se busca cancelar se trata de terras públicas” (LIMA, p. 44). São casos típicos de irregularidades no registro, visto que a legislação estabelece a obrigação de indicar no registro o título pelo qual a terra teria sido alienada do patrimônio público;
6. Também não foram cancelados os imóveis registrados com títulos concedidos pelo governo da Bolívia, mesmo não havendo previsão legal para seu reconhecimento em terras fora do estado do Acre;
7. A correição não atingiu as situações em que, embora existissem vícios nas transcrições e matrículas, estavam “apoiadas em decisão judicial, e somente através da via judicial poderão ser desconstituídas” (LIMA, 2002, p. 131);
8. O trabalho foi realizado em apenas 17 municípios do sul do estado do Amazonas. Restaram sem correição os demais 44 municípios do interior do estado, além da capital;
9. Algumas comarcas tiveram o trabalho prejudicado pela ausência de livros de registros, portanto, esses cartórios não foram plenamente atingidos pela correição, inviabilizando a conclusão da análise das cadeias dominiais;
10. Devido ao extravio de um dos livros da comarca de Lábrea, a Corregedoria não analisou quatro casos previamente identificados como suspeitos pelos peritos do INCRA, que totalizam 560.157,45 hectares;
11. Mesmo nas comarcas fiscalizadas persistem inúmeros casos de grilagem de terras. Há casos em que, após o trabalho correicional, a soma dos imóveis registrados ainda supera a área total do município;
12. Conforme constatou a Corregedoria, “a maioria das situações apresentadas pelo INCRA, que foram objeto de cancelamento, isto em todas as comarcas objeto das denúncias, se referem a terras inexistentes, somente caracterizadas através dos escritos constantes nas serventias dos cartórios” (LIMA, 2002, p. 184), ou seja, não correspondem a uma parcela física da terra.

Apesar de suas limitações, as correções extraordinárias realizadas em cartórios do sul do estado do Amazonas revelaram potencialidades e obstáculos, além de sujeitos, interesses e processos sociais envolvidos na produção do território.

Ficou revelado que a via administrativa é a forma mais rápida de se cessar os efeitos legais de registros realizados irregularmente sobre terras públicas. No caso analisado, as correções extraordinárias nas 17 comarcas ocorreram paulatinamente, mas iniciaram e terminaram no ano de 2001. Esse é um ritmo de tramitação que não se pode esperar em processos judiciais. O cancelamento administrativo otimiza os trabalhos porque não necessita de grandes debates e pode atingir a grilagem em grupos, conforme a irregularidade cometida no registro. A prova está no livro de registro que omitiu as informações previstas em lei ou que apresenta informações irregulares perante a lei. O trabalho correicional não pretende debater os direitos sobre o imóvel ou a legalidade de título outorgado pelo estado. Seu objetivo está restrito a cancelar os registros feitos em desacordo com a legislação. A correção não cancela o título que porventura exista. A propósito, o Art. 254 da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973), estabelece que “se, cancelado o registro, subsistirem o título e os direitos dele decorrentes, poderá o credor promover novo registro, o qual só produzirá efeitos a partir da nova data”. Portanto, como a correção não cancela o título, o pretense proprietário ainda poderá apresentar tal título para que o cartório faça nova matrícula e registro do imóvel.

No caso analisado, o INCRA, quando identificadas as irregularidades nos registros, oferecia as denúncias e as provas todas em um mesmo relatório. A partir desse relatório, a Corregedoria optava por cancelar cada uma em um provimento individual ou em grupos que padeciam de irregularidades análogas. O provimento é um documento relativamente simples. Cada provimento é composto pela lista de matrículas, registros, transcrições e averbações irregulares e as determinações tomadas pela Corregedoria em relação a elas, antecedidas por uma ou duas páginas de considerações contendo a apresentação das irregularidades constatadas e os fundamentos legais do procedimento de anulação.

Entretanto, a principal barreira ao uso das correções em cancelamentos de registros ilegais está no próprio Tribunal de Justiça do estado. A via administrativa foi muitas vezes negada pelos corregedores de justiça. A principal argumentação para o não acolhimento era teórica. A teoria predominantemente adotada pelo judiciário amazonense era a de que a Lei 6.739, de 05 de dezembro de 1979, que determina o cancelamento de matrículas e registros irregulares pela Corregedoria Geral de Justiça, a pedido de pessoa jurídica de direito público,

não teriam sido acolhidas pela Constituição de 1988. Ou seja, há um entendimento hegemônico no tribunal de que o Art. 1º da Lei 6.735, teria afrontado os princípios constitucionais do devido processo legal, contraditório e ampla defesa. Portanto, o cancelamento por via administrativa, a pedido do INCRA, afrontaria a Constituição de 1988 ao não ouvir a pessoa cujo nome estava atrelado ao registro.

Essa teoria está impressa nos pedidos negados sistematicamente entre os anos de 1998 e 1999 e em decisões posteriores do Tribunal de Justiça do Amazonas. É “sabido e consabido que os documentos notariais e de registro imobiliário expedidos por Tabelião ou Oficial Registrador tem fé pública e só poderão ser contestados em órgão com atribuição judicante” afirmou o Desembargador Daniel Ferreira da Silva, ao indeferir pedido feito pelo INCRA durante sua gestão à frente da Corregedoria Geral de Justiça (1998 e 1999). No dia 16 de março de 2001, o desembargador afirmou a comissão de deputados que a lei não havia sido recepcionada pela Constituição de 1988, que a corregedoria não tinha mais “competência para cancelar nenhum título (sic)²⁶⁰ de propriedade”, porque a Constituição Federal de 1988 determina que ninguém pode ser privado de seus bens ou de seus direitos sem o duplo grau de jurisdição. Na mesma audiência, dois juízes corregedores auxiliares também defenderam a tese de que a Lei não teria sido recepcionada pela Constituição de 1988 (BRASIL, 2001d).

Com as correições já consumadas pela Corregedoria Geral de Justiça, no mandato da Desembargadora Marinildes Costeira de Mendonça Lima, novas estratégias foram utilizadas pelos demais membros do Tribunal de Justiça para produzir decisões contrárias aos procedimentos administrativos adotados nas correições. A pedido dos grileiros, alguns provimentos foram cancelados pelo Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Amazonas nos anos que se seguiram às correições, reativando as matrículas irregularmente registradas nos cartórios. Recursos também foram acolhidos na própria Corregedoria, em gestões que se seguiram, cancelando os efeitos de provimentos editados na gestão de 2001.

Entretanto, cabe lembrar que a correição não anula o bem, nem cancela o título ou a propriedade, mas somente corrige ou cancela as irregularidades de registro. Além disso, a própria Lei 6.739, de 05 de dezembro de 1979, já previa que qualquer um que se sentisse prejudicado poderia ingressar com ação anulatória da decisão administrativa perante o juiz competente. Mas vários pedidos de anulação dos provimentos foram encaminhados ao

²⁶⁰ Como se sabe, nos trabalhos correicionais, não se cancelam os títulos, mas os registros realizados em desacordo com a legislação.

Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Amazonas, em claro descumprimento ao preceito legal.

Nós rastreamos alguns recursos encaminhados pelo INCRA ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), contra decisões tomadas pelo Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Amazonas. O INCRA buscava a anulação das decisões tomadas pelo Conselho da Magistratura do estado porque elas haviam anulado indevidamente vários provimentos da Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas. Em todos os casos que rastreamos, o CNJ anulou as decisões tomadas pelo Conselho da Magistratura do estado por entender que ele não tem competência para julgar recursos em relação aos cancelamentos de matrículas e registros realizados pelos Corregedoria Geral de Justiça.

Ao menos dois recursos foram encaminhados pelos grileiros ao Supremo Tribunal Federal (STF), contra decisões tomadas pelo CNJ. O STF, entretanto, manteve as decisões do CNJ, reafirmando que o Conselho Magistratura do estado não é a instância competente para julgar os atos praticados pela Corregedoria no âmbito do cancelamento de matrículas de imóveis. Conforme explicitou o Ministro Teori Zavascki, relator de um dos casos que chegou ao STF, a Lei 6.735/79, modificada pela Lei 10.267/01, determina que os recursos contra os cancelamentos de matrículas e registros realizados pela Corregedoria Geral de Justiça devem ser encaminhados à Justiça Federal e não ao Conselho da Magistratura do estado.

Além disso, as decisões tomadas pelo STF afirmam que há respaldo constitucional para o uso do Art. 1º da Lei 6.735/79. Portanto, o INCRA tinha o direito de requerer o cancelamento de irregularidades nas matrículas e nos registros de imóveis, e a Corregedoria tinha o dever de cancelar, caso as irregularidades registrais ficassem provadas. Possíveis prejudicados com a decisão da Corregedoria também têm o direito de recorrer da decisão administrativa, mas, no caso analisado, os recursos precisavam ser encaminhados ao Tribunal Federal da 1ª Região. Não está ao alcance do Tribunal de Justiça do estado acolher recursos contra decisões da Corregedoria Geral de Justiça em casos envolvendo imóveis ou interesses federais.

No caso relatado pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki, o ministro afirmou que:

não merece guarida a tese [...] de que haveria violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa na destituição do direito de propriedade por ato da Administração Pública. Primeiro, que não há, no caso, destituição do direito de propriedade, mas tão somente ato declaratório de que ele jamais surgira. Segundo que, consoante já assinalado, o particular pode impugnar a decisão administrativa pelos mecanismos previstos na própria Lei 6739/79. (BRASIL, 2016e).

Portanto, houve uma perceptível imposição de obstáculos pelo Tribunal de Justiça do Amazonas ao que determina a legislação nacional no que se refere ao registro de imóveis. A primeira manifestação desses obstáculos foi a produção, sem fiscalização, de matrículas e registros que careciam de base legal. Essa produção se opera dentro do judiciário (através de decisões de juízes) ou no cartório, seu órgão auxiliar. A segunda manifestação é a desatenção quanto às determinações de tribunais superiores, que cassaram registros fraudulentos, mas que nunca foram averbadas adequadamente nos cartórios. Essa desatenção permitiu que se multiplicassem nos cartórios desmembramentos e outros registros sobre matrículas de imóveis que tiveram seus títulos cassados pelos tribunais superiores. A terceira manifestação foram as negativas impostas aos pedidos de providências administrativas solicitadas pelo poder executivo. E a quarta manifestação desses obstáculos criados pelo Tribunal de Justiça do Amazonas estava na tentativa de desconstruir as poucas medidas internas tomadas no sentido de desfazer as irregularidades cometidas. Esses obstáculos demonstram uma cumplicidade do Tribunal de Justiça com a grilagem de terras. Cumplicidade que foi quebrada momentaneamente pela Corregedoria Geral de Justiça, em 2001.

Portanto, as ações predominantemente tomadas pelo Tribunal de Justiça do Estado emanam de dois fatores principais. O primeiro deles estava em sua fragilidade frente às pressões econômicas de grileiros de terras. O segundo deles estava na teoria, já condenada pelo Supremo Tribunal Federal, de que não cabia cancelamento administrativo em registros de terra realizados irregularmente. A Corregedoria Geral de Justiça do estado rompeu momentaneamente com esses fatores, pondo em marcha o pedido de cancelamento realizado pelo INCRA no âmbito das correções extraordinárias.

Podemos dizer que o trabalho realizado pela Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas, em 2001, foi a única grande ação tomada pelo Tribunal de Justiça do Amazonas no sentido de combater a grilagem de terras no estado. Não podemos desprezar o fato de que isso ocorreu dentro de uma conjuntura muito singular em que os olhos do legislativo e do executivo federal observavam com atenção o problema dos registros de terras no estado. O legado alcançado nessas correções não tem paralelo no estado.

Outro fator primordial, que implicou nessa conjuntura de grilagem generalizada de terras no estado, está na fragilidade dos cartórios frente aos interesses dos grileiros. Entre os sujeitos envolvidos na grilagem cartorial, os oficiais do registro de imóveis são indispensáveis. A lei determina que o “registro, enquanto não cancelado, produz todos os seus efeitos legais ainda que, por outra maneira, se prove que o título está desfeito, anulado, extinto ou rescindido”

(Art. 252 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973). Aos oficiais do registro de imóveis, entregou-se à ação mais impactante da implantação da propriedade privada da terra.

No Brasil, a principal prova de domínio sobre uma propriedade é o registro. O documento produzido no cartório possui fé pública e, por isso, pode ser utilizado como prova de domínio. O registro deve seguir um protocolo estabelecido na legislação. Entretanto, o cartório é uma instituição propensa a todo tipo de pressão e que, tradicionalmente, não sofre controle por parte do judiciário. Sem controle “externo”, isolados e tendo nas mãos aquilo que há de mais poderoso para a constituição de fraudes, os cartórios se tornaram máquinas a serviço da grilagem de terras.

A obtenção de um registro ilegal de propriedade pode ser um ato banal se o grileiro contar com a cumplicidade do oficial do registro público. O ato é tão simples que basta a cumplicidade entre esses dois indivíduos de uma parca elite local (o registrador e o grileiro) para que a grilagem ocorra. É isso que está implícito nos resultados do trabalho correicional. Ainda que a legislação defina todo o protocolo a ser seguido pelo registrador e um conjunto de documentos necessários à realização do registro, seu descumprimento é algo banal e corriqueiro. Nem mesmo o mais básico, que é a apresentação de título de origem válido, emitido pela autoridade pública competente, foi respeitado na constituição do registro de imóveis privados na grande maioria dos cartórios fiscalizados. Pior ainda é o fato de decisões judiciais de tribunais superiores (STF e TFR) terem sido simplesmente ignoradas nos cartórios. Conforme apontou o relatório da CPI da Grilagem, “um negócio de balcão, feito e pago a toque de caixa, para ser desfeito, requer ampla apreciação jurisdicional, sujeita a todos os recursos processuais que nossa legislação permite” (BRASIL, 2002a, p. 565).

A Corregedora Geral de Justiça do Amazonas, Desembargadora Marinildes Costeira de Mendonça Lima, listou da seguinte maneira as principais irregularidades encontradas:

- a) presumidamente, mediante conluio com o registrador da Comarca, o interessado fazia o registro de determinado imóvel rural, com base em simples declaração de posse, já que não dispunha de título legítimo de propriedade do imóvel levado a registro, comprovado através de cadeia dominial regular, iniciada com um título originário outorgado pela pessoa jurídica de direito público interno titular do domínio das terras devolutas onde o mesmo estivesse situado;
- b) embora existindo título originário legítimo de propriedade, através de simulações e artifícios fraudulentos, a área original do imóvel rural ia sendo significativamente ampliada, e, por descaso, ingenuidade ou má-fé do registrador, novos registros eram feitos, aparecendo o imóvel com uma área cada vez maior, se comparada com a do registro anterior, e, muito especialmente, em relação a área indicada no título originário de propriedade;
- c) parte interessada, de posse de planta de situação de determinado imóvel rural, por ela própria elaborada, requeria ao registrador a retificação da área do imóvel, e, com

esse singelo artifício, a propriedade tinha sua área excessivamente ampliada, se comparada com a indicada no registro anterior;

d) alguns registros de imóveis rurais, em várias Comarcas do interior do Estado, foram feitos, nas décadas de 60/70, com base em decisões proferidas em ações de usucapião, que tramitaram como se fossem relativas a terras particulares, mas que incidiam sobre terras públicas integrantes do patrimônio fundiário da União Federal, com a agravante de que não foram observados os procedimentos legais previstos para a ação de usucapião de terras particulares, como a intimação dos confinantes, dos representantes das fazendas públicas (federal, estadual e municipal) e do Ministério Público. Algumas dessas sentenças foram anuladas, à época, pelo extinto Tribunal Federal de Recursos, acolhendo recurso voluntário da União Federal, e, estranhamente, essas decisões de TFR não foram cumpridas, com o efetivo cancelamento do registro imobiliário. Identificadas essas irregularidades, esta Corregedoria apenas deu cumprimento às referidas decisões da Superior Instância. (LIMA, 2002, p. 13-14).

Mas a grilagem cartorial de terras deve ser entendida dentro dos processos sociais e territoriais em que está inserida. Em 5 cartórios, dos 17 fiscalizados, a área cancelada foi superior a área total do município. A constituição de títulos ou registros de imóveis que se sobrepõem é conhecida como “beliche fundiários”²⁶¹. Os beliches fundiários revelam um aspecto importantes da grilagem: a prioridade não é auferir renda por meio do uso e da ocupação da terra, mas utilizando o registro em transações que envolvam o domínio sobre a terra.

Há um aspecto importante da terra que permite esse processo. Embora não seja fruto do trabalho humano, portanto, não se pode identificá-la propriamente como um valor, na sociedade capitalista a terra possui preço. Por isso, a terra permite ao seu proprietário (no caso grileiros) adquirir renda da terra sem que seja necessário desprender qualquer trabalho produtivo sobre ela. Se, por um lado, o proprietário pode adquirir renda produzindo na terra, por outro lado ele também pode adquirir renda vendendo os direitos que tem sobre a terra (OLIVEIRA, 2007).

O comércio de terras está entre as forças que movimentavam a grilagem. Em latifúndios ou desmembramentos menores, domínios de imóveis eram transmitidos a terceiros por meio de contratos de compra e venda, o que comprova a aquisição de renda por essa via. Entretanto, outras formas de auferir renda por meio de transações de domínio dos imóveis também ocorreram.

Entre as aspirações dos grileiros, estavam as lucrativas desapropriações realizadas pelo INCRA sob o manto da reforma agrária. Os grileiros tomavam para si grandes porções de terra, sem torná-las produtivas, para que posteriormente fossem desapropriados por valores (muitas vezes superestimados) pagos em títulos da dívida agrária ao longo de 10 anos. Parece contraditório, mas latifúndios improdutivos foram idealizados e registrados para recolher renda

²⁶¹ No caso estudado, os beliches fundiários estão associado ao registro fraudulento de terras. No entanto, no estado do Mato Grosso, ele está muitas vezes associado a outros tipos de fraudes, vinculada adulteração de plantas de imóveis (MORENO, 1993).

junto à instituição responsável pela reforma agrária no país. Em aparente contradição, em função da existência de um mecanismo destinado à reforma agrária, grandes latifúndios improdutivos foram implantados. Portanto, desapropriações para a propósito da política de reforma agrária se tornaram um dos importantes motivos para que latifúndios improdutivos surgissem e a razão disso são as vultosas indenizações pagas aos grileiros. Nesses casos, as terras onde haviam ocupações camponesas poderiam impulsionar a desapropriação, tendo em vista o interesse social existente. Destituía-se o grileiro por meio de indenizações para regularizar a posse camponesa existente.

Essa relação entre a reprodução dos latifúndios e a política de reforma agrária já foi apontada por outros pesquisadores. Prieto (2016, p. 52) aponta que:

a desapropriação não é uma penalização ao latifundiário (nem mesmos uma sanção, conforme advogam alguns juristas), mas a forma pura de extração de renda da terra. É o conjunto da sociedade que paga aos proprietários de terra, através das indenizações, sua reprodução de classe. [...] a reforma agrária vai sendo instrumentalizada pelas elites latifundiárias para a reprodução do seu poder político e econômico.

Outra importante motivação para a grilagem cartorial, talvez a principal delas, era permitir movimentações financeiras fraudulentas. Para esse tipo de movimentação, a terra (propriamente dita) mostrou-se elemento secundário. Antes dela, estava o registro que, fazendo referência a uma suposta área, era suficiente para levar à frente a fraude. Esse fato encontra indícios na grande quantidade de imóveis registrados em nomes de empresas cujos objetivos estatutários estavam desvinculados de atividades agrárias. Mas é nas várias menções a empréstimos bancários, nos registros revelados pelo INCRA, que esse fato encontra sua prova mais objetiva. Os empréstimos eram autorizados pelos agentes financeiros aos grileiros, a partir da apresentação do registro de um imóvel oferecido como garantia. Além disso, dívidas com o INSS eram “sanadas” por meio da transferência do domínio dos supostos imóveis. Nesses casos, não era necessário que as terras possuísem lastro.

Entre os grileiros, havia aqueles interessados em realizar atividades produtivas. Para isso, era necessário que os registros possuísem alguma relação com a realidade. É comum encontrar entre os grileiros empresas madeireiras, o que pode estar relacionado à dinâmica de deslocamento da fronteira agrícola e a um modelo de produção marcado pela incorporação sucessiva (madeira – gado – grãos) e predatória de novas áreas de exploração, que se expande a partir do sul da Amazônia em direção ao norte (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA

APLICADA, 2010). Entretanto, as relações produtivas estão geralmente restritas a terceiros, ou seja, adquirentes das áreas anteriormente griladas.

A grilagem cartorial tem entre seus efeitos sociais o fomento da violência no campo. Conforme os dados anualmente publicados pela CPT, a faixa sul do estado do Amazonas é, por esse motivo, a área com os principais registros de violência agrária no estado (Cadernos de Conflitos no Campo). É também onde se concentram as maiores fraudes no registro de imóveis no estado do Amazonas (AMAZONAS, 1999).

É preciso deixar evidente que o trabalho realizado atingiu somente 27% das comarcas, restando ainda 45 comarcas onde as correções não chegaram. Além disso, a fiscalização não atingiu o universo das matrículas e registros nas 17 comarcas e, por isso, não resta dúvidas de que persistem casos de fraudes nos cartórios. Se, por um lado, as Correções de 2001 atingiram números impressionantes, por outro lado ela deveria ser apenas o começo das ações, frente ao grave problema que se fez revelado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação da propriedade capitalista no Amazonas não é um ato evolutivo, muito menos natural. É, ao contrário, uma construção teórica avessa à realidade, gestada nos limites de um padrão ético e dentro de um ambiente cultural restrito e exótico. Sua chegada à Amazônia está ligada à expansão colonial europeia.

Se, do ponto de vista legal, a apropriação privada da terra no Brasil não pode ser encarada como absoluta, pois ela está sempre sujeita à função social, do ponto de vista prático, a função social da terra é pouco relevante para sua constituição e permanência. A absolutização da apropriação privada da terra é tão forte nas relações de poder que é raridade sua contestação, seja nos tribunais, seja nas instituições responsáveis pela reforma agrária.

Nos tribunais, especialmente nos de primeira e segunda instância, a desconstituição da apropriação privada de grandes imóveis só tem sido considerada quando sobreposta a territórios indígenas ou quando se transforma em um bom negócio para o latifundiário, como no caso da desapropriação para fins de reforma agrária no Município de Canutama, ou na formação do reservatório da hidrelétrica de Balbina.

A formação da propriedade capitalista no Amazonas é, acima de tudo, uma disputa por território, e o instrumento principal dessa disputa é o genocídio cometido contra os povos indígenas. Desde os tempos coloniais, a expansão do Estado sobre a região se deu em um clima de guerra. As resistências indígenas foram abafadas pela escravidão e pelo genocídio. O genocídio é a primeira e uma das principais características da formação da propriedade capitalista na Amazônia. A disputa genocida por território se estendeu até a segunda metade do século passado.

No processo de disputas territoriais, a permanência dos povos indígenas ocorreu de duas maneiras. A primeira delas foi o isolamento e a defesa dos territórios, e a segunda foi a descaracterização dos povos.

A primeira estratégia teve êxito apenas nos territórios mais distantes dos centros e eixos de ocupação colonial. Os povos indígenas conseguiram preservar suas características culturais e políticas em territórios isolados ou de pouco interesse do colonizador. A maior parte desses povos já teve ao menos parte de seus territórios reconhecidos pelo estado, especialmente após a Constituição Federal de 1988. É por isso que as maiores terras indígenas existentes no estado do Amazonas estão longe dos rios navegáveis e das rodovias. Esses povos também foram

vítimas de genocídios, mas parte da população conseguiu sobreviver a esses processos e chegar até os dias atuais, conquistando o direito ao território.

O caso dos Waimiri-Atroari é emblemático dessa forma de resistência vinculada ao isolamento e à defesa do território. Os Waimiri-Atroari têm uma história de resistência contra os que violentamente tentaram ocupar suas terras e, por consequência, é uma história marcada por grandes perdas populacionais. Desde a segunda metade do século XIX, quando dispunham de uma população de aproximadamente 6.000 pessoas, essa história tem sido registrada com certo grau de detalhamento. As disputas territoriais ocorreram inicialmente nas margens dos principais rios que compõem seu território imemorial, relacionadas às tentativas de ocupação das terras e à exploração das riquezas florestais. No final da década de 1960, quando foi iniciada a construção da BR-174, essa disputa mudou de eixo e esteve novamente relacionada tanto à apropriação privada da terra quanto à exploração dos recursos minerais existentes.

No acumulado desses processos genocidas, os Waimiri-Atroari perderam drasticamente sua densidade populacional, atingindo o menor número em 1983, quando estavam reduzidos a um pequeno grupo de 332 pessoas. Entretanto, a integridade de suas características culturais facilitou o reconhecimento do direito a seu território, ainda que com dimensões bem inferiores ao território imemorial. Os imóveis grilados não se sobrepõem a todo o território Waimiri-Atroari, o que facilitou seu reconhecimento. Entretanto, implicaram na definição de seus limites e consequente redução da área reconhecida como terra indígena.

No segundo caso, quando os povos indígenas foram obrigados a descaracterizar suas particularidades culturais, adotando línguas e costumes dos colonizadores para sobreviver ao processo genocida, a disputa pelo reconhecimento dos territórios tem sido mais difícil. Os dados disponíveis apontam para a existência de 190 territórios indígenas não demarcados no Amazonas, a maioria sem nenhuma providência tomada pelo órgão oficial responsável por seu reconhecimento. São pequenos povos ou grupos que, apesar do longo e violento contato com a sociedade colonial, desafiam a lógica da apropriação privada e reafirmam suas concepções coletivas de território. Esses povos estão localizados principalmente na calha dos grandes rios navegáveis, onde o processo de ocupação colonial chegou primeiro.

A segunda característica da apropriação privada da terra no Amazonas é a concentração fundiária. Os dados do SNCR revelam que mais de 60% da terra apropriada por particulares no estado se constitui de grandes imóveis, com mais de 15 módulos fiscais. São 1.978 grandes imóveis ocupando 8.332.259,00 hectares. Enquanto isso, mais de 70% dos imóveis possuem menos de um módulo fiscal, totalizando 50.126 minifúndios, que ocupam 1.712.086,00

hectares, o que corresponde a somente 12% das terras apropriadas por particulares no Amazonas.

A terceira característica da apropriação privada da terra no Amazonas é grilagem de terras públicas. Os dados do SNCR, de pronto, já revelam que 28% dos possuidores de grandes imóveis não são proprietários. Olhando assim, os números dão a impressão de que o problema não atinge a maioria dos grandes imóveis do estado. Entretanto, entre os 72% dos possuidores que se declaram proprietários estão aqueles que possuem títulos cuja legislação, que permite e condiciona a alienação da terra pública, não foi respeitada no processo de alienação.

A legislação existente raramente foi utilizada como baliza para a apropriação privada da terra, especialmente quando se trata de grandes imóveis. Na verdade, do ponto de vista legal, essa apropriação privada sequer poderia ser considerada propriedade privada. Tendo em vista os vícios de origem, a formação de latifúndios no Amazonas é, de modo geral, ilegal. Como se sabe, qualquer imóvel no Brasil é originalmente público. Sendo ilegal sua alienação, ela não pode ser vista como outra coisa senão bem público. Se o ato estiver revestido de legalidade, a terra pode ser considerada privada, caso contrário, ela deve ser reintegrada ao patrimônio público. Entretanto, na prática, a legislação tem sido completamente esquecida.

O poder executivo, não raras vezes, adota posturas ilegais na alienação de terras devolutas. A Grilagem Paulista, na região do rio Uatumã, é um dramático exemplo disso. Para que os títulos de propriedade fossem assinados pelo governador, foi necessário ignorar que terras indígenas, rios e terrenos marginais são inalienáveis; foi necessário ignorar o limite constitucional para alienação de terras públicas; foi necessário ignorar a necessidade de demarcação física dos imóveis; foi necessário ignorar a existência de documentos forjados no processo de alienação; foi necessário ignorar os planos de aproveitamento hidrelétrico do rio Uatumã; foi necessário ignorar que a venda de terras devolutas nas margens da BR-174 estavam proibidas por decreto estadual e foi necessário ignorar que o Governo do Estado não tem competência para alienar terras devolutas federais. Todos os imóveis da Grilagem Paulista padecem de ao menos duas dessas ilegalidades. Desse modo, os imóveis da Grilagem Paulista nunca foram verdadeiramente alienados, pois padecem de vícios de origem e, portanto, constituem-se em atos nulos. Como tal, existe apenas um único local onde os títulos de propriedade da Grilagem Paulista deveriam ter algum valor: nos museus, onde poderiam ser apreciados e estudados como peças da história social da Amazônia, sem qualquer valor jurídico.

Outro exemplo estarrecedor é o dos registros referentes a 48.478.357,56 hectares cancelados em decorrência do trabalho correicional realizado em 17 comarcas do interior.

Todos os registros foram cancelados por irregularidades cometidas durante sua realização, especialmente por terem sido feitos sem a apresentação de documento válido que comprovasse a origem do imóvel. A devassa não foi maior por limitações que restringiram os trabalhos a imóveis com mais de 10.000,00 hectares registrados sobre terras da União. Mas foi revelador, tendo em vista que demonstrou a fragilidade do sistema de registro frente aos interesses dos grileiros. Um sistema que precisa ser totalmente revisto, pois, sem essa necessária revisão, será sempre fomentador das maiores injustiças na dinâmica fundiária do país.

Mas o sistema judiciário também não tem sido um instrumento eficiente no combate às ilegalidades cometidas. Muito pelo contrário, de modo geral, o judiciário tem atuado no sentido de ratificar as apropriações cometidas à margem das leis e, em alguns casos, é o próprio instrumento da grilagem. Magistrados, usurpando as prerrogativas do poder executivo e legislativo, realizam alienações de terras em dimensões extraordinárias. Os tribunais, especialmente do judiciário estadual, praticam todo tipo de ato para assegurar a proteção de latifúndios, sem qualquer compromisso com a legalidade do imóvel.

Os autos do trabalho correicional revelaram que mais de 35% dos registros cancelados tiveram sua origem em decisões do próprio judiciário. Essas decisões já haviam sido canceladas por tribunais superiores, no entanto, não haviam sido averbadas nos registros dos cartórios que, por sua vez, são instituições auxiliares do próprio judiciário. E, mesmo após o escândalo revelado pelo trabalho correicional, membros do tribunal de justiça do estado atuaram para reverter as decisões em favor dos grileiros.

Ao longo desta pesquisa, vários outros casos de apropriação ilegal da terra pública foram citados: os títulos emitidos pelas Prefeituras Municipais de Manacapuru, Eirunepé, Novo Aripuanã, Juruá e Manicoré, os títulos emitidos pelo INCRA para beneficiar a agropecuária Jayoro, as alienações de terras determinadas por juízes do interior em Lábrea, Borba e Manacapuru. Tudo isso reforça nossa compreensão de que a origem da apropriação privada da terra no Amazonas está, via de regra, fundada em atos ilegais.

Apesar da aparente contradição, a prática da ocupação ilegal da terra encontra apoio também na legislação. De tempos em tempos, ocorre a anistia de parte da prática consumada ao arrepio da lei, criando a expectativa de que nova anistia virá aos que permanecem descumprindo a legislação. Foi assim, no Império, durante a formulação da Lei de Terras de 1850, quando a legislação permitiu a regularização da prática ilegal já consumada. Isso se repetiu quando a República, proclamada em 1889, transferiu as terras devolutas para os estados. Já na primeira legislação estadual de terras, datada de 1892, os ocupantes ilegais da terra pública

foram novamente anistiados, permitindo a regularização dos imóveis. A Lei Estadual de Terras de 1959 também isentou de punição os que ocupavam irregularmente terras públicas devolutas e deu a eles preferência na aquisição da terra pública ilegalmente apossada, assim como na aquisição de terras limítrofes a esses imóveis. De modo semelhante, a Lei Estadual de Terras de 1980 garantiu a regularização de grandes imóveis ilegalmente ocupados. Em todos esses casos, os critérios básicos para a anistia eram cultura efetiva e moradia habitual.

Após a publicação da Emenda Constitucional 01, de 1969, que ampliou para 150 km a faixa de fronteira sob responsabilidade do governo federal, e da publicação do Decreto-Lei 1.164/71, que federalizou a faixa de 100 km ao longo das margens de rodovias federais na Amazônia, o governo federal assumiu o controle de aproximadamente a metade das terras públicas devolutas no Amazonas. A anistia estabelecida pela legislação estadual não alcançou essas áreas. Entretanto, entre os anos 2005 e 2017, a legislação federal também foi alvo de mudanças no mesmo sentido da legislação estadual, e imóveis irregulares, com até 2.500,00 hectares, passaram a ser regularizados. Novamente, dentro de certos limites, a ocupação ilegal de grandes imóveis foi anistiada.

Todavia, mesmo com todas as facilidades legais, que permitiram a regularização da ocupação ilegal da terra, os planos dos grileiros nem sempre cabem nos limites estabelecidos pelo afrouxamento das leis de ocupação de terras públicas. As dimensões dos latifúndios com frequência ultrapassam os limites estabelecidos em lei, mesmo quando elaboradas para facilitar sua apropriação. Além disso, ocupação efetiva e moradia habitual, na maioria dos casos, não está entre os planos dos grileiros. Assim, chegamos à quarta característica da apropriação privada da terra.

A propriedade capitalista no Amazonas não nasce propriamente da ação da classe capitalista. A grilagem de terras públicas vem sendo praticada por rentistas, cujo único objetivo é cobrar da sociedade renda pela terra ilegalmente adquirida. Essa extração de renda ocorre tanto pela venda de imóveis quanto no seu oferecimento em garantia a fomentos adquiridos no sistema financeiro, ou ainda no pagamento de dívidas com entidades públicas. Passada essa etapa, o imóvel pode vir a se tornar uma unidade de exploração capitalista, o que normalmente não acontece. Os dados do SNCR são reveladores: quase 80% dos grandes imóveis existentes no Amazonas são improdutivos.

Os registros cancelados pela Corregedoria do Estado demonstram claramente como é possível se apropriar da renda socialmente produzida, sem nada produzir na terra. Até mesmo a existência fictícia da terra, ou seja, o seu registro sem que necessariamente haja algum lastro,

é capaz de promover a transferência de renda para os grileiros. É por isso que em cinco comarcas, das 17 fiscalizadas, a área cancelada foi superior à área total do município. Os beliches fundiários são a maior prova de que os registros se referem a terras muitas vezes inexistentes, cujo único objetivo é negociar os direitos a que eles se referem. Vários negócios foram realizados com esses registros antes de seu cancelamento. Negócios que vão desde hipoteca e penhoras, pagamento de dívidas com o INSS, venda direta e, até mesmo, desapropriação para fins de reforma agrária.

O exemplo da Grilagem Paulista também é emblemático. Daqueles que receberam os títulos do governo do estado, poucos efetivamente ocuparam a terra. O maior interesse nas terras advinha da provável desapropriação à qual o estado seria obrigado, quando se formasse o reservatório da Hidrelétrica que estava sendo planejada na região. A hidrelétrica de fato foi construída, e as indenizações, embora ainda não tenham sido pagas, se mostraram realmente lucrativas, sendo estimadas em algumas centenas de milhões de reais.

Passadas várias décadas desde que a terra foi titulada, os imóveis que não foram atingidos pelo represamento do rio Uatumã entraram no mercado de terras e estão, paulatinamente, sendo adquiridos por empresários capitalistas, em geral, madeireiros. É somente nesse estágio que a terra passa efetivamente a assumir a condição de apropriação capitalista. É também nesse estágio da apropriação privada que surgem os principais conflitos.

A quinta característica marcante da formação da propriedade no Amazonas é o conflito entre classes sociais. Enquanto os rentistas se apropriam da terra para extrair renda sem nada nela produzir, os capitalistas e camponeses veem na terra a possibilidade de sua exploração efetiva. Esse movimento de luta entre classes adquire ares muitas vezes violentos. A grilagem e a violência são o que há de mais comum na apropriação privada de grandes porções da terra no Amazonas, por isso, esses crimes não podem ser considerados como meros problemas de caráter individual.

A dramática situação das comunidades situadas nas margens da BR-174 nos ajudam a compreender esses movimentos. A terra que foi alienada ilegalmente entre 1970 e 1971 nunca recebeu qualquer ação de ocupação por parte de seus titulares, os grileiros paulistas. Eram, em geral, membros da classe rentista, cujo interesse se restringia a negociar os direitos provenientes do título do imóvel. Durante as várias décadas de abandono completo dos imóveis, camponeses foram abrindo posses na terra sem qualquer obstáculo imposto pelos titulares. Entretanto, nos últimos anos, capitalistas madeireiros passaram a se interessar pela terra, comprando os títulos dos imóveis. O interesse capitalista está na exploração efetiva dos imóveis que, entretanto, já

são explorados pelos camponeses. É na disputa entre capitalistas e camponeses que a relação de classes assumiu um forte componente de violência. Na comunidade Terra Santa, essa violência é marcada por ameaças, pistolagem, espancamentos e destruição de roças e outras benfeitorias além das ordens judiciais. A maior parte dos camponeses dessa comunidade já deixaram a terra por conta do conflito.

As maiores vítimas desse processo violento são, portanto, os camponeses posseiros, que são expropriados de suas terras. Duas forças atuam diretamente para essa conjuntura. O baixo grau de formalização da ocupação camponesa e a ação classista do judiciário. Os camponeses, embora tenham direito à terra por diferentes marcos legais, não conseguem acessar os mecanismos disponíveis para sua regularização. Mais de 76% dos pequenos imóveis registrados no SNCR são posses por simples ocupação, e 87% dos minifúndios também estão nessa condição. A ocupação camponesa, quando confrontada nos tribunais com os latifúndios, geralmente é eliminada.

A grilagem, a violência e a expropriação são problemas sociais e, portanto, é com transformações nas relações de poder que encontraremos as bases para sua superação. Como tal, é necessária e urgente uma reformulação na estruturação do poder do Estado.

Portanto, a propriedade capitalista da terra no Amazonas possui cinco aspectos que a caracterizam em sua origem: o genocídio que marca a incorporação dos territórios indígenas, a alienação da terra pública sem a observação dos marcos legais existentes, a concentração fundiária, o uso da terra como instrumento especulativo e a violência da expropriação de camponeses.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ACUÑA, Padre Cristóbal de. **Novo Descobrimento do Rio Amazonas**. Montevideo: Oltaveres e Embajada de España en Brasil, 1994.

ALFAYA, Felipe Augusto Ventura da Silva. **Mapeamento de Áreas Alagáveis da Calha Solimões/Amazonas Utilizando Análise de Imagens Baseada em Objeto com dados MDE-SRTM**. 2012. 59 f. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2012. Disponível em: <http://urlib.net/8JMKD3MGP7W/3BMAAGH>. Acesso em: 6 mar. 2018.

ATROARI, Viana Uomé; ATROARI, Mário Paroé. **[Correspondência]**. Destinatário: José Sarney [Presidente da República]. Brasília, 10 mar. 1986. 1 carta.

BAINES, Stephen Grant. **“É a FUNAI que Sabe”**: a Frente de Atração Waimiri-Atroari. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

BAINES, Stephen Grant. A Política Indigenista Governamental e os Waimiri-Atroari: administrações indigenistas, mineração de estanho e a construção de “autodeterminação indígena” dirigida. **Revista de Antropologia**, v. 36, p. 207-237, 1993. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111395/109580>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BALDUÍNO, Dom Tomás. O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (ed.). **O Campo no Século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 19-25.

BANDEIRA, Alípio. **Jauapery**. 2. ed. Manaus: Edua, 2009.

BARBOSA, Evandro Brandão. **Distrito Agropecuário da Suframa (DAS)**: gênese, desenvolvimento e dilemas para o século XXI. 2017. 229 f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5773>. Acesso em: 26 mar. 2018.

BRASIL, Altino Berthier. **O Pajé da Beira da Estrada**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana (EST), 1986.

BRIANEZI, Thaís. Coca-Cola usa açúcar de usina sem licença ambiental. **Repórter Brasil**, São Paulo, 6 nov. 2009. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2009/11/coca-cola-usa-acucar-de-usina-sem-licenca-ambiental/>. Acesso em: 17 abr. 2012.

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian. J. **Cidades da Floresta**: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira. Manaus: Edua, 2006.

CARVALHO, José Alberto Lima de; CUNHA, Sandra Baptista da. Terras Caídas e Consequências Sociais na Costa do Miracauera, Município de Itacoatiara-Amazonas, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, Número Especial, p. 1-16, 2. sem.

2011.

CHAYANOV, Alexander Vasilevich. **La Organizacion de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1985.

COMITÊ da Verdade, Memória e Justiça do Amazonas. **A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari**: por que kamña matou kiña? Campinas: Curt Nimuendajú, 2014.

CORRÊA, Marcos Sá. Um golpe nos grileiros de Amazonas. Varredura nos cartórios de 17 comarcas vai recuperar 50 milhões de hectares, uma área oito vezes maior que Portugal. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 out. 2001. In: LIMA, Marinildes Costeira de Mendonça. **Relatório das Correições Extraordinárias nos Registros de Terras Rurais no Estado do Amazonas**. Manaus: Edições Governo do Estado: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. A Periodização da Rede Urbana da Amazônia. In: CORRÊA, R. L. (ed.). **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 181-253.

CRUZ, Manoel de Jesus Masulo da. **Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia**. 2007. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CRUZ, Manoel de Jesus Masulo da. Canpesinato e Meio Ambiente na Várzea da Amazônia. In: MEDEIROS, R. M. V.; FALCADE, I. (ed.). **Tradição versus Tecnologia**: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 143-170.

DANILO protesta contra a interdição do Alaláu. **ACrítica**, Manaus, 27 nov. 1968.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

ESTEVES, Antônio R. **Pde. Cristóbal de Acuña**. Novo descobrimento do Rio Amazonas. Montevideo: Oltavers e Embajada de España en Brasil, 1994.

FARIAS JÚNIOR, Emanoel de Almeida. Quilombos na Amazônia: um esboço preliminar do estudo de “comunidades de pretos” no complexo do madeira. In: I Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas. **Anais** [...]. Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em: http://www.ecsb2007.ufba.br/layout/padrao/azul/ecsb2007/anais/st10_Quilombos na Amazonia.pdf. Acesso em: 7 jul. 2018.

FAUSTO, Carlos. **Os Índios Antes do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FEARNSIDE, Philip Martin. Balbina: lições trágicas na Amazônia. **Ciência Hoje**, p. 34-40, jan. 1990.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **A Amazônia Colonial (1616-1798)**. Manaus: Metro Cúbico, 1991.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel** – a história das línguas na Amazônia. Rio de

Janeiro: Atlântica, 2004.

FRERIS, Nicole; LASCHEFSKI, Klemens. **A Fachada Verde da Exploração Madeireira:** os mitos da certificação madeireira e da vocação florestal na Amazônia. [S. l.: s. n., 2001?]. Disponível em: <http://docplayer.com.br/18989272-A-fachada-verde-da-exploracao-madeireira.html>. Acesso em: 20 fev. 2012. [Versão completamente revisada e atualizada de: FRERIS, Nicole; LASCHEFSKI, Klemens. Saving the wood from the trees. In: *The Ecologist*, v. 31, n. 6, jul./ago. 2001. Disponível em: <http://users.ox.ac.uk/~magd1352/ecologist/Saving%20the%20wood.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012].

GOVERNADOR acusa índios pelo atraso de Roraima. **ACrítica**, Manaus, 05 mar. 1975.

INDENIZAÇÃO Suspeita no Amazonas é investigada. **Jornal do Brasil**, Capa, 14 mar. 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Cap. 29: Regularização Fundiária na Amazônia Legal. In: IPEA. **Brasil em Desenvolvimento:** Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2010. p. 751-777 Disponível em: http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BD_vol3.pdf. Acesso em: 09 abr. 2012.

INSTITUTO DE TERRAS DO AMAZONAS – ITEAM. Base de Dados de Presidente Figueiredo. ITEAM, 2012. 1 CD-ROM [Base de dados geográfica com lotes de 3000ha da titulação feita pelo governo do estado na década de 80 no perímetro do Município de Presidente Figueiredo].

JUNQUEIRA, Messias. A Discriminação de Terras Devolutas na Amazônia Legal. **Revista de Direito Agrário**, p. 65-68, 1973.

JUNK, Wolfgang Johannes. Areas inundáveis - Um desafio para Limnologia. **Acta Amazônica** 10(4), p. 775-795, 1980.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. **Del Roraima al Orenoco**. Caracas: Banco Central de Venezuela, 1979.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. **Os Historiadores e os Rios:** natureza e ruína na Amazônia brasileira. Brasília: Paralelo 15: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

LIMA, Marinildes Costeira de Mendonça. **Relatório das Correições Extraordinárias nos Registros de Terras Rurais no Estado do Amazonas**. Manaus: Edições Governo do Estado: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, 2002.

MARÉS, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MAREWA – MOVIMENTO DE APOIO À RESISTÊNCIA WAIMIRI/ATROARI. **Resistência Waimiri/Atroari**. Itacoatiara: Edições Loyola, 1983.

MAREWA – MOVIMENTO DE APOIO À RESISTÊNCIA WAIMIRI/ATROARI. **Balbina: ameaça e destruição na Amazônia.** Manaus: CIMI, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** v. 3. t. 2. São Paulo: Nova Cultura, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Teses sobre Feuerbach. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. (ed.). **A Ideologia Alemã.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 99-103.

MORENO, Gislaine. **(Des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso.** 1993. 633 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MPF Propõe Indenização a Famílias Atingidas de Balbina. **Diário do Amazonas,** Manaus, 24 jul. 2008.

NEVES, Eduardmpo Góes. **Arqueologia da Amazônia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira: transformações recentes. *In*: **Geografia do Brasil.** 6. ed. São Paulo: Edusp, 1999. p. 465-534.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. *In*: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (ed.). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa Amarela: Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Nota Técnica sobre Marcos Legais e Institucionais Referentes à Questão da Terra na Amazônia Legal.** São Paulo: [s.n.], 2008. mimeografado.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Reforma Agrária, Grilagem das Terras Públicas e a Luta pela Terra e Território no Brasil. *In*: **Por uma América Latina unida y sustentable.** Havana: Universidad de Havana, 2015. p. 01-15.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na Selva.** Manaus: Valer, 2000.

PEREIRA, Henrique dos Santos. **Dialogando com a Paisagem: uma análise ecológica da agricultura familiar da várzea do complexo Solimões-Amazonas.** Manaus: [s.n.], 1994.

PINTO JUNIOR, Joaquim Modesto. **Faixa de Fronteira: Legislação, Doutrina e Jurisprudência.** Brasília: MDA: INCRA, 2002.

PINTO JUNIOR, Joaquim Modesto; FARIAS, Valdez (org.). **Coletânea de legislação e**

jurisprudência agrária e correlata. t. 1. Brasília: MDA: NEAD, 2007a. (NEAD Especial; 7). 3 v. Disponível em:
http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-74145-lt_Legislao_e_Jurisprudn-9299782.pdf. Acesso em: 29 jun. 2018.

PINTO JUNIOR, Joaquim Modesto; FARIAS, Valdez (org.). **Coletânea de legislação e jurisprudência agrária e correlata.** t. 3. Brasília: MDA: NEAD, 2007b. (NEAD Especial; 7). 3 v. Disponível em:
http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-74145-lt_Legislao_e_Jurisprudn-6577614.pdf. Acesso em: 6 mar. 2018.

PINTO, Renan Freitas. A viagem das idéias. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 97-114, abr. 2005.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. **Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista:** grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra. 2016. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-27032017-104718/pt-br.php>. Acesso em: 29 nov. 2018.

RODRIGUES, João Barboza. **Rio Jauaperi:** pacificação dos Crichanás. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

ROL das Hipóteses de Convalidação, Anexo à Exposição de Motivos nº 77, 10 out. 1978. In: PINTO JUNIOR, Joaquim Modesto; FARIAS, Valdez (org.). **Coletânea de legislação e jurisprudência agrária e correlata.** t. 3. Brasília: MDA: NEAD, 2007. (NEAD Especial; 7). 3 v. Disponível em:
http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-74145-lt_Legislao_e_Jurisprudn-6577614.pdf. Acesso em: 6 mar. 2018. p. 61-65.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **Além da Conquista:** guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2002.

SCHWADE, Egydio. **A Guerra de Extermínio Contra os Waimiri e Atroari.** Presidente Figueiredo: [s.n.], 1980. mimeografado.

SCHWADE, Egydio. **Por que Kamña Matou Kiña?** Disponível em:
<http://urubui.blogspot.com.br/2011/05/2000-waimiri-atroari-desaparecidos.html>. Acesso em: 27 mar. 2012a.

SCHWADE, Egydio. **Porque Continuam Ocultos os Assassinos dos Waimiri-Atroari.** Disponível em: <http://urubui.blogspot.com.br/2011/09/porque-continuam-ocultos-os-assassinos.html>. Acesso em: 27 mar. 2012b.

SCHWADE, Tiago Maiká Müller. **Reordenamento Territorial e Conflitos Agrários em Presidente.** 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012. Disponível em:
<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4344>. Acesso em: 26 mar. 2018.

SCHWADE, Tiago Maiká Müller. O Indigenista e o Indigenismo. *In*: WENDLING, J. R.; SILVEIRA, C. (ed.). **Vidas que Falam**: promotores dos direitos humanos, da justiça e da paz. Manaus: Valer, 2018. p. 141-146.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU (Brasil). **Plano Nacional de Caracterização do Patrimônio da União**. Brasília, DF: SPU, 2017. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao/171214_pnc_edicao.pdf. Acesso em: 21 nov. 2018.

SILVA, Ligia Osorio. O Acre em dois tempos: a luta pela terra na fronteira Ocidental. **E-Premissas revista de estudos estratégicos**, Campinas, n. 2, p. 78-103, jan./jun. 2007.

SILVA, Ligia Osorio. **Terras Devolutas e Latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SOARES, L. Castro. **Excursion guidebook 8: Amazonia**. International Geographical Union. Rio de Janeiro: Brazilian National Committee, 1956.

SOUZA, Ana Maria Oliveira de; FREITAS, Renato Mendes (coord.). **Panorama do Distrito Agropecuário da SUFRAMA (DAS)**. Manaus: SUFRAMA, 2015. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/noticias/arquivos/Panorama_do_Distrito_Agropecu%C3%A1rio_Suframa.pdf. Acesso em: 3 out. 2018.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA. **Linhas Básicas do Distrito Agropecuário**. Manaus: Acessoria de Comunicação Social, 1975. (Série Programas em Desenvolvimento, 1).

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA. **Diretrizes e Normas Técnicas para Ocupação do Distrito Agropecuário da Suframa**. Manaus: SUFRAMA, 2006.

TEIXEIRA, Manoel. [Correspondência]. Destinatário: Rei de Portugal. [S.l.], 5 jan. 1654. Carta.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e Grilagem**: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará. Belém: UFPA: ITERPA, 2001.

Documentos jurídicos

AMAZONAS. [Lei de Terras (1892)]. **Decreto 04, de 16 de março de 1892**. Regula a alienação de terras devolutas situadas dentro dos limites do Estado do Amazonas e dá regras para revalidação de sesmarias e outras concessões do Governo e para a legitimação de posses mansas e pacíficas. Manaus: Presidência do Estado do Amazonas: 16 mar. 1892a.

AMAZONAS. **Regulamento, de 21 de maio de 1892**. Execução de Lei de Terras a que se refere o Decreto 4, de 19 de março de 1892. Manaus: Presidência do Estado do Amazonas: 21 mai. 1892b.

AMAZONAS. Lei 60, de 07 de outubro de 1893. Organiza o serviço de venda, revalidação e legitimação das terras públicas do Estado. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**. Manaus:

Governo do Estado do Amazonas: 7 out. 1893a.

AMAZONAS. Decreto 37, de 08 de novembro de 1893. Promulga o Regulamento da Repartição de Terras. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, Manaus, Ano – I, n. 1, p. 1, 15 nov. 1893b.

AMAZONAS. Regulamento da Repartição de Terras, de 15 de novembro de 1893. A que se refere o Decreto 37, de 8 de novembro de 1893. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, Manaus, Ano – I, n. 1, p. 1, 15 nov. 1893c.

AMAZONAS. Decreto Estadual 241, de 16 de abril de 1898. Suspende a concessão de terras públicas nos rios ainda não explorados. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, Manaus, Ano – V, 16 abr. 1898.

AMAZONAS. Decreto 644, de 1º de dezembro de 1903. Regula o actual Regulamento de Terras. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**. Manaus: Governo do Estado do Amazonas: 1 dez. 1903.

AMAZONAS. Lei 89, de 31 de dezembro de 1959. Dispõe sobre a Lei de Terras e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**: Governo do Estado, Manaus, Ano – LXVI, publicado em nove edições (19.090, 19.091, 19.092, 19.093, 19.094, 19.095, 19.096, 19.097 e 19.098), 12 a 21 jan. 1960.

AMAZONAS. Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas – DER-AM. **Of. DER-AM/DG/Nº 170/68**. Manaus: DER-AM, 04 abr. 1968a. Assunto: Autorização para aquisição de armamento e munição.

AMAZONAS. Decreto Estadual 1.127, de 22 de abril de 1968. Dispõe sobre as terras devolutas que marginam as rodovias BR-319 e BR-174. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, Manaus, Ano – LXXIV, n. 21.508, p. 2, 24 abr. 1968b.

AMAZONAS. Departamento de Estradas de Rodagem do Amazonas – DER-AM. **Of. DER-AM/DG/Nº 392/68**. Manaus: DER-AM, 08 out. 1968c. Assunto: Autorização para aquisição de munição.

AMAZONAS. Lei 878, de 25 de setembro de 1969. Doa terras do Estado do Amazonas à Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**: Ato do Poder Legislativo, Manaus, Ano – LXXV, n. 21.863, p. 1, 29 set. 1969.

AMAZONAS. Lei 1.427, de 16 de dezembro de 1980. Dispõe sobre a regularização de terras rurais sob a jurisdição do Governo do Estado do Amazonas e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**: Atos do Poder Legislativo Estadual, Manaus, Ano – LXXXVI, n. 24.664, p. 1-4, 16 dez. 1980.

AMAZONAS. Instituto Fundiário do Amazonas – IFAM. **Certidão de Nº 489/996**. Manaus, AM: IFAM, 08 ago. 1996.

AMAZONAS. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Incra no Amazonas (SR 15). **Plano de Trabalho Amazônia Legal**. Manaus:

Superintendência Regional do Incra no Amazonas (SR 15), 22 jul. 1999.

AMAZONAS. Corregedoria Geral de Justiça. Portaria nº 218/2001. Dispõe sobre a correição extraordinária nos cartórios da 1ª e 2ª Vara de Humaitá. **Manaus:** Corregedoria Geral de Justiça, 2001a.

AMAZONAS. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional no Amazonas. **Ofício/INCRA/PJ/SR (15) nº 01/01.** Manaus: Superintendência Regional no Amazonas, 10 jan. 2001b.

AMAZONAS. Superintendência de Habitação e Assuntos Fundiários – SUHAB. **Certidão Número 31/2001.** Manaus, AM: SUHAB, 05 fev. 2001c.

AMAZONAS. Corregedoria Geral de Justiça. Provimento nº 15/2001, de 02 de abril de 2001. **Manaus:** Corregedoria Geral de Justiça, 02 de abril de 2001d.

AMAZONAS. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional no Amazonas. **Ofício/SR15/J nº 07/2001.** Manaus: Superintendência Regional no Amazonas, 02 mar. 2001e. Assunto: Minuta do relatório da Comissão Especial de Correição da Comarca de Lábrea/AM.

AMAZONAS. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional no Amazonas. Procuradoria Geral. **Dados levantados pela comissão de trabalho do INCRA para realizar pesquisa nos Livros do único Serviço Registral da Comarca de Juruá em 11 de junho de 2001.** [S. l.]: Superintendência Regional do Incra no Amazonas, [2001]f.

AMAZONAS. Corregedoria Geral de Justiça. **Relatório Final:** correição extraordinária realizada na comarca de Juruá. Manaus: Corregedoria Geral de Justiça, 24 jul. 2001g. Referência: Registro de Imóveis Rurais.

AMAZONAS. Corregedoria Geral de Justiça. **Relatório Final:** correição extraordinária realizada na comarca de Itamarati. Manaus: Corregedoria Geral de Justiça, 24 jul. 2001h. Referência: Registro de Imóveis Rurais.

AMAZONAS. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Incra no Amazonas (SR 15). **Levantamento efetuado pela Comissão do INCRA, nos livros do registro de imóveis do Serviço Registral da Comarca de Canutama/AM.** Manaus: Superintendência Regional do Incra no Amazonas (SR 15), 2001i. 80 p.

AMAZONAS. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional no Amazonas. Procuradoria Geral. **Dados apurados pela comissão de trabalho do INCRA para realizar pesquisa nos Livros do único Serviço Registral do 1º Ofício e 2º Ofício da Comarca de Humaitá, de 14 de agosto de 2001 a 22 de agosto de 2001.** [S. l.]: Superintendência Regional do Incra no Amazonas, [2001]j.

AMAZONAS. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional no Amazonas. Procuradoria Geral. **Dados apurados pela comissão de trabalho do INCRA para realizar pesquisa nos Livros do único Serviço Registral da Comarca de**

Eirunepé, de 15 de outubro de 2001 a 30 de outubro de 2001. [S. l.]: Superintendência Regional do Incra no Amazonas, [2001]l.

AMAZONAS. Corregedoria Geral de Justiça. Provimento nº 14/2001, de 18 de outubro de 2001. **Manaus:** Corregedoria Geral de Justiça, 18 de outubro de 2001m.

AMAZONAS. Corregedoria Geral de Justiça. Provimento nº 15/2001, de 18 de outubro de 2001. **Manaus:** Corregedoria Geral de Justiça, 18 de outubro de 2001n.

AMAZONAS. [Constituição (1891)]. Constituição Política do Estado do Amazonas de 1891: outorgada pelo Decreto 86, de 13 de março de 1891, a fim de ser submetido ao congresso Constituinte do Estado. *In: **Constituições do Estado do Amazonas.*** v. I, p. 3-27. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas; Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 2002a.

AMAZONAS. [Constituição (1891)]. Constituição Política do Estado do Amazonas de 1891: promulgada em 16 de junho de 1891. *In: **Constituições do Estado do Amazonas.*** v. I, p. 28-47. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas; Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 2002b.

AMAZONAS. [Constituição (1892)]. Constituição Política do Estado do Amazonas de 1892: promulgada em 23 de julho de 1892. *In: **Constituições do Estado do Amazonas.*** v. I, p. 29-72. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas; Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 2002c.

AMAZONAS. [Constituição (1895)]. Constituição Política do Estado do Amazonas de 1895: promulgada em 17 de agosto de 1895. *In: **Constituições do Estado do Amazonas.*** v. I, p. 73-89. Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas; Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 2002d.

AMAZONAS. Corregedoria Geral de Justiça. Portaria 120/2001, da Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas, de 11 de janeiro de 2001. *In: AMAZONAS. Corregedoria Geral de Justiça. **Relatório das Correções Extraordinárias nos Registros de Terras Rurais no Estado do Amazonas.*** Manaus: Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas, 2002e. p. 423-424.

AMAZONAS. Lei 2.754, de 29 de outubro de 2002. Regulamenta o artigo 134 da Constituição do Estado do Amazonas, dispondo sobre a aquisição, destinação, utilização, regularização e alienação dos bens imóveis do estado do Amazonas e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Amazonas:** Poder Executivo, Manaus, Ano – CVIII, n 30.002, p. 1-4, 29 out. 2002f.

AMAZONAS. Conselho da Magistratura. Recurso Administrativo 185/2005/Lábrea/AM. Recorrente: Antônio Santana de Souza e outros. Recorrido: Corregedoria Geral de Justiça. Relator: Des. Francisco das Chagas Auzier Moreira, 15 set. 2005. **Diário Oficial do Estado do Amazonas:** Poder Judiciário, Manaus, ano CXI, n. 30.705, p. 4, 21 set. 2005a.

AMAZONAS. Conselho da Magistratura. Recurso Inominado 178/2005/Borba/AM. Recorrente: Ana Sueli Lacerda Moss e João Alfredo Moss. Recorrido: Corregedoria Geral de Justiça. Relator: Des. Francisco das Chagas Auzier Moreira, 15 set. 2005. **Diário Oficial do**

Estado do Amazonas: Poder Judiciário, Manaus, ano CXI, n. 30.705, p. 4, 21 set. 2005b.

AMAZONAS. Corregedoria Geral de Justiça. **Ofício 1.147/2005.** Manaus: Corregedoria Geral de Justiça, 30 set. 2005c.

AMAZONAS. Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM. **Ofício N° 202/2007/GP – ITEAM.** Manaus: ITEAM, 03 abr. 2007a.

AMAZONAS. Lei Complementar n° 53, de 05 de junho 2007. Regulamenta o inciso V do artigo 230 e o § 1° do artigo 231 da Constituição Estadual, institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC, dispondo sobre infrações e penalidades e estabelecendo outras providências. **Diário Oficial do Estado do Amazonas:** Poder Executivo, Manaus, Ano – CXIII, n 31.116, p. 1-7, 5 jun. 2007b.

AMAZONAS. Lei Complementar n° 57, de 13 de novembro 2007. Altera a Lei Complementar 53, de 5 de junho de 2007 e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Amazonas:** Poder Executivo, Manaus, Ano – CXIII, n 31.223, p. 1, 13 nov. 2007c.

AMAZONAS. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. 1ª Vara Manaus. Processo: 2010.32.00.000208-2. **Ação Civil Pública.** Requerente: Ministério Público Federal, Requerido: União, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Centrais Elétricas do Norte do Brasil SA – Eletronorte, Antonio Fleury de Camargo Filho e outros. Juíza: Jaiza Maria Pinto Fraxe. Data da Autuação: 18 jan. 2010a. Disponível em: <https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=2010.32.00.000208-2&secao=AM&pg=1&enviar=Pesquisar>. Acesso em: 26 nov. 2018.

AMAZONAS. Secretaria de Segurança Pública. 33ª Distrito Policial (Presidente Figueiredo). **Boletim de Ocorrência.** N° da Ocorrência: 2873/2010. Ameaça. Presidente Figueiredo: 33ª Distrito Policial, 1 jun. 2010b.

AMAZONAS. Juízo de Direito da Comarca de Presidente Figueiredo. **Mandado de Imissão de Posse.** Autos 015/2011. Processo de Reintegração de Posse. Requerente: João Gomes Brandão. Requerido: Valdomiro Machado, Eladio, Marilene e bem como quaisquer outras pessoas. Juiz Roger Luiz Paz de Almeida (Juiz de Direito da Única Vara da Comarca de Rio Preto da Eva – Amazonas, nomeado nestes autos), 8 abr. 2011a.

AMAZONAS. Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM. Procuradoria Jurídica. **Parecer N° 994/11 – PROJUR.** Manaus: ITEAM, 04 nov. 2011b. Assunto: Pesquisa sobre área rural localizada no Município de Silves.

AMAZONAS. Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM. **Ofício N° 557/11 – GP/ITEAM.** Manaus, AM: ITEAM, 04 nov. 2011c. Assunto: Resposta ao ofício n° 1355/2011/INCRA/SR (15)/GAB.

AMAZONAS. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Incra no Amazonas (SR 15). **Ofício n° 1472/2011/INCRA/SR(15)/GAB,** 09 nov. 2011d. Assunto: Parecer Jurídico ITEAM – Fazenda Cristo Rei, Presidente Figueiredo-AM.

AMAZONAS. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **Decisão n° 92-A/2012.** Processo 2010.32.00.000208-2. Requerente: Ministério Público Federal. Rés: União, Antônio Fleury de

Camargo Filho, Sergio Vergueiro e Outros. Juíza Jaiza Maria Pinto Fraxe, 17 maio 2012.

AMAZONAS. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. 1ª Vara Manaus. Processo: 0006772-60.2013.4.01.3200. **Ação Civil Pública**. Requerente: Ministério Público Federal, Requerido: União e Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Juíza: Jaiza Maria Pinto Fraxe. Data da Autuação: 19 abr. 2013a. Disponível em: <https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=6772-60.2013.4.01.3200&secao=AM&pg=1&enviar=Pesquisar>. Acesso em: 26 nov. 2018.

AMAZONAS. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **Decisão nº 79-A**. Processo 6772-60.2013.4.01.3200. Autor: Ministério Público Federal. Réus: União e Fundação Nacional do Índio. Juíza Jaiza Maria Pinto Fraxe, 13 maio 2013b.

AMAZONAS. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. 3ª Vara Manaus. Processo: 0008363-23.2014.4.01.3200. **Ação Civil Pública**. Requerente: Ministério Público Federal, Requerido: Instituto Chico Mendes de Conservação Da Biodiversidade – ICMBIO e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Juíza: Raffaella Cássia de Sousa. Data da Autuação: 28 maio 2014. Disponível em: <https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/processo.php?proc=0008363-23.2014.4.01.3200+&secao=AM&pg=1&enviar=Pesquisar>. Acesso em: 26 nov. 2018.

AMAZONAS. Corregedoria Geral de Justiça. Edital de Intimação de Advogados/Partes. Processo 0600003-27.2015.8.04.0022 – Proposta de Revogação/Alteração de Provimento. Requerente: MABRAL IND. E COM. LTDA. Des. Flavio Humberto Pascarelli Lopes, 3 ago. 2015. **Diário da Justiça Eletrônico**: Caderno Judiciário – Capital, Manaus, AM, ano VIII, edição 1742, p. 3, 12 ago. 2015.

AMAZONAS. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **Sentença Tipo A** – PCTT:96.000.02. Processo Nº 0006772-60.2013.4.01.3200 – 1ª Vara Federal. Trata-se de ação civil pública [...] objetivando, no mérito, a condenação das requeridas, em caráter definitivo, a que procedam à realização dos estudos de revisão dos limites da terra indígena Waimiri Atroari [...]. Requerente: Ministério Público Federal. Requeridos: União e Fundação Nacional do Índio. Juíza Jaiza Maria Pinto Fraxe, 16 maio 2016a.

AMAZONAS. Corregedoria Geral de Justiça. Relatório Conclusivo da Comissão para análise dos títulos imobiliários emitidos pelo Governo do Estado do Amazonas. Processo nº 0201971-60.2015.8.04.0022. Relator: Flávio Henrique Albuquerque de Freitas, 24 jun. 2016. **Manaus**: Corregedoria Geral de Justiça, 24 jun. 2016b.

AMAZONAS. [Constituição (1989)]. **Constituição Política do Estado do Amazonas de 1989**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1989, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais 1/1990 a 97/2018. – Manaus: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, 2018a. 437 p.

AMAZONAS. Superintendência do Ibama no Estado do Amazonas. **Memorando nº 165/2018/SUPES-AM**. Manaus: SUPES-AM, 04 out. 2018b. Assunto: Informação CECAN.

BRASIL. **Lei de 15 de novembro de 1831**. Orça a receita e fixa a despesa para o anno financeiro de 1832-1833. Brasília, DF: Presidência da República, 1831. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37687-15-novembro-1831-564851-

publicacaooriginal-88758-pl.html. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. **Lei 66, de 12 de outubro de 1833**. Determina o arrendamento em hasta publica das fabricas, terrenos e proprios nacionaes; autoriza o contracto para a illuminação a gaz, e supprime os ordenados do escrivão do Hospital de Santos e do capellão do collegio de S. Paulo, e a despeza com o quartel do Rio Pardo. Brasília, DF: Senado Federal, 1833.

Disponível em:

<http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=540972&tipoDocumento=LEI-n&tipoTexto=PUB>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. **Lei 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Brasília, DF: Presidência da República, 1850. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm. Acesso em: 21 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto 1.318, de 30 de janeiro de 1854**. Manda executar a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Brasília, DF: Senado Federal, 1854. Disponível em:

<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=392126&id=14393880&idBinario=15636075&mime=application/rtf>. Acesso em: 11 set. 2018.

BRASIL. **Lei 1.114, de 27 de setembro de 1860**. Fixando a despeza e orçando a receita para o exercicio de 1861- 1862. Brasília, DF: Senado Federal, 1860. Disponível em:

<http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=542729&tipoDocumento=LEI-n&tipoTexto=PUB>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 1.507, de 26 de setembro de 1867**. Fixa a despeza e orça a receita geral do Imperio para os exercicios de 1867-68 e 1868-69, e dá outras providencias. Brasília, DF: Presidência da República, 1867. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim1507.htm. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto 4.105, de 22 de fevereiro de 1868**. Regula a concessão dos terrenos de marinha, dos reservados nas margens dos rios e dos accrescidos natural ou artificialmente. Brasília, DF: Câmara Federal, 1868.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: texto constitucional decretado e promulgado em 24 de fevereiro de 1891. Rio de Janeiro, 1891.

BRASIL. **Decreto nº 1.179, de 18 de fevereiro de 1904**. Approva o tratado de permuta de territorios e outras compensações celebrado em 17 de novembro de 1903, entre o Brazil e a Bolivia. Brasília, DF: Câmara Federal, 1904a. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1179-18-fevereiro-1904-583547-publicacaooriginal-106345-pl.html>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. **Decreto 1.181, de 25 de fevereiro de 1904**. Autoriza o Presidente da Republica a administrar provisoriamente o territorio reconhecido brasileiro, em virtude do tratado de 17 de novembro de 1903 entre o Brazil e a Bolivia, e dá outras providencias. Brasília, DF: Câmara Federal, 1904b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1181-25-fevereiro-1904-583573-publicacaooriginal-106366-pl.html>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.188, de 7 de abril de 1904.** Organiza o território do Acre. Brasília, DF: Câmara Federal, 1904c. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-5188-7-abril-1904-516300-republicacao-107275-pe.html>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto 2.543-A, de 05 de janeiro de 1912.** Estabelece medidas destinadas a facilitar e desenvolver a cultura da seringueira, do caucho, da maniçoba e da mangabeira e a colheita e beneficiamento da borracha extrahida dessas arvores e autoriza o Poder Executivo não só a abrir os créditos precisos á execução de taes medidas, mas ainda a fazer as operações de crédito que para isso forem necessárias. Brasília, DF: Câmara Federal, 1912a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2543-a-5-janeiro-1912-577797-publicacaooriginal-100726-pl.html>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. **Decreto 9.831, de 23 de outubro de 1912.** Reorganiza a Administração e a Justiça no Territorio do Acre. Brasília, DF: Câmara Federal, 1912b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9831-23-outubro-1912-517045-republicacao-99539-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 10.105, de 5 de março de 1913.** Approva o novo regulamento de terras devolutas da União. Brasília, DF: Câmara Federal, 1913a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-10105-5-marco-1913-575772-publicacaooriginal-99079-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. **Decreto 10.320, de 07 de julho de 1913.** Modifica os Arts. 1º e 3º do regulamento aprovado pelo decreto n. 10.105, de 5 de março de 1913. Brasília, DF: Câmara Federal, 1913b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-10320-7-julho-1913-576604-publicacaooriginal-99756-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. **Decreto 11.485, de 10 de fevereiro de 1915.** Suspende o regulamento de terras devolutas da União, a que se referem os decretos ns. 10.105, de 5 de março de 1913, e 10.320, de 7 de julho do mesmo anno. Brasília, DF: Câmara Federal, 1915. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11485-10-fevereiro-1915-574364-publicacaooriginal-97528-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. [Código Civil (1916)]. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916.** Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1916. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 19.924, de 27 de abril de 1931.** Dispõe sobre as terras devolutas. Brasília, DF: Câmara Federal, 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19924-27-abril-1931-514651-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 21.235, de 2 de abril de 1932.** Assegura aos Estados o domínio dos terrenos marginais e acrescidos dos rios navegaveis, que correm em seus territórios, das ilhas formadas nesses rios e das lagoas navegaveis, em todas as zonas não alcançadas pela confluência das marés. Brasília, DF: Câmara Federal, 1932. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21235-2-abril-1932-520123-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934**. Brasília, DF: Presidência da República, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 1 jul. 2018.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: texto constitucional decretado em 10 de novembro de 1937**. Brasília, DF: Presidência da República, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 2 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 710, de 17 de setembro de 1938**. Reorganiza a Diretoria do Domínio da União. Brasília, DF: Câmara Federal, 1938. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-710-17-setembro-1938-358386-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.164, de 18 de março de 1939**. Dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas. Brasília, DF: Câmara Federal, 1939a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1164-18-marco-1939-349147-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 4.857 de 9 de novembro de 1939**. Dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 1939b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D4857.htm. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: texto constitucional promulgado em 18 de setembro de 1946**. Brasília, DF: Presidência da República, 1946a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 2 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946**. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1946b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9760.htm. Acesso em: 17 ago. 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 10, de 09 de novembro de 1964**. Altera os artigos 5º, 15, 29, 141, 147 e 156 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-10-9-novembro-1964-364969-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966**. Fixa Normas de Direito Agrário, dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras Providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L4947.htm. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil:**

texto constitucional decretado e promulgado em 24 de janeiro de 1967. Brasília, DF: Presidência da República, 1967a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 13 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1967b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0271.htm. Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967**. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. Brasília, DF: Presidência da República, 1967c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0288.htm. Acesso em: 1 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 60.296, de 3 de março de 1967**. Aprova o Plano Diretor de Desenvolvimento da Amazônia, para o quinquênio 1967, 1971, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara Federal, 1967d. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60296-3-marco-1967-401136-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969**. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm. Acesso em: 13 abr. 2018.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. **Processo nº FUNAI/BSB/2789/70**. [Gilberto Pinto Figueiredo Costa opina contrariamente à concessão de certidão negativa à propriedade Agropecuária Vila Rica Ltda.]. Manaus, AM: FUNAI, 11 de fevereiro de 1971a.

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. **Ofício 30/DGPI**. Brasília, DF: Ministério do Interior, 24 de fevereiro 1971b. Assunto: Certidões Negativas (indeferre).

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971**. Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del1164impressao.htm. Acesso em: 27 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 68.907, de 13 de julho de 1971**. Cria a Reserva Indígena de Waimiri-Atroari, situada no Município de Airão, Estado do Amazonas. Brasília, DF: Câmara Federal, 1971d. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68907-13-julho-1971-411391-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.243, de 30 de outubro de 1972**. Eleva a dotação do Programa de Integração Nacional (PIN) criado pelo Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, altera o

Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1972. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1243.htm. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.** Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1973a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/15917.htm. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1973b.

BRASIL. **Lei nº 6.216, de 30 de junho de 1975.** Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos. Brasília, DF: Presidência da República, 1975. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6216.htm. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.337, de 4 de junho de 1976.** Dá a trecho da BR-319, do Plano Nacional de Viação, a denominação “Rodovia Álvaro Maia”. Brasília, DF: Presidência da República, 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6337.htm. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979.** Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1979a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6634.htm. Acesso em: 3 jul. 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.739, de 5 de dezembro de 1979.** Dispõe sobre a matrícula e o registro de imóveis rurais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1979b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6739.htm. Acesso em: 24 mar. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 85.200, de 24 de setembro de 1980.** Cria, no Estado do Amazonas, o Parque Nacional do Jaú. Brasília, DF: Câmara Federal, 1980. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85200-24-setembro-1980-434605-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 set. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.868, de 30 de março de 1981.** Altera dispositivo do Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, que declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal. Brasília, DF: Senado Federal, 1981a. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=526345&tipoDocumento=DEL&tipoTexto=PUB>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 85.898, de 13 de abril de 1981.** Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, áreas de terra com benfeitorias, necessárias à formação do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina, da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, no Estado do Amazonas. Brasília, DF: Senado Federal, 1981b. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=508538&id=14332433&idBinario=15706201&mime=application/rtf>. Acesso em: 07 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 86.630, de 23 de novembro de 1981. Declara interditada, temporariamente, para fins de atração e pacificação de grupos indígenas, área que discrimina nos Municípios de Novo Airão e Itapiranga, no Estado do Amazonas, e Caracarái, no Território Federal de Roraima, e da outras providências. Brasília, DF: Câmara Federal, 1981c. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86630-23-novembro-1981-436058-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 92.426, de 25 de fevereiro de 1986. Outorga à Mineração Taboca S.A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um trecho do rio Pitinga, no Município de Presidente Figueiredo, Estado do Amazonas, para uso exclusivo. Brasília, DF: Presidência da República, 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D92426.htm. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987. Revoga o Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1987. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2375.htm#art11. Acesso em: 27 mar. 2017.

BRASIL. Decreto nº 96.441, de 28 de julho de 1988. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados “Aurora”, “Boa Vista”, “Europa Stº Antônio I”, “Stº Antônio II”, “S. Luiz, Jupirá”, “Tocantins e Céu Aberto”, “Ponta”, “Caviana e Toma Jeito”, “Colosso”, “Stª Maria I” e “Stª Maria II” ou “Sacado do Humaitá”, “Liz”, “Aracy”, “Cecy”, “República”, “Stª Haydeé” e “Stª Cecília”, classificados como latifúndio por exploração, situados no Município de Pauini, no Estado do Amazonas, compreendidos na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 92.679, de 19 de maio de 1986, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D96441impressao.htm. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 97.837, de 16 de junho de 1989. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena WAIMIRI-ATROARI, que menciona, nos Estados do Amazonas e Roraima e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97837.htm. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1993a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da

Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm. Acesso em: 05 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Portaria/INCRA/P/Nº41, 25 fev. 1999. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 39, p. 14, 1 mar. 1999a.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica. **Dossiê**: Glebas de Falb Saraiva de Farias Registradas no Município de Tapauá. Brasília, DF: [s. n.], Jun. 1999b. Mimeografado.

BRASIL. Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário Instituto Nacional De Colonização E Reforma Agrária – INCRA. **O livro branco da grilagem de terras no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário: INCRA, 1999c. Disponível em: http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/Livro%20Branco%20da%20Grilagem%20de%20Terras.pdf. Acesso em: 23 maio 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Notas taquigráficas relativas à CPI-Ocupação de Terras Públicas na Amazônia. Diligência em Manaus Nº: 0754/00. Tomada de depoimento realizada na Assembléia Legislativa de Manaus-AM em 15 de junho de 2000a. **Brasília, DF**: Câmara dos Deputados, 2000. Disponível em: <https://goo.gl/nVBtTy>. Acesso em: 6 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Notas taquigráficas relativas à CPI-Ocupação de Terras Públicas na Amazônia. Diligência em Manaus Nº: 000061/01. Tomada de depoimento realizada na Assembléia Legislativa de Manaus-AM em 15 de março de 2001a. **Brasília, DF**: Câmara dos Deputados, 2001. Disponível em: <https://goo.gl/jn6vQW>. Acesso em: 6 mar. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Notas taquigráficas relativas à CPI-Ocupação de Terras Públicas na Amazônia. Diligência em Manaus Nº: 000058/01. Tomada de depoimento realizada na Assembléia Legislativa de Manaus-AM em 16 de março de 2001b. **Brasília, DF**: Câmara dos Deputados, 2001a. Disponível em: <https://goo.gl/w69mh5>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Notas

taquigráficas relativas à CPI-Ocupação de Terras Públicas na Amazônia. Diligência em Manaus Nº: 000059/01. Tomada de depoimento realizada na Assembléia Legislativa de Manaus-AM em 16 de março de 2001c. **Brasília, DF**: Câmara dos Deputados, 2001b. Disponível em: <https://goo.gl/iR5WYk>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação. Notas taquigráficas relativas à CPI-Ocupação de Terras Públicas na Amazônia. Diligência em Manaus Nº: 000062/01. Tomada de depoimento realizada na Assembléia Legislativa de Manaus-AM em 16 de março de 2001d. **Brasília, DF**, Câmara dos Deputados, 2001. Disponível em: <https://goo.gl/GTjc7M>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001**. Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10267.htm. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar a Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica. **Ocupação de terras públicas na Região Amazônica**: relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na Região Amazônica. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2002a. 641 p.

BRASIL. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 19 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005**. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm. Acesso em: 05 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006**. Regulamenta o art. 21 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF: Presidência da República, 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5746.htm. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006.** Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Voto.** Pedido de Providências 268. Requerente: Procuradoria Federal Especializada Junto ao INCRA no Estado do Amazonas, Procuradoria Geral Federal e Advocacia Geral da União. Requerido: Tribunal de Justiça do Amazonas. Relator: Cons. Paulo Schmidt. Brasília, DF, 15 de agosto de 2006d. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/acompanhamentoprocessualportal/faces/jsf/consultarandamentoprocessual/DocumentoEletronico.jsp?id=1413>. Acesso em: 26 nov. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Decisão.** Mandado de segurança. Conselho Nacional de Justiça. Pedido de providência – restabelecimento de decisão da Corregedoria-Geral de Justiça – cancelamento de registro de propriedade imobiliária. Medida liminar indeferida. Recorrente: Mustaf Said e Leonice Maia Said. Recorrido: Conselho Nacional de Justiça. Relatora: Min. Cármen Lúcia, 31 out. 2006e. Denegou Segurança.

BRASIL. **Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006.** Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4º, inciso III, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2º da Lei no 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos nos 3.179, de 21 de setembro de 1999, e 3.420, de 20 de abril de 2000, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006f. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5975.htm. Acesso em: 7 nov. 2018.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Regional da República da 1ª Região. Complemento ao Relatório de 28 de fevereiro de 2007, do procedimento administrativo, que investigou a legalidade da outorga de títulos de terras pelo Estado do Amazonas a empresários paulistas, por parte da ELETRONORTE, a título de desapropriação, na área. Processo nº 1.00.000.000929/2001-72. Relator: Franklin Rodrigues da Costa. **Brasília, DF:** Ministério Público Federal, 2007a.

BRASIL. **Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.** Dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11481.htm. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Decisão** – Inteiro Teor. Pedido de Providências 239. Requerente: Procuradoria Federal Especializada Junto ao INCRA no Estado do Amazonas, Procuradoria Geral Federal e Advocacia Geral da União. Requerido: Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Amazonas. Relator: Cons. Paulo Schmidt. Brasília, DF, 04 jun. 2007c. Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/acompanhamentoprocessualportal/faces/jsf/consultarandamentoprocessual/DocumentoEletronico.jsp?id=5397>. Acesso em: 26 nov. 2018.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares – FCP. Portaria nº 11, de 6 de junho de 2006. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 108, p. 5, 7 jun. 2007d.

BRASIL. **Lei nº 11.763, de 1º de agosto de 2008**. Dá nova redação ao § 2o-B do art. 17 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da administração pública. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11763.htm. Acesso em: 05 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009**. Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11952.htm#art6%C2%A71. Acesso em: 05 nov. 2018.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Brasileiro 2010**. Brasília, DF: DNPM, 2011a. Disponível em: http://www.anm.gov.br/assuntos/ao-publico/anuario-mineral/arquivos/ANUARIO_MINERAL_2010.pdf. Acesso em: 19 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011**. Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nos 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm. Acesso em: 20 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011c. 76 p.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Portaria nº 1.672, 14 dez. 2012. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 108, p. 13, 26 dez. 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (2. Turma). **Decisão**. Mandado de Segurança 26.167 Distrito Federal. Mandado de Segurança. Decisão do Conselho Nacional de Justiça que restabeleceu resolução da Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas. Inexistência de contrariedade aos princípios do contraditório e devido processo legal. Decisão administrativa que visa dar cumprimento à decisão judicial. Legitimidade de órgão da procuradoria federal para propor pedido de providências no conselho nacional de justiça. Segurança denegada. Recorrente: Mustaf Said e Leonice Maia Said. Recorrido: Conselho Nacional de Justiça.

Relatora: Min. Cármen Lúcia, 24 de junho de 2014a. A Turma, por votação unânime, denegou a ordem, nos termos do voto da Relatora.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Ofício 487/2014-P**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 03 out. 2014b. Assunto: Conciliação com Ministério do Meio Ambiente em áreas de sobreposição de territórios quilombolas e unidades de conservação.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. **Manual de Orientação para Preenchimento da Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais Eletrônica**. Brasília, DF: INCRA, 2015. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/manual_declaracao_eletronica_final_13032015_1.pdf. Acesso em: 23 de janeiro de 2016.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo 186/2008. – Brasília, DF: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016a. 496 p.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Decisão. **Recurso Especial Nº 1.289.391 - AM (2011/0259019-4)**. Recorrente: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A Eletronorte e União. Recorrido: Borba Gato Agropecuária e Florestal S/A. Agravante: Ministério Público Federal. Agravado: Borba Gato Agropecuária e Florestal S/A. Relator: Min. Napoleão Nunes Maia Filho, 07 de abril de 2016b. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/MON?seq=59658650&tipo=0&nreg=201102590194&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20160419&formato=PDF&salvar=falso>. Acesso em: 22 mai. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR. **Cadastro de Imóveis Rurais - Situação Jurídica - Titularidade Particular**. Total por UF: Amazonas. Brasília: INCRA, 27 de junho de 2016c. [Com base em SNCR, Apuração Especial realizada em 30 de junho de 2014.]

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR. **Cadastro de Imóveis Rurais - Situação Jurídica - Titularidade Particular**. Total por UF: Amazonas. Brasília: INCRA, 28 de junho de 2016d. [Com base em SNCR, Apuração Especial realizada em 30 de junho de 2014.]

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Segurança 26.942. Impetrante: José Aparecido da Silva. Impetrado: Conselho Nacional de Justiça. Relator: Min. Teori Zavascki, 25 de novembro de 2016. **Diário da Justiça Eletrônico**, Brasília, DF, n. 253/2016, p. 51-54, divulgação: 28 nov. 2016, publicação: 29 nov. 2016e. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp>. Acesso em: 26 nov. 2018.

BRASIL. **Lei 13.465, de 11 de julho de 2017**. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm.

Acesso em: 21 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 9.309, de 15 de março de 2018**. Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas rurais, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9309.htm Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL E REPÚBLICA DE BOLÍVIA. Tratado de Ayacucho, de 27 de março de 1867: Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Commercio e Extradicação, entre o Imperio do Brasil e a Republica de Bolivia. *In*: BRASIL. **Decreto Nº 4.280, de 28 de novembro de 1868**. Promulga o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Commereio e Extradicação, Celebrado em 27 de Março de 1867, entre o Brasil e a Republica de Bolivia. Brasília, DF: Câmara Federal, 1868. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4280-28-novembro-1868-553624-publicacaooriginal-71754-pe.html>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BRASIL E REPÚBLICA DE BOLÍVIA. **Tratado de Petrópolis, de 17 de novembro de 1903**: Tratado de Permuta de Territorios e outras compensações, de conformidade com estipulação contida no art. 5º do Tratado de Amisade, Limites, Navegação e Commercio de 27 de março de 1867. Petrópolis, RJ: 17 nov. 1903.

BRASIL E REPÚBLICA DA COLÔMBIA. **Tratado de Bogotá, de 24 de abril de 1907**. Bogotá, Colômbia: 24 abr. 1907a.

BRASIL E REPÚBLICA DO PERU. **Tratado do Rio de Janeiro, de 08 de setembro de 1907**. Tratado Complementar à Determinação das Fronteiras, Estabelecendo Principios Gerais sobre Comércio e Navegação na Bacia do Amazonas. S/L: Prueba, 1907b. Disponível em: <http://info.lncc.br/pe1909.html>. Acesso em: 21 nov. 2018.

NOVO ARIPUANÃ (AM). Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Novo Aripuanã. **Ficha do Imóvel Fazenda Paraná** [Substituta legal da folha do respectivo livro]. Registro em: 20 jul. 1985. Ficha registrada às fls. 058 do Livro 2-A/5, Matrícula 649. 2p.

NOVO ARIPUANÃ (AM). Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Novo Aripuanã. **Ficha do Imóvel Fazenda Lisboa** [Substituta legal da folha do respectivo livro]. Registro em: 19 nov. 1992. Ficha registrada às fls. 12 do Livro 2, Matrícula 0012. 2p.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Convenção 169, de 7 de junho de 1989**. Sobre Povos Indígenas e Tribais. Genebra, Suíça, [1989]. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236247/lang--pt/index.htm. Acesso em: 21 nov. 2018.

VELLOSO, Carlos. Mário da Silva. **Parecer**: Usina Hidrelétrica de Balbina, Estado do Amazonas. Aquisição de terras que seriam desapropriadas. Não atendimento de condições para a alienação. Nulidade do negócio jurídico. Brasília: [s. n.], 28 out. 2014. Mimeografado.

Vídeos

AMAZÔNIA DENTRO. Episódio 1. Waimiri-Atroari. Apresentação e produção de Edilson Martins. Brasília: Bossa Produções e TV Brasil, 2011. 1 vídeo (25min 57seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lbDkac9Nz9k>. Acesso em: 21 nov. 2018.